

CAROLINA MOSTARO NEVES DA SILVA

***“Para os grandes males, os grandes remédios”:***  
propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial  
de Minas Gerais (1903)

São Paulo  
FEUSP  
2016

CAROLINA MOSTARO NEVES DA SILVA

***“Para os grandes males, os grandes remédios”:***  
propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial  
de Minas Gerais (1903)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da  
Faculdade de Educação da Universidade de São  
Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de  
Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação e  
Historiografia

Orientadora: Marta Maria Chagas de Carvalho

São Paulo  
FEUSP  
2016



SILVA, Carolina Mostaro Neves da. *“Para os grandes males, os grandes remédios”*: propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovado em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

### Banca examinadora

Profa. Dra. Marta Maria Chagas de Carvalho  
Instituição: Universidade de São Paulo  
Orientadora

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Luciano Mendes de Faria Filho  
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Irlen Antônio Gonçalves  
Instituição: Centro Federal de Educação tecnológica de Minas Gerais

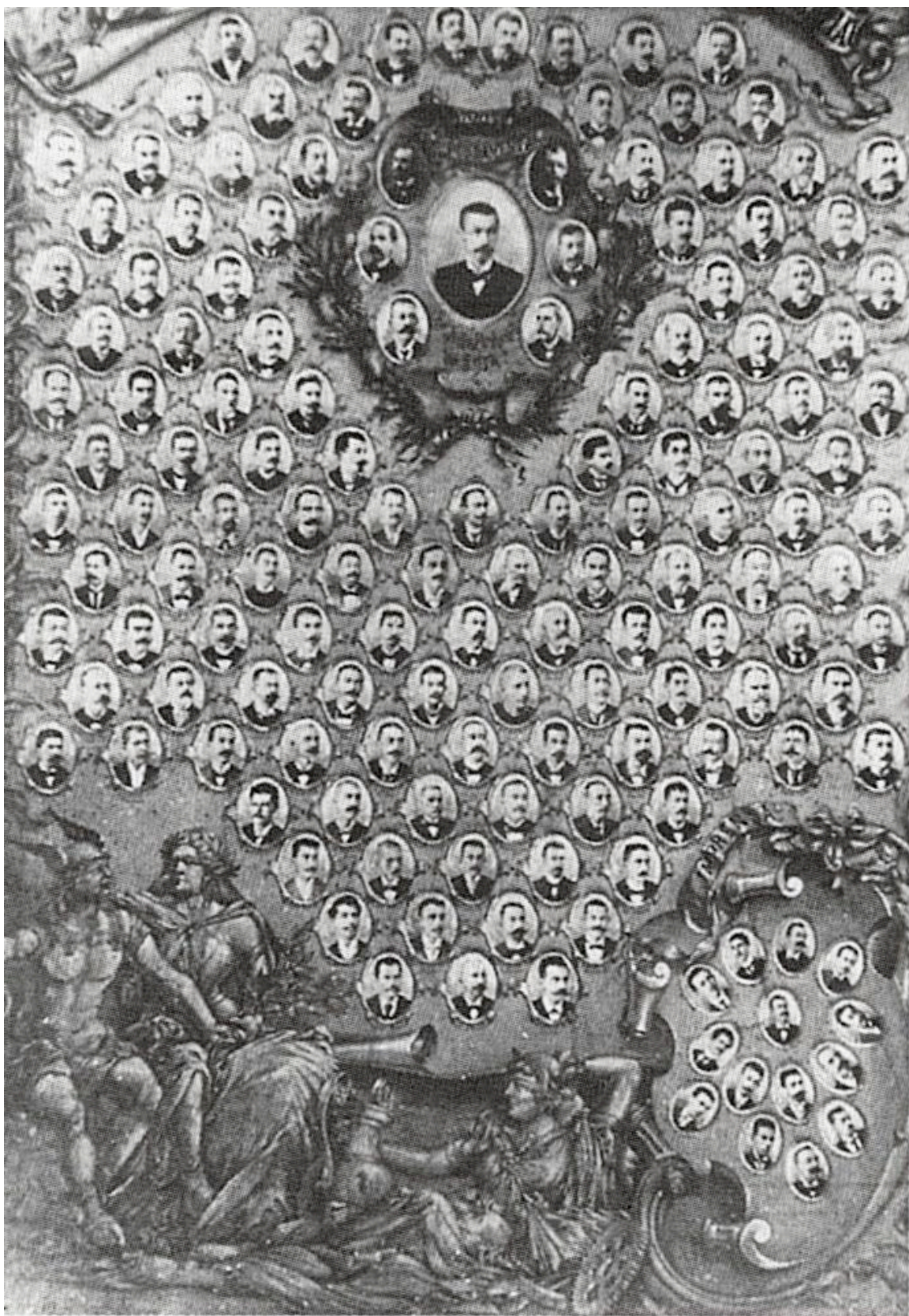
Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Rosa Fátima de Souza  
Instituição: Universidade Estadual Paulista

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Sônia Regina de Mendonça  
Instituição: Universidade Federal Fluminense

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_



O Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903  
Acervo do Museu Históricos Abílio Barreto/Fundação Municipal de Cultura

*Para Bruno, pela felicidade de tê-lo ao meu lado.*

## **Agradecimentos**

Nas idas e vindas da escrita desta tese encontrei amigos, colegas, interlocutores, pessoas generosas, que, com sorrisos, histórias, incentivos e contribuições apoiaram o meu percurso. A elas quero expressar minha profunda gratidão.

Agradeço à Profa. Marta Carvalho, que de modo carinhoso e solícito conduziu minha orientação e se dispôs a compartilhar parte de seu enorme conhecimento sobre a história da educação. Aos Professores Alexandre Macchione Saes, Maurilane Biccias, Regina Helena Simões, Marcus Vinícius da Fonseca, Carla Chamon e Irlen Gonçalves pelo diálogo, indicações de leituras e comentários a respeito do trabalho. Ao Prof. Jacques Revel, por ter me recomendado ao grupo de estudos brasileiros da École des Hautes Études en Sciences Sociales. A Profa. Mônica Schpun, a quem sou grata pela cuidadosa e competente supervisão durante o estágio em Paris, e por ter mantido a interlocução até o final deste trabalho. Pelas ricas contribuições no exame de qualificação, agradeço aos professores Maria Lúcia Hilsdorf e Luciano Mendes de Faria Filho. A este também sou grata pelos dez anos de convivência acadêmica que me proporcionaram importantes aprendizados.

Às amigas Ana Beatriz Maia e Cleide Maciel, com quem pude compartilhar minhas descobertas, aprendizados, dúvidas e incertezas. Nossas conversas me deixavam mais leve e disposta a seguir em frente. Aos amigos Nelma Marçal, Raquel Pacheco, Alexsandra Borges e Ivanilson Silva pelas dicas bibliográficas, pela pesquisa, cópia e envio de material, que enriqueceram meu trabalho e me pouparam um tempo precioso, especialmente nesta reta final. A Louisa Mathieson e a Vitor De Marchi, por terem me ajudado com traduções para o inglês. Ao querido Jediel Gonçalves, que deu preciosas dicas a respeito do meio universitário na França, revisou minhas traduções e fez a versão francesa do resumo desta tese, além de ter nos recebido carinhosamente em sua casa, em Marseille. Aos colegas do Grupo de Pesquisa *Intelectuais da educação brasileira: formação, ideias e ações*, pelos conhecimentos compartilhados em nossos encontros.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, da Hemeroteca Pública de Minas Gerais, da Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, da Biblioteca Murilo Mendes, especialmente à Márcia Alckmin, que atendeu prontamente a todas as minhas solicitações de cópia. À Edna Resende, funcionária do Arquivo Histórico de Barbacena, que fez o levantamento e a digitalização das fontes desse arquivo. Ao Mateus Mostaro e à Janicilene Aparecida da Silva, por terem me ajudado no trabalho de digitalização e

organização dos jornais de Juiz de Fora. Ao Helbert Talim, por ter elaborado com primor os mapas do estado de Minas Gerais no começo do século XX. Aos funcionários da secretaria da Pós-Graduação da FEUSP, pela atenção e apoio com relação aos aspectos formais da vida acadêmica.

Ao CNPq e, especialmente, à Fundação de Amparo à pesquisa de São Paulo, pelas bolsas de doutorado regular e sanduíche, que me possibilitaram a dedicação exclusiva a este trabalho.

À querida amiga Déborah Duarte, pelas conversas, risadas e muitas histórias compartilhadas, desde os momentos iniciais de minha trajetória como historiadora.

Aos meus pais, que sempre foram minha inspiração para os estudos, pelo apoio irrestrito. Tenho muita sorte por tê-los em minha vida.

À Beatriz Bontempi, pelos vários dias em que veio nos ajudar com a casa e com as meninas, para que pudéssemos dedicar mais tempo ao trabalho.

À Dora, por ter compreendido docemente a razão pela qual não pudemos fazer tudo o que gostamos de fazer juntas. Com ela, tenho muitos planos “para quando a tese acabar”.

À Helena, presente da vida, que chegou no meio do percurso, tomou meu tempo, minha atenção, multiplicou minha alegria e me fez ver o que realmente importa na vida. Não vejo a hora de poder me dedicar mais às nossas brincadeiras!

Ao Bruno, com imenso amor, agradeço por ter estado sempre presente; por ser meu grande incentivador; por ter dado todo o apoio que precisei para realizar este trabalho. Obrigada pela confiança, pela parceria e por compartilhar a vida comigo!



*És um senhor tão bonito  
Quanto a cara do meu filho  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Vou te fazer um pedido  
Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Compositor de destinos  
Tambor de todos os ritmos  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Entro num acordo contigo  
Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Por seres tão inventivo  
E pareceres contínuo  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
És um dos deuses mais lindos  
Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Que sejas ainda mais vivo  
No som do meu estribilho  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Ouve bem o que te digo  
Tempo, tempo, tempo, tempo*

*[...]*

*Ainda assim acredito  
Ser possível reunirmo-nos  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Num outro nível de vínculo  
Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Portanto, peço-te aquilo  
E te ofereço elogios  
Tempo, tempo, tempo, tempo  
Nas rimas do meu estilo  
Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Oração ao tempo - Caetano Veloso*

## RESUMO

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. *“Para os grandes males, os grandes remédios”*: propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903). Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2016.

Em 1903, cerca de duzentos representantes das *classes produtoras* reuniram-se em Belo Horizonte para a realização do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais. Estes homens foram convidados a debater medidas para alavancar o progresso do estado, que enfrentava forte crise econômica, decorrente, sobretudo, da queda nos valores do café, seu principal produto de exportação. O Congresso nasceu de uma iniciativa do presidente do estado, Francisco Salles, encabeçada por João Pinheiro da Silva, cujo intuito era ouvir representantes das atividades produtivas. Vindos de diversas regiões, principalmente do Centro, da Mata e do Sul, eles construíram um amplo painel da economia mineira, no qual inseriram questões sobre a educação. Nesta tese, tendo como principais fontes periódicos, legislação e biografias, procurou-se analisar essas manifestações em conjunto e separadamente, identificando autores, objetivos, destinatários e referências para a compreensão do que, na passagem do século XIX para o XX, deveria ser o ensino profissional ou, precisamente, a educação considerada como necessária e propícia ao progresso econômico. Os representantes das *classes produtoras* apresentaram propostas de instrução com enfoques diferenciados com relação ao tipo de ensino, suas modalidades e níveis. Também foi possível identificar aspectos comuns ao debate educacional coetâneo, tais como a atribuição do atraso econômico à falta de instrução que preparasse para o trabalho. Desse modo, os representantes apontaram a necessidade de modificar técnicas, procedimentos, instrumentos e materiais para uma produção mais moderna e racional, e defenderam propostas de formação dos dirigentes das atividades produtivas e dos quadros técnicos e a educação do trabalhador.

Palavras-chave: Congresso Agrícola, Industrial e Comercial; Classes Produtoras; ensino profissional; Minas Gerais.

## ABSTRACT

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. ***“For great ills, great remedies”***: educational proposals in the Agricultural, Industrial and Commercial Congress of Minas Gerais (1903). Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2016.

In 1903, about two hundred representatives of the producing classes met in Belo Horizonte for the achievement of the Agricultural, Industrial and Commercial Congress of Minas Gerais. These men were invited to discuss means to leverage the state progress, which faced severe economic crisis, chiefly due to the fall in coffee values, its main export product. The congress was an initiative of the president of the state, Francisco Salles, headed by João Pinheiro da Silva, and aimed to hear representatives of productive activities. Coming from various regions, particularly the Centre, the Mata and the South, they built a broad panel of Minas Gerais' economy, in which they introduced questions about education. In this thesis, using mainly journalistic sources, legislation and biographies, we sought to analyze these events together and separately, identifying authors, objectives, receivers and references to the understanding of what should be vocational education, namely the education considered necessary and propitious to economic progress in the late nineteenth century to the twentieth. The representatives of the producing classes presented instruction propositions with different approaches regarding the type of school, its modalities and levels. It was also possible to identify common aspects of coeval educational debate, such as the association of economic backwardness to the lack of instruction to prepare for work. Thus, the representatives pointed out the need to modify techniques, procedures, tools and materials for a more modern and rational production and advocated propositions on the formation of leaders of productive activities and technical staff and on the worker education.

Keywords: Agricultural, Industrial and Commercial Congress; producing classes; vocational education; Minas Gerais.

## RÉSUMÉ

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. « *Pour les grands maux, les grands remèdes* » : propositions éducationnelles lors du Congrès Agricole, Industriel et Commercial de Minas Gerais (1903). Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2016.

En 1903, environ deux cents représentants des *classes productrices* se réunirent à Belo Horizonte afin de réaliser le Congrès Agricole, Industriel et Commercial de Minas Gerais. Ces hommes furent appelés à raisonner sur les mesures du développement pour le progrès de cet état, qui, à l'époque, affrontait une très forte crise économique, venue de l'affaiblissement des valeurs du café, son principal produit d'exportation. Le Congrès naquit de l'initiative du président de l'état, Francisco Salles, et fut aussi dirigé par João Pinheiro da Silva. L'objectif de cet évènement était d'entendre les représentants des activités productives. Venus de diverses régions (notamment du Centre, de la région de *Mata* et du Sud de l'état), ces hommes purent construire un panneau élargi des questions touchant à l'économie locale, d'où les questions à propos de l'éducation. En tenant compte des principales ressources (telles que les périodiques, les législations et les biographies, à partir desquelles on a récupéré la prosopographie indiquant les représentants les plus actifs dans le Congrès), cette étude a le but d'analyser les prononciations dans un ensemble et séparément, et d'en identifier les auteurs, les objectifs, les destinataires et les références destinés à la compréhension de ce qui, lors du passage du XIX<sup>e</sup> au XX<sup>e</sup> siècle, devrait être l'enseignement professionnel ou, plus encore, l'éducation que l'on jugeait nécessaire et indispensable au plein développement de l'économie. Les représentants des *classes productrices* déposèrent, donc, leurs propositions d'instruction, avec de différents points de vue concernant le genre, les modalités et les niveaux d'enseignement. Aussi, dans cette thèse, l'on a pu identifier des aspects communs sur le débat contemporain de l'éducation, à savoir le retard économique qui s'expliquait par le manque d'instruction à la préparation professionnelle. De cette manière, les représentants reconnurent le besoin quant au changement des techniques, des procédures, des instruments et des matériels qui redonneraient une production plus moderne et plus rationnelle ; ils défendirent également les propositions qui étaient favorables aux formations destinées aux dirigeants des activités productives et aux formations des cadres techniques, et l'éducation du travailleur.

Mots-clés: Congrès Agricole, Industriel et Commercial; Classes productrices; enseignement professionnel; Minas Gerais.

## LISTA DE MAPAS

MAPA I	Regiões de Minas Gerais, segundo John Wirth .....	102
MAPA II	Municípios representados no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 .....	106
MAPA III	Municípios que enviaram representantes da lavoura ao Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 .....	107
MAPA IV	Municípios que enviaram representantes do comércio ao Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 .....	108
MAPA V	Municípios dos industriais presentes no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 .....	109

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Produção cafeeira de Minas Gerais e participação da zona da Mata ....	50
Tabela 2	Participação dos impostos sobre exportações de café sobre o conjunto do imposto de exportação de Minas Gerais (1896-1903) .....	51

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – <i>Para os grandes males, os grandes remédios</i>	34
1.1 – Belo Horizonte em festa	34
1.2 – O movimento das <i>classes produtoras</i> mineiras	38
1.3 – A crise	48
1.4 – A Comissão Fundamental	56
1.5 – A preparação do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial	68
1.6 – O Congresso Agrícola, Industrial e Comercial	73
CAPÍTULO 2 – <i>Os bons pregoeiros do trabalho</i>	88
2.1 – As <i>classes produtoras</i> mineiras como representação	88
2.2 – A representação do estado de Minas Gerais no Congresso	98
2.3 – A atuação no Congresso	111
2.4 – Os congressistas	115
CAPÍTULO 3- <i>Pela instituição imediata do ensino profissional</i>	129
3.1 – O ensino profissional em pauta	129
3.2 – Crise, atraso, ignorância	142
3.3 – O discurso abalizado dos “especialistas” e suas críticas aos <i>produtores</i> e aos trabalhadores	146
3.4 – Os modelos para o ensino profissional	152
CAPÍTULO 4 – <i>Só este assunto mereceria um congresso especial</i>	167
4.1 – Entre as soluções para a crise: a educação e o ensino	167
4.2 – Sobre a ignorância profissional dos <i>produtores</i> e a necessidade de quadros técnicos	172
4.3 – Organizando o trabalho e difundindo a educação	188
4.4 – Sobre a necessidade de moralizar, civilizar e instruir os trabalhadores	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
FONTES CITADAS	230
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	241
ANEXO – Lista dos congressistas mais atuantes no Congresso de 1903	254

## INTRODUÇÃO

Volta o silêncio, a pasmaceira volta  
 cessou o barulho tão prazenteiro;  
 fizeram os hotéis bela recolta...  
 Inventa outro congresso, oh! João Pinheiro!  
 Volta o silêncio, a pasmaceira volta!

Tanta gente eu não vi senão agora!  
 Um povão hospedei, um povo inteiro  
 Que agora toma o trem e vai-se embora...  
 Inventa outro congresso, oh! João Pinheiro!  
 Tanta gente eu não vi senão agora!

Discursos a granel, cerveja à ufa!  
 Que venham congressistas bons marchantes  
 e mais o povaréu do forasteiro...  
 Artistas, jornalistas, passeiantes...  
 Inventa outro congresso, oh! João Pinheiro!  
 Que venham congressistas bons marchantes

Esplendo e vivo assim... Imenso valho!  
 É lindo o aspecto meu, é feiticeiro  
 ouvindo discursar sobre o trabalho.  
 Inventa outro congresso, oh! João Pinheiro!  
 Esplendo e vivo assim... Imenso valho!<sup>1</sup>

Este poema, publicado sob o título *Lamentações da Capital*, fala de uma localidade que, após ter sido palco do intenso movimento provocado pela realização de um congresso, teria retomado o silêncio e a apatia. A localidade a que o poeta se refere é Belo Horizonte, recém-inaugurada capital mineira; o evento, que produziu “discursos a granel”, é o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, objeto central desta tese. Esse evento, convocado pelo presidente do estado, tinha o objetivo de levantar soluções junto a representantes das *classes produtoras* para a crise econômica por que passava Minas Gerais, desde os últimos anos do século XIX. Do amplo conjunto de temas apresentados pelos congressistas, voltei-me, especificamente, às questões relacionadas à educação, entendida em sua acepção mais ampla, que abrangeria a formação moral e a civilização, tanto quanto na mais estrita, ou seja: instruir, informar e escolarizar. Procurei analisá-las em conjunto e separadamente, identificando autores, objetivos, destinatários e referências que trouxessem elementos para a compreensão do que, na passagem do século XIX para o XX, deveria ser o ensino profissional ou, precisamente, a educação considerada como necessária e mais propícia ao progresso econômico e moral do estado de Minas Gerais e do país.

---

<sup>1</sup> CABRIOLAS. O Pharol. Juiz de Fora, 22 de maio de 1903, p.1.



Meu interesse em investigar a história do ensino profissional surgiu durante o mestrado, quando pesquisei a trajetória de Francisco Mendes Pimentel, destacando sua atuação e pensamento educacional, entre 1893 e 1910<sup>2</sup>. A formação para o trabalho foi uma das principais questões a que Pimentel se dedicou nesse período, tendo, como deputado estadual, apresentado um projeto de lei visando a organizar o ensino profissional primário em Minas Gerais, além de ter publicado artigos sobre o tema na imprensa. Investiguei, portanto, a modalidade de ensino que, para Pimentel, deveria ser oferecida aos meninos das “classes desfavorecidas”, interessada nos debates coetâneos a seu respeito.

Nesse processo, conheci a publicação da Fundação João Pinheiro, *Análise e Conjuntura*, que reunia textos elaborados para o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, dentre os quais, alguns dedicados ao ensino profissional<sup>3</sup>. Percebi que havia diferenças marcantes entre os princípios e meios do ensino proposto por Mendes Pimentel, bem como os argumentos que usou ao defendê-lo, e os que se encontravam nos textos do Congresso: enquanto a proposta de Mendes Pimentel enfatizava preocupações políticas, como a consolidação República e a incorporação da população pobre ao regime por meio do trabalho, no Congresso de 1903 dava-se maior destaque a argumentos de natureza econômica, tais como o aumento da qualidade e da produtividade e a garantia da oferta de mão de obra. Quis, então, compreender os fatores que explicariam essas diferenças, o que me motivou a estudar o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Assim, iniciei a trajetória do doutorado com a elaboração de um projeto de tese cujo objetivo central era

identificar os discursos e propostas sobre educação e formação profissional, elaborados e veiculados pelas elites produtoras mineiras, na passagem do século XIX para o XX, estabelecendo suas articulações com o diagnóstico econômico e as propostas para o progresso de Minas Gerais e do Brasil<sup>4</sup>.

Minha intenção era identificar os representantes das “elites produtoras” que, no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial e nas Associações Comerciais de Minas Gerais, trataram da temática educacional, bem como os grupos que representavam e suas referências. A partir disso, pretendia investigar quais eram as especificidades de seus discursos e como essas especificidades se desdobravam, ou se manifestavam, em propostas para a educação. O Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 foi, então, tomado como um núcleo a partir do qual a investigação se expandiria, uma vez que ele seria o cenário e o momento da

---

<sup>2</sup> Francisco Mendes Pimentel (1869-1957) graduou-se bacharel em direito na Faculdade de Direito de São Paulo. Na década de 1890, atuou como professor do ensino normal e secundário, jornalista, político e jurista (SILVA, 2010).

<sup>3</sup> FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1981.

<sup>4</sup> SILVA, 2011, p.22.

enunciação de discursos sobre a educação e sobre o ensino profissional, distintivos dessa classe de enunciadores ou singulares, relativamente aos discursos e propostas coetâneos. Esses discursos, supunha, apareceriam também em outros espaços de associação e formação dessas elites mineiras, tais como as entidades associativas e a imprensa. Assim, pretendia investigar a Associação Comercial de Juiz de Fora, criada em 1896, a Associação Comercial Mineira (em Belo Horizonte), de 1901, e a Associação Comercial de São João Del Rei, de 1903, as quais, apesar da denominação mais restritiva, congregavam, além de comerciantes, agricultores e industriais.

Infelizmente, porém, as associações não possuem em seus arquivos documentação relativa aos primeiros tempos de funcionamento, que possibilitassem o aprofundamento da investigação sobre suas ações e ideias a respeito da educação no período definido. Isto me levou a buscar em outras fontes, destacadamente em periódicos que circulavam à época, as manifestações dos *produtores* a respeito do ensino, a fim de compor com o material disponível sobre a reunião o *corpus* fundamental da pesquisa. Desde o princípio, trabalhei com a hipótese de que o Congresso de 1903 não fora um caso esporádico ou isolado de reunião dos *produtores* e que, portanto, para compreender o seu significado seria preciso entender as motivações e os modos de mobilização dos *produtores* em busca de meios para garantir a satisfação de seus interesses políticos, econômicos e sociais. Antes, porém, de concentrar-me na análise das fontes, dediquei-me à revisão bibliográfica, investigando como essa reunião vinha sendo representada em trabalhos historiográficos.

O Congresso Agrícola, Industrial e Comercial foi abordado em várias pesquisas, embora delas não tenha sido tema central. Entre as que o mencionam, há aquelas cuja temática envolveu investigar a reunião, e, por isso, ela ocupa um capítulo ou parte importante do trabalho. As pesquisas que exploraram mais detidamente o evento fazem parte de duas linhas principais de investigação: a História Econômica e a História da Educação. Afora essas duas linhas, há a tese de Maria Auxiliadora Faria, de 1992, desenvolvida na linha de História Social, um dos mais antigos trabalhos do conjunto analisado e principal referência para os demais<sup>5</sup>. Nesse conjunto, a principal fonte utilizada para investigar o Congresso foi a revista *Análise e Conjuntura*, embora alguns autores também tenham consultado jornais do período. Nota-se aí uma tendência, evidenciada principalmente nos trabalhos que investigam as ações e ideias de João Pinheiro, seja na perspectiva da História Econômica ou da História da

---

<sup>5</sup> FARIA, 1992.

Educação, de tomar o Congresso como parte do conjunto positivo das ações desse personagem.

Maria Auxiliadora Faria investigou “a formação das *classes conservadoras* como força social e política nas suas relações com o Estado”<sup>6</sup>. Conforme a autora, essas relações se evidenciaram em discursos e ações que expressavam o projeto de desenvolvimento econômico almejado para Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas. Por isso, sua investigação privilegia espaços de enunciação, tais como a Sociedade Mineira de Agricultura (criada em 1909), os Congressos Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 e de 1928 e o Congresso de Municipalidades de 1923. Segundo Faria, esse projeto de desenvolvimento, que se basearia no incentivo à produção agropecuária diversificada e no princípio da união na diversidade, teria tido suas “linhas mestras [...] esboçadas no decorrer do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903”, considerado como o marco inicial do seu trabalho<sup>7</sup>. Conforme Faria, as *classes conservadoras*, ao pleitearem este projeto de desenvolvimento, perceberam a existência de obstáculos que precisariam eliminar para concretizá-lo.

Ao moroso processo de passagem para o trabalho livre, somaram-se, desde o século XIX, os fracassos de uma política imigrantista pouco consistente, o intenso movimento de dispersão da população trabalhadora tanto para os sertões do Mato Grosso e Goiás, quanto para as lavouras de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse quadro, a defesa e o implemento do ensino agrícola, destinado a crianças e adultos, teria emergido, não apenas como forma inovadora de lidar com a agricultura e a pecuária, mas também como mecanismo de controle social dos trabalhadores.<sup>8</sup>

A autora mostra as conexões entre o projeto de diversificação produtiva, o aproveitamento do trabalhador nacional e a defesa do ensino agrícola, o que faz de seu trabalho uma importante referência para esta tese. Sua pesquisa indica inúmeras possibilidades de investigação, e não é sem motivos que constitui, juntamente com o estudo de Dulci – que também a elege como relevante interlocução – a principal referência dos trabalhos aqui mencionados. A tese de Faria considera os congressos como “cenários privilegiados de autoafirmação das *classes conservadoras*, e lugares sociais da formação discursiva em torno do projeto de desenvolvimento”<sup>9</sup>. Nessa perspectiva, o Congresso de 1903 “significou a primeira oportunidade de participação [das classes conservadoras] nas decisões do Estado” e resultou na elaboração de um rigoroso diagnóstico da realidade mineira

---

<sup>6</sup> FARIA, 1992, p.29. Grifos no original.

<sup>7</sup> Ibidem, p.116.

<sup>8</sup> Ibidem, p.13-14.

<sup>9</sup> Ibidem, p.173. Grifos no original.

e brasileira<sup>10</sup>. Segundo Faria, teria sido, sobretudo, a partir dele que o ensino agrícola passou a ser visto como mecanismo eficaz para o desenvolvimento do estado.

Era na condição de homens, portanto com direito a sonhos e ideais, que as autoridades mineiras propuseram a implementação de diversas modalidades de ensino agrícola. Frente aos inúmeros desafios a serem transpostos para organizar e aprimorar a mão-de-obra no campo, essa proposta, – ou sonho – era tida por algumas autoridades como a principal solução, e para a maioria delas, como a alternativa viável, que poderia contribuir para a solução do problema<sup>11</sup>.

A tese de Faria traça, desse modo, as características principais da representação historiográfica do Congresso de 1903, que são retomadas nos demais trabalhos, mesmo nos que não a citam<sup>12</sup>. Nela, a reunião aparece como local de expressão de um projeto de desenvolvimento econômico, que envolve diversificação da produção e pressupõe a difusão do ensino profissional. Os demais trabalhos acrescentam características a essa representação, decorrentes de recortes investigativos específicos, sem que nenhum refute a interpretação da autora.

Nos trabalhos da linha de História Econômica, o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial é visto como importante fórum de expressão do pensamento econômico na transição do século XIX para o XX<sup>13</sup>. Por isso, há estudos em que a reunião foi tomada como marco definidor do recorte temporal, reforçando a ideia de que representaria um ponto fulcral para a compreensão de certas questões econômicas<sup>14</sup>. Não obstante as especificidades das pesquisas, os trabalhos apresentam muitas proximidades temáticas. Nesse aspecto, a dissertação de Kirdeikas, cujo objeto de estudo é a formação do mercado de trabalho no Brasil, entre 1850 e 1903, é o mais destoante. Envolvendo o Congresso em uma problemática distinta, Kirdeikas escolhe o ano de 1903 como limite temporal da investigação, “por ser o momento de realização do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais”, ocasião em que teria sido dada grande importância ao “problema da mão-de-obra, à necessidade de reprimir a vadiagem e, de alguma forma, promover o trabalho regular”<sup>15</sup>.

---

<sup>10</sup> Ibidem, p.180.

<sup>11</sup> Ibidem, p.226.

<sup>12</sup> Vale mencionar que a tese de Miguel Arroyo, defendida em 1982, e o artigo de Faria Filho (1990), publicado antes da defesa da tese de Faria, constituem neste aspecto exceções entre os trabalhos analisados.

<sup>13</sup> O conjunto de trabalhos da linha de História Econômica é composto por duas teses (BARBOSA, 2012; OLIVEIRA, 2012), uma dissertação (KIRDEIKAS, 2003) e um livro, apresentado como versão modificada de tese de doutorado (DULCI, 1999). Além desses trabalhos, foi incluído no conjunto um artigo de João Antônio de Paula, professor da Faculdade de Ciência Econômica da UFMG e orientador da dissertação mencionada, por tratar de um tema bastante conectado aos demais, uma vez que investiga as raízes do desenvolvimentismo a partir do pensamento e da ação de João Pinheiro da Silva (PAULA, 2004).

<sup>14</sup> Barbosa, 2012; Oliveira, 2012; Kirdeikas, 2003.

<sup>15</sup> KIRDEIKAS, 2003, p.10.

Nos demais trabalhos dessa linha, o Congresso de 1903 é retomado como parte de estudos sobre o desenvolvimentismo no Brasil. Otávio Dulci é o primeiro a apresentar esse enfoque, sendo referência para os demais. Conforme Dulci,

Desenvolvimentismo, no terreno socioeconômico, é uma ideia referente à superação intencional de uma situação de atraso relativo. Envolve, portanto, uma clara dimensão política, que se traduz em ações governamentais – mediante graus variáveis de intervenção – e também em articulações de classes e grupos diversos (sobretudo as elites políticas, econômicas e intelectuais) em torno da meta de superação do atraso. Podemos chamar de desenvolvimentismo ao pensamento que focaliza esse processo numa perspectiva de *projeto*, realçando seu sentido estratégico e seu potencial mobilizador<sup>16</sup>.

O autor, ao analisar o desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais, vê a experiência de modernização e recuperação da economia como iniciativa interna. Suas análises buscam elucidar “as implicações políticas do processo de desenvolvimento desigual”, sustentando-se na premissa de que em contexto de atraso econômico os fatores políticos teriam primazia sobre os fatores de mercado<sup>17</sup>. O Estado assumiria, assim, um papel de “coordenação estratégica da economia e de articulação dos interesses dos diversos atores envolvidos no empreendimento de modernização”<sup>18</sup>. Partindo de um estudo sobre a “República Velha”, período em que teriam sido forjadas “as origens do desenvolvimentismo mineiro”, bem como uma consciência regional do desenvolvimento, Dulci examina as opções políticas para a modernização regional, dentre as quais “a estratégia de diversificação econômica” e de melhoria da qualidade da produção, explicitada no Congresso de 1903. Conforme o autor,

o Congresso de 1903 manteve-se como o grande ponto de referência da modernização de Minas Gerais, até meados do século [XX], ao qual se reportavam outras reuniões do gênero, realizadas nos anos 20 e 30, e inúmeros pronunciamentos de expoentes da política e da economia. Corrobora-o também a veneração à figura de João Pinheiro pelas elites mineiras, por várias gerações, como ícone do desenvolvimentismo regional<sup>19</sup>.

Dulci considera que a conclusões do Congresso se “orientaram muito mais no sentido de formular medidas de política econômica nacional do que de política econômica regional” e alimentaram o debate sobre o protecionismo no Brasil, servindo “à cúpula política mineira

---

<sup>16</sup> DULCI, 2005, p.114. Grifos do original.

<sup>17</sup> DULCI, 1999, p.17.

<sup>18</sup> Ibidem, p.37.

<sup>19</sup> Ibidem, p.48.

para ganhar espaço no cenário federal”<sup>20</sup>. Em sua visão, o projeto de diversificação sustentado no evento teve como meta a substituição gradual de importações, que partiria de gêneros de consumo, como os cereais, mas que deveria se estender às indústrias mais complexas. No Congresso de 1903, o “agente direto da produção” teria sido visto como aquele que possui “a vivência e a aptidão para desenvolvê-la”, o que seria reflexo da preocupação de evitar a tutela estatal. O autor destaca que o evento reforçou a necessidade de os setores produtivos receberem auxílio indireto dos poderes públicos; o Estado teria, assim, a função de “coordenar os agentes privados, apoiando-os em suas atividades e dirigindo-os para objetivos modernizantes”<sup>21</sup>.

Estabelecendo forte interlocução com o trabalho de Dulci, Barbosa investiga estratégias de desenvolvimento econômico por meio da atuação de uma “elite tecnoburocrata”. Para ele, o Congresso de 1903 “denota a primeira experiência vertical de sistematização do problema econômico em Minas por parte do poder público, tentando organizá-lo por meio de diagnose e intervenção”<sup>22</sup>. Assim, em Minas Gerais, no começo do século XX, teria aparecido um “proto-desenvolvimentismo”, “articulado pelas elites políticas e econômicas tradicionais com os grupos emergentes, especialmente com a categoria profissional do engenheiro” e expresso no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial<sup>23</sup>. Esse “proto-desenvolvimentismo” teria como características principais a defesa da diversificação e da modernização produtiva, do interesse regional ou nacional e do “Estado como ponto de convergência e intervenção, como elemento de equilíbrio e atuação no arranjo econômico regional, configurado como determinante por que [sic] percebido como agente externo, imparcial, tecnicamente orientado”<sup>24</sup>. Conforme Barbosa, essa agenda teria surgido no último quartel do século XIX e tido como base um pensamento econômico gestado na Escola de Minas de Ouro Preto. Nessa instituição, João Pinheiro teria assimilado as principais ideias que defendeu na reunião de 1903. Desse modo, o Congresso e o governo de João Pinheiro representariam “lugares de memória do desenvolvimento econômico e da tecnoburocracia mineira”<sup>25</sup>.

A tese de Oliveira segue Dulci, ao identificar as bases do desenvolvimentismo nacional nos projetos de desenvolvimento econômico para Minas Gerais nos primeiros anos da República. O autor investiga elementos do pensamento econômico de Francisco Salles,

---

<sup>20</sup> Ibidem, p.45.

<sup>21</sup> Ibidem, p.49.

<sup>22</sup> BARBOSA, 2012, p.15.

<sup>23</sup> Ibidem, p.36.

<sup>24</sup> Ibidem, p.44.

<sup>25</sup> Ibidem, p.38.

João Luiz Alves e João Pinheiro da Silva, na primeira década do século XX, destacadamente nos debates suscitados pelo Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, onde teriam deixado registradas suas concepções para o desenvolvimento de Minas Gerais. Para Oliveira, o Congresso de 1903 teria sido a ocasião na qual fora debatido um projeto de desenvolvimento econômico que, embora não tenha se concretizado, trouxe a “síntese e os subsídios das ideias que mais tarde comporiam o desenvolvimentismo nacional”<sup>26</sup>.

Se o Congresso foi o lugar de expressão das ideias que comporiam o pensamento desenvolvimentista, João Pinheiro, que liderou sua organização e o presidiu, aparece como figura central na proposição e difusão dessa linha de pensamento econômico. Além disso, por ter retomado algumas conclusões do Congresso em seu programa de governo, quando eleito para a presidência de Minas, em 1906, a trajetória de João Pinheiro aparece ainda mais ligada ao Congresso de 1903 e às ideias econômicas nele debatidas. Nesses trabalhos de História Econômica, João Pinheiro se destaca como o principal personagem do Congresso. Assim, as raízes do desenvolvimentismo são encontradas em sua atuação e pensamento, deixando à sombra outras figuras de destaque no evento. Nesse aspecto, o artigo de Paula é bastante claro:

Combinando capacidade empreendedora, espírito público e liderança política de primeira linha, João Pinheiro ensaiou o projeto de desenvolvimento que, *malgré tout*, e com as diferenças devidas, foi experimentado no Brasil, seja em sua vertente nacional desenvolvimentista, seja na versão de desenvolvimentismo associado, seja durante a ditadura militar e sua versão autoritária do desenvolvimentismo<sup>27</sup>.

Possivelmente porque seus problemas de pesquisa não se restringem ao Congresso de 1903, os trabalhos de História Econômica não se dedicam a recuperar a dinâmica do evento, identificando personagens e recompondo os embates por ele suscitados. Além disso, a utilização predominante dos textos e das conclusões da comissão organizadora, bem como das conclusões finais como fontes das pesquisas reforça a representação do Congresso como fórum de expressão de um pensamento organizado e harmônico, o que não se revela, como será visto, nas atas das sessões e nos artigos publicados pela imprensa que cobriu a reunião. Neste aspecto, é preciso considerar, conforme apontam Faria e Dutra, que os grupos reunidos em 1903 evitaram mostrar “para o público externo suas diferenças de interesses”, prevalecendo o “princípio da harmonia”, da união de interesses<sup>28</sup>. Nenhuma investigação dessa linha relacionou, por exemplo, as recomendações apresentadas no Congresso à

---

<sup>26</sup> OLIVEIRA, 2012, p.14.

<sup>27</sup> PAULA, 2004, p.273.

<sup>28</sup> FARIA, 1992; DUTRA, 1990, p.29.

dinâmica econômica regional de Minas Gerais, o que possivelmente teria revelado diferentes interesses e embates entre representantes das diversas regiões do estado.

Com relação às questões sobre a educação no Congresso, os trabalhos da linha de História Econômica indicam que elas foram recorrentes, retomando a tese de Faria sobre a importância atribuída ao ensino na ocasião. Nessa perspectiva, ainda que alguns autores reconheçam a educação como mecanismo de controle e/ou repressão, há predomínio da visão do ensino profissional como um dos elementos propulsores do desenvolvimento econômico no estado, por meio da “modernização produtiva”.

Já entre os trabalhos voltados para a História da Educação que mencionam o Congresso de 1903, a reunião dos *produtores* é tomada como marco temporal do aparecimento (ou da retomada) de um debate sobre o ensino profissional com ênfase na instrução agrícola, que resultou na concretização de políticas públicas voltadas para esse tipo de ensino, a partir do governo de João Pinheiro<sup>29</sup>. No conjunto analisado, o mais antigo trabalho a abordar a reunião de 1903 é a tese de Miguel González Arroyo, defendida em 1982, na Universidade de Stanford. Buscando conexões entre as mudanças nas relações de trabalho, o estabelecimento do regime republicano e as reformas no sistema escolar brasileiro entre 1888 e 1920, o autor toma a “educação popular” como eixo central de investigação. Ao tratar das reformas educacionais do governo de João Pinheiro, Arroyo recua ao Congresso de 1903, ocasião em que, como os demais autores, identifica as bases do pensamento e ação de Pinheiro. Na interpretação de Arroyo, os participantes do Congresso pareciam esperar que a educação pudesse solucionar o “grande problema da falta de braços” ensinando a ler, escrever e contar, bem como educando as pessoas para serem bons trabalhadores. Embora seja o trabalho mais antigo do conjunto analisado a relacionar a ação educacional de João Pinheiro ao Congresso de 1903, a tese de Arroyo é obra pouco referida entre os trabalhos que tratam dessa temática.

O artigo de Luciano Mendes de Faria Filho, publicado em 1990, com o objetivo de investigar as estratégias da “aristocracia mineira” para repressão, controle e educação do trabalhador nos primeiros anos da República é outro trabalho que destaca o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903. Para o autor, na ocasião “colocava-se, de maneira contundente, a necessidade de se educar o trabalhador mineiro para que constituísse mão-de-obra disciplinada e regular, bem como, por outro lado, de reprimir sua tendência à vadiagem,

---

<sup>29</sup>Na linha de História da Educação, os trabalhos que tratam mais detidamente do Congresso são as dissertações de Silva (2007), Almeida (2009) e Machado (2010), a tese de Miguel Arroyo (1982) e o artigo de Faria Filho (1990).



à irregularidade ao trabalho”<sup>30</sup>. No alvorecer da República, conforme Faria Filho, as elites acreditavam que o trabalhador nacional não estaria “física, ideológica e moralmente apto ao trabalho organizado segundo os moldes capitalistas”<sup>31</sup>. Assim, muitas foram as reclamações com relação ao trabalhador, o que resultou na elaboração de propostas visando a solucionar o problema. Para o autor, essas propostas dizem respeito, por um lado, à “repressão à vadiagem e o controle legal do trabalhador e, por outro, à educação do elemento nacional”<sup>32</sup>. Em relação à repressão e ao controle, Faria Filho cita um conjunto variado de proposições: controle da identidade e dos passos do trabalhador por meio de cadernetas, ação policial, controle do espaço e do tempo daqueles que não estavam empregados e controle do acesso a terras devolutas. “Parecia, assim, completado o cerco ao trabalhador ‘vadio’: impedido de vadiar, não podia invadir terra, não podia perambular pelos campos e cidades, não podia quebrar o contrato quando bem lhe conviesse, não podia ficar ‘trocando’ de patrão”<sup>33</sup>. Já a escola, conforme o autor, além de preparar moral e ideologicamente para o trabalho, deveria preparar os trabalhadores (ou futuros trabalhadores) para as funções que desempenhariam no setor da produção. É Faria Filho que assinala, embora não desenvolva, a presença, no Congresso de 1903, da expectativa “de que a escola transmitisse os conteúdos específicos dos diferentes setores econômicos”, questão especialmente importante nesta tese.

Dialogando com os trabalhos de Faria Filho, Maria Auxiliadora Faria e Dulci, Silva produz uma dissertação sobre a constituição da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV), na década de 1920. Para conhecer o que chama de “raízes históricas da ESAV”, investiga a “evolução do ensino agrícola em Minas” e adota como ponto de partida o Congresso de 1903, “principalmente no que tange às exigências feitas pelos fazendeiros mineiros pela: constituição, controle/repressão e educação da mão-de-obra rural nacional-mineira por meio da disseminação do ensino agrícola elementar (ou primário) prático”<sup>34</sup>. Seu pressuposto é que os debates e os desdobramentos do evento “influenciaram no processo de configuração do ensino agrícola no Estado de Minas, durante a Primeira República, mais especificamente até 1920, ano de criação da Escola de Viçosa, a ESAV”<sup>35</sup>.

Na mesma direção de Silva, Almeida, cujo objetivo é analisar o Instituto João Pinheiro entre 1909 e 1942, considera que em Minas Gerais o ensino agrícola teria raízes no projeto de

---

<sup>30</sup> FARIA FILHO, 1990, p.80.

<sup>31</sup> Ibidem, p.81.

<sup>32</sup> Ibidem, p.82.

<sup>33</sup> Ibidem, p.86.

<sup>34</sup> SILVA, 2007, p.22

<sup>35</sup> Ibidem, p.21.

desenvolvimento articulado no Congresso de 1903<sup>36</sup>. Para a autora, a reunião representou uma grande intervenção no modo de agir das pessoas, e sua importância decorreria desse resultado.

O congresso foi um dos principais acontecimentos que proclamaram a instrução agrícola como instrumento de organização do mercado de trabalho no campo. O evento promoveu também a disseminação de inovações tecnológicas na agricultura e pecuária, além da busca do desvirtuamento do preconceito que recaía sobre o trabalho manual, conferindo-lhe um novo significado. [...]

Como desdobramentos causados pela realização do Congresso de 1903, destacam-se as exigências feitas pelos fazendeiros mineiros: a elaboração de uma constituição, o estabelecimento de controle e repressão sobre os preconceitos em relação ao trabalho manual e a instrução da mão de obra rural mineira por meio da disseminação do ensino agrícola elementar (ou primário) prático<sup>37</sup>.

O último trabalho a mencionar nessa introdução é a dissertação de Machado, que investiga a atuação política e intelectual de João Pinheiro da Silva quando esteve na presidência do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial e na presidência de Minas Gerais (1906-1908), a fim de compreender “as ideias e os valores centrais na proposição de João Pinheiro para a formação do trabalhador do campo nos anos iniciais da República em Minas Gerais”<sup>38</sup>. Para Machado, João Pinheiro teria preconizado um projeto de recuperação econômica em que “a educação do trabalhador foi constituída como umas das estratégias para modernizar a produção agrícola mineira e reorganizar o trabalho”. Em sua leitura, “esse projeto começou a ser formulado a partir do Congresso de 1903” e norteou as principais ações de João Pinheiro na presidência do estado<sup>39</sup>.

O Governo João Pinheiro significou a continuidade do projeto político defendido a partir do Congresso de 1903. Em primeiro lugar, porque o seu programa de governo se pautou segundo as medidas econômicas recomendadas pelos comissários do Congresso. E, em segundo lugar, porque muitas dessas medidas foram trazidas a efeito durante sua atuação na Presidência. Por meio da análise das correspondências de João Pinheiro, datadas no período em que ele ocupou a Presidência do Estado de Minas Gerais, foi possível observar a maneira como as ideias discutidas no Congresso de 1903 foram retomadas e tratadas de forma que pudessem vir a ser implementadas<sup>40</sup>.

Todos os trabalhos apontam a importância do Congresso de 1903, endossando a representação dos contemporâneos de que seria um “divisor de águas”, uma ocasião “sem precedentes na história do estado” ou o marco inaugural de uma nova “idade do ouro” para

<sup>36</sup> Segundo Faria Filho (2001, p.36), o Instituto João Pinheiro, criado em 1909, tinha como objetivo “aliar a assistência social à criança desvalida e o ensino agrícola”.

<sup>37</sup> ALMEIDA, 2009, p.16-17.

<sup>38</sup> MACHADO, 2010, p.13.

<sup>39</sup> Ibidem, p.16.

<sup>40</sup> Ibidem, p.89.

Minas Gerais. Pontuam as principais medidas aprovadas no Congresso para combater a crise econômica e, especificamente com relação à educação, buscam nele as ideias que sustentaram as políticas públicas voltadas para o ensino profissional, reafirmando sua importância para o estudo das questões educacionais debatidas na virada do século XIX para o XX. Mas, por terem outros objetivos, o que não lhes diminui a relevância, passam pelo Congresso apenas para esclarecer algum aspecto da investigação. Por isso, não se aprofundam em sua dinâmica e dão pouco espaço aos participantes, ofuscados diante da importância atribuída à ação de João Pinheiro.

Sem dúvida, João Pinheiro foi uma figura central no evento: foi, juntamente com Salles, seu idealizador; convocou e dirigiu a Comissão Fundamental, responsável pela definição das teses que seriam debatidas na reunião; presidiu suas sessões. Diversos jornais do período mencionam o papel de articulador político da reunião e exaltam a escolha de seu nome para liderar os membros das *classes produtoras*. Além disso, posteriormente, como presidente do estado, assimilou no plano de governo diversas recomendações apresentadas no Congresso de 1903. Resumir a reunião dos *produtores* à ação de João Pinheiro, no entanto, impossibilita dimensionar sua abrangência e diversidade. Deve-se considerar, por exemplo, que outros participantes desempenharam papéis importantes na ocasião, como é o caso de Carlos Pereira de Sá Fortes, membro da Comissão Fundamental e autor da maior parte das propostas sobre educação debatidas no evento, a respeito do qual a bibliografia sobre o Congresso de 1903 traz pouquíssimas informações.

Por esta revisão da literatura, percebi que não havia estudos a respeito de dinâmica do Congresso, de seus personagens, bem como das posições que ocuparam na sociedade e no evento. Não havia informações sobre os agrupamentos no interior da reunião, ou sobre os possíveis embates ou opiniões dissonantes a respeito das recomendações aprovadas ao seu final. Com relação às questões sobre a educação, a bibliografia indicava, por suas lacunas, que havia a possibilidade de explorar a autoria das propostas, suas relações com outras demandas do *produtores*, com as diferentes atividades produtivas, e, assim, dimensioná-las no contexto geral do evento e, sobretudo, do pensamento econômico e social das classes que o conduziram. Foram essas lacunas que procurei preencher nesta tese, ao assumir o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial como objeto central da investigação.

Adotei a premissa de que para analisar as propostas de educação apresentadas por representantes das *classes produtoras* seria necessário conhecer a fundo o evento, desde a proposição ao desfecho, compreendendo-o como um acontecimento dinâmico e, portanto, passível de ser apreendido por diferentes abordagens. Optei por abordá-lo a partir dos seus

principais personagens, assumindo que para entender essa reunião e as propostas de ensino nela apresentadas seria necessário conhecer os *produtores* e o que, naquele contexto, significava ser membro das *classes produtoras*. Também busquei investigar o Congresso como memória, levando em consideração o fato de ter sido organizado com o intuito expresso de marcar a história de Minas Gerais. Nisto, segui a diretriz apontada por Georges Duby, em *O Domingo de Bouvines*, de que é preciso atentar para o jogo “raramente inocente, da memória e do esquecimento”, uma vez que o acontecimento “só existe pelo que dele se diz, pois é fabricado por aqueles que difundem a sua notoriedade”<sup>41</sup>.

Essa abordagem me permitiu ter acesso a um quadro complexo e revelador de importantes questões que envolveram a definição das medidas aprovadas no Congresso para a recuperação econômica de Minas Gerais, identificando referências e interlocutores. Além disso, deparei-me com a fluidez do evento e precisei aceitar que parte do que se passou nesse encontro de *produtores*, que mobilizou ainda políticos, jornalistas, famílias etc., não poderia ser apreendido e reconstruído, seja porque escapou a qualquer registro, seja porque os registros me escaparam. Desse modo, este trabalho, que partiu justamente do intuito de suprir lacunas identificadas na revisão bibliográfica, fatalmente apresentará outras brechas.

Como o intuito principal desta tese foi investigar os discursos e propostas relativos à educação e à formação profissional apresentados pelos *produtores*, parte importante do trabalho consistiu em definir a maneira como esse grupo seria tratado ao longo da investigação. Minha opção inicial, expressa nos objetivos do projeto de doutoramento, foi adotar a noção de “elites”, por meio da categoria “elites produtoras mineiras”. Para Flávio Heinz, a imprecisão do termo “elites”, percebida por alguns historiadores e cientistas sociais como uma deficiência, pode, entretanto, ser considerada “instrumental”, na medida em que permite o desenvolvimento de pesquisas sobre “grupos de indivíduos que ocupam posições-chave e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros”<sup>42</sup>. Como aponta o autor, a apropriação dessa noção “pelos historiadores permitiria [...] dar conta, através da microanálise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social”, aspectos que particularmente considerei para compreender as *classes produtoras*. Meu objetivo foi, partindo da definição do grupo com base em critérios comuns, buscar informações que permitissem estabelecer relações de

---

<sup>41</sup> DUBY, 1993, p.11-12.

<sup>42</sup> HEINZ, 2006, p.8.

pertencimento, sociabilidade e compartilhamento de interesses que apoiassem a compreensão de suas ações, discursos e propostas, principalmente, relacionados à educação.

Existem, no entanto, diferentes tendências metodológicas para o estudo historiográfico das elites. Há trabalhos que partem de um conceito estabelecido *a priori*, em geral, como um conjunto minoritário que detém o poder político ou econômico, cultural etc. Outros optam por investigar os indivíduos que em determinada época foram agrupados sob o termo. Há, ainda, estudos que não partem de uma definição de elite como categoria social, mas que, investigando os grupos que ocuparam, em determinado contexto, o topo da hierarquia social, buscam definir suas características em contextos específicos. Essas tendências relacionam-se, obviamente, com a natureza do objeto, o período e as fontes que compõem as investigações. Christophe Charle, por exemplo, assume em *Les élites de la République*, que, inclinado

a praticar a micro-história das elites e a apreender sob os planos social, histórico e simbólico o que os contemporâneos agruparam sob o termo [elites], [...] preferi ao nominalismo rígido o alargamento das fronteiras da palavra conforme as questões, tal como o naturalista muda a definição do seu microscópio de acordo com o fenômeno que deseja observar<sup>43</sup>.

Ao longo do trabalho constatei que, dada a heterogeneidade dos grupos que ocuparam posições-chave na sociedade e desfrutaram de privilégio e poderes, o rótulo *elites* não traria explicações satisfatórias sobre os representantes das *classes produtoras* reunidos no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, podendo suscitar a interpretação de que os *produtores* estivessem nivelados em um mesmo patamar econômico e social, o que não correspondia aos dados que vinham sendo obtidos na pesquisa documental. Além disso, nas fontes investigadas o termo *elites* não é utilizado para designar os participantes do Congresso. Por essas razões, optei por trabalhar com as expressões que na ocasião foram utilizadas para definir os grupos que se reuniram em Belo Horizonte, notadamente, *produtores* e *classes produtoras* e, menos frequentemente, *classes conservadoras* e *laboriosas*<sup>44</sup>.

Desta opção derivou uma mudança significativa com relação à metodologia utilizada no princípio da investigação, pois a análise deixou de ser orientada pelo conceito de *elites*, estabelecido em termos de categoria social, e passou a tentar responder se e de que modo os

---

<sup>43</sup> “Désireux de pratiquer la micro-histoire des élites et d’appréhender sur les plans social, historique et symbolique ce que les contemporains mettaient sous ce mot, confortés en outre par quelques bon travaux abordant des problèmes du même type, nous préférons au nominalisme rigide l’élargissement des frontières du mot au gré des enjeux, comme le naturaliste change la définition de son microscope selon le phénomène qu’il veut observer” (CHARLE, 2006, p.18). Tradução livre da autora.

<sup>44</sup> Além dessas expressões, os representantes do setor agrícola, que compunham a maior parte dos congressistas reunidos em 1903, eram designados pelos termos fazendeiro, agricultor, lavrador e criador, sem distinção entre o grande e o pequeno produtor.

representantes das *classes produtoras* compunham as elites do estado de Minas Gerais no começo do século XX. Nesse processo, deixei de me referir aos congressistas utilizando a expressão “elites produtoras” e passei a utilizar os termos de época, grafando-os em itálico para ressaltar que são apropriados com o sentido que lhes fora dado à época. Considerando que a utilização, pelo grupo, de expressões como *classes produtoras* e *classes conservadoras* fazia parte da representação de uma identidade comum, remetendo à ideia de coesão, foi preciso investigar a maneira como os *produtores* se representavam e como eram representados por seus contemporâneos, bem como suas propriedades sociais.

A investigação a respeito dos produtores foi ganhando maior importância na pesquisa na medida em que constatava a existência de relações entre a auto-representação, a expressão da identidade do grupo e as propostas educacionais, voltadas tanto para os próprios *produtores*, quanto para os demais trabalhadores. Ao construir essa identidade e ao forjar uma legitimidade como grupo distinto, os membros das *classes produtoras* atribuíam valores às diversas modalidades de instrução, visando a capacitar os próprios *produtores* na condução de suas atividades produtivas, a formar quadros técnicos de profissionais conhecedores dos melhores e mais modernos procedimentos aplicáveis à produção, e a preparar trabalhadores disciplinados e conhecedores de princípios necessários ao bom desenvolvimento da produção.

A análise dos resultados da investigação a respeito dos participantes do congresso de 1903 foi inspirada na perspectiva denominada por Charle como “micro-história social”<sup>45</sup>, em que o prefixo alude à escala dos objetos, tanto quanto ao modo como são apreendidos. Para Charle, a passagem do ponto de vista macro ao micro pode-se fazer pela lógica de um trabalho que aborda as particularidades do objeto estudado, como no caso das pesquisas sobre as elites, ou, mais genericamente, pela insatisfação em relação aos antigos métodos historiográficos. Em vez de tentar apreender milhares de indivíduos mediante “estatísticas intercambiáveis, mas conhecidas somente por meio de algumas variáveis pobres”, os historiadores buscaram “cada vez mais, conhecer intimamente, sob todos os recortes possíveis, pode-se dizer, as pequenas coletividades representativas de um problema”<sup>46</sup>. Nessa perspectiva, os grupos estudados seriam definidos por suas relações, pelas imagens que produzem uns dos outros, ou ainda, por sua capacidade de impor uma autoimagem a outros grupos e a seus membros. Privilegia-se, assim, a construção das hierarquias e distâncias

---

<sup>45</sup> CHARLE, 1993.

<sup>46</sup> Au lieu d’essayer de saisir des dizaines ou des centaines de milliers d’individus, statistiques interchangeables, mais connu seulement à travers quelques variables pauvres, les historiens de la dernière décennie ont, de plus en plus, voulu connaître intimement, sous toutes les coutures pourrait-on dire, des petites collectivités représentatives d’un problème. (CHARLE, 1993, p.48-9). Tradução livre da autora.

sociais, os conflitos e jogos de interesse entre os grupos e no interior de grupos aparentemente homogêneos. Trata-se de buscar compreender a complexidade de suas relações internas e com outros setores da sociedade.

Com relação às fontes, iniciei a pesquisa sobre o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial com os textos publicados na revista *Análise e Conjuntura*. Nessa etapa, as teses sobre o comércio, apresentadas pelo coronel Ignácio Burlamaqui, também presidente da Associação Comercial de Minas, e as teses sobre agropecuária de Carlos Sá Fortes, médico e pecuarista, chamaram-me a atenção por discutirem amplamente a instrução para o trabalho, trazendo respectivamente propostas para o ensino comercial e para o ensino agropecuário, nas quais davam grande importância ao ensino prático. No entanto, como o periódico não é uma edição *fac-símile* dos anais ou das atas do evento, mas uma compilação dos textos escritos pela comissão organizadora e das teses que elaborou para os debates na reunião, tornou-se necessário buscar os textos de época.

Sabendo que o Congresso fora convocado pelo presidente do estado, Francisco Salles, passei à leitura do jornal *Minas Geraes*, impresso oficial do estado. Nesse jornal, encontrei dezenas de artigos, publicados entre janeiro e junho de 1903, o que me possibilitou acompanhar, além da realização, a organização prévia do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Observei, além disso, a transcrição de artigos de outros periódicos, de Minas e do Rio, o que me levou a ampliar o escopo da pesquisa, agregando o *Jornal do Brasil*, a *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, publicados na cidade do Rio de Janeiro, e *O Pharol* e o *Jornal do Commercio*, de Juiz de Fora. Nesse processo, pude reunir muitos artigos, além dos que estavam na publicação da Fundação João Pinheiro. Encontrei, ainda, as atas das sessões, e constatei a inexistência dos anais da reunião.

Localizei quase todos os textos compilados na revista da *Fundação João Pinheiro*, alguns divididos em mais de um número do jornal. Percebi que na publicação da revista os textos não foram organizados na ordem cronológica em que apareceram no jornal – exceto o primeiro. Percebi, também, ao comparar os artigos e suas reproduções, alterações no vocabulário, na definição de parágrafos e notei que à revista faltavam notas explicativas que, no jornal, completavam alguns textos. Uma observação importante diz respeito ao texto de Carlos Sá Fortes sobre o ensino agropecuário, que não foi integralmente localizado no *Minas Geraes*. Somente após alguns meses de pesquisa, encontrei o relatório elaborado por Sá Fortes durante a preparação para o Congresso, do qual esse texto fazia parte, no Arquivo

Público Mineiro<sup>47</sup>. Além dos jornais, no decorrer da investigação, precisei incorporar outras fontes que traziam informações sobre os congressistas, o ensino profissional, as reuniões das *classes produtoras*, a legislação do período etc., de modo a compor para esta pesquisa um amplo e diversificado conjunto de documentos<sup>48</sup>.

Assim, no primeiro capítulo da tese, busco construir uma narrativa a respeito do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial a partir da cobertura dada pela imprensa, captando, além das ideias debatidas na reunião, a movimentação na cidade de Belo Horizonte, os eventos sociais que lhe circunscreveram, os encontros de *petits comités de produtores* que ocorreram paralelamente ao Congresso e sua repercussão. Procuo recuperar, por meio da realização de outros encontros de *produtores*, a mobilização das *classes produtoras* por sua organização e para o pleito, junto aos poderes públicos, de medidas que atendessem a seus interesses, o que vem a ser uma das razões, segundo penso, para a imediata adesão à proposta do Congresso, em 1903. Abordo, além disso, a crise econômica resultante das sucessivas quedas na renda obtida com a exportação de café, que preocupava os *produtores* e que motivou a convocação da reunião, por Salles e Pinheiro. Investigo quem eram os membros da Comissão Fundamental, responsáveis pelas teses a serem debatidas na reunião, assim como observo o processo de definição dessas teses. Por fim, apresento os acontecimentos que marcaram a realização do Congresso, destacando os principais assuntos debatidos, ciente de que, assim como no caso das questões relativas à educação, muitos deles mereceriam receber uma abordagem vertical, que revelasse aspectos imperceptíveis ou dissonantes da leitura geral.

O segundo capítulo é dedicado aos congressistas. Inicialmente, investigo as *classes produtoras* como representação, buscando mostrar o significado que a expressão tinha entre os contemporâneos, que a utilizavam para designar segmentos específicos da sociedade. Em seguida, apresento a representação de Minas Gerais no Congresso de 1903, elaborada com base no levantamento dos municípios representados na reunião. Como o estado era marcado por diferenças regionais significativas, conformando uma espécie de “mosaico”<sup>49</sup>, procuro relacionar a origem dos congressistas aos aspectos regionais, notadamente àqueles ligados à produção. Outro aspecto analisado nesse capítulo é atuação dos *produtores* na reunião, observando a hierarquia das participações e a dinâmica do evento. Uma vez que as atas do Congresso de 1903 indicam que os participantes tiveram diferentes condições e variado

---

<sup>47</sup> FORTES, 1903.

<sup>48</sup> Ao citá-los, optei por sempre atualizar a grafia.

<sup>49</sup> Termo utilizado por John Wirth (1982) para ressaltar as diferenças regionais de Minas Gerais na Primeira República.



empenho para expressar e defender suas ideias, tomei a posse da palavra como critério de distinção para a identificação do grupo mais ativo no evento. Foram obtidos 30 nomes, a partir dos quais desenvolvi um estudo prosopográfico, baseado no levantamento de informações a respeito de suas famílias, formação escolar, ocupações e atividades políticas. Assim, pretendi trazer à tese elementos extradiscursivos que permitissem definir as propriedades e o posicionamento social desses membros das *classes produtoras*.

No terceiro capítulo, volto-me aos debates sobre o ensino profissional, comparando as propostas apresentadas pelos representantes das *classes produtoras* em 1903 com as de outros discursos contemporâneos sobre o ensino profissional, em busca de especificidades e aspectos comuns. Para tanto, elegi como ponto de comparação os artigos sobre educação publicados durante a década de 1890 em três periódicos “especializados” no mundo da produção, dois deles direcionados especificamente às atividades agrícolas, o *Jornal do Agricultor* e a *Revista Agrícola*, publicados respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e a *Revista Industrial de Minas Geraes*, que, conforme seu programa, publicaria tudo o que relacionasse à indústria mineira. Os autores desses artigos, a que denomino “especialistas”, eram homens envolvidos com o ensino profissional, principalmente agrícola, e em sua maioria engenheiros agrônomos que se arrogavam o direito de definir os rumos a ser tomados para fomentar o progresso produtivo no país. Esses homens foram os principais interlocutores dos *produtores* no que diz respeito ao ensino profissional. Para desenvolver a análise comparativa entre os dois grupos, estabeleci eixos que aglutinam as diversas facetas do debate sobre o ensino: o primeiro deles é a mobilização das ideias de crise, atraso e ignorância, que estão na base da argumentação dos diferentes atores, não obstante haver diferentes propostas de ensino, inclusive entre representantes dos mesmos grupos; o segundo relaciona-se à pretensa superioridade dos “especialistas” em contraposição à ignorância de *produtores* e trabalhadores; o terceiro diz respeito aos diversos modelos de ensino profissional então pleiteados, que resultam na proposição de um conjunto variado de modalidades de instrução.

No quarto capítulo, verticalizo a análise das propostas de ensino apresentadas por representantes das *classes produtoras* durante a organização e a realização do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. A investigação parte da constatação de que para os participantes do evento a educação, em suas diversas formas, seria uma das principais soluções para a crise econômica do estado, por possibilitar sanar a deficiência de conhecimentos profissionais, dos *produtores* e seus empregados e por ser um importante meio de difusão dos hábitos de trabalho que formariam a desejada mão de obra nacional, assídua e disciplinada. Assim, procurei realizar um inventário das propostas de ensino, refutando de

imediatamente a ideia de que do Congresso de 1903 tenha resultado um projeto, ou seja, um planejamento definido e orgânico a respeito de como deveriam ser estabelecidas as diretrizes do ensino profissional em Minas Gerais. Não obstante as diversas propostas que surgiram e foram aprovadas durante a reunião, busquei analisá-las a partir de pontos comuns, tendo para isso estabelecido três eixos de análise, expressos na instrução dos grupos que dirigiam as atividades produtivas (proprietários e técnicos), na organização das relações de trabalho e na formação do trabalhador.

## Capítulo 1

### *Para os grandes males, os grandes remédios*

*Ora, para os grandes males, os grandes remédios; e foi fundado nisto que o benemérito governo do ilustre dr. Francisco Salles chama a uma grande reunião os representantes destas três classes para ali se exporem com toda a clareza e a maior franqueza as condições precárias das três poderosíssimas alavancas da nossa prosperidade<sup>50</sup>.*

#### 1.1– Belo Horizonte em festa

No dia 12 de maio de 1903, Belo Horizonte estava em ritmo festivo. “Duas bandas de música tocaram à noite na Rua da Bahia, tendo os bondes trafegado desde cedo sempre cheios”<sup>51</sup>. Viam-se representantes dos diversos municípios mineiros, mais de cem, segundo estimativas publicadas no jornal *Minas Geraes*, e outros tantos ainda eram esperados. A cidade estava “embandeirada”. Na Avenida da Liberdade havia festas, barraquinhas e quermesse em favor da Capela do Coração de Jesus. Os hotéis estavam “lotados e os cômodos [eram] disputados por empenho”. Divulgava-se que o dia 13 de maio se tornaria uma data “duplamente gloriosa na história política de Minas”, porque, além de “lembrar a redenção do braço escravo”, a data de abertura do I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial passaria a marcar “a realização do *desideratum* dos governos democráticos, a colaboração direta do povo na obra governamental”<sup>52</sup>. Na capital mineira, diversos órgãos da imprensa buscavam registrar e divulgar tudo o que envolvia o evento<sup>53</sup>. Os jornais noticiavam que na alvorada do dia 13 haveria uma salva de vinte e um tiros e que a noite seria brindada com uma “*grande marche aux flambeaux*”<sup>54</sup>. Bondes e carros especiais ficaram à disposição para que os

<sup>50</sup> GRANDE BENEFÍCIO. *Gazeta de Minas*. Oliveira, 08 de fevereiro de 1903, p.1.

<sup>51</sup> CONGRESSO...*Minas Geraes*. Belo Horizonte, 13 de maio de 1903, p.4.

<sup>52</sup> JORNAL DO COMMERCIO. In: *Minas Geraes*. Belo Horizonte, 13 de maio de 1903, p.2.

<sup>53</sup> “Jornal do Commercio, do Rio, por Joaquim Lacerda; *Gazeta de Notícias*, por Júlio Barbosa; *A Notícia*, por Assis das Chagas; *Jornal do Brasil*, por Amadeu de Beaupaire Rohan; *Commercio de Minas*, por José Neves e Alyrio Carneiro; *Diário Popular e Revista Agrícola de S. Paulo*, por Assis das Chagas e Julio Lemos; *Gazeta de Leopoldina*, pelo dr. Juscelino Barbosa; *A Democracia*, por Ferreira de Carvalho; *O Pharol*, pelo dr. Josino de Araújo e Navantino Santos; *Jornal do Commercio de Juiz de Fora*, por Estevam de Oliveira; *O Arauto*, por Josias de Azevedo; *Gazeta de Uberaba*, por R. da Cunha; *O Juvenil*, por C. Castanheira; *O Pitanguy*, por Thomaz de Andrade; *Gazeta de Sacramento*, por José Martins de Mello Junior; *O Viajante*, por Alberto Silva; *Lavoura e Commercio*, pelo dr. Fidelis dos Reis e este jornal por Francisco Murta” (CONGRESSO...*MINAS GERAES*, 14 e 15 de maio de 1903, p.7).

<sup>54</sup> Trata-se uma espécie de procissão noturna em que os participantes conduzem tochas ou castiçais.

visitantes pudessem conhecer a nova capital mineira. Francisco Soucasaux ficou incumbido de fotografar<sup>55</sup>, e um requintado jantar de gala foi organizado. Tudo isso para saudar a realização do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, entre os dias 13 e 19 de maio de 1903.

Muitas expectativas foram criadas em torno desse evento, desde o primeiro momento, pensado e organizado para assumir grandes proporções e ser um marco na história de Minas Gerais. Uma rede de debates, ampliados e incentivados pela imprensa – também convocada a tomar parte no que foi chamado de “uma cruzada bendita encetada e levada a efeito para a conquista do progresso e riqueza do Estado” – fez com que tivesse uma grande repercussão<sup>56</sup>. E, se um acontecimento ganha valor na medida em que tem ressonância, como afirma Duby, então o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial realizou os propósitos de seus idealizadores, mobilizando dezenas de pessoas residentes nas diversas regiões do estado e fora dele<sup>57</sup>. Nesse movimento, o jornal *Minas Geraes*, impresso oficial do estado, assumiu um papel fundamental: não só acompanhou a realização do congresso, publicando atas e conclusões, como também sua organização desde o momento em que foi anunciado por Francisco Salles, presidente mineiro, no final do ano de 1902. Muitas publicações do *Minas Geraes* foram replicadas em outros impressos, assim como textos sobre o evento, selecionados de diversos periódicos do estado, apareceram em suas páginas. O órgão oficial publicou também artigos escritos por homens que pretendiam narrar experiências ou dar opiniões, subsidiando os debates que ocorreriam no congresso.

A imprensa assumiu papel de destaque no evento, e seus representantes, que acompanharam a reunião em Belo Horizonte, ganharam um tratamento muito especial. Receberam homenagem em sessão solene, foram convidados para banquetes, trafegaram em bondes especiais. Amadeu Roham, representante do *Jornal do Brasil*, comentou em uma de

---

<sup>55</sup> Nesse momento, o imigrante português Francisco Soucasaux gozava de grande prestígio por sua atuação como industrial, construtor e, principalmente, por suas práticas fotográficas. Juntamente com Alfredo Camarate, Adolfo Radice, João da Cruz Salles e Raimundo Alves Pinto integrou o Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da cidade de Belo Horizonte (CAMPOS, 2007).

<sup>56</sup> CONGRESSO...Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 e 27 de janeiro de 1903, p.3.

<sup>57</sup> Segundo Duby (1993, p. 14-15), “os acontecimentos são como a espuma da história, bolhas que, grandes ou pequenas, irrompem na superfície e, ao estourar, provocam ondas que se propagam a maior ou menor distância”. Assim, eles deixam marcas que lhe conferem existência. Conforme Duby, essas marcas são de dois tipos: “as difusas, instáveis, numerosas, residem, claras ou emaranhadas, consistentes ou fugazes, na memória dos homens do nosso tempo”; e as que chamamos documentos, “de uma presença material, e por consequência tangíveis, apreensíveis, mensuráveis”. Essas “constituem a base ainda sólida, se bem que aqui e ali danificada, desmoronada, sobre a qual se apoiam outros indícios, aqueles que vivem nas memórias”.

suas publicações que foi acolhido “com as mais sinceras manifestações de apreço por parte do generoso povo mineiro”<sup>58</sup>, registrando que

[...] um lauto e profuso banquete foi oferecido pela redação do *Commercio de Minas*, aos representantes da imprensa fluminense.

Os jornalistas mineiros, não contentes com as atenções e distinções com que a imprensa fluminense foi aqui recebida, quis [sic] fechar com chave de ouro as festas em homenagem à imprensa do Rio e, de fato, conseguiu [sic] o seu *desideratum*<sup>59</sup>.

Júlio Barbosa, da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, mencionou que os representantes dos jornais fluminenses foram hospedados no Grande Hotel e que carros foram postos a sua disposição<sup>60</sup>. Sabia-se que os jornalistas seriam as testemunhas-chave do evento e que suas narrativas e interpretações seriam largamente divulgadas entre os contemporâneos, produzindo assim a almejada ressonância. Por isso, houve grande empenho dos organizadores do Congresso em atrair e bajular os representantes da imprensa, que, por sua vez, produziram “notas desenvolvidas” sobre os acontecimentos em Belo Horizonte, em alguns casos, trazendo informações divergentes das atas publicadas pelo jornal *Minas Geraes*, ou nelas inexistentes. Algumas menos, outras mais comprometidas com o governo mineiro, como o representante da folha oficial, essas testemunhas foram incumbidas de informar sobre o congresso e o fizeram, aliás, sem poupar o leitor de detalhes. Passeios por Belo Horizonte, visitas solenes, o número do quarto em que se hospedou uma figura ilustre, as posições que ocuparam na mesa durante o banquete: nada poderia escapar. Como afirmou Josino de Araújo, representante *d’O Pharol*, de Juiz de Fora, era preciso tornar o impresso “bem informado acerca do movimento festoso da capital”<sup>61</sup>.

Além da imprensa, “filhos de diversas e afastadas zonas” atenderam ao chamado para “serem úteis à pátria que lhes serviu de berço, [...] vencendo distâncias e sacrificando interesses”<sup>62</sup>. Eram mais de cento e cinquenta delegados presentes na sessão preparatória; cerca de duzentos responderam à chamada da primeira sessão. Afonso Arinos de Melo Franco, ao escrever a biografia de seu pai, Afrânio Melo Franco, figura de destaque no evento, afirmou que no Congresso estiveram “juristas, engenheiros, professores, médicos, economistas, comerciantes, fazendeiros e industriais”, compondo “uma reunião bem

<sup>58</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL... *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1903, p.3.

<sup>59</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL... *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1903, p.3.

<sup>60</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1903, p.1.

<sup>61</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL. *O Pharol*. Juiz de Fora, 13 de maio de 1903, p.1.

<sup>62</sup> CONGRESSO...*Minas Geraes*. Belo Horizonte, 14 e 15 de maio de 1903, p.7.

expressiva da média das tendências mineiras na ocasião, média tomada no meio das classes produtoras e da elite intelectual”<sup>63</sup>.

Conforme as normas estabelecidas pela comissão organizadora do evento, cada câmara municipal poderia indicar um agricultor. Já o comerciante, seria escolhido “pela reunião dos de sua classe em cada município, cabendo à associação Comercial do Estado a superior direção destas eleições”. Os industriais foram convidados diretamente pela própria comissão, e o governo ficou encarregado de providenciar “passagem gratuita nas vias férreas” para os representantes escolhidos<sup>64</sup>.

O Congresso de 1903 nasceu para ser grande, porque a ele foi atribuída a tarefa de colaborar com o governo “na obra patriótica de resolver problemas palpitantes”<sup>65</sup>. A iniciativa de reunir representantes das principais atividades produtivas do estado de Minas Gerais, a fim de debater medidas para alavancar o progresso econômico, soou para muitos grandiosa, fecunda e patriótica, pois o momento era de crise e a recuperação era ansiosamente aguardada. Foi ela, portanto, motivo de orgulho para os mineiros, conforme a *Folha de Lavras*, pois “o Presidente de Minas, baseado no mais amplo princípio de liberdade, chama aqueles cujos sofrimentos repercutem dolorosamente no organismo governativo, para de comum acordo aplicar os remédios que entibiem a marcha do terrível mal”<sup>66</sup>.

Enquanto alguns jornais ressaltavam a intenção de Salles de atender as necessidades da agricultura, comércio e indústria, outros indicavam o intuito do presidente de se aproximar das “classes conservadoras de cujo apoio necessita para facilitar o governo e a administração”. Havia, ainda, os que viam na organização do evento um intuito exclusivamente político: “o presidente de Minas, com uma previdência e sofreguidão que deixa a perder de vista a dos políticos da Bahia, quis apenas aplainar terreno para assentar a candidatura do dr. João Pinheiro ao próximo período presidencial do Estado”<sup>67</sup>.

Segundo o próprio Pinheiro, em carta a um amigo, ao assumir o governo de Minas, Salles teria demonstrado o desejo de que ele retornasse à política. Ambos se encontravam para tratar desse retorno, que a princípio parecia não entusiasmar Pinheiro, e nessas ocasiões discutiam também o “problema econômico brasileiro”, do que teria surgido a ideia de organização um congresso. Pinheiro aponta que na ocasião suas intenções eram suprimir politicagens, incentivar as atividades produtivas com prêmios, “garantir ao menos o mercado

---

<sup>63</sup> MELO FRANCO, 1955, p.329-30.

<sup>64</sup> CONGRESSO...Minas Geraes. Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1903, p.3.

<sup>65</sup> CONGRESSO...Minas Geraes. Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1903, p.1.

<sup>66</sup> GOVERNO...Folha de Lavras. In: Minas Geraes. Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 1903, p.1.

<sup>67</sup> ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. 24 de junho de 1903, p.1.

interno à produção brasileira; criar o ensino técnico, para controlar a ação do nefasto bacharelismo, causa principal de todos os males”. Assim, pretendia ligar a República “à sorte das classes conservadoras, incorporando nela o proletariado, valorizando o trabalho nacional”<sup>68</sup>. Como hábil político, é bem provável que Salles não perdesse de vista a crescente mobilização e organização das *classes conservadoras*, visando pleitear seus interesses perante o governo. E, ao convocar esse grupo para auxiliar na definição das medidas econômicas que seriam tomadas, por meio do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, o presidente do estado pode ter pretendido evitar mobilizações independentes e, sobretudo, impedir que as *classes produtoras* ou *conservadoras* – expressões que eram usadas para designar os grupos ligados aos setores produtivos, principalmente agropecuários – fizessem oposição aberta ao governo, tal como acontecera com seu antecessor, Silviano Brandão.

### 1.2 – O movimento das *classes produtoras* mineiras

Salles e Pinheiro certamente percebiam a crescente organização das *classes produtoras*, não só em Minas Gerais. Cerca de três anos antes, em 1899, o presidente do estado, Silviano Brandão, enfrentara protestos após a aprovação do imposto territorial. A imprensa acompanhou de perto reuniões de fazendeiros, que exigiam a suspensão da cobrança. Levantou-se a possibilidade de revolta armada. Os *produtores* diziam compor uma classe, que unida se tornaria invencível. Precisavam, portanto, firmar uma união, ensaiada desde o último quartel do século XIX. Esse movimento, iniciado ainda no Império, esteve fortemente relacionado ao colapso da escravidão e demonstrou o intuito de criar meios para fortalecer a defesa dos interesses dessas classes perante o Estado e a sociedade.

Conforme Mendonça, os clubes da lavoura foram os primeiros ensaios de organização da classe agrícola, “numa clara tentativa de controle sobre as mudanças em curso” nos últimos anos do Império<sup>69</sup>. Para a autora, “a despeito de suas diferenças, a expansão dos clubes da lavoura, de caráter municipal, representaria uma primeira tentativa de formalizar a natureza corporativa das reivindicações agrárias”. Essa institucionalização dos interesses dos produtores agrícolas se afirma nos primeiros anos do regime republicano, tendo o Rio de Janeiro, com a Sociedade Nacional de Agricultura, criada em 1897, como importante polo

---

<sup>68</sup> SILVA, 1905b.

<sup>69</sup> MENDONÇA, 1997, p.41.

dispersor<sup>70</sup>. Em Minas Gerais, foi na zona da Mata, principalmente no município de Juiz de Fora, que esse movimento ganhou forças e se espalhou para outras regiões. No final do século XIX, com a mudança da capital mineira, Belo Horizonte tende a assumir essa posição, tornando-se o centro agregador das demandas das *classes produtoras* das diferentes regiões do estado de Minas.

O Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 ocorreu, portanto, em meio à crescente mobilização dos *produtores* e, ainda que seja considerado a mais expressiva reunião das elites mineiras até aquele momento, certamente não foi um evento isolado<sup>71</sup>. A grande cobertura da imprensa, que o tornou objeto de uma repercussão possivelmente inédita no estado, pode levar à interpretação equivocada de que o Congresso tenha representado uma iniciativa pioneira de organização dos *produtores*. Contudo, desde o final do século XIX, os jornais mineiros vinham noticiando a ocorrência de diversas reuniões de proprietários agrícolas e comerciantes visando à definição e à luta por interesses comuns<sup>72</sup>.

No ano de 1878, os grandes produtores mineiros haviam aderido ao convite do presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Agricultura, Visconde de Sinimbu, para se reunirem em um congresso agrícola com os grandes produtores de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, principais regiões produtoras de café do país. Esse homens visavam a levantar os meios de animar a “lavoura nacional”<sup>73</sup>. Segundo Sinimbu,

Os interesses da grande lavoura, a qual, na situação atual, é ainda a base da riqueza e prosperidade nacionais, ocupam séria e vivamente a atenção do Governo Imperial, que [...] está disposto a animá-los e promovê-los em tudo quanto depender da ação dos Poderes Públicos<sup>74</sup>.

A proposta da reunião fora bem acolhida pelos *lavradores*, que se mobilizaram nas quatro províncias para definir seus representantes e as respostas que dariam ao questionário

---

<sup>70</sup> Em São Paulo, no ano de 1895, um grupo de fazendeiros, liderados por Domingos Jaguaribe, criou a Sociedade Pastoril e Agrícola, com a finalidade de fomentar o progresso das atividades agropastoris naquele estado. Para tanto, a Sociedade criou a *Revista Agrícola*, em torno da qual se reuniram grandes fazendeiros, cientistas, agrônomos e outros.

<sup>71</sup> Em fevereiro de 1903, em São Paulo, aconteceu um Congresso Agrícola que teria reunido cerca de 700 lavradores. O objetivo dessa reunião também foi levantar medidas urgentes contra a crise econômica para apresentar ao governo daquele estado.

<sup>72</sup> Wirth (1982, p.179) aponta que, em 1898, “os grupos ‘lavouristas’ estavam-se formando em todo o estado, assim como os paulistas por motivos semelhantes”.

<sup>73</sup> Em resposta ao congresso no Rio de Janeiro que excluía a participação das demais províncias, os fazendeiros nordestinos se reuniram na cidade do Recife, em outubro de 1878, por iniciativa dos membros da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Segundo Simão (2001, p.14), desse evento “participaram não somente os proprietários rurais da região de Pernambuco, como também aqueles que usavam o mercado da cidade como zona de exportação de seus produtos; representava assim, em grande medida, o setor agrícola na região Nordeste [sic] reunindo principalmente os produtores de açúcar e algodão”.

<sup>74</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.1.



proposto pelo Ministro<sup>75</sup>. Conforme ressaltou Júlio Cesar de Moraes Carneiro, representante de Mar de Espanha e Muriaé, a lavoura “deseja e pede medidas práticas, medidas eficazes, medidas imediatas; porque cumpre dizer francamente, a lavoura do país já está cansada de tantas e tão improficuas discussões parlamentares”<sup>76</sup>. Para os fazendeiros, nenhum outro grupo poderia conhecer melhor tais medidas do que a classe agrícola, que sustentava suas propostas na prática de lidar com a grande lavoura.

O congresso de 1878 reuniu cerca de quatrocentos *lavradores* e, conforme Fonseca, foi a primeira iniciativa do Estado de consultar os proprietários agrícolas “para estabelecer as diretrizes de encaminhamento da crise gerada pela emancipação progressiva dos escravos, que vinha ocorrendo desde 1850”<sup>77</sup>. A iniciativa estimulava a organização das *classes conservadoras*, a fim de que pudessem indicar os que iriam representá-los no evento e definir quais seriam os interesses comuns<sup>78</sup>. José Murilo de Carvalho afirma que quase todos os participantes do evento haviam “sido eleitos em reuniões de fazendeiros de diversos municípios”, e alguns “foram indicados pelas câmaras municipais ou por associações de classe”. Para o historiador, “mais de mil fazendeiros se envolveram de uma maneira ou de outra no Congresso”<sup>79</sup>.

A reunião foi bastante felicitada pela imprensa, que incentivou a participação dos fazendeiros. O diretor do *Pharol* ressaltou a importância de procurarem “influir nas decisões do governo”, já que seriam os mais interessados no triunfo da lavoura. Para ele, o congresso proporcionaria “aos lavradores a ocasião de, pessoalmente, pugnam por seus interesses”<sup>80</sup>. Para *O Cruzeiro*, jornal fluminense, o evento possibilitaria “um conhecimento mais aproximado possível das necessidades da lavoura” e mostrava “que a tal ponto se prezam os conhecimentos dos lavradores, que são julgados capazes de auxiliarem os estadistas”<sup>81</sup>. Desse modo, foi estimulada a organização da classe agrícola, divulgando e reforçando a ideia de que

---

<sup>75</sup> São propostas sete questões aos *produtores*: "I) Quais as necessidades urgentes e imediatas da grande lavoura?; II) É muito sensível a falta de braços para manter, ou melhorar ou desenvolver os atuais estabelecimentos da grande lavoura?; III) Qual o modo mais eficaz e conveniente de suprimir essa falta? IV) Poder-se-ia esperar que os ingênuos, filhos de escravas constituam um elemento de trabalho livre e permanente na grande propriedade? No caso contrário, quais os meios para reorganizar o trabalho agrícola?; V) A grande lavoura sente carência de capitais? No caso afirmativo, é devido este fato à falta absoluta deles no país, ou à depressão do crédito agrícola?; VI) Qual o meio de levantar o crédito agrícola? Convém criar estabelecimentos especiais? Como fundá-los?; e VII) Na lavoura têm-se introduzido melhoramentos? Quais? Há urgência de outros? Como realizá-los?" (CONGRESSO..., 1878, p.2).

<sup>76</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.146.

<sup>77</sup> FONSECA, 2004, p.1.

<sup>78</sup> Em contagem aproximada dos participantes do congresso por província, pois alguns representavam mais de uma, José Murilo de Carvalho (1988, p.VI) estima que 75 eram de Minas Gerais, o que correspondia a cerca de 17% do público do evento.

<sup>79</sup> CARVALHO, 1988, p.VI.

<sup>80</sup> O CONGRESSO AGRÍCOLA. *Pharol*. Juiz de Fora, 20 de junho de 1878, p.1.

<sup>81</sup> O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1878, p.1.

a própria classe deveria ser “órgão de sua representação perante o governo”, pois “ninguém pode conhecer melhor seus interesses e necessidades do que os próprios agricultores” – noção que se tornava um traço marcante na autoimagem dos *produtores* no final do século XIX<sup>82</sup>.

No discurso de abertura do congresso de 1878, Sinimbu afirmou que o país vivia uma “profunda evolução social”, pela completa transformação das condições de trabalho em virtude das medidas contra a escravidão, o que representou “um golpe profundo desfechado na grande propriedade”, levando-a à crise<sup>83</sup>. Por isso, seria preciso, “sem pensar um só momento em voltar atrás, procurar os meios convenientes e eficazes para a debelar, reconstruindo a propriedade rural sobre as bases do trabalho livre”. Sinimbu, também chefe do Partido Liberal, que havia chegado ao poder naquele ano após um decênio de domínio dos conservadores, defendia o estabelecimento de umnexo entre a grande lavoura e o Estado para solucionar os problemas enfrentados na transição. Ele também lembrava seus interlocutores, representantes da grande lavoura, que o crescimento da riqueza diminuiria a dependência em relação ao Estado, o que seria a “mais sólida garantia da liberdade”<sup>84</sup>.

Ameaçados pelo fim iminente do regime escravocrata, desde o estabelecimento da Lei do Ventre Livre em 1871, e ensaiando os primeiros passos em direção à organização da classe, os participantes do congresso 1878 explicitaram representações sobre como enfrentar a transição para o trabalho livre e, com isso, revelaram suas visões sobre a sociedade, o Estado e a economia. Nesse quadro, apresentam questões essenciais para a compreensão do pensamento e ação das *classes produtoras* mineiras para a educação e para o ensino profissional, nas últimas décadas do século XIX.

Naquela ocasião, os debates centraram-se na questão do crédito agrícola e na garantia da mão de obra. De modo geral, os participantes do evento concordavam que essas questões constituíam as bases para o desenvolvimento da grande lavoura. No entanto, os encaminhamentos que deram a elas foram distintos, conforme a diversidade de interesses de regiões com diferentes situações econômicas. Segundo Simão, no congresso havia representantes de dois tipos de agricultura: “por um lado, uma lavoura em crise de capitais, como no caso de Minas Gerais, e avistando possível crise de mão de obra devido à inevitabilidade da abolição”; e outra, representada pelos paulistas, “em pleno desenvolvimento econômico, para a qual os capitais existiam em relativa abundância, [e] cuja

---

<sup>82</sup> NOSSA AGRICULTURA. A Reforma. Rio de Janeiro, 02 de junho de 1878, p.1.

<sup>83</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA, 1878, p.125.

<sup>84</sup> Ibidem, p.128.

maior preocupação era garantir trabalhadores em número suficiente para suprir sua crescente demanda por mão de obra”<sup>85</sup>.

Em diversos momentos do congresso é possível notar a aproximação entre mineiros, principalmente da zona da Mata, e fluminenses. Houve casos em que um mesmo delegado foi escolhido para representar, concomitantemente, os interesses de municípios da zona da Mata e do Rio de Janeiro, como Christiano Ottoni, que representava Juiz de Fora (MG) e Paraíba do Sul (RJ). Além da proximidade geográfica, que algumas vezes se sobrepunha aos limites político-administrativos provinciais, é preciso considerar que o desenvolvimento da cafeicultura na Mata esteve estreitamente ligado ao Rio de Janeiro, cujo centro comercial foi o principal espaço de exportação da produção mineira, no final do século XIX. Essa aproximação já se apresentava na preparação para o evento, com a reunião de alguns fazendeiros do Rio e de Minas para a definição de seus delegados, como noticia o *Pharol*:

Teve lugar na Serraria, no dia 25 do corrente, uma reunião de lavradores importantes desta província e da do Rio de Janeiro, a convite e sob a presidência de Sr. conselheiro Pedro de Alcântara, servindo de secretário o Dr. C. De Andrade, e resolveram nomear uma comissão [...] para os representar no Congresso Agrícola<sup>86</sup>.

Entre os Congressos de 1878 e 1903, diversas reuniões de *produtores* foram noticiadas e, sobretudo, a partir dos primeiros sinais de queda no preço do café, esse movimento se intensificou. Em 1896, lavradores de Cataguases (MG) comunicaram a fundação de um “Club da Lavoura”, visando a estabelecer uma unidade de ação entre os “lavradores” dos municípios da Mata. Previam a constituição de uma confederação com diretório central e a realização da “reunião periódica de um congresso agrícola, em cujo seio se promova solução aos problemas que mais interessam a toda classe, como se pratica em vários países da Europa<sup>87</sup>”. Essas reuniões ganharam força na década de 1890 e, com o estabelecimento do imposto territorial, em 1899, o movimento das *classes conservadoras* despertou preocupação nos poderes públicos<sup>88</sup>.

Poucos dias após a aprovação do imposto territorial pelo Senado de Minas, alguns proprietários rurais da Mata reuniram-se em S. Roque para debater a questão<sup>89</sup>. Conforme o *Jornal do Commercio*, de Juiz de Fora, francamente favorável à iniciativa, tratava-se de “imponentíssima reunião de agricultores, em número aproximado de duzentos, dentre os mais

<sup>85</sup> SIMÃO, 2004, p.15.

<sup>86</sup> NOTICIÁRIO. *Pharol*. Juiz de Fora, 27 de junho de 1878, p.1.

<sup>87</sup> A LAVOURA...O Paiz. Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1896, p.3.

<sup>88</sup> MINAS GERAIS. Lei n. 271, de 01 de setembro de 1899.

<sup>89</sup> A reunião aconteceu na fazenda de S. Roque, de propriedade de Alberto Passos. Por isso, alguns artigos de jornais a ela se referem como “a reunião de S. Roque”.

distintos e conceituados dos municípios de Juiz de fora, Mar de Hespanha, Guarará e S. João Nepomuceno”. Nesse encontro, foi proposta a criação de um *club* da lavoura e comércio, “para dirigir o movimento agrícola no estado, e promover a instalação de outros clubs nos demais municípios”<sup>90</sup>. João Nogueira Penido Filho<sup>91</sup>, presidente da reunião, ressaltava seu contentamento em ver o grande número de pessoas presentes, todos “presos pelos mesmos laços de solidariedade da classe, dispostos a pugnar com todas as forças, com firmeza e energia, pelos seus direitos, mas dominados pelo mesmo sentimento da mais absoluta concórdia, resistência dentro da lei, de respeito às autoridades constituídas”<sup>92</sup>. Na ocasião, os fazendeiros se organizavam para elaborar uma representação de suas demandas, que seria enviada ao governo do estado. Nesse documento, pediam a

Eliminação do imposto iníquo de 11% sobre a exportação, e sua substituição pelo territorial, sendo adiada a cobrança deste até que o congresso mineiro se pronuncie sobre a vantagem de ser ele calculado sobre o valor venal das terras e não sobre as benfeitorias; e finalmente calcular o imposto de exportação sobre o preço líquido obtido pelo café<sup>93</sup>.

Não obstante a demanda, esse grupo de cafeicultores considerava o imposto territorial a melhor alternativa para a substituição do imposto de exportação, até aquele momento, principal fonte de arrecadação do estado. Conforme os jornais, a taxa do imposto de exportação, fixada em 11%, era efetivamente de 16%, uma vez que era calculada sobre o preço bruto do café e não sobre o preço líquido obtido pelo produtor. Além disso, os cafeicultores queixavam-se de arcar com a pesada cobrança, enquanto *produtores* de outros gêneros e criadores, que atendiam ao mercado interno, não contribuíam na mesma proporção. Eles não contavam, no entanto, que a fórmula adotada pelo governo para a cobrança do imposto territorial incluísse a taxação sobre as benfeitorias existentes, como, por exemplo, as plantações de café. Com essa inclusão, viram-se mais uma vez prejudicados. Esse movimento, cujo estopim foi a aprovação do novo imposto, revelou outros pontos de insatisfação das classes agrícolas: em sua representação, exigiam a redução das tarifas de transporte, crédito agrícola, leis de organização das relações de trabalho e de repressão à vadiagem. Alguns

---

<sup>90</sup> IMPORTANTE REUNIÃO. Jornal do Commercio. Juiz de Fora, 19 de setembro de 1899, p.1.

<sup>91</sup> João Nogueira Penido Filho, Eugênio Teixeira Leite e José Joaquim Monteiro de Andrade foram escolhidos para dirigir a instalação do *club*. Ambrósio Braga e o Barão de Catas Altas também foram indicados para compor essa comissão dirigente, mas não há confirmação de que seus nomes foram aceitos. Em 1903, Monteiro de Andrade foi um dos escolhidos pelo presidente do Estado, Francisco Salles, para compor a Comissão Fundamental do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial.

<sup>92</sup> IMPORTANTE REUNIÃO. Jornal do Commercio. Juiz de Fora, 19 de setembro de 1899, p.1.

<sup>93</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA. Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 de outubro de 1899, p.4.

desses pontos já haviam sido colocados em pauta no congresso de 1878 e foram retomados em encontros posteriores.

A imprensa mineira e fluminense acompanhou o movimento dos *produtores*. Para *O Pharol*, essa mobilização representava um “sintoma precursor de atividade e ação entre as classes conservadoras do Estado; [...] já era tempo da lavoura se levantar do letargo criminoso e indiferente a que se entregara influenciada pela politicagem inepta e pelo desânimo e falta de virilidade”<sup>94</sup>. Desconsiderava o articulista d’*O Pharol*, que a “inatividade” das classes agrícolas vinha sendo rompida, como demonstram as reuniões, os ensaios de clubes e associações etc., noticiados no próprio *O Pharol*. Possivelmente, foram essas iniciativas de associativismo que permitiram a rápida mobilização de grande número de “lavradores” contra o novo imposto.

*O Pharol*, mais resistente à interferência do Estado nas decisões concernentes à lavoura, sugeria aos fazendeiros que mantivessem cautela em relação aos “embaixadores oficiais”, representantes dos governos que participavam de suas reuniões. O periódico publicou uma série de artigos sobre o “movimento da lavoura” nos dias que se seguiram à realização da reunião em S. Roque. Esses artigos, cuja maior parte foi assinada por Augusto Penna, indicam uma posição francamente oposicionista ao governo de Minas Gerais e bastante crítica em relação ao executivo de Juiz de Fora. Em um deles, Penna afirma que a reunião de S. Roque “não pode ter a importância que procurou dar-lhe um diário desta cidade”, referindo ao *Jornal do Commercio*, por ter tido a participação de representantes do governo e, segundo ele, não ter tratado do imposto territorial<sup>95</sup>. *O Jornal do Commercio* e *O Pharol* empreenderam um intenso debate sobre o “movimento da lavoura”, apoiando a iniciativa, porém, com grandes diferenças de opinião sobre as relações que as *classes produtoras* poderiam ou deveriam manter com o Estado.

Para o *Jornal do Commercio*, “nem um só homem público desvia, por momentos sequer, de tais interesses [da lavoura], procurando minorar a crise e conduzir a lavoura à indispensável salvação que é, em última análise, a salvação do próprio estado”<sup>96</sup>. Desse modo, o impresso mais simpático ao governo argumentava que os poderes públicos estariam abertos a defender os interesses das classes agrícolas. Já *O Pharol*, apontava a existência de “lavradores da lavoura e lavradores do governo [...], verdadeiros lavradores e agentes eleitorais em busca de posições políticas”, indicando que as *classes produtoras* deveriam

<sup>94</sup> MOVIMENTO DA LAVOURA. *O Pharol*. Juiz de Fora, 20 de setembro de 1899, p.1

<sup>95</sup> PENNA, A. *O Pharol*. Juiz de Fora, 24 de setembro de 1899, p. 2.

<sup>96</sup> ATTITUDE DA LAVOURA. *Jornal do Commercio*. Juiz de Fora, 22 de setembro de 1899, p.1.

assumir uma postura mais enérgica para forçar o governo a agir em seu auxílio<sup>97</sup>. Os dois impressos traziam o prenúncio da divisão entre os proprietários rurais mineiros, explicitada nos meses seguintes.

Enquanto os jornais de Minas e do Rio noticiavam a convocação de uma segunda reunião do grupo de S. Roque, no dia 20 de outubro, em Juiz de Fora, para aprovar a representação que deveria ser enviada a Silviano Brandão, outro grupo lançava um manifesto, convocando os lavradores para um Congresso Agrícola, também em Juiz de Fora, no dia 29 de outubro. Conforme o *Jornal do Brasil*, naquele momento “a lavoura de Minas entrou em um período de grave agitação que de certo deverá estar preocupando seriamente os poderes públicos daquele Estado e os da União”<sup>98</sup>.

Os jornais anunciavam que a reunião do dia 20 de outubro havia sido bastante concorrida. O *Jornal do Commercio*, de Juiz de Fora, e o *Jornal do Brasil* informam que estiveram presentes mais de dois mil lavradores, “pessoalmente e por procuração”<sup>99</sup>. Já *O Paiz*, fala de cerca de mil e duzentos fazendeiros. Parece que a importância da reunião era medida pelo número de adesões. Esse grupo agiu rápido e a representação, aprovada na reunião do dia 20, seguiu imediatamente para Belo Horizonte e foi entregue ao presidente. Uma semana depois, os jornais noticiavam que Silviano Brandão havia aceitado adiar a cobrança do imposto territorial. A *Gazeta de Notícias* destacou que “para os amigos do governo esse ato do ilustre presidente de Minas foi um golpe de mestre, um corte profundo na falange dos lavradores que ameaçavam um congresso *monstro*”. O *Minas Geraes* publicou diversos artigos de agricultores e de outros impressos parabenizando o presidente. Há indícios da expectativa de que a atitude de Silviano Brandão enfraquecesse a mobilização da classe agrícola, principalmente do grupo que preparava o evento para o dia 29 de outubro. “Mas, os organizadores não desanimaram e a suspeita, que logo surgiu entre os desconfiados, de que a capitulação do governo estadual era apenas arma eleitoral em vista do próximo pleito de dezembro, criou novos elementos de propaganda”, publicou a *Gazeta*<sup>100</sup>.

O *Jornal do Brasil* noticiou que mais de três mil pessoas estiveram presentes na reunião do dia 29. A *Gazeta de Notícias* informou que “6.000 fazendeiros e lavradores” aderiram por meio de representações<sup>101</sup>. Já o *Minas Geraes*, sempre crítico ao evento, publicou um artigo informando que este foi “aberto com 435 congressistas, encerrou-se com

---

<sup>97</sup> AOS LAVRADORES DE JUIZ DE FORA. O Pharol. Juiz de Fora, 22 de setembro de 1899, p.1.

<sup>98</sup> O MOVIMENTO AGRÍCOLA... Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1899, p.1.

<sup>99</sup> REUNIÃO DE LAVRADORES. Jornal do Commercio. Juiz de Fora, 22 de outubro de 1899, p.1.

<sup>100</sup> CONGRESSO DA LAVOURA. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 02 de novembro de 1899, p.1. Grifos no original.

<sup>101</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1899, p.1.

144, apenas, a julgar pela votação alcançada por uma de suas últimas resoluções”<sup>102</sup>. Menos que a exatidão do número de presentes, que poderia ser manipulado conforme a representação do evento que se pretendia compartilhar, importa observar a grande adesão que as duas reuniões, separadas pelo curto período de nove dias e com posições distintas em relação ao governo de Minas, conseguiram alcançar. Essa significativa adesão às reuniões só foi possível porque as *classes produtoras* já se mobilizavam e, no fim do século XIX, estavam dispostas a se unir para representarem seus interesses, sobretudo perante o Estado.

Diferentemente do grupo de S. Roque, os agricultores que se reuniram no evento de 29 de outubro, presidido pelo deputado federal Ildefonso Alvim, pediam a revogação definitiva do imposto territorial. Para eles, a nova taxa era, “além de inconstitucional, soberanamente injusta e inoportuna, atenta, principalmente a quadra crítica que atravessa o país – a mais premente de quantas registra a história econômica nacional”. Em seu manifesto, ressaltavam o descaso dos poderes públicos em relação aos interesses das classes agrícolas e conclamavam os fazendeiros a formar um partido político de oposição:

É mister que nos organizemos, como força política, de ação, para a vitória da causa, que é a causa nacional por excelência, pois somente da lavoura dimana, pode-se dizer, a riqueza nacional e sobre ela apenas se assentam a vida orçamentária do Estado e grande parte dos recursos financeiros da União<sup>103</sup>.

A proposta desse grupo, aprovada após o Congresso iniciado em 29 de outubro, era bastante ampla, envolvendo medidas de ordem econômica, como a reorganização do comércio de café, medidas políticas, como supressão do senado mineiro, além da fundação de escolas de ensino prático das indústrias agrícola e pastoril. Para tanto, criaram um Centro da Lavoura e Indústria, que congregaria representantes de clubes formados nos municípios. O grupo dizia reconhecer o voto como principal instrumento de luta em regimes democráticos; no entanto, se “o despotismo dos governos ou as cavilações da fraude inutilizarem, em seus efeitos práticos, os intuitos desse soberano recurso”, somente restaria aos agricultores “o remédio supremo da revolta”, “certamente custosa para os intuitos ordeiros de uma classe conservadora por excelência”<sup>104</sup>.

A lavoura mineira estava dividida. De um lado, havia os que mantinham a opinião favorável ao imposto territorial, desde que modificada a fórmula da cobrança; de outro, os que se posicionaram terminantemente contra a nova taxa. Em pouco tempo, a imprensa, que seguia os passos dos dois movimentos da lavoura mineira, explicitou sua própria visão. No

<sup>102</sup> REUNIÃO AGRÍCOLA. Minas Geraes. Belo Horizonte, 09 de novembro de 1899, p.3.

<sup>103</sup> MANIFESTO... Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 04 de outubro de 1899, p.1.

<sup>104</sup> Ibidem, p.1.

dia 29 de outubro, *O Paiz* lembrou seus leitores da “linguagem violenta, ameaçadora e revolucionária” utilizada pelos organizadores do evento que iria acontecer naquele dia. Para esse impresso, louvável fora o intuito da reunião do dia 20, dos “que procuraram evitar o malogro dos legítimos interesses da lavoura, reconhecendo o perigo da tentativa antipatriótica de convulsionar pelas armas uma classe tradicionalmente ordeira e laboriosa, essencialmente conservadora e patriótica”<sup>105</sup>. A possibilidade de ameaça à ordem, o caráter fortemente político, oposicionista, e a recusa absoluta ao imposto territorial do movimento de 29 de outubro lhes rendiam desconfiança e repulsa. O *Jornal do Brasil* apontava:

[...] a situação melindrosa em que se acha a classe agrícola de Minas, dividida em dois campos, em que se debatem neste momento apaixonadamente os ânimos, um favorável ao governo o outro contra, transformando assim uma questão puramente agrária em uma questão política, irritante e lamentável, e perturbando seriamente o trabalho pacífico e fecundo da lavoura cafeeira, uma das únicas bases que ainda restam da antiga riqueza nacional<sup>106</sup>.

O “trabalho pacífico e fecundo” a que se refere o articulista do *Jornal do Brasil* é a representação enviada ao governo estadual, cujo ponto principal, o adiamento da cobrança do imposto territorial, havia sido aceito por Silviano Brandão. Em Minas Gerais, o impresso oficial trabalhou intensamente para deslegitimar a reunião do dia 29 e o Centro da Lavoura e da Indústria nela criado, publicando artigos que criticavam o posicionamento político do evento e, principalmente, a recusa terminante de seus participantes ao pagamento do imposto territorial. Conforme o *Minas Geraes*, “a opinião pública julga sem nenhum resultado a ação do Congresso, que não tem objetivo criterioso e patriótico”<sup>107</sup>. Vários cafeicultores diziam “aplaudir sinceramente a prontidão com que o lavrador mineiro procura colaborar na transformação do nosso regime tributário” e reforçavam que o imposto territorial seria a melhor alternativa para substituir o de exportação, conforme o *Jornal de Minas*:

Qual a fonte em que há de o Estado haurir os recursos de que precisa como condição de sua existência e para desempenho de sua missão necessária?

‘Tire de onde quiser, mas não nos aborreça’ é a resposta oca de um falso profeta da lavoura no congresso de 29 de outubro. É assim sem ideias, sem princípios numa desorganização lastimável, afogando-se em um mar de palavras desaforadas, em que o bom senso não boia, que se pretende levar a porto de salvamento a lavoura oprimida!! O caminho não é por aí.

O partido agrícola pode e deve formar-se, mas com uma orientação segura, com um programa nítido e exequível, calmamente lançado. Só se deve exigir o justo e o razoável. A zona cafeeira sente, conhece, está

<sup>105</sup> REUNIÃO DE LAVRADORES. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1899, p.1.

<sup>106</sup> O MOVIMENTO... *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1899, p.1

<sup>107</sup> TELEGRAMMAS. *Minas Geraes*. Belo Horizonte, 31 de outubro de 1899, p.3.



profundamente convicta de que o imposto territorial, em sua genuína concepção, é a única bandeira que pode abrigá-la.

A comissão nomeada pelo congresso agrícola de 29 de outubro não pode, portanto, falar em nome da zona cafeeira, que ela não representa<sup>108</sup>.

Desse modo, embora a mobilização das *classes produtoras* fosse vista como desejável ou imprescindível, a posição dos jornais indica que essa ação precisaria respeitar a ordem estabelecida<sup>109</sup> e que o caminho dos “lavradores” que pretendiam criar um partido de oposição ao governo e ao Partido Republicano Mineiro seria longo e com grandes obstáculos, sobretudo porque ainda havia uma forte interdependência entre *produtores* e poderes públicos<sup>110</sup>.

Para o propósito desta tese, de investigar o Congresso de 1903, é fundamental compreender que as *classes produtoras* estavam se organizando e que a crise financeira foi mais uma motivação para se unirem. Certamente Francisco Salles e João Pinheiro não ignoravam essa questão e, organizando um evento, com os *produtores* ligados às diferentes atividades produtivas e de todo o estado, além de aproximarem as *classes produtoras* do governo, buscaram agrupá-los sob a mesma bandeira: do desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Isto posto, antes de passar à investigação dos projetos de recuperação econômica, destacando a formação profissional almejada pelas *classes produtoras* mineiras, faz-se necessário compreender a “crise” que então preocupava as autoridades e os *produtores*.

### 1.3 – A crise

Em janeiro de 1903, a comissão escolhida para organizar o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial publicou um longo artigo, intitulado Exposição da Comissão Fundamental, explicando os objetivos do evento e convocando representantes das *classes produtoras* a contribuírem “com suas luzes” para elucidar os problemas enfrentados nas diversas atividades produtivas de Minas. Nesse texto, a comissão mencionava “a deficiência

<sup>108</sup> IMPRENSA MINEIRA. Jornal de Minas. In: Minas Geraes. Belo Horizonte, Cidade de Minas, 13 de novembro de 1899, p.1.

<sup>109</sup> Possivelmente, o jornal *O Pharol* teve posição diferente quanto à reunião de 29 de outubro, uma vez que vinha publicando inúmeras críticas ao governo de Silviano Brandão e seus seguidores. Além disso, desde o começo do movimento da lavoura, em setembro de 1899, esse impresso mostrou desconfiança em relação aos propósitos da reunião de S. Roque. Contudo, não foram encontrados nos arquivos os números publicados entre outubro e dezembro de 1899, que permitiriam esclarecer essa questão.

<sup>110</sup> Os jornais de 1899 e 1900 indicam que o Centro da Lavoura e Indústria, criado no congresso de 29 de outubro, concorreu às eleições em dezembro de 1899. Segundo Wirth (1982, p.179), “sete candidatos do Partido da Lavoura e Comércio ganharam cadeiras nas eleições federais de dezembro de 1899 e o partido manteve bases locais no Triângulo e zona da Mata por pelo menos dez anos.

de recursos pecuniários, tanto por parte do Estado, que assume a responsabilidade da iniciativa, como por parte dos particulares”, uma vez que

os empreendimentos se acham entibiados pelo retraimento do crédito, os capitais desconfiados pelo insucesso de tentativas mal pensadas em quase um decênio de loucuras, e o maior fator da fortuna pública, o café, atravessando uma crise sem exemplo em nossa história econômica e financeira<sup>111</sup>.

Naquele momento, era “por demais conhecido o estado decadente das três principais fontes produtoras da felicidade – a lavoura, o comércio e a indústria”, publicou a *Gazeta de Minas*, da cidade de Oliveira<sup>112</sup>; conforme o jornal *Minas Geraes*, foi por isso que Salles lançou a ideia de congregar “os representantes dos diversos ramos da nossa atividade, com o fim de conhecer as necessidades de cada indústria, ouvir as suas reclamações e tomar providências precisas, que venham acelerar o desenvolvimento econômico do Estado”<sup>113</sup>.

Desde meados da década de 1890, o Brasil enfrentava a queda das receitas obtidas com a exportação de café. Segundo Paula, uma crise na economia norte-americana, que retraiu as importações de café num quadro de expansão do plantio, impactou profundamente as finanças públicas brasileiras<sup>114</sup>. Nesse período, o café era o principal componente da arrecadação de Minas Gerais, sendo produzido principalmente nas regiões da zona da Mata e Sul.

A cafeicultura mineira iniciou-se na Mata, mais precisamente a partir do Vale do Paraíba fluminense e, já na década de 1850, era considerada uma atividade econômica importante para a região<sup>115</sup>. Em 1861, com a inauguração da rodovia União Indústria, que ligava Juiz de Fora ao Rio de Janeiro, principal mercado para os produtos da Mata, o tempo de viagem entre as duas cidades foi reduzido de quatro dias para nove horas, o que beneficiou a comercialização do gênero. No começo da década seguinte, diversos ramais férreos chegaram à zona da Mata, o que constituiu um dos principais fatores do aumento das exportações do café produzido na região<sup>116</sup>. Houve redução nos custos do transporte e um crescimento contínuo da produção. “Apenas entre 1875 e 1880 a produção havia dobrado”<sup>117</sup>.

<sup>111</sup> CONGRESSO...Minas Geraes. Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1903, p.1.

<sup>112</sup> GRANDE BENEFÍCIO. *Gazeta de Minas*. Oliveira, 08 de fevereiro de 1903, p.1.

<sup>113</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 12 e 13 de janeiro de 1903, p.1.

<sup>114</sup> PAULA, 2004.

<sup>115</sup> Segundo Lima (1977, p. 41), o café foi o principal produto da região, mas com ele eram “cultivados a cana, o fumo, o arroz, o feijão e o milho, sendo alguns deles em escala considerável. Vários municípios eram exportadores de açúcar, outros de fumo, outros de milhos, etc.”

<sup>116</sup> BLASENHEIM, 1996.

<sup>117</sup> PIRES, 2004.

Tabela 1 - Produção cafeeira de Minas Gerais e participação da zona da Mata

Período	Minas Gerais	Zona da Mata	
		Valor Absoluto	%
1847/48	745.381	743.707	99,77
1850/51	900.264	898.184	99,76
1886	5.776.866	4.316.067	74,71
1888	5.047.600	4.433.800	87,83
1903/1904	9.404.136	5.993.425	63,73

Fonte: Pires, 2004, p. 8.

No começo do século XX, a expansão da produção cafeeira na zona da Mata teria encontrado seus limites, impostos pela impossibilidade de expansão da fronteira e pelos elevados custos envolvidos na formação de novos cafezais<sup>118</sup>. Não obstante esses limites, o café, primeiramente na Mata e, posteriormente, na região Sul, manteve-se como o principal produto de exportação do estado. “A partir de 1900, Minas tinha em média um terço da produção de São Paulo, tornando-se o segundo produtor brasileiro”<sup>119</sup>. O Relatório do Secretário de Finanças, Juscelino Barbosa, de 1909, informa que a receita de Minas apresentou um movimento ascendente, entre 1890 e 1898. Contudo, “em 1898 começou o declínio das rendas, não sendo as provisões orçamentárias atingidas pela arrecadação”<sup>120</sup>. Com a receita composta principalmente pela exportação do café, Minas Gerais enfrentou as severas consequências da desvalorização de seu mais importante produto.

Segundo Wirth, “os mineiros culpavam os paulistas por plantarem demais em terras virgens da fronteira. Com razão, também ligavam os preços em declínio às manipulações de intermediários estrangeiros, que especulavam com os estoques depositados no exterior”, o que provocou um grande debate em torno de quais seriam as medidas cabíveis à situação da cafeicultura<sup>121</sup>. Nesse período, o preço médio da arroba de café teria baixado de dezenove mil réis para aproximadamente sete, o que reduziu bastante a margem de lucro dos *produtores*<sup>122</sup>.

<sup>118</sup> LANNA, 1988.

<sup>119</sup> WIRTH, 1982, p.81

<sup>120</sup> *apud* PAULA, 2004, p.274.

<sup>121</sup> WIRTH, 1982, p.82.

<sup>122</sup> LIMA, 1977, p.40.

Tabela 2 - Participação dos impostos sobre exportações de café sobre o conjunto do imposto de exportação de Minas Gerais (1896-1903)

Ano	Arrecadação com a Exportação Total	Imposto sobre as Exportações de Café	
		Valor	%
1896	15.560:569	14.304:049	91,92
1897	16.740:923	15.153:331	90,52
1898	13.791:017	11.553:953	83,78
1899	14.429:026	11.317:565	78,54
1900	10.474:054	7.916:202	75,57
1901	11.366:907	8.698:373	76,52
1902	10.107:673	7.502:477	74,23
1903	9.792:060	6.992:306	71,41

Fonte: Pires, 2004, p.219.

Por isso, na mensagem ao Congresso Mineiro do ano de 1899, Silviano Brandão relatava a grave situação das finanças estaduais, o que o teria levado a cortar despesas públicas, por exemplo, ao fechar os institutos de ensino agrícola e zootécnico, as escolas primárias rurais e as escolas noturnas:

A receita já distribuída para fazer face à despesa ordinária, não deixava saldo; ao contrário, a arrecadação não correspondia à renda orçada. Dos novos impostos decretados não havia muito a esperar, como aliás a experiência tem provado. Tínhamos a liquidação do ativo; mas essa dependia de tempo e incidentes favoráveis, com que não se tinha o direito de contar<sup>123</sup>.

A crise econômica teve grandes proporções, o que motivou um vigoroso debate sobre o que deveria ser feito diante da situação. Segundo *O Paiz*, a imprensa do Rio de Janeiro havia feito uma campanha visando mostrar “quão profunda é a necessidade de lançar o governo olhos benevolentes para a principal, senão única fonte da produção nacional – a lavoura”<sup>124</sup>. Conclamavam-se os poderes públicos a atuar em favor da produção agrícola, principalmente por meio de crédito e da instrução pública, portanto, na contramão do que vinha sendo realizado pelo governo de Silviano Brandão. Em relatório, publicado no *Jornal do Brasil*, o Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, apontava a “superabundância” da produção cafeeira como uma das causas de sua desvalorização<sup>125</sup>.

A imprensa, os políticos, os *produtores*, todos buscavam uma solução para a crise, mas nem sempre estiveram em acordo uns com os outros. Seja para forçar a restrição da produção, seja para criar meios de aumentar o consumo ou combater as taxas de entrada do

<sup>123</sup> MENSAGEM. Minas Geraes. Belo Horizonte, 16 de junho de 1899, p.4.

<sup>124</sup> CREDITO AGRÍCOLA. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1899, p.2.

<sup>125</sup> INTRODUÇÃO... *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1899, p.3.

café em mercados estrangeiros, demandava-se a interferência dos poderes públicos na comercialização do café. Assim, a crise iniciada por volta de 1896 paulatinamente mostrou que, no caso do café, “o simples funcionamento das forças do mercado era completamente insuficiente para uma distribuição mundial da produção com preços razoavelmente equilibrados e que a presença da instância regulatória do estado era imprescindível”, o que ficou nacionalmente explícito com o estabelecimento do convênio de Taubaté (1906)<sup>126</sup>.

Com a crise do café já bastante conhecida e sentida, em 1903, a Comissão Fundamental que organizou o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial apontava o prejuízo gerado pelo desequilíbrio entre a oferta e demanda do gênero, que em São Paulo teria resultado na adoção de “uma providência legal paralisando o aumento da produção”. Embora reconhecesse o caráter remunerador do comércio de café, a comissão tinha a expectativa de que a crise produzisse um deslocamento “das atividades e forças vivas nele empregados para diferentes ramos da exploração”<sup>127</sup>. Apresentando os dados sobre as importações de gêneros como algodão, batata, farinha de trigo, queijo etc., a Comissão Fundamental defendia a viabilidade da diversificação produtiva. Argumentava, recorrendo aos relatos de Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855) e Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), que muitos dos artigos importados poderiam ser produzidos e exportados pelo estado Minas, por já o terem sido em algum momento do passado. E questionava seus interlocutores sobre a possibilidade de o Estado apoiar essa iniciativa:

Haverá, repetimos, meios legais, poderá o Governo do Estado ou da União intervir, direta ou indiretamente, de modo a favorecer e incrementar a produção destas mercadorias? Quais serão esses meios?

Nas indústrias de toda a sorte, extrativas ou manufatureiras, porque [sic] via poderá ser estimulada a iniciativa particular, aperfeiçoando as indústrias existentes e criando novas?<sup>128</sup>

A comissão contrastava o coetâneo momento de crise com o passado de prosperidade do apogeu da mineração no século XVIII e com as possibilidades de exploração econômica encontradas no vasto território mineiro. Fontes de águas termais e minerais, pedras e metais preciosos, matérias-primas para a siderurgia, campos férteis; para a comissão, “ante o exame das condições naturais de riqueza da privilegiada terra de Minas Gerais, o seu futuro econômico se antolha como devendo ser fatalmente um dos mais brilhantes da Pátria Brasileira”<sup>129</sup>. Em contraste com a suposta riqueza do passado ou com as potencialidades

<sup>126</sup> PIRES, 2004, p.161.

<sup>127</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1903, p.1.

<sup>128</sup> Ibidem, p.2.

<sup>129</sup> Ibidem, p.1.

econômicas do estado, a crise parecia ainda mais insuportável, demandando uma solução urgente. Desse modo, oferecendo a possibilidade de contribuir para recuperação financeira de Minas, instigava-se a parceria entre segmentos da sociedade civil, representados pelas *classes produtoras* mineiras, e o Estado.

Dulci, autor de uma interpretação bastante visitada e aceita sobre a importância do Congresso de 1903, considera que as elites mineiras talvez tenham feito um diagnóstico “excessivamente sombrio”, já que os dados da economia mineira teriam mostrado um “crescimento moderado” ao longo do século XIX<sup>130</sup>. Para o autor, a ideia de estagnação econômica e de atraso teria emergido do contraste com a opulência do ciclo do ouro e de comparações com o desenvolvimento do estado de São Paulo. “Daí surge a percepção de atraso, a insistência nas potencialidades inexploradas da região e o debate sobre a recuperação econômica”<sup>131</sup>. De fato, há um grande debate historiográfico sobre a economia de Minas após o apogeu da mineração na segunda metade do século XVIII sobre a interpretação de que teria havido decadência ou estagnação nos oitocentos. Ainda que não haja consenso sobre vários aspectos do desenvolvimento econômico mineiro, a historiografia que refuta a tese da decadência tem ressaltado as peculiaridades da dinâmica interna da província, indicando que, além da produção de café, que cresceu regularmente no século XIX, sua economia era composta pela agricultura de diversos gêneros, pela pecuária, pela manufatura têxtil e pela mineração, e que teria mantido o maior plantel de escravos do país<sup>132</sup>.

Esta investigação, entretanto, não permite confirmar a interpretação de Dulci, de que um “diagnóstico pessimista” teria surgido das comparações com o período áureo da mineração e com o desenvolvimento de São Paulo<sup>133</sup>. Para isso, seria preciso analisar informações sobre a economia do período e as representações compartilhadas pelos *produtores* sobre a economia mineira no período anterior à desvalorização do café, que produziu a crise na virada do século XIX para o XX, o que não é objetivo desta tese. Aqui, é importante ressaltar que, em 1903, os *produtores* mineiros compartilhavam uma representação da crise cujo epicentro era a grande produção de café e que envolvia uma percepção de atraso, não apenas em relação a São Paulo, mas também frente a outros países,

---

<sup>130</sup> DULCI, 1999, p.39.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p.38.

<sup>132</sup> Esses estudos fazem uma leitura crítica de explicações centradas no “paradigma paulista”, baseadas no complexo cafeeiro e na relação café-indústria, para a compreensão de outras realidades e dinâmicas regionais, como é o caso de Minas Gerais. (LIMA, 1977; SLENES, 1988; WIRTH, 1982; LANNA, 1988; LIBBY, 1988). Além disso, as análises que enfatizam o retrocesso, a estagnação ou “a perda de substância da economia mineira” (IGLÉSIAS, 1982, p.141) vêm sendo revistas por estudos que exploram as particularidades econômicas das diversas regiões do estado.

<sup>133</sup> DULCI, 1999.

como Argentina, França e Estados Unidos. Os *produtores* frequentemente apresentavam a imagem de atraso em contraposição a um futuro promissor que caberia a Minas Gerais, no conjunto da União, e ao Brasil, em comparação a outras nações, por suas riquezas naturais. Desse modo, partilhavam pontos de vista como o de que “enquanto o Brasil é capaz de produzir quase tudo que importa, a sua principal mercadoria não pode ser produzida na quase totalidade dos países consumidores, protegida, como é, pela fatalidade de circunstâncias naturais”<sup>134</sup>. O reconhecimento da existência de uma natureza privilegiada é frequentemente associado à ideia de que os problemas, bem como as soluções, decorreriam da elaboração e execução das leis ou, mais precisamente, da “maior largueza e liberalidade de vistas dos seus homens dirigentes, executores e interpretes de suas leis”, como afirma o industrial Carlos Wigg<sup>135</sup>.

Nessa representação da crise, que envolvia diagnóstico e prognóstico da economia mineira, “a verificação dos nossos antecedentes históricos” alimentava a crença num futuro promissor. Assim, mediante o exame do passado, como faz a comissão organizadora do Congresso ao recorrer aos relatos de viajantes que estiveram em Minas no começo do século XIX, busca-se comprovar “a existência de forças imanes, que só esperam impulso audacioso e esclarecido para transformarem uma atualidade de penúria num futuro de opulência estável”<sup>136</sup>. Além disso, cabe mencionar que a recorrência da afirmação da existência de várias atividades econômicas cujo desenvolvimento deveria ser impulsionado relacionava-se ao reconhecimento da própria diversidade produtiva já existente no estado. Pois, ainda que o café tenha sido o principal motivo para a convocação do congresso, é inegável a preocupação da comissão organizadora em abarcar o conjunto da economia mineira, marcada pelas diferenças regionais:

A oeste e noroeste se desdobram extensamente as suas belas campinas, as suas férteis pastagens e seus esplêndidos campos de criar. Na mata e no sul apresenta as grandes lavouras de café. Na faixa leste guarda tesouro inexplorado de soberbas matas virgens [...].

As fontes de águas termais e minerais no sul [...].

Tem no centro e no norte, as suas minas de ouro [...]<sup>137</sup>.

Nesse momento, a desarticulação interna do estado também preocupava as elites, principalmente os grupos dirigentes, dada a dificuldade de harmonizar os interesses das diversas regiões. O estado de Minas Gerais, como apontou Wirth, constituía um mosaico de

---

<sup>134</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1903, p.1.

<sup>135</sup> Ibidem, p.1.

<sup>136</sup> Ibidem, p.1.

<sup>137</sup> Ibidem, p.1.

diferentes zonas que “apresentam histórias particulares e problemas especiais que desafiam as soluções comuns”<sup>138</sup>. Embora não existisse uma divisão oficial do estado em sub-regiões, nas primeiras décadas da República, conforme o autor, era usual a divisão em sete zonas: centro, norte, mata, sul, leste, oeste e triângulo<sup>139</sup>. Ainda que não haja referências sobre os limites geográficos dessas regiões de Minas, como na *Exposição da Comissão Fundamental* do Congresso de 1903, os documentos relacionados à reunião trazem diversas referências a elas<sup>140</sup>.

A população espalhada pelo vasto território, a falta de um centro urbano polarizador, a carência de meios de transportes que resultava no isolamento de algumas zonas, segundo Dulci, resultavam em uma “estrutura econômica [...] sem a suficiente integração orgânica de suas atividades”<sup>141</sup>. A esse respeito foram projetadas muitas expectativas na construção da nova capital, Belo Horizonte, que deveria ser um centro integrador da política e da economia de Minas Gerais, correspondendo “ao ideal de uma economia diferenciada”. Dulci aponta, no entanto, que, embora a capital tenha sido inaugurada em 1897, “o projeto de diversificação econômica só se explicitou por um evento especificamente dedicado ao desenvolvimento regional: o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de maio de 1903”<sup>142</sup>. Desse modo, a desarticulação regional também compunha o quadro da crise que impulsionava o movimento de organização das *classes produtoras* e cujas soluções deveriam ser levantadas no congresso. Conforme a *Gazeta de Notícias*:

A crise que atravessa a nossa lavoura e que atinge as nossas indústrias estava realmente exigindo a reunião dos principais interessados para o fim de deliberarem sobre as medidas de salvação que a situação reclama.

Já em S. Paulo vimos, há pouco, o seu presidente convocar o Congresso paulista em sessão extraordinária para a decretação de lei que salvasse a lavoura do café, ameaçada de morte. Em diversos pontos desse Estado os lavradores reúnem-se e tentam a concentração dos esforços.

Agora é Minas que, com o apoio oficial, convoca um congresso, que já não se limita ao estudo de um determinado produto, mas que abrange a lavoura em geral até a indústria<sup>143</sup>.

Para alguns *produtores*, a reunião representava uma ocasião especial para defender os interesses da sua atividade econômica diante de representantes de outras atividades. Para

---

<sup>138</sup> WIRTH, 1982, p.41.

<sup>139</sup> Estudos recentes criticam a divisão estabelecida por Wirth, por considerarem anacrônica sua aplicação retroativa ao século XVIII e começo do século XIX, uma vez que as principais fontes utilizadas pelo autor são das décadas de 1920 e 1950 (SARAIVA, 2008). Retomo esta questão no Capítulo 2 desta tese.

<sup>140</sup> Deve-se reconhecer que o estabelecimento de um modelo de regionalização será sempre, em certa medida, arbitrário, por estancar fronteiras que são dinâmicas, fluidas e, em alguns aspectos, de difícil apreensão.

<sup>141</sup> DULCI, 1999, p.39.

<sup>142</sup> *Ibidem*, p.43.

<sup>143</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1903, p.1.



outros, era também a oportunidade de aproximar os que possuíam interesses comuns. Uns mais afetados pela crise resultante da desvalorização do café, outros menos, os membros das *classes produtoras* de Minas Gerais atenderam ao chamado para debaterem soluções para a crise econômica. Conforme Faria, “a simultaneidade entre os efeitos da crise e a luta que se travava no sentido de minimizar as disparidades inter-regionais acentuou, para Minas, a necessidade de se buscar uma via de desenvolvimento”, que foi sustentada no princípio da “união na diversidade”<sup>144</sup>.

Assim, a proposta do governo de Minas de reunir representantes da lavoura, do comércio e da indústria foi projetada como símbolo do grande empenho em promover o progresso do estado. Enquanto há um esforço de unir interesses e evitar a exibição de divergências, ao se agruparem os participantes sob os rótulos de *classes conservadoras* e *classes produtoras*, pretende-se valorizar a diversificação econômica do estado. Desse modo, ainda que o café estivesse no centro do debate, outras atividades agropecuárias e industriais ocuparam espaço nas discussões do congresso.

O intuito de promover uma discussão ampla sobre as necessidades dos diferentes setores produtivos, como forma de solucionar a crise e evitar perturbações futuras ficara evidente, quando a imprensa comunicou os nomes que comporiam a comissão organizadora do Congresso, a Comissão Fundamental. Os componentes desse grupo foram cuidadosamente escolhidos, entre os homens de reconhecido prestígio no estado, de modo a representarem os mais importantes setores da economia mineira.

#### **1.4 – A Comissão Fundamental**

Colocando em prática a ideia de promover um congresso em que se discutissem amplamente os “problemas econômicos” de Minas, Salles designou João Pinheiro para a organização do evento. Pinheiro, com uma importante trajetória política e reconhecida atividade industrial, reunia a legitimidade e os conhecimentos práticos sobre economia mineira que o credenciavam perante as elites. Conforme o *Jornal do Commercio*, “o dr. João Pinheiro, além de ser autoridade respeitável em questões econômicas e financeiras é dotado de caráter finíssimo e ninguém o excede em dedicação à sua terra natal”<sup>145</sup>. Naquele momento, o filho mais novo de José Pinheiro da Silva, caldeireiro italiano, e de Carolina

---

<sup>144</sup> FARIA, 1992, p.113.

<sup>145</sup> JORNAL DO COMMERCIO. In: Minas Geraes. Belo Horizonte, 07 e 08 de janeiro de 1903, p.3.

Augusta de Moraes, filha de um professor de primeiras letras, desfrutava de prestígio no estado<sup>146</sup>.

João Pinheiro da Silva (1860-1908) viveu com a família na cidade do Serro, região central do estado, até 1870, quando a morte de seu pai motivou a mudança da família para Caeté, terra natal de Carolina. Segundo Costa, apesar das dificuldades financeiras, a mãe conseguiu que os dois filhos estudassem no Seminário de Mariana, instituição majoritariamente frequentada por descendentes de famílias abastadas<sup>147</sup>. O irmão mais velho, José, tornou-se padre. Já João Pinheiro, ingressou na Escola de Minas em 1881, mas a abandonou depois de dois anos de curso<sup>148</sup>.

Na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1887, Pinheiro concluiu o ensino superior. Lá também iniciou suas atividades na imprensa, escrevendo textos favoráveis à mudança de regime. Em Minas, participou da criação do Partido Republicano e se tornou uma das figuras mais aclamadas do movimento. Com a proclamação da República, tornou-se liderança política, tendo ocupado por alguns meses a presidência do estado e exercido o cargo de deputado no Congresso Constituinte de 1891<sup>149</sup>. Em 1890, João Pinheiro se casou com Helena de Barros, filha de um rico proprietário de terras e comissário de café paulista<sup>150</sup>. Poucos anos depois, passou a se dedicar à implantação e administração de uma fábrica de cerâmica, em Caeté, e a negócios agropecuários.

Alguns trabalhos historiográficos apontam o “afastamento [de Pinheiro] da carreira política por uma década”, de 1893 a 1903, destacando seu retorno a partir da participação no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial<sup>151</sup>. Essa interpretação, parcialmente equivocada, vem sendo revista por autores que consideram de modo pertinente que esse afastamento foi gradual, no período em que Pinheiro preparou a instalação de sua fábrica de cerâmica e começou a administrá-la, e parcial, tendo em vista a manutenção dos contatos políticos e do envolvimento na política local<sup>152</sup>. Embora tenha se distanciado da política estadual e federal,

---

<sup>146</sup> Conforme Costa (2006, p.4), o pai de João Pinheiro chamava-se Giuseppe Pignataro e no Brasil teria adotado o nome José Pinheiro da Silva.

<sup>147</sup> COSTA, 2006, p. 4.

<sup>148</sup> Conforme Costa, “em carta enviada ao tio Luis Antônio Pinto, João Pinheiro declara estar abandonando a escola devido à dificuldade dos formados em engenharia de minas se empregarem”. Para o autor, os vínculos de Pinheiro com os colegas da Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP) permaneceram e, quando regressou ao estado, após o período de estudos em São Paulo, ligou-se imediatamente a ex-colegas da instituição. (COSTA, 2006, p.145).

<sup>149</sup> Pinheiro ocupou a presidência entre fevereiro e agosto de 1890, quando Cesário Alvim, então presidente de Minas, assumiu o cargo de Ministro do Interior.

<sup>150</sup> GOMES, 2005; COSTA, 2006.

<sup>151</sup> GOMES, 2005, p. 85; DULCI, 2005.

<sup>152</sup> COSTA, 2006; MACHADO, 2010.

Pinheiro atuou como líder municipal, assumindo no ano de 1899 a presidência da Câmara de Caeté e as funções de agente-executivo (equivalente a prefeito) da cidade.

O empenho de Pinheiro em fazer avançar a fábrica de cerâmica lhe conferiu uma reputação positiva também como industrial. Conforme Machado, nesse período ele mantinha contato frequente com especialistas nacionais e estrangeiros, motivado a “melhorar a fabricação de suas peças”<sup>153</sup>. Em 1903, “o proprietário da afamada cerâmica de Caeté” tinha um forte apelo junto aos representantes das elites, não só em Minas Gerais<sup>154</sup>. Em artigo publicado no *Correio Paulistano*, Paulo Assis destacava que

Não é um nome que possa ser desconhecido em S. Paulo o do ilustre mineiro, que tão saliente papel representou nos tempos da propaganda republicana e dirigiu, com aplauso, o seu Estado, no período do governo provisório.

Hoje, vive ele entregue à exploração da sua cerâmica e, se bem me lembro, tem fornecido grande parte do material empregado no saneamento de diversas cidades paulistas<sup>155</sup>.

Os jornais exaltaram a escolha de Pinheiro para conduzir a reunião. Conforme o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, “o congresso não teria atraído um afluxo tão grande de interessados, alguns das mais remotas regiões do Estado, senão [sic] fosse a presença do dr. João Pinheiro à frente da ideia”. Entretanto, se “o nome do dr. João Pinheiro, ligado ao congresso industrial, comunica a essa assembleia um prestígio inexcelsível”, o fato é que sua participação no evento de 1903 deu-lhe ainda maior visibilidade e teve como desdobramentos sua indicação para senador da República, em 1905, e para a presidência do estado de Minas Gerais, em 1906<sup>156</sup>. No governo do estado, Pinheiro buscou justamente implantar elementos do projeto de recuperação e modernização econômica forjado no Congresso de 1903.

Além de uma oportunidade política, Pinheiro viu no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial uma possibilidade para discutir problemas e propor medidas que favorecessem o desenvolvimento da indústria regional. Em carta a Calógeras, de 1905, explicou seu retorno à política como uma tentativa de obter junto ao Estado leis protecionistas à indústria nacional.

Há de parecer um paradoxo que seja a fábrica que me empurra com mais violência para a ingratidão da luta partidária. Por quê? Muito simples. Fazer indústria nova, produzir, custa sacrifícios inauditos, e ainda há uma dificuldade superior a todas estas: é a de vender a mercadoria feita! (...) E o Protecionismo nasceu como a solução salvadora dos que trabalham, dos que querem aproveitar as nossas terras desertas e os nossos braços desocupados, dos que sendo donos do seu país devem também ser senhores do seu

<sup>153</sup> MACHADO, 2010, p.53.

<sup>154</sup> ASSIS, Paulo de. *Correio Fluminense*. In: *Correio Paulistano*. São Paulo, 03 de janeiro de 1903, p.1.

<sup>155</sup> *Ibidem*, p.1.

<sup>156</sup> MARTINS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1903, p.1.

mercado, e, para vender os tubos foi a mesma luta, para vender a louça será a mesma humilhação e de novo ver agora claramente como o plantador de batatas e fazedor de panelas foi empurrado para a luta ingrata da política<sup>157</sup>.

O intuito de Salles e Pinheiro era organizar um evento em que fossem levantadas soluções práticas de imediata aplicação. Era necessário encarar “a questão do ponto de vista prático e científico”, conforme publicou o jornal *A irradiação*, do Alto do Rio Doce, apontando que “o saber e a experiência” seriam os “únicos fatores do progresso, de mãos dadas para resolverem todos os problemas sociais”<sup>158</sup>. Esse propósito se evidencia na indicação dos nomes que, juntamente com João Pinheiro, comporiam a Comissão Fundamental, responsável pelo levantamento e estudo dos temas discutidos no congresso: Carlos Pereira de Sá Fortes, Francisco Mascarenhas, George Chalmers, José Joaquim Monteiro de Andrade, Ignácio Burlamaqui e João Ribeiro. Esses homens, embora pouco conhecidos na historiografia mineira, também desfrutavam de prestígio entre os contemporâneos e, por diversas vezes, seus nomes ocuparam ilustres colunas de jornais de Minas e do Rio.

Carlos Pereira de Sá Fortes (1851-1914) era médico, cirurgião-mor da Guarda Nacional, residente na Serra da Mantiqueira. Em 1903, sua principal ocupação era a produção de laticínios. Até aquele momento, o “distinto médico” e “adiantado industrial”, como a ele se referiam os jornais, havia construído um nome forte na política municipal, tendo exercido por vários anos a função de vereador e presidente da Câmara de Barbacena. Membro de “distinta” e “numerosa família” de criadores “que, de longa data, tem empenhado esforços para melhorar a raça do gado leiteiro de suas fazendas”, Sá Fortes teria abandonado a promissora carreira política para se dedicar à indústria de laticínios<sup>159</sup>. Segundo Nestor Massena, quando presidente do Estado, João Pinheiro da Silva, quis incluir Sá Fortes na representação federal de Minas Gerais, “ao que aquiesceu [...], por não lhe permitirem os afazeres da sua afanosa e eficientíssima existência de industrial”<sup>160</sup>.

No final da década de 1880, Sá Fortes, com o apoio de sua família, havia fundado uma fábrica de queijo na Mantiqueira, “montada de acordo com plantas enviadas da Holanda e dotada com os mais perfeitos aparelhos e utensílios ali empregados em fábricas congêneres”. Conforme o *Almanach* de Barbacena, “o pessoal da fábrica era todo de nacionalidade

---

<sup>157</sup> SILVA, 1905a.

<sup>158</sup> ACTUALIDADE. *A Irradiação*. In: Minas Geraes. Belo Horizonte, 23 e 24 de fevereiro de 1903, p.2.

<sup>159</sup> ALMANACH, 1898, p.73.

<sup>160</sup> MASSENA, 1985, p. 344.

holandesa – mandado vir expressamente para a mesma”<sup>161</sup>. As dificuldades financeiras iniciais o levaram a abrir o capital da empresa, criando em 1890, a “Companhia de Laticínios”, cujas ações foram anunciadas em diversos jornais de Minas e do Rio.

No mesmo período, Sá Fortes esteve envolvido com outros negócios: presidiu companhias de estradas de ferro, foi incorporador e membro da diretoria da Companhia Edificadora de Auxílio Mútuo, da Companhia Manufatora de cal de Barbacena, explorou fontes de águas minerais etc. Criou o *Correio de Barbacena* (1886). Foi um dos fundadores do Banco Colonizador e Agrícola, onde se dedicou a questões relativas à colonização. Além disso, organizou a Liga da Lavoura, Comércio e Indústria. Seu nome era frequentemente citado em listas de benemerência.

Em diversos textos, Sá Fortes é representado como um homem adiantado, atento às inovações, e o seu trabalho na Companhia de Laticínios, como “uma prova eloquente de que o mineiro não é rotineiro, nem refratário ao progresso”<sup>162</sup>. Conforme o *Jornal do Commercio*:

De inteligência vigorosa, empreendedor ativo, o dr. Sá Fortes prestará, como nenhum outro, aos seus patrícios o concurso da sua proficiência e notória experiência, e Minas muito lucrará se adotar algumas ideias do programa já traçado pela sua pena, em artigos interessantíssimos concernentes à indústria pastoril, em que é ele, indiscutivelmente o *primus inter pares*<sup>163</sup>.

Capitalista, com negócios em diferentes setores, como membro da Comissão Fundamental dedicou-se ao estudo de temas variados: águas minerais, viticultura, colonização, viação, ensino agropecuário, além de gado e laticínios. Os relatórios que realizou para o Congresso de 1903 foram os mais elogiados pelos jornais e, após o evento, foram publicados pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, mediante a demanda por sua distribuição gratuita. Conforme o *Correio Paulistano*, todos sabiam que o médico era um grande conhecedor da pecuária e da indústria de laticínios, porém “nunca se supôs que tivesse tão sérios conhecimentos sobre matéria bancária, agricultura, nas suas várias modalidades, lavoura de café e sobre tantas indústrias existentes no Estado”<sup>164</sup>.

O setor industrial foi representado por Francisco Mascarenhas (?-1914), membro de uma das mais ricas famílias de Minas Gerais, que, junto a seus irmãos criou a maior fábrica têxtil do estado, a Cedro e Cachoeira. Filho de Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas, major da Guarda Nacional, que enriquecera com o comércio e a produção de cana e café,

---

<sup>161</sup> Ibidem, p.70.

<sup>162</sup> ALMANACH, 1898, p.71.

<sup>163</sup> JORNAL DO COMMERCIO. In: Minas Geraes. Belo Horizonte, 07 e 08 de janeiro de 1903, p.3.

<sup>164</sup> ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. São Paulo, 03 de julho de 1903, p.1.

Francisco Mascarenhas, assim como Sá Fortes e Pinheiro atuou em variados negócios: foi diretor da Cia. Industrial Curvelana, que fabricava chapéus, acionista da Companhia Construtora Mineira, do Banco de Crédito Real de Minas, da Companhia Mineira de Eletricidade e outras<sup>165</sup>. Montou a fábrica têxtil da Cachoeira, investiu na produção de corantes, criou cavalos de puro sangue. Também foi vereador pelo município de Curvelo e, em 1891, foi nomeado coronel da Guarda Nacional. Os Mascarenhas eram afamados industriais, motivo pelo qual o *Jornal do Commercio* anunciava que as opiniões emitidas por Francisco no Congresso de 1903 seriam ouvidas “pelos companheiros com o acatamento devido aos seus belos predicados”<sup>166</sup>.

Para tratar dos assuntos relacionados a bancos e créditos, a Comissão Fundamental contava com o “os méritos extraordinários” do dr. João Ribeiro de Oliveira e Sousa (1863-1933). Bacharel, contemporâneo de João Pinheiro na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1903, dirigia o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, que fundou em Juiz de Fora no ano de 1889, juntamente com Francisco Baptista Oliveira, Marcelino Brito, José Joaquim Monteiro da Silva e Bernardo Mascarenhas (irmão de Francisco Mascarenhas). Embora sua principal ocupação fosse a administração bancária, João Ribeiro também se envolveu em múltiplos negócios, alguns deles em companhia de seus colegas de comissão, Francisco Mascarenhas e Monteiro de Andrade, como na Cia. Mineira de Eletricidade e na Cia. Construtora Mineira. Há indícios de que, além de relações financeiras, João Ribeiro tinha laços de amizade com a família Mascarenhas. Em 1895, *O Pharol* noticiava que:

Em divertida reunião de diversos amigos, na noite de ontem, em casa do ilustre e prestimoso cidadão Bernardo Mascarenhas, estando presentes o Revmo Vigário dr. Venâncio Café, dr. João Ribeiro de Oliveira, engenheiro Mario Braga, coronel Francisco Mascarenhas e exma. família Mascarenhas, viu-se nesta cidade a primeira experiência que dentro em pouco tão útil será a todos os lares – o primeiro café preparado pelo aparelho elétrico para cozinha<sup>167</sup>.

Também próximo de João Ribeiro, estava José Joaquim Monteiro de Andrade, grande cafeicultor da Zona da Mata. Bacharel, formado em 1891 na Faculdade do Largo São Francisco, Monteiro de Andrade foi promotor de justiça e substituiu por um curto período o

<sup>165</sup> Ao noticiar a morte do Major Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas, pai de Francisco Mascarenhas, o jornal *Liberal Mineiro* afirma que o falecido teria ficado “órfão em tenra idade” e “sem herança alguma. Depois de 6 anos de ofício de caldeireiro, dedicou-se à vida comercial na freguesia do Taboleiro Grande, onde hoje repousam seus restos mortais. Deixando a vida mercantil, na posse de modesta fortuna, edificou, em 1842, a fazenda de S. Sebastião, aplicando-se à cultura de cana, café. [...]. O resultado de seu trabalho e economia foi a grande fortuna, que lega a seus filhos, tendo em vida, por doações e empréstimos, cedido a eles talvez mais de seiscentos contos de réis.”(LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 31 de janeiro de 1884, p.3)

<sup>166</sup> JORNAL DO COMMERCIO. In: Minas Geraes. Belo Horizonte, 07 e 08 de janeiro de 1903, p.3.

<sup>167</sup> A COZINHA... O Pharol. Juiz de Fora, 03 de maio de 1895, p.1.

juiz seccional do estado. Em 1893, quando diretor do Instituto Jurídico Mineiro, era colega de João Ribeiro, membro do conselho superior da instituição. Embora sua principal ocupação fosse a produção de café e cereais, como os demais comissários esteve envolvido em vários empreendimentos, dentre os quais o Banco de Crédito Real. Rico cafeicultor, em 1902, Monteiro de Andrade é listado entre os principais contribuintes de Juiz de Fora<sup>168</sup>. Quando presidia a Câmara Municipal dessa cidade, José Penido Filho referiu-se a ele como cidadão “de alevantada coragem, republicano histórico, descendente de legendária família mineira e um dos mais estimados filhos do município”<sup>169</sup>.

É preciso lembrar que o “grande” cafeicultor esteve entre os líderes do movimento agrícola de 1899, mais precisamente, do grupo que enviou uma representação ao governo de Silviano Brandão exigindo o adiamento da cobrança do imposto territorial. Uma notícia publicada n’*O Paiz*, em 1895, indica que ele já vinha atuando como liderança junto aos “lavradores” da Mata, para defender os interesses cafeicultura:

Em Sarandi, distrito mineiro do município de Juiz de Fora, houve uma reunião de lavradores ali residentes para protestar perante o governo do Estado contra o imposto de café e pedir a revogação do decreto que o inovou.

A reunião efetuou-se por iniciativa do conselho distrital, sob a presidência do Dr. José Joaquim Monteiro de Andrade, agente executivo do distrito<sup>170</sup>.

Certamente, Monteiro de Andrade tinha um bom diálogo com os *produtores* mineiros. Além de ser respeitado cafeicultor, seu nome estava ligado ao crescente movimento em defesa dos interesses agrícolas. Ao falar da Comissão Fundamental, o *Jornal do Commercio* definiu Monteiro de Andrade como um “espírito cultivado, de poderosa faculdade assimiladora”, que enriquecia “seu cabedal de instrução variada no estudo comparativo que há logrado fazer nas diversas viagens aos Estados vizinhos e ao continente europeu”. “Homem moderno, instruído e prático”, teria sabido adequar e aplicar os saberes adquiridos nessas viagens e estudos em prol do desenvolvimento da lavoura<sup>171</sup>.

Na Comissão Fundamental, Monteiro de Andrade ficou encarregado de estudar as questões relacionadas à cafeicultura e à policultura. Considerando a importância do café na economia de Minas Gerais e sua relação com a crise econômica, torna-se evidente sua decisiva posição no Congresso, possivelmente almejada por outros importantes cafeicultores.

<sup>168</sup> EDITAES. O Pharol. Juiz de Fora, 15 de janeiro de 1902, p.1.

<sup>169</sup> UMA RECTIFICAÇÃO. Correio de Minas. Juiz de Fora, 10 de abril de 1897, p.1.

<sup>170</sup> O PAIZ. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1895, p.1.

<sup>171</sup> JORNAL DO COMMERCIO. In: Minas Geraes, 07 e 08 de janeiro de 1903, p.3.

Além disso, pode-se conjecturar que o fato de os grandes lavradores mineiros estarem divididos em ao menos dois grupos em relação à diretriz que deveria ser tomada frente à desvalorização do café – um grupo a favor e outro contra a sobretaxação dos cafés inferiores – tenha elevado ainda mais a importância da posição ocupada por Monteiro de Andrade. Para transitar nesse terreno, o escolhido haveria de ser alguém com reconhecido prestígio e legitimidade.

Respondendo à solicitação feita por Francisco Salles, a Associação Comercial de Minas indicou Ignácio Burlamaqui como representante do comércio na comissão. O “coronel Burlamaqui”, como a ele se dirigiam os contemporâneos, por sua patente na Guarda Nacional, era naquele momento presidente da Associação e já havia ocupado a mesma função na Junta Comercial do estado. O “considerado capitalista residente em Ouro Preto” acumulava inúmeros negócios comerciais, de representante de casa de vinhos a fornecedor de fardas de brim para a polícia mineira<sup>172</sup>. Ao longo da década de 1890, Burlamaqui firmou vários contratos com o Estado de Minas Gerais, entre eles o aluguel do prédio em que funcionava a Escola Normal de Ouro Preto. Em 1892, o jornal *A Ordem* a ele se referia como “ativo e digno representante de numerosas casas comerciais do Rio de Janeiro”<sup>173</sup>. Na lista de “lançamento de impostos predial e de água e esgoto”, de 1902, o comerciante aparece como um dos maiores contribuintes de Ouro Preto<sup>174</sup>. Como os demais comissários, ele também esteve envolvido na política local.

Por fim, para tratar dos assuntos relacionados à mineração, foi convidado George Chalmers (1856-1924), à época superintendente da Mina de Morro Velho, propriedade da inglesa *Saint John d’El-Rey Mining Company*. Como seus colegas da Comissão, Chalmers tinha reconhecido envolvimento prático com a atividade sobre a qual deveria se pronunciar, mas sua biografia indica diferenças importantes em relação aos demais comissários. Único estrangeiro a compor o grupo, Chalmers nasceu na Inglaterra e formou-se engenheiro no prestigiado *King’s College* de Londres. Não foram localizados indícios de que até 1903 tenha ocupado cargos políticos, tampouco sua participação em outras áreas de produção<sup>175</sup>. Ao que parece, o engenheiro, que imigrou para o Brasil como funcionário da companhia inglesa, manteve-se atrelado a ela até sua morte, em 1924. Em diversos aspectos, Chalmers se

---

<sup>172</sup> FESTAS. O Pharol. Juiz de Fora, 05 de janeiro de 1902, p.1.

<sup>173</sup> A ORDEM. Ouro Preto, 03 de setembro de 1892, p.1.

<sup>174</sup> CAMARA MUNICIPAL. A Cidade. Ouro Preto, 14 de janeiro de 1902, p. 3.

<sup>175</sup> Em fevereiro de 1902, Chalmers concorreu à eleição para vereador distrital, porém, conforme *O Pharol*, não conseguiu o cargo: “No dia 16 efetuou-se em Santo Antônio do Rio Acima, a eleição de um vereador especial e apesar dos esforços inauditos e empregados pela The S. João d’El-Rey, cujos empregados, quase geralmente, cabalaram, prometeram e ameaçaram em nome do sr. Jorge Chalmers, foi eleito (pela 4ª vez) o dr. Urbano Marcondes” (TELEGRAMMAS. O Pharol. Juiz de Fora, 26 de fevereiro de 1902, p.1).



distingue das características principais do grupo definido como *classe produtora* ou *classe conservadora*: não era proprietário de terras, nem grande investidor, e não foram localizados registros de atividades filantrópicas que tenha realizado no Brasil até 1903. Além disso, não tinha parentesco direto com prestigiosas famílias locais, pois já era casado com uma inglesa quando chegou ao Brasil.

Chalmers, entretanto, reunia algumas características prezadas pelos representantes das *produtores* reunidos no Congresso. Era detentor de conhecimentos teóricos e práticos sobre mineração, estudioso e atento às inovações. Conforme a *Revista Industrial de Minas*, do ano de 1897:

O renome de seus talentos, o crédito que lhe abonaram desde logo os estudos acadêmicos, fizeram-lhe abrir ampla carreira, sendo chamado, imediatamente, pela importante casa dos srs. Harvey & Comp., de Hayle, no condado de Cornwall, região mineralógica de primeira ordem, onde se iniciou em trabalhos práticos com tanta felicidade que lhe confirmaram os títulos adquiridos. [...].

O gênio, a capacidade, a ciência, o trabalho: eis a personificação deste ilustre e venerando chefe<sup>176</sup>.

Não obstante a reconhecida competência de Chalmers para tratar dos assuntos da mineração, sua escolha para compor a Comissão Fundamental foi alvo de críticas. Poucos dias após o anúncio dos nomes dos comissários, *O Pharol*, principal jornal de Juiz de Fora, publicou em primeira página uma carta cujo autor, Joaquim Francisco de Paula<sup>177</sup>, comunica a estranheza que lhe havia causado a escolha do inglês “para o cargo de árbitro supremo das necessidades e interesses da indústria extrativa”<sup>178</sup>. Para o autor da carta, no estado, “onde há uma Escola de Minas, com um corpo de professores, entre os quais alguns honrariam qualquer grande instituto europeu”, a escolha de Chalmers significava pedir “informações oficiais” a uma pessoa estranha e indiferente às necessidades do país. A carta questiona os interesses do inglês, que por ser “diretor de uma rica e poderosíssima companhia estrangeira, com avultados capitais”, poderia advogar interesses contrários aos dos brasileiros que se dedicavam à mineração.

“Onde viu e sentiu o brilhante diretor do Morro Velho as apreensões, os indizíveis apuros dos pequeninos, dos pobres sacrificados da indústria extrativa? Que noção tem de nossas minas, sua distribuição, riqueza, valorização e aproveitamento?”, perguntava Joaquim

<sup>176</sup> G. CHALMERS. *Revista Industrial de Minas*. Ano V, n. XXXVI, p.157-8.

<sup>177</sup> Em jornais do final do século XIX e início do XX foram encontradas referências a um Joaquim Francisco de Paula, engenheiro de minas, professor do Ginásio Mineiro e, posteriormente, da Escola de Engenharia de Belo Horizonte, da qual foi um dos fundadores. Por se tratar de um nome muito comum, não consegui confirmar se o autor da carta seria o referido engenheiro, porém, pelo teor das críticas, é possível que sim.

<sup>178</sup> PAULA. *O Pharol*. Juiz de Fora, 06 de janeiro de 1903, p. 1.

Francisco de Paula<sup>179</sup>. Ele sugeria um possível conflito entre os interesses da empresa estrangeira, representada no Brasil por seu funcionário George Chalmers, e os interesses da *classe produtora*, imbuídos dos “verdadeiros” interesses de Minas Gerais e do Brasil. O próprio Chalmers expressou constrangimento ao tratar de alguns pontos relativos à mineração, o que explicou na introdução de seu relatório:

Exms. Srs. – Respondendo aos vários quesitos com que vos dignastes honrar-me, peço licença para ponderar que, devido à minha posição de diretor de uma mina no país e ao interesse que mais ou menos tenho em todas as questões relativas à mineração, achei dificuldade em dar essa resposta com a liberdade que em outras circunstâncias teria; por conseguinte em muitos casos não tratei do assunto com muita minuciosidade<sup>180</sup>.

Porém, ainda que a escolha do inglês não tenha sido festejada por todos, os relatórios que elaborou para o Congresso foram muito elogiados. Para o articulista da *Folha de Leite*, da cidade de Leopoldina, a Comissão Fundamental teria permitido que “toda a parte útil dos seus esforços consistisse apenas na proposta de Chalmers, na lembrança do imposto *ad-valorem* para gado e pouca coisa mais”. Desse modo, “graças ao espírito prático de sua raça”, o inglês teria evitado propostas inatingíveis<sup>181</sup>.

Ora encarnados num determinado membro, ora atribuídos ao grupo, inúmeras vezes os jornais ressaltaram e elogiaram o “espírito prático” e o “preparo técnico” da Comissão Fundamental. Todos os comissários tinham uma ligação prática com o setor que representavam, ou, como afirmou Cândido Eloy, eram “sumidade[s] profissiona[is], na especialidade, que faz o objeto de seus esforços, atividade e lucubrações”<sup>182</sup>. Assim, marcou-se, nos momentos iniciais de organização do Congresso, uma questão que atravessará todo debate por ele suscitado: a de que não seria somente no interior de gabinetes, por meio de reflexões puramente teóricas, que se resolveria o problema econômico do estado de Minas Gerais. Conforme expressou a Comissão Fundamental, o problema deveria ser “posto, o quanto possível, e dentro da exiguidade de nossas forças, por maneira completa, devendo ser apresentadas, ao lado das explanações teóricas, soluções práticas que possam ter imediata aplicação”<sup>183</sup>.

Numa sociedade marcada pela forte presença de bacharéis em cargos públicos e na imprensa, a organização do Congresso chamava para o debate um grupo cuja legitimidade, a princípio, não se sustentava na posse do título de “doutor”, mas antes no envolvimento com as

<sup>179</sup> Ibidem, p.1.

<sup>180</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 09 de abril 1903, p.1.

<sup>181</sup> PUBLICAÇÕES.... Folha de Leite. In: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1903, p.3.

<sup>182</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 e 27 de janeiro de 1903, p.5.

<sup>183</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1903, p. 1.

atividades produtivas. Sônia Mendonça, em estudo sobre o ruralismo brasileiro na República Velha, aponta que nos discursos dos ruralistas, sobretudo daqueles formados em engenharia e agronomia, a prática aparece como um critério de verdade, em torno do qual se constrói uma oposição entre “políticos e homens de ação”<sup>184</sup>. Esses homens de ação concediam a si mesmos “o monopólio do discurso autorizado posto que oriundo do conhecimento aplicado”<sup>185</sup>. Ademais, atribuíam às “classes políticas”, marcadas pelo bacharelismo, a responsabilidade por todos os problemas da agricultura brasileira.

Segundo Celso Castro, “a cultura associada à importância do título de bacharel foi introduzida no Brasil já no século XVI pelos jesuítas”, mas floresceu e predominou no século XIX<sup>186</sup>. No Brasil escravocrata, o trabalho técnico e manual era visto com grande desprezo pelos proprietários rurais que, diante da oportunidade, optavam pela formação de seus herdeiros como bacharéis. Avesso à ciência experimental, o bacharelismo acabava reforçando a repulsa ao trabalho técnico e produtivo. Desse modo, ao longo do século XIX, o diploma de bacharel foi o mais procurado pelos membros da elite, por considerarem que o título lhes conferiria maior status social. Em seu trabalho sobre as elites políticas regionais de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, entre 1889 e 1930, Love e Barickman indicam que 70% de seus membros cursavam faculdades de direito, enquanto 8% frequentavam medicina, outros 8% engenharia e 2% seguiam a formação militar<sup>187</sup>.

Essa hegemonia dos bacharéis recebeu críticas de outros segmentos das elites, sobretudo a partir do final do século XIX. O grupo de militares formado na Escola Militar do Rio de Janeiro foi um dos que entoaram o discurso contra o bacharelismo, fundamentando-se no ideal de valorização da ciência pela ciência. Embora o trabalho de Celso Castro indique que o estilo bacharelesco também predominava na Escola Militar, onde não havia “estudos práticos e experimentos científicos significativos”, ele aponta a intenção dos militares em se distinguirem dos bacharéis, ainda que retoricamente, pela valorização da ciência e da experiência<sup>188</sup>. No mesmo período, os engenheiros buscavam igualmente legitimar-se como uma elite dotada de competência técnica “capaz de responder a uma perspectiva de modernização” do país<sup>189</sup>. Segundo Alves, a formação de engenheiros “implicava a criação de

---

<sup>184</sup> Sônia Mendonça (1997, p.38-9) entende *ruralismo* como “um *movimento político* constituído ao longo da Primeira República e dotado de canais específicos de organização, expressão e difusão, consistindo numa das dimensões do próprio processo de construção da sociedade política no país, visando institucionalizar interesses agrários não hegemônicos junto aos aparelhos de Estado” (Grifos no original.).

<sup>185</sup> MENDONÇA, 1997, p.83-4.

<sup>186</sup> CASTRO, 1995, p.55.

<sup>187</sup> LOVE; BARICKMAN, 2006, p.79.

<sup>188</sup> CASTRO, 1995, p.55.

<sup>189</sup> ALVES, 1996, p.65.

um sistema que pudesse estabelecer hierarquias de saberes” e que “introduzisse na cena intelectual outros atores que não os bacharéis e os literatos”<sup>190</sup>. Do mesmo modo, segundo Bontempi Jr. & Silva, os primeiros anuários da Escola Politécnica de São Paulo, datados da década de 1900,

[...] afirmam, nos discursos de diretores, professores e alunos, que o objetivo dessa “escola técnica” seria formar o “homem prático” e não o “doutor da ciência”. Nas palavras do professor Álvaro de Menezes, profissionais que pudessem “eficazmente reagir contra o atual estado de dependência agrícola e industrial, e portanto financeira e econômica, em que jaz a nossa Pátria”, por meio de ações como a construção de estradas de ferros, obras públicas e trabalhos de saneamento urbano<sup>191</sup>.

É, portanto, em meio a críticas ao bacharelismo e a demandas pela formação de engenheiros, que o Congresso é organizado, tendo a Comissão Fundamental o objetivo de levantar os temas e colocá-los em discussão. Conforme o jornal *Minas Geraes*, o resultado do congresso deveria ser “essencialmente prático como deve ser em suas deliberações ao enfrentar as questões que lhe são propostas, tendo em mira a situação financeira do Estado”. Pretendia-se que “todas as classes interessadas no desenvolvimento das forças até agora improdutivas do Estado não se furtem ao imperioso dever de enunciarem livre e desassombradamente o seu juízo esclarecido sobre as necessidades urgentes da nossa atualidade econômica”<sup>192</sup>. Assim, entende-se o motivo de terem sido escolhidos para compor a comissão indivíduos que desfrutavam de elevado prestígio social e reconhecida competência na condução das atividades produtivas.

Cabe frisar que, além de serem apresentados como homens práticos, por suas relações diretas com o mundo da produção os membros da Comissão Fundamental foram por diversas vezes representados como “apartados” da política e, portanto, imunes aos jogos de interesses dela decorrentes. Entretanto, o exame de suas biografias indica a manutenção de importantes laços políticos e uma efetiva participação política, principalmente em âmbito local. Este é um aspecto curioso, uma vez que a ocupação de cargos nas câmaras municipais ou funções públicas por nomeação são desconsideradas como atividades político-partidárias pelos próprios contemporâneos. Nesse aspecto, o caso de João Pinheiro é o mais notável, pois vários jornais apontam seu afastamento da política. Paulo de Assis, no *Correio Paulistano* mencionou que Pinheiro “desde muito se apartou da atividade política para fazer-se ceramista, indo assentar a sua tenda na velha Caeté”. Conforme o articulista, nos intervalos do trabalho

---

<sup>190</sup> Ibidem, p.67.

<sup>191</sup> BONTEMPI JR.; SILVA, 2012, p.447-8.

<sup>192</sup> CONGRESSO....Minas Geraes. Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1903, p.1.

na “tranquila cidadezinha”, Pinheiro “ia buscar repouso na calma do gabinete, enfronhando-se então no estudo predileto dos problemas econômicos e substituída a atividade mental, por tanto tempo perdida nas lutas estéreis da política partidária, pela meditação fecunda” a respeito das “questões que tocam de perto o engrandecimento material do país e o progresso moral do povo.”<sup>193</sup>. Pode-se também conjecturar que essa negação dos laços políticos reforçaria a legitimidade da comissão no desempenho da função de representar exclusivamente os interesses das *classes produtoras*. Além disso, é possível que ao escolherem os membros da Comissão, Salles e Pinheiro tenham optado por nomes que não compunham o quadro político estadual e federal, uma vez que pretendiam resguardar o evento de questões político-partidárias, ou ainda, da “politicagem”. Esse tópico foi umas das contradições mais evidentes no Congresso de 1903, proposto como uma reunião para o debate de questões práticas, ligadas à economia, e que, entretanto, em diversas ocasiões extrapolou esse domínio e incidiu sobre a política.

### 1.5 – A preparação do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial

Visando obter “elementos seguros de informação, para tomar as medidas tendentes a preparar o [...] remodelamento econômico” do estado, em fins 1902, Salles tomou “a iniciativa de ouvir diretamente os interessados, as classes que sentem as necessidades que devem ser atendidas”, propondo a reunião das *classes produtoras* em Belo Horizonte<sup>194</sup>. Para tanto, foi necessário um longo e intenso trabalho de preparação do evento, acompanhado de perto pela imprensa, entre janeiro e maio de 1903. Em 14 de janeiro, o jornal *Minas Geraes* informava que a Comissão Fundamental havia recebido “diversas representações de agricultores, industriais e comerciantes”, indicando que a organização havia começado no ano anterior.

Já na primeira reunião da Comissão Fundamental, presidida por João Pinheiro, foram definidos os temas a serem estudados e sua distribuição entre os comissários:

Cultura de café, policultura e cultura intensiva – dr. José Joaquim Monteiro de Andrade.

Pequenas culturas, tarifas alfandegárias e impostos protecionistas – dr. João Pinheiro da Silva.

Indústria manufatureira – coronel Francisco Mascarenhas.

<sup>193</sup> ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. São Paulo, 03 de julho de 1903, p.1.

<sup>194</sup> SALLES, Francisco. Mensagem Dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Antônio de Salles ao Congresso Mineiro. Belo Horizonte. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1903, p.6-7.

Criação e exportação do gado, fabrico da manteiga; melhoria das raças, viação e ensino agropecuário – dr. Sá Fortes.<sup>195</sup>  
 Indústrias extrativas; mineração e indústrias conexas – dr. Jorge Chalmers.  
 Fretes, impostos interestaduais; comércio e suas necessidades – Coronel Ignácio Burlamaqui.  
 Bancos – dr. João Ribeiro de Oliveira Sousa<sup>196</sup>.

Conforme o *Minas Geraes*, nessa reunião foram lançadas as bases do “auspicioso congresso” que haveria “de marcar uma época e assinalar o patriotismo e a abnegação das pessoas que nele colaboraram, animados todos por um só pensamento: o de engrandecer o Estado pela expansão de suas riquezas, na máxima parte inproveitadas”<sup>197</sup>. Naquele momento, a divulgação dos assuntos que seriam abarcados pelos trabalhos da comissão contribuía para atrair as diversas frações das *classes produtoras*, espalhadas pelo grande território mineiro. Se a crise era consequência da dependência em relação ao café, o caminho para a recuperação econômica, desde o princípio evidente no trabalho da Comissão Fundamental, seria a diversificação produtiva.

Após algumas reuniões, em que estiveram presentes membros das *classes produtoras*, a Comissão Fundamental apresentou sessenta e duas teses, elaboradas na forma de perguntas, ratificando a proposta de diversificação das atividades produtivas. Essas teses iniciais, publicadas no *Minas Geraes* e acompanhadas de um longo texto introdutório, foram divididas entre os temas: lavoura de café, policultura e pequena cultura, pecuária, indústrias manufatureiras, indústrias extrativas, indústrias diversas, colonização, comércio, transportes e fretes, impostos e tarifas, mobilização de riqueza imóvel e questão bancária. A partir de então, cada comissário deveria se dedicar a responder as perguntas correspondentes aos assuntos que lhes foram atribuídos, para o que esperavam receber contribuições dos *produtores* mineiros. Assim, a Comissão pedia “a todos os interessados e estudiosos, que num ou noutro ponto das questões tenham vistas especiais, experiência e observações próprias, a fineza de lhe mandarem seus trabalhos”<sup>198</sup>. A imprensa, por sua vez, foi solicitada a dar “a mais ampla discussão de todas estas teses, devendo os trabalhos ser remetidos à comissão Central, que em uma segunda reunião fixará as conclusões que devem ser submetidas à apreciação do congresso pleno”<sup>199</sup>. A expectativa de que as *classes produtoras* participassem do debate era

<sup>195</sup> Contudo, de acordo com o *Minas Geraes* de 24 de janeiro de 1903, a Monteiro de Andrade caberia o estudo do tema “ensino agrícola e profissional”, juntamente com os temas “cultura de café, cana, fumo; policultura”. Foi Sá Fortes, no entanto, quem se dedicou mais extensamente ao estudo do ensino agropecuário, produzindo um item específico sobre esse tema em seu relatório.

<sup>196</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 12 e 13 de janeiro de 1903, p.1.

<sup>197</sup> Ibidem, p.1.

<sup>198</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1903, p.3.

<sup>199</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 16 de janeiro de 1903, p.1.

grande, e a Comissão Fundamental nomeou um correspondente em Belo Horizonte para receber as respostas às questões que propôs<sup>200</sup>.

Na mesma reunião em que foram definidas as perguntas, ocorrida em 14 de janeiro, estabeleceu-se que os comissários teriam o prazo máximo de sessenta dias para apresentar “suas memórias contendo a solução das teses apresentadas e as medidas práticas que forem julgadas por eles susceptíveis de pronta adoção” e que no final de março haveria um encontro para a definição das conclusões, que seriam submetidas à apreciação do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial<sup>201</sup>. Nesse período, os jornais publicaram inúmeras contribuições enviadas à Comissão Fundamental, individualmente ou por grupos de *produtores*. Os impressos não revelaram, contudo, quais critérios teriam usado para a seleção dessas publicações e, na maior parte dos casos, não há qualquer comentário da redação sobre o texto ou sobre o seu autor. Embora alguns critérios sejam presumíveis, tais como a importância do autor, o tamanho do texto, a convergência de opinião com relação ao jornal ou à Comissão Fundamental, não se descarta a possibilidade de ter sido uma escolha aleatória<sup>202</sup>.

Depois de algumas semanas, em que receberam as almeçadas contribuições, os comissários apresentaram suas respostas aos sessenta e dois quesitos iniciais. Designadas como “memórias”, “relatórios” ou “estudos”, essas respostas, depois de discutidas em reuniões da Comissão, foram publicadas, divididas em vários números do jornal *Minas Geraes*. Para os contemporâneos, o trabalho realizado pela Comissão Fundamental significou o reconhecimento de importantes entraves ao progresso financeiro do estado e a reafirmação da possibilidade de um futuro próspero, calcado na modernização e no desenvolvimento econômico. Constituindo um panorama econômico do estado, os comissários buscaram dar soluções para a crise, apontando formas de fomentar o avanço das atividades produtivas.

Com base nesses relatórios, no dia 20 de abril, a Comissão Fundamental estabeleceu os pontos que seriam levados à discussão no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Diferentemente das primeiras teses, elaboradas na forma de perguntas, as sessenta e quatro conclusões da comissão são assertivas e foram apresentadas sem separação temática, embora tenha sido mantida a diversidade das questões elaboradas em janeiro. Constituindo um rico painel das aspirações das *classes produtoras* mineiras, as conclusões revelam a existência de

---

<sup>200</sup> O correspondente era Benjamin Jacob (1871-1928), engenheiro de minas e civil, formado na Escola de Engenharia de Minas de Ouro Preto. No governo de João Pinheiro, Jacob foi nomeado prefeito da capital mineira, função que exerceu até 1909 (EXPREFEITO. In: Portal PBH. Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=exprefeitos&lang=pt\\_BR&pg=7341&tax=18974](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=exprefeitos&lang=pt_BR&pg=7341&tax=18974)).

<sup>201</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 1903, p.13.

<sup>202</sup> Há textos, como os de Frederico Augusto Alvares da Silva e dos lavradores de Monte Alegre, que ocuparam mais de três páginas do *Minas Geraes*.

demandas diversificadas para as várias atividades produtivas do estado. Segundo carta enviada por Cândido Eloy ao *Minas Geraes*, “essas teses são o resumo de todas questões e todas necessidades que mais de perto afetam a vida e a força das classes conservadoras” e, portanto, desbravaria “novos e vastos horizontes à lavoura, indústria e comércio do Estado, abrindo-se novas fontes de rendas, assegurando ao povo de Minas uma nova era feracíssima de trabalho, atividade, paz, abastança prosperidade”<sup>203</sup>. Como essa, muitas outras publicações ressaltaram a importância do Congresso que estava sendo preparado, fazendo reverberar a ideia de que traria grandes contribuições para o desenvolvimento econômico do estado.

Por terem sido apresentadas em bloco único, separadas apenas pela enumeração sequencial, as conclusões da comissão podem induzir uma leitura equivocada de que os diferentes grupos estivessem em concordância quanto às demandas de cada um ou que não houvesse uma hierarquia entre os diferentes setores. Pela forma como foram publicadas, as conclusões não mostram os possíveis dissensos entre os grupos, que ocorreriam quando a demanda de um setor fosse contrária a de outro, tampouco são mostradas as divergências existentes no interior de cada grupo. João Pinheiro, embora tenha afirmado “a impossibilidade de se constituir um corpo harmônico de economia estadual”, reconhecia “que fora mesmo pensamento da comissão dar aspecto harmônico às conclusões apresentadas e era intuito capital discutir as questões num ponto de vista genérico”. Havia a intenção de que os *produtores* se sentissem contemplados nessas conclusões, motivando a participação de representantes de todo o estado e insuflando a crença nos resultados amplos e positivos do Congresso<sup>204</sup>.

De modo geral, além de firmar o fomento à diversificação agrícola por meio de prêmios e concursos, as conclusões estabeleciam a melhoria da produção de café, propondo que o imposto de exportação fosse cobrado em razão inversa à qualidade do produto; a criação de colônias agrícolas de imigrantes, para “fornecer operários às indústrias manufatureiras”; a organização do crédito, por meio da criação de bancos e cooperativas agrícolas; a abolição de impostos interestaduais; a redução de fretes; a repressão à vadiagem; a modernização da produção mineira, para o qual concorreriam a instalação de laboratórios, fazendas-modelo e estações agronômicas, as viagens ao exterior e o ensino profissional<sup>205</sup>. Ponto fundamental, considerado por alguns contemporâneos como “ideia dominadora nas conclusões da comissão fundamental” foi a defesa do protecionismo às diversas indústrias,

---

<sup>203</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 13 de maio de 1903, p.3.

<sup>204</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 17 de maio de 1903, p.2.

<sup>205</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 28 de abril de 1903, p.1-2.



“quer agrícola ou pecuária, quer extrativa, fabril ou manufatureira”<sup>206</sup>. Assim como a diversificação produtiva, a implantação de medidas protecionistas estava presente desde a primeira manifestação da Comissão Fundamental, quando questionava sobre se haveria meios legais de “o Governo do Estado ou da União intervir, direta ou indiretamente, de modo a favorecer e incrementar a produção de mercadorias”. Tomando os Estados Unidos como exemplo de nação que teria encontrado nas “tarifas protecionistas a fonte de seu deslumbrante poder”, a comissão apontava o protecionismo como uma das soluções para a crise. Essa ideia teve grande aceitação na imprensa; *O Pharol* publicou na primeira página uma crítica aos que a ela se opunham:

Tem se feito, a boca pequena, umas objeções ‘a política protecionista dizendo-se que trará o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade a favor dos produtores, e em prejuízo dos consumidores. E continuam, argumentando que o milho, o feijão, as batatas, agora relativamente baratas, sobem de preço; os consumidores vão pagar caro este gênero e só os produtores terão de lucrar.

Aí está a objeção que eu ouvi de um dr. Metido a homem avisado e circunspecto. Sim, ele divide o Brasil em consumidores e produtores e quer se condoer somente dos consumidores. [...]

Com a teoria protecionista os consumidores ficam em má posição!

Mas, pelo amor de Deus, ninguém os obriga a serem puros consumidores, passem a produzir e com isto lucrarão e lucrará a Pátria<sup>207</sup>.

As conclusões da Comissão Fundamental foram publicadas em diversos jornais, além de serem impressas em separatas, para facilitar o acesso de todos os interessados e, principalmente, para que os participantes Congresso pudessem estudar os itens que norteariam os trabalhos em Belo Horizonte. As conclusões, tal como a iniciativa de organização do congresso, a escolha da comissão e os relatórios dos comissários foram muito louvados na imprensa. Foram poucas as vozes que se levantaram para criticar, apontar as impossibilidades ou os obstáculos para a concretização do que propunham os comissários. Esse foi o caso de uma crônica impressa nas colunas “Publicações a pedido”, da *Gazeta de Notícias*, que ironizava a expectativa da reunião ser a “chave” para a resolução do problema econômico-financeiro do estado. Para o articulista, as conclusões da comissão indicavam que o Congresso “não vai preocupar-se com o *terre à terre*, de umas tantas materialidades”, já que “quase todos os seus membros” teriam se mantido “na bela região do inatingível”. Embora afirmasse que sua intenção não era “lançar a nota dissonante nesse coro beatífico de sinceros entusiasmos patrióticos”, é justamente isso o que seu texto representa em relação ao conjunto das publicações sobre o Congresso de 1903. Fazendo alusão às soluções levantadas pela

<sup>206</sup> ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. São Paulo, 26 de junho de 1903, p.1.

<sup>207</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL. O Pharol. Juiz de Fora, 09 de maio de 1903, p.1.

comissão, o autor considera sarcasticamente o protecionismo como “lábaro milagroso”, capaz de produzir a recuperação econômica de um estado cujo

presidente tem estado numa luta salutar de aumento de despesas, já removendo batalhões, já mandando conspícuos patrícios viajar por terras estranhas, já instalando dispendiosos institutos, já custeando o nosso querido Congresso Industrial, já instituindo algumas comissõezinhas, mas com o uso de sua cabalística invenção as despesas públicas estão baixando, os impostos mais leves<sup>208</sup>.

São raros os questionamentos sobre a exequibilidade de medidas como a criação de prêmios pecuniários, laboratórios, campos de experimentação, escolas de ensino agropecuário e comercial e outras, colocadas inteiramente sobre a responsabilidade do Estado ou subvencionadas por ele. Quando ocorrem, esses questionamentos são pontuais, como no caso em que Sá Fortes reconhece que o Estado, naquele momento, não poderia arcar com a criação de “colônias correcionais, de custeio, segurança e administração muito mais custosos e difíceis”<sup>209</sup>. É, no mínimo, curioso que diante da crise e da exiguidade dos cofres públicos, recorrentemente apontada nos jornais e nas manifestações a respeito do Congresso, as conclusões da Comissão Fundamental tenham sido amplamente creditadas como o meio virtuoso para a recuperação financeira do estado, que não tinha recursos para concretizar alguns de seus itens elementares.

Depois de quatro meses de trabalho, pode-se inferir que a Comissão estabeleceu mais do que os pontos que deveriam ser debatidos na reunião em Belo Horizonte; ela explicitou de antemão as medidas que considerava mais adequadas para o desenvolvimento da economia mineira, fazendo confundir sua voz com as dos representantes das *classes produtoras* e suas conclusões, com os resultados do Congresso.

### **1.6 – O Congresso Agrícola, Industrial e Comercial**

A instalação do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial estava marcada para o dia 13 de maio de 1903, porém, a primeira reunião dos delegados das *classes produtoras* ocorreu na tarde do dia anterior, quando foi realizada uma sessão preparatória para o evento. Cerca de cento e quarenta congressistas participaram desse primeiro encontro, presidido por João Pinheiro, com o auxílio de Monteiro de Andrade e Carlos Sá Fortes. O objetivo dessa reunião era a aprovação do regimento interno do Congresso e a confirmação da legitimidade dos

<sup>208</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1903, p. 3.

<sup>209</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 de abril de 1903, p. 3.

representantes das *classes produtoras*, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão Fundamental. Na ocasião, verificou-se que havia casos de dupla representação, o que foi discutido e aceito, concedendo a cada delegado o direito de voto nas assembleias do Congresso. Em seguida, atendendo à solicitação de Afrânio Mello Franco, o regimento foi aprovado sem alterações<sup>210</sup>.

Conforme esse regimento, os delegados seriam reconhecidos mediante a entrega de um diploma, definido como “título, ata ou documento subscrito pelos membros da municipalidade ou pessoas competentes e pelas comissões do Comércio” – o que pode explicar a existência da dupla representação de alguns municípios. Os delegados reconhecidos teriam o direito de participar de qualquer deliberação. Um presidente seria escolhido por votação secreta ou aclamação. Os trabalhos seriam conduzidos em subcomissões, com sete membros, eleitos ou nomeados pelo presidente. “Todos os trabalhos de que forem incumbidas as comissões serão feitos fora das horas de sessões do Congresso ou fora do recinto do mesmo”. Havia, em caso de discordância com relação às deliberações das comissões, a possibilidade de o delegado assinar como “vencido”, “com restrições”, ou ainda de dar seu voto em separado, o qual seria “conjuntamente com o parecer discutido e votado como substitutivo”. O regimento também permitia a qualquer participante apresentar projetos, artigos aditivos ou emendas, oferecendo possibilidades de efetiva participação dos delegados. Ao final, as medidas propostas por cada comissão seriam votadas em sessão plena ou postas em discussão, quando resultassem em “ônus para os contribuintes do fisco ou para os cofres do Estado ou dos municípios”<sup>211</sup>.

Definido o regimento interno e reconhecidos os delegados, no dia 13 de maio, “perante numerosa concorrência de congressistas e populares”, além de “ilustres” políticos, instalou-se o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial<sup>212</sup>. João Pinheiro, aclamado presidente, confirmou Monteiro de Andrade e Sá Fortes como secretários. Mais de cento e noventa congressistas responderam à chamada dessa sessão, porém, surpreendentemente, entre eles não estavam João Ribeiro e George Chalmers. Esses dois membros da Comissão Fundamental não aparecem em nenhuma das listas de participantes localizadas ou nas atas do evento. Nos artigos de jornais, não há notícia de suas presenças na reunião, tampouco se aponta o motivo das ausências. Os demais comissários, Ignácio Burlamaqui e Francisco

---

<sup>210</sup> Apenas um dos delegados, Francisco Mourão, representante de São João Del Rei e Tiradentes, pediu para registrar em ata que votou contra o regimento.

<sup>211</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 11 e 12 de maio de 1903, p.1.

<sup>212</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL. O Pharol. Juiz de Fora, 16 de maio de 1903, p.1.

Mascarenhas, assumiram funções de destaque no evento, conduzindo comissões em passeios pela cidade, recebendo figuras ilustres na estação ferroviária, coordenando homenagens etc.

A abertura do Congresso foi marcada por solenidades. João Pinheiro discursou em nome da Comissão Fundamental, destacando não haver “apresentado trabalho perfeito acerca das teses propostas”, que deveriam ser “acrescidas ou modificadas” nos debates do congresso. Seguindo as formalidades, Pinheiro agradeceu a Francisco Salles pela confiança depositada na comissão e aos presentes, “fazendo votos pela prosperidade do Estado de Minas Gerais, cujo futuro econômico ele via consubstanciado no esforço que cada um dos congressistas dispendesse com ardor e espontaneidade”. Salles enviou um ofício, em que expressava seu reconhecimento aos congressistas por acolheram a iniciativa do Estado e fazia votos de que produzissem “fecundas deliberações”<sup>213</sup>. Os dois discursos ressaltavam a importância da reunião e a grande expectativa com relação aos resultados que traria para Minas Gerais.

Depois de aprovadas moções em agradecimento a Salles e Pinheiro, os congressistas abriram a primeira polêmica do evento. Trata-se da curiosa aprovação de uma moção, parabenizando Afonso Penna por sua eleição como vice-presidente da República. Conforme o correspondente d’*O Pharol*, “proposto o imponderado voto de apreço ao conselheiro Penna surdiram logo protestos veementes de todos os lados”. Contra a moção sugerida por Firmino Costa, delegado de Lavras, levantou-se Sousa Botafogo, argumentando que não poderia compreender que “se venha trazer política ao seio deste congresso ou convertê-lo em confraria do engrossamento mútuo”. Botafogo recebeu o apoio de outros congressistas, que expressavam a “resistência formal às incursões políticas no seio do congresso”<sup>214</sup>. Colocada em votação, a proposta foi aprovada, segundo *O Pharol*, por unanimidade – o que surpreende, tendo em vista as manifestações contrárias. Esse caso, como outros que atravessam o Congresso, explicita as divergências e incoerências entre os participantes com relação ao espaço que assuntos exclusivamente políticos deveriam ocupar na assembleia dos *produtores*.

A esse respeito, é preciso reconhecer que a divisão das opiniões pendia para o lado dos que não viam com estranheza a introdução de temas políticos no Congresso. Desse modo, enquanto alguns congressistas alegavam que, no “curto” tempo da reunião, era preciso se concentrar em debater a recuperação econômica, a posição hegemônica mostrava haver fortes vínculos entre o campo da política e o campo da produção em Minas Gerais. A presença de membros do governo nas sessões do Congresso e nos eventos que o circunscreveram, como o banquete oferecido ao Ministro da Viação, Lauro Muller, além do debate de assuntos que

---

<sup>213</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 14 e 15 de maio de 1903, p.1.

<sup>214</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL. *O Pharol*. Juiz de Fora, 16 de maio de 1903, p. 1.

extrapolavam o campo econômico, como a reforma eleitoral, confirmam esses vínculos, contradizendo a afirmação recorrente em diversos periódicos de que “no Congresso não vieram até hoje, nem nunca virão, à baila, discussões de caráter político, sequer de outra feição, desde que seja estranho aos interesses que o motivaram”<sup>215</sup>. Os congressistas que introduziram e defenderam questões dessa ordem alegavam que o assunto impactava diretamente o desenvolvimento econômico do país.

Outro evento que marcou a primeira sessão do Congresso de 1903 foi a definição de subcomissões. O regimento interno previa a formação de quatro grupos de trabalho: do comércio, da agricultura, da indústria e de redação, esta última, encarregada das “decisões definitivamente aprovadas pelo Congresso”. Havia, contudo, a possibilidade de serem nomeadas comissões especiais, desde que, uma vez indicado o objeto sobre o qual tratariam, sua aceitação fosse submetida a uma votação simples. Valendo-se dessa prerrogativa, Rodrigues Caldas, representante da lavoura de Barbacena, requereu a criação de duas comissões especiais, uma para o café e outra para o crédito agrícola. Seguindo esse requerimento, outros delegados propuseram o estabelecimento de diversas comissões especiais. Assim, por aclamação foram criadas, além das comissões previstas, comissões de café; mineração e águas minerais; viação férrea e tarifas; viticultura e vinicultura; pecuária; tecelagem; curtumes; estradas de rodagem; bancos. O aparecimento de comissões especiais operacionalizava a realização do evento, cujo escopo de trabalho era bastante amplo, denotando o pragmatismo que o envolvia desde sua proposição. Evidenciava, ainda, o intuito de estabelecer discussões específicas que atendessem às peculiaridades das várias atividades, ainda que não se perdesse de vista a necessidade de harmonizar as diferentes demandas, como apontara João Pinheiro no discurso de abertura do Congresso.

Os nomes dos membros de cada comissão especial foram indicados pela mesa do Congresso, composta por João Pinheiro, Monteiro de Andrade e Sá Fortes na segunda sessão do evento<sup>216</sup>. Ficou definido que os grupos se reuniriam a partir da manhã seguinte nos edifícios do Congresso Mineiro e do Senado, tendo o prazo de dois dias para discutir as conclusões propostas pela Comissão Fundamental e elaborar pareceres para serem apresentados na terceira sessão do evento, marcada para o dia 16 de maio. Segundo Paulo de Assis:

Foi no seio dessas comissões que se procedeu ao inquérito econômico sobre o Estado, e se deu balanço das controvérsias, e se travaram os mais calorosos debates. Cá fora era um atordoamento de festas que a

---

<sup>215</sup> MINAS GERAIS. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1903, p.2.

<sup>216</sup> Esta sessão aconteceu na noite de 13 de maio de 1903.

fidalgua e a gentileza do governo e do povo dispensavam aos seus hóspedes<sup>217</sup>.

Como menciona o articulista, afora esse trabalho nas comissões especiais os delegados das *classes produtoras* tiveram uma movimentada programação. Representantes dos municípios do triângulo mineiro, por exemplo, realizaram “uma reunião no Grande Hotel, a fim de deliberarem sobre vários assuntos, cuja discussão no Congresso interessa de perto àquela importante zona”<sup>218</sup>. Além do baile de gala, jantares e reuniões em *petits comités*, os congressistas puderam passear pela recém-inaugurada capital mineira, visitaram seus edifícios mais importantes, foram recebidos na Faculdade de Direito e na Associação Comercial. Houve empenho em mostrar aos congressistas a nova cidade de Belo Horizonte, com suas avenidas largas, grandes edifícios, bondes e iluminação elétrica.

Envolvida em simbologia semelhante ao Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, a construção de Belo Horizonte representava, para seus idealizadores, a inauguração de um novo tempo, marcado pelo progresso, pela riqueza e pela modernidade. Para Veiga, “a nova era”, inaugurada com a mudança da capital, teria como base

o estabelecimento de dimensões racionais no tratamento da propriedade, das relações de trabalho, das relações sociais e culturais. Um sentido novo da política implicado na tarefa de começar aparentemente do nada, transformar a região em oficina do trabalho e negócios configurando a concretização ideal da dimensão de progresso e de civilidade, no sentido de reeducar as pessoas, reorientar seus caminhos, “acordá-las” para a modernidade<sup>219</sup>.

A inauguração de um “novo tempo” para Minas aconteceu num momento em que se reconhecía a recente conquista da estabilidade política. O período imediatamente após a proclamação da República havia sido bastante turbulento no estado, que passou por sucessivas trocas presidenciais, viveu um movimento separatista na região sul, em 1892, e a reestruturação político-partidária com a (re)criação do Partido Republicano Mineiro (PRM), no ano de 1896<sup>220</sup>. Às disputas intra-oligárquicas e inter-regionais somavam-se os embates políticos no âmbito nacional, manifestados, por exemplo, na Revolta da Armada, na Revolução Federalista e nos movimentos restauradores. No entanto, quando Salles assumiu a presidência de Minas, não obstante a crise econômica, a situação política havia mudado. Segundo Viscardi, no panorama federal “os governos de Prudente de Moraes e Campos Sales foram responsáveis pelo progressivo processo de estabilização dos conflitos, pondo fim às

<sup>217</sup> ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. São Paulo, 07 de julho de 1903, p.1.

<sup>218</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL. O Pharol. Juiz de Fora, 16 de maio de 1903, p.1.

<sup>219</sup> VEIGA, 1994, p.142.

<sup>220</sup> Entre 1889 e 1892, ano da eleição de Afonso Pena, Minas Gerais teve oito presidentes, alguns dos quais ocuparam o cargo por poucas semanas.

revoltas e criando mecanismos institucionais de ordenamento político”<sup>221</sup>. No plano estadual, desde 1898, os políticos do Sul<sup>222</sup>, sob a liderança de Silviano Brandão conquistaram a hegemonia no PRM, arrefecendo as disputas internas, o “que possibilitaria uma projeção política mais consistente de Minas na Federação”<sup>223</sup>.

Desse modo, embora tivesse sido planejada desde o começo da República, a inauguração da nova capital mineira aconteceria nesse momento de relativa estabilidade, encarnando “a intenção política de redefinir a posição política, econômica e cultural” de Minas Gerais na República<sup>224</sup>. Por isso, sua relação com o Congresso de 1903 torna-se incontornável. Os desígnios projetados na nova capital são incorporados à reunião das *classes produtoras*, também representada como marco inaugural de um tempo de progresso e opulência, de transformação política e econômica do estado, evidenciando a confluência de projetos que, para além da recuperação econômico-financeira envolviam questões como um possível reposicionamento do estado no conjunto da Federação. Assim, a oferta de passeios por Belo Horizonte aos congressistas e aos representantes da imprensa que cobriam o evento de 1903 fundia os dois empreendimentos, divulgando a cidade, com signos do progresso que confirmavam a inauguração de um “novo tempo”, ao qual correspondia o grandioso futuro que se projetava dos trabalhos do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Essas relações são perceptíveis nos comentários de Paulo de Assis:

Efetivamente, ninguém, com justeza e entusiasmo verdadeiro, pode apreciar o que vale a cidade nascente, senão os que avistaram há alguns anos, aquela paisagem desolada e morta, do lombo de algum mu roncheiro, de orelhas pachorrentas, e hoje, saltando de um atordoado vagão de ferrovia, descansam a vista consolada nas belezas da capital, cheia de graça, conforto e civilização.

O viandante que, um decênio atrás tocasse, de caminho, no extinto Curral d’El-Rey, [...] nunca imaginaria que o tristonho e acaçapado arraial havia de transformar-se na formosa cidade que os mineiros levantaram para sede de seu governo, e que a mesma se cobriria de galas para receber os delegados de todo o Estado que ali se congregariam mais tarde para discutir os problemas mais sérios da sua vida econômica. [...]

E o modorrento arraial [...] é hoje um centro barulhoso, cheio de vida, movimento e atividade, cortado de tramways elétricos com

<sup>221</sup> VISCARDI, 1999, p.90.

<sup>222</sup> Cláudia Viscardi (1999) divide a política interna de Minas, na Primeira República, em três fases: a primeira, marcada pelas disputas intra-oligárquicas e regionais, vai da Proclamação da República ao governo de Silviano Brandão (1889 – 1898); a segunda vai de 1898 ao governo estadual de Arthur Bernardes (1898 – 1918) e é caracterizada pelo arrefecimento das disputas internas e pela hegemonia política da região sul; a terceira fase, de 1918 a 1930, é marcada pela ascensão da Zona da Mata, representada pelo grupo de Arthur Bernardes, e declínio do Sul.

<sup>223</sup> Ibidem, p.95. Segundo Viscardi, embora arrefecidas, as divergências intra-oligárquicas não desapareceram e, em diversas situações, dificultaram a projeção mineira no cenário político federal.

<sup>224</sup> VEIGA, 1994, p.70.

campainhas, e à noite, inundado da luz das lâmpadas de Edison e dos grandes focos incandescentes.

Pois bem: foi nessa nova cidade, surgida como por encanto das ruínas de Curral d'El Rey, [...] foi aí que se reuniram os representantes da agricultura, do comércio e das indústrias em Minas, para dizer ao governo o que lhe convinha fazer no sentido de acautelar os interesses econômicos do Estado, garantindo a base da sua riqueza e proporcionando o bem estar a seus filhos<sup>225</sup>.

Parecia haver um sentimento de que a cidade brilhantava o evento, que por sua vez conferia prestígio à nova capital, na medida em que reunia importantes membros das elites. Buscou-se, aliás, coroar esse prestígio na noite em que os congressistas, juntamente com ilustres convidados como Francisco Salles; Afonso Penna; Delfim Moreira, secretário do Interior; Olyntho Ribeiro, chefe da polícia; Francisco Bressane, prefeito da capital, desfrutaram de um “espetáculo de gala”, realizado no *Teatro Soucasaux*. Comissões da Faculdade de Direito, do Ginásio, da Brigada Policial, das repartições públicas estaduais, da Guarda Nacional, da Associação Comercial, além da imprensa estiveram presentes no festejo. Diversos jornais registraram o “concorrido” espetáculo. O correspondente d'*O Pharol* destacou que “a plateia foi ocupada exclusivamente pelas senhoras [...], todas trajadas ao rigor de um festival de gala”<sup>226</sup>. A *Gazeta de Notícias* também fez menção às “luxuosas *toilettes*” das senhoras da elite belo-horizontina, em raras referências à presença feminina na programação do Congresso<sup>227</sup>.

Embora os passeios e festejos adornassem o evento, a relevância da ocasião era auferida, sobretudo, pelas deliberações dos delegados, cujos resultados seriam as recomendações ao governo estadual. A propósito, a imprensa noticiava o intenso trabalho dos congressistas, a fim de que pudessem apresentar suas conclusões na reunião do dia 16. Há vários registros mencionando que os grupos trabalharam harmonicamente, embora algumas notícias indiquem ter havido divergências, como na comissão pecuária, “a respeito do meio mais eficaz de proteger o criador contra a exploração do marchante [negociante de gado]” e na comissão do café, na qual “levantou-se séria divergência” em torno elevação de impostos para os tipos inferiores<sup>228</sup>.

Nos dias do congresso, o café ocupou o centro das atenções. Paulo de Assis afirmou que “naqueles dias, em todos os cantos de Belo Horizonte, nas salas do palácio da Câmara, nos corredores do Grande Hotel, nos cafés da Rua da Bahia, só se falou e discutiu o café:

<sup>225</sup> ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. São Paulo, 24 de junho de 1903, p.1.

<sup>226</sup> OS MUNICÍPIOS. O Pharol. Juiz de Fora, 17 de maio de 1903, p.2.

<sup>227</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA MINEIRO. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1903, p.1.

<sup>228</sup> Ibidem, p.1.



escolha, tipos baixos, desvalorização, stock, monopólio estrangeiro, um sem número de coisas enfim”<sup>229</sup>. As deliberações sobre o produto suscitaram enorme interesse dos contemporâneos, que se inquietaram diante da possibilidade de Minas Gerais criar meios de impedir a exportação de cafés de qualidade inferior – “a maior aspiração dos paulistas que estudam e meditam a crise que pesa sobre a sua principal lavoura”<sup>230</sup>. Certamente, as discussões sobre o café no Congresso de 1903 merecem uma análise aprofundada, que envolva uma abordagem regionalizada das posições, mas que foge ao objetivo e à especialidade desta tese. No entanto, não é possível ignorar a “querela do café” em uma narrativa que pretenda apresentar o Congresso de 1903, pois ela constitui um ponto privilegiado de observação de sua dinâmica, hierarquias e conflitos, escamoteados na memória que dele se perpetuou.

Se havia concordância com relação à superprodução do café, à inflação dos estoques, ao elevado custo dos fretes e dos impostos, no entanto, era grande a discordância com relação às seguintes conclusões apresentadas pela Comissão Fundamental:

2<sup>a</sup>

O imposto de exportação sobre o café deve ser cobrado na razão inversa da sua qualidade, de modo a recaírem sobre os tipos ordinários taxas mais elevadas do que sobre os melhores tipos.

3<sup>a</sup>

Devem ser taxadas proibitivamente, para não serem exportados para o estrangeiro as escolhas e cafés misturados com substâncias estranhas<sup>231</sup>.

As divergências quanto às medidas de valorização do café marcaram os trabalhos do grupo encarregado do tema. João Augusto Rodrigues Caldas, presidente da comissão, endossava as recomendações da Comissão Fundamental. Em oposição, alguns delegados nomearam representantes para tentar impugnar a sobretaxa<sup>232</sup>. Os debates foram acirrados e, como notificou o *Jornal do Brasil*, “à última hora a comissão do café apresentou as [...] conclusões”, ratificando a proibição direta e indireta de exportação dos cafés inferiores<sup>233</sup>. Entretanto, os delegados que se opunham à medida não se deram por vencidos e levaram a discussão à plenária do Congresso, fazendo-se necessário convocar mais uma sessão, além das previstas – e o evento foi estendido por um dia. Eustachio Garção Stockler, outro

<sup>229</sup> ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. São Paulo, 07 de julho de 1903, p.1.

<sup>230</sup> ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. São Paulo, 24 de junho de 1903, p.1.

<sup>231</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 28 de abril de 1903, p.1.

<sup>232</sup> Foram nomeados Miguel Vieira Souza, Monsenhor Las Casas, José Procópio e Miguel de Castro (Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1903, p.1; CONGRESSO... Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1903, p.2).

<sup>233</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL... Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1903, p.2.

participante ativo no Congresso, foi nomeado “*leader* dos representantes do Sul de Minas no Congresso” e encabeçou a contestação do parecer sobre o café<sup>234</sup>.

Então, viu-se o congresso dividido em dois campos, cada qual com uma bandeira, cada qual aparelhado para a assustadora refrega.

De um lado eram os membros da comissão do café e vários representantes dos municípios cafeeiros da mata; do outro eram os negociantes, intermediários de casas exportadoras desta capital, outros representantes do comércio e alguns fazendeiros da zona criadora do campo capitaneados pelo dr. Stockler, de Lambari, e pelo representante da Sociedade Nacional da Agricultura<sup>235</sup>.

Na última sessão do congresso, a questão foi definida por voto nominal, que impugnou a cobrança da referida taxa. *O Pharol* destacou que havia “grande ansiedade em se saber o resultado da votação neste assunto em que se dividiram as opiniões dos congressistas”<sup>236</sup>. Na ocasião, também foi votada e recusada a substituição, proposta pela Comissão Fundamental, do imposto de exportação pelo imposto territorial. É curioso que, após tantas discussões, a parte relativa ao café nas conclusões finais do Congresso tenha apenas cinco itens, que tratam da organização de uma associação dos agricultores para comércio e propaganda do café, contrastando fortemente do longo parecer elaborado pela comissão especial do café, que continha dezenove recomendações relacionadas a impostos, fretes, crédito e propaganda<sup>237</sup>.

Considerando o elevado número de recomendações oferecidas pelo conjunto das comissões, de que resultou a publicação das cento e dezenove conclusões do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, poucas questões geraram polêmicas e demandaram votação separada. Este foi o caso, por exemplo, da concessão de prêmios, que para alguns delegados não era vantajosa. As propostas de reforma eleitoral e da reorganização municipal, defendidas pela comissão de comércio, também levantaram controvérsias, embora aprovadas ao final do congresso<sup>238</sup>. Nenhuma das outras comissões especiais, contudo, suscitou tantos debates e divergências quanto a do café. A propósito, é preciso mencionar que o curto tempo existente para o debate das conclusões de cada comissão nas sessões do Congresso contribuiu para pulverizar algumas divergências. A preocupação com a exiguidade do tempo para a discussão de cada tema de interesse dos grupos foi expressa por alguns delegados já na primeira sessão. Na quarta sessão, Stockler propôs e fez aprovar a “votação em globo das matérias de cada um

<sup>234</sup> CONGRESSO... *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1903, p.1.

<sup>235</sup> ASSIS, Paulo de. *Correio Fluminense*. In: *Correio Paulistano*. São Paulo, 14 de julho de 1903, p.1.

<sup>236</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL. *O Pharol*. Juiz de Fora, 19 de maio de 1903, p. 1.

<sup>237</sup> Possivelmente por um erro de impressão, na publicação das conclusões do Congresso pelo *Minas Geraes*, o décimo nono item foi grafado como vigésimo (CONGRESSO...*Minas Geraes*. Belo Horizonte, 18 de maio de 1903, p.2).

<sup>238</sup> Estas questões serão retomadas adiante, como parte da análise sobre o pensamento e as propostas educacionais das *classes produtoras* no Congresso de 1903.

dos pareceres, separando-se apenas para sofrer discussão especial a parte referente ao café”. Restringiu-se, assim, a possibilidade de debate dos demais pareceres.

Após “seis dias de trabalhos ininterruptos”, João Pinheiro considerou que o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial oferecia ao governo uma obra que, juntamente com “o aspecto puramente econômico” teria um “grande alcance moral”, e que substituíra as lutas partidárias pela preocupação efetiva com o progresso do estado de Minas Gerais, cujo bem só poderia “conseguir por meio dos mais capazes”. A menção à negatividade do partidário, que “divide e retarda”, era mais uma demonstração do valor dado à iniciativa do Estado em convocar os *produtores*, indicando a possibilidade de chegar a soluções práticas, de utilidade geral, ao substituir “estéreis e desastrosas lutas partidárias em torno de pessoas, pela preocupação fecunda das coisas”. Sem dúvida, João Pinheiro reconhecia a perspectiva política do Congresso. Por isso, ao escrever para Salles, encaminhando as conclusões do evento, apontava que “a feição política do Congresso foi, como devia ser, francamente conservadora”<sup>239</sup>.

No evento das *classes produtoras* ou *classes conservadoras* – cabe lembrar que as duas expressões são usadas para designar o grupo que se reuniu em Belo Horizonte – era de se esperar que a posição hegemônica fosse definida como conservadora. Maria Auxiliadora Faria, ao investigar as *classes conservadoras* de Minas, buscou condições históricas para definir a expressão. Para Faria, interessava analisar “a transposição do ideário conservador à prática dos indivíduos ligados ao mundo da produção”. Assim, a autora partiu de explicações teóricas sobre o conservadorismo, que destacam o princípio de adaptação às condições objetivas como característica fundamental do pensamento conservador. Ao longo da investigação, Faria mostra que, no começo da República, os representantes dos setores produtivos passaram a usar esse rótulo, visando a “suprimir diferenças e possíveis divergências entre suas diversas frações”<sup>240</sup>. Além disso, diante dos conflitos e dissensões que marcaram aqueles anos, a expressão denotaria “os anseios daqueles que, propugnando pela ordem e pelo progresso, tinham clara consciência de que esse binômio só se viabilizaria com a unidade geográfica e política do estado”<sup>241</sup>.

De fato, no Congresso de 1903, a união das *classes produtoras* aparece como condição para o progresso e a ordem, mas esses elementos não correspondem necessariamente à apropriação de uma única corrente teórica que daria sentido à ação de todos os indivíduos

<sup>239</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.5.

<sup>240</sup> FARIA, 1992, p.21.

<sup>241</sup> Ibidem. p.23-24.

agrupados sob o rótulo. No trabalho de Faria, a adaptação à realidade objetiva é entendida como decorrente do pensamento conservador, definido previamente em seus aspectos ideológicos principais, o que produziria a identificação do grupo estudado com aquela definição. Com outro tipo de abordagem, o trabalho de Angela Alonso sobre o movimento intelectual de 1870 destaca o movimento de apropriação de elementos do repertório intelectual disponível à época, independentemente da filiação a uma determinada corrente teórica. Para Alonso, os atores políticos apropriam-se seletivamente de diferentes correntes de pensamento, seguindo intuítos práticos que marcam suas posições na sociedade. Assim, os próprios rótulos, como liberais, conservadores, radicais etc. são tomados como construções históricas e políticas passíveis de investigação, e não como dados que definem *a priori* a ação dos grupos. Alonso argumenta, a propósito, que “a autoimagem e as explicações dos agentes devem ser o objeto, não o guia da análise”<sup>242</sup>. Nessa linha de interpretação, ser *classe conservadora* no Congresso de 1903 não significava, necessariamente, aderir em termos políticos ou filosóficos a uma corrente de pensamento sistematizado sob a rubrica do conservadorismo – questão que será desenvolvida no próximo capítulo.

Na referida carta a Francisco Salles, Pinheiro relaciona a feição conservadora à recomendação do Congresso para “que se restrinjam as demasiadas atribuições políticas e administrativas das municipalidades” e para que promova “a elevação do censo eleitoral, porque a República tendo por fim realizar o bem de todos, somente o pode conseguir por meio dos mais capazes”<sup>243</sup>. Essas recomendações tiveram repercussão, após mencioná-las, por exemplo, Paulo de Assis afirma que o Congresso o deixou com uma “a opinião conservadora de Minas, pois o comércio e o congresso industrial são tudo o que por lá, pode haver de mais conservador”<sup>244</sup>. Baptista Martins explicou no *Correio da Manhã* que o intuito era “conciliar o direito de voto com as exigências da ordem”, e não estabelecer um “sufrágio oligárquico”<sup>245</sup>. É possível que a defesa da ordem seja um ponto de convergência encontrado na apropriação de diferentes correntes de pensamento. Estudos sobre João Pinheiro, por exemplo, apontam a apropriação que fez de elementos do republicanismo e do positivismo – o que, aliás, como argumenta Costa, não o impediu “de criar seus filhos no catolicismo e ter uma visão positiva da tradição católica brasileira”<sup>246</sup>.

---

<sup>242</sup> ALONSO, 2000. p.40.

<sup>243</sup> CONGRESSO...Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.5.

<sup>244</sup> ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. São Paulo, 07 de julho de 1903, p.1.

<sup>245</sup> MARTINS. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 08 de julho de 1903, p.1.

<sup>246</sup> COSTA, 2006, p.35.

Outra característica que marcou as propostas dos *produtores* no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 foi o protecionismo. Retomando a ideia de que a diversificação produtiva fora postulada como motor da recuperação econômico-financeira do estado desde as primeiras comunicações da Comissão Fundamental, é preciso salientar a defesa do protecionismo como meio de impulsionar essa diversificação. Antes mesmo da realização do evento, alguns órgão da imprensa apontavam o protecionismo como a tendência econômica que regeria a reunião dos *produtores*, alguns a criticando, outros endossando-na. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, publicou que a política protecionista excluiria “tratados de comércio e amizade com outras nações” e motivaria represálias internacionais<sup>247</sup>. Esse tipo de preocupação também chegou ao Congresso, mas não impediu a aprovação das ditas “tarifas protetoras”. Aos que se opunham ao protecionismo, João Pinheiro respondeu:

Alegam ainda que o protecionismo só é favorável aos produtores em prejuízo dos consumidores, não tendo semelhante alegação nenhum fundamento de valor econômico, porque em um país novo o dever imperioso é abrir novas fontes de riquezas; é procurar que todas as atividades convirjam para a exploração de uma terra excepcionalmente opulente; é, enfim, produzir.

Na proteção aos produtores, sem dúvida alguma está a solução do problema econômico; sim, proteção eficaz desta classe, que não é privilegiada, abre-se às aspirações e energias de todos, procurando pelo trabalho remunerado, com a sua, a grandeza do Estado.

Os consumidores prejudicados que se façam produtores protegidos, e se terá, sem dúvida, encontrado a solução desejada<sup>248</sup>.

O protecionismo foi um tema defendido não apenas em Minas Gerais, muito menos, exclusividade do Congresso de 1903. O tema fez parte de várias discussões sobre a recuperação econômica do país e, conforme Dulci, após o Congresso, teria servido “à cúpula política mineira para ganhar espaço no cenário Federal”<sup>249</sup>. Como foi dito, as medidas protecionistas, que já estavam postas nas conclusões da Comissão Fundamental, foram endossadas pelas comissões especiais. Até a comissão de agricultura demandou “tarifas gradativamente protetoras” para assegurar “a colocação da produção nacional”<sup>250</sup>. Havia no Congresso quem, como os *produtores* de Monte Alegre, temesse as consequências negativas das tarifas protetoras, alegando que “a ação econômica do protecionismo é diferente, conforme os objetos afetados e a maneira do imposto”. Para eles, “um imposto sobre meias fabricadas, por exemplo, sobre fios de lã, favorece o fiador e o criador; lesa o tecelão, o

<sup>247</sup> A POLÍTICA PROTECIONISTA. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1903, p.1.

<sup>248</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p. 5.

<sup>249</sup> DULCI, 1999, p.45.

<sup>250</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 17 de maio de 1903, p.3.

confeccionador e o consumidor”. De todo modo, no Congresso de 1903 venceu o protecionismo, e, conforme Faria, predominou a defesa de “um certo intervencionismo do Estado”, presente nas solicitações de apoio direto e indireto do Estado para impulsionar o desenvolvimento produtivo de Minas. Conforme as conclusões, até mesmo as associações de classe deveriam ser “prestigiadas” pelo Estado<sup>251</sup>.

Ao final do evento, as conclusões foram agrupadas de acordo com os temas de cada subcomissão, prevalecendo nelas as diretrizes principais do trabalho elaborado pela Comissão Fundamental, com a incorporação de demandas específicas de cada subcomissão. A concessão de prêmios, por exemplo, está entre as demandas da “indústria em geral” e da “agricultura”, mas, enquanto no primeiro item ela aparece para “indústrias auxiliares [...] e que tiverem por objetivo o fabrico de vasilhames”, no item agricultura os prêmios seriam para os “maiores produtores de mercadoria de melhor qualidade”, para a cultura de algodão e para cooperativas agrícolas<sup>252</sup>.

De modo geral, foi grande a crítica à cobrança de impostos. Paulino Nunes de Mello, representante do comércio de Barbacena, afirmou que o mais urgente a fazer diante da crise seria alavancar a produção e, para tanto, seria preciso “não tributar o produtor”<sup>253</sup>. Miguel Laroca, representante de Além Paraíba, lembrou as dificuldades enfrentadas no comércio de produtos importados e vendidos para outros estados, sobre os quais recaíam os impostos de importação e exportação. A cobrança de fretes, taxas telegráficas e impostos interestaduais e intermunicipais também foi atacada, sobretudo pelos representantes do comércio. As dificuldades de promover a circulação das mercadorias foram lembradas e pediu-se a abertura de várias estradas de rodagem. A tributação e a deficiência dos meios de transporte eram vistos como principais obstáculos para o incremento do comércio e da produção.

Conforme João Pinheiro, “as medidas de ordem geral para a reconstrução econômica do Estado, estabelecidas pelo Congresso” foram: “auxílio indireto dos poderes públicos para o estabelecimento das sociedades cooperativas de produção, crédito, e circulação; e finalmente, o protecionismo para as mercadorias nacionais produzidas”. Prevaleceu, portanto, um projeto de recuperação econômica marcado pelo protecionismo e pelo auxílio do Estado, sobretudo, para as cooperativas de produção, para as associações de classe, para a obtenção de crédito, para a diversificação da produção e para a modernização das atividades produtivas, que dependeria fortemente da difusão de instrução profissional. Algumas dessas medidas

---

<sup>251</sup> FARIA, 1992, p. 185.

<sup>252</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.2.

<sup>253</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 16 de maio de 1903, p.3.

extrapolavam o âmbito estadual, traduzindo demandas dos *produtores* mineiros frente à União, como a redução dos fretes na Estrada de Ferro Central do Brasil. Mesmo o protecionismo, segundo Dulci, do ponto de vista fiscal, afetaria “a renda da União, e não dos estados”<sup>254</sup>.

Assim como a abertura do evento, a sessão de encerramento foi marcada por solenidades e teve as presenças do vice-presidente da República, Afonso Penna, e de Antônio Carlos, que ocupava a Secretaria do Interior. Sintetizando a imagem do Congresso, Stockler saudou o vice-presidente, afirmando que “sua presença à sessão desperta[va] nos corações dos representantes das classes produtoras do Estado a mais viva esperança de resultados benéficos dos esforços que têm empregado em bem da reconstituição econômico financeira do mesmo Estado”<sup>255</sup>. “Obra de verdade e patriotismo”, o Congresso, no discurso de encerramento feito por João Pinheiro, era representado como o “primeiro passo” para a superação de problemas complexos que afetavam Minas e o Brasil. Assim, embora quanto à concretização do conjunto das medidas propostas não se possa dizer que o evento tenha produzido o impacto esperado, a simbologia construída em torno dele teve grande êxito póstumo. O Congresso ficou marcado como “um dos momentos de maior significação da História mineira do período” e teve em si depositadas as origens do desenvolvimentismo, da organização das *classes produtoras* e de instituições de ensino profissional em Minas Gerais<sup>256</sup>.

Cabe mencionar que, embora tenham sido levantadas questões sobre o ensino profissional, tanto entre as teses iniciais quanto nas conclusões da Comissão Fundamental, não foi estabelecida uma comissão específica para o estudo desse tema no congresso. Não obstante, questões relacionadas à educação apareceram em discussões e conclusões de diversas subcomissões, além de estarem presentes nas conclusões finais do evento. Não há dúvidas de que os congressistas concordavam com a necessidade de difundir o ensino, educar o trabalhador, reprimir a vadiagem e formar quadros dotados de competências técnicas. Porém, tal como as deliberações relacionadas ao frete, aos impostos, ao estabelecimento de taxas protecionistas etc., as demandas educacionais apresentam peculiaridades que condizem com as atividades exercidas pelos grupos que as propõem e, como no caso daqueles temas, não estiveram isentas de controvérsias.

Nesse debate aparecem demandas relacionadas à instrução, que permitem considerar o Congresso como importante “cenário da enunciação” de projetos e discursos sobre a educação

---

<sup>254</sup> DULCI, 1999, p. 45.

<sup>255</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 20 de maio de 1903, p.1.

<sup>256</sup> PEREIRA; FARIA, 2001, p. 22.

e sobre o ensino profissional, igualmente evidentes em outros espaços de associação e formação das elites mineiras, como as entidades associativas e a imprensa<sup>257</sup>. Esses discursos e projetos, que vinham sendo gestados e defendidos desde pelo menos o final da década de 1870, ganharam ressonância com a reunião de Belo Horizonte. As questões a respeito da instrução serão analisadas adiante, mostrando nuances e divergências que escapam das abordagens que veem o Congresso como produtor de um pensamento coerente e consensual, ou das que atribuem esse pensamento a um único indivíduo. Mediante este procedimento, pretendo dissipar a impressão de que entre os *produtores* havia amplo consenso ou mesmo uma representação consolidada do que deveria ser a formação do trabalhador no começo do século XX e, ainda, de que teria existido um projeto educacional do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, posteriormente traduzido *ipso facto* em ações do Estado. Isso não obscurece a evidência de que o governo mineiro efetivamente privilegiou o ensino agrícola, nas primeiras décadas republicanas, em decorrência da crença manifesta nesse evento de que a recuperação da economia mineira deveria passar pelo incremento das atividades agropecuárias<sup>258</sup>.

---

<sup>257</sup> “Cenário de enunciação” é uma expressão tomada da tese Maria Auxiliadora Faria (1992). A autora a utiliza ao se referir à Sociedade Mineira de Agricultura, ao Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, ao Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1928 e aos Congressos de Municipalidades que aconteceram entre 1903 e 1928, situações em que, segundo Faria, “foi possível pinçar fragmentos do projeto de desenvolvimento formulado pelo Estado em aliança com as ‘*classes conservadoras*’” (1992, p.29. Grifos do original).

<sup>258</sup> Segundo Dulci (1999, p.46), apesar da ênfase na modernização agrícola, o programa definido no Congresso de 1903 não se baseava na ideia de “vocação essencialmente agrícola do Brasil”. Para o autor, não se trataria de uma “opção doutrinária, [uma vez que] a prioridade conferida à agricultura resultava do diagnóstico realista de que o setor primário era o que apresentava maior capacidade de gerar empregos e atender às necessidades básicas da população”.



## Capítulo 2

### *Os bons pregoeiros do trabalho*

*A capital se engalana festiva e animada para receber os bons pregoeiros do trabalho, os laboriosos agricultores e comerciantes que, de longe e de perto, vêm trazer ao plenário de um congresso genuinamente popular, as suas queixas e súplicas, ansiando por um remédio aos seus males, por um refrigério aos seus padecimentos<sup>259</sup>.*

#### **2.1 – As classes produtoras mineiras como representação**

Este capítulo é dedicado à investigação sobre os principais atores do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, os congressistas, representantes das *classes produtoras* de Minas Gerais. Somente os conhecendo é possível entender as proposições que defenderam no evento, principalmente as vinculadas à educação, tema desta tese. Para tanto, busca-se cruzar as representações que esses indivíduos compartilhavam a respeito de si mesmos, da sociedade e de suas ações com suas propriedades sociais, evitando sempre uma interpretação baseada na determinação de um nível sobre o outro.

Desde os anos 1990, sobretudo a partir da publicação de *A História Cultural: entre práticas e representações* (1990) e *O mundo como representação* (1991), de Roger Chartier, muito se discutiu sobre a primazia dos fatores sociais ou culturais nas abordagens historiográficas. A ênfase no estudo das representações recebeu críticas, baseadas principalmente no argumento de que ele afastaria os historiadores da realidade histórica, abrindo caminho para relativismos, ceticismos e falsificações, além de reduzir o documento à dimensão textual e renunciar ao cruzamento de fontes documentais. Segundo o próprio Chartier, os críticos da história das representações a teriam considerado uma história idealista por supostamente ignorar comportamentos, ações e situações nas quais são produzidos e manifestados os fenômenos sociais<sup>260</sup>.

Chartier defende, não obstante, o uso da noção de representação pelo historiador como um “precioso apoio” para a análise das relações que os indivíduos e grupos estabelecem com o mundo social, justamente por não se afastar do real e do social. Para ele, a noção possibilitaria analisar e articular “operações de classificação e hierarquia” por meio das quais a realidade é percebida e representada; “as práticas e signos” que constituem uma identidade

<sup>259</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL. O Pharol. Juiz de Fora, 15 de maio de 1903, p.1.

<sup>260</sup> CHARTIER, 2011.

social, uma categoria social, uma visão de mundo ou um poder; e “formas institucionalizadas” pelas quais as representações são encarnadas<sup>261</sup>. Citando Bourdieu, Chartier argumenta que “a representação que os indivíduos e os grupos exibem inevitavelmente por meio de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social”. Desse modo, uma classe seria “definida tanto por seu ser-percebido, quanto por seu ser, por seu consumo – que não necessita ser ostentador para ser simbólico – quanto por sua posição nas relações de produção (mesmo que seja verdade que esta posição comanda aquele consumo)”<sup>262</sup>. Embora as observações de Chartier sobre as representações tenham como foco principal suas pesquisas sobre a “cultura escrita”, os argumentos que desenvolve podem ser válidos para diversos tipos de operações historiográficas, na medida em que apuram o olhar do historiador para seus objetos e fontes.

Deve-se assinalar, entretanto, que o estudo das representações ou das imagens e classificações não está restrito aos trabalhos de história cultural. Christophe Charle, ao tecer considerações sobre a história social, destaca a fecundidade de investigações sobre a percepção que os indivíduos e grupos cultivam de si próprios. A argumentação de Charle se aproxima à de Chartier ao afirmar que “as palavras empregadas para designar os grupos, classificar os indivíduos, estabelecer hierarquias etc. não têm um valor em si, mas somente segundo o momento e o lugar em que foram empregadas”<sup>263</sup>. Em artigo sobre as classes médias na França, por exemplo, Charle se interroga a respeito das implicações, em termos de representação, do uso da expressão no plural: “É apenas uma especificidade objetiva das classes médias na sociedade [...] ou, ao contrário, o uso dessa terminologia representa uma estratégia de diferenciação em relação à burguesia e à classe operária, facilitada pelo seu significado ambíguo e amplo?”<sup>264</sup>. Na mesma direção, Claude-Isabelle BreLOT, ao investigar a nobreza na Terceira República Francesa, afirma que dois níveis de análise se impõem: o das realidades políticas e sociais e o das representações – representações das elites, mas também do espaço em que se inscrevem e das funções a que se dedicam – “representações às quais reagem os atores da vida política, econômica e social”<sup>265</sup>. A pesquisadora analisa, assim, as

---

<sup>261</sup> CHARTIER, 2011, p.20.

<sup>262</sup> Ibidem, p.22.

<sup>263</sup> “Les mots qu’on emploie pour désigner les groupes, classer les individus, établir les hiérarchies, etc., n’ont pas de valeur en soi mais seulement selon le moment et le lieu d’emploi” (CHARLE, 1993, p.53). Tradução livre da autora.

<sup>264</sup> “Est-ce seulement une spécificité objective des classes moyennes dans la société (mais le même problème devrait se retrouver dans les autres pays), ou, au contraire, cette terminologie usuelle représente-t-elle une stratégie de différenciation par rapport à la fois à la bourgeoisie et à la classe ouvrière, facilitée par sa signification ambiguë et attrape-tout?” (CHARLE, 2003, p.109). Tradução livre da autora.

<sup>265</sup> “Représentations auxquelles réagissent les acteurs de la vie politique, économique et sociale” (BRELOT, 1996, p.427). Tradução livre da autora.

estratégias de enunciação, das visões de mundo e interesses, para a manutenção ou acesso a posições de poder e/ou privilégios, sem prescindir da investigação sobre as propriedades sociais dos indivíduos e grupos. No Brasil, Angela Alonso, em estudo sobre a geração de 1870, considera a nomeação como “uma arma em meio a conflitos de definição de identidades”<sup>266</sup>. Para Alonso, no final do século XIX, termos como “positivistas”, “liberais” ou “conservadores” teriam sentidos múltiplos, apenas compreendidos quando repostos em seus contextos. Por isso, opta por analisar ações e representações como “duas faces da mesma moeda”, considerando a existência de uma íntima conexão entre “formas de agir e formas de pensar”<sup>267</sup>.

Desse modo, apesar de não ser o objetivo deste trabalho desenvolver uma “história das representações”, considera-se profícuo que a análise englobe tanto a maneira como os participantes do Congresso de 1903 se viam e eram vistos, quanto suas propriedades sociais. Sabendo que os congressistas definiam-se como *classes produtoras* ou *classes conservadoras*, busca-se, primeiramente, compreender o sentido que atribuíam a essas expressões para, em seguida, proceder ao cruzamento com os dados resultantes de um estudo prosopográfico.

*Classes produtoras* e *classes conservadoras* foram denominações utilizadas pelos contemporâneos desde as primeiras manifestações sobre o Congresso, antes mesmo da definição de seus participantes. Por se tratarem de expressões de uso corrente no período, já carregavam sentidos projetados sobre os congressistas de 1903. A iniciativa de organizar um congresso, reunindo representantes dos setores agrícola, comercial e industrial – ou, como publicou o jornal *A Irradiação*, consultando “todas as classes laboriosas e produtoras do estado” – a fim de levantar soluções práticas e imediatamente aplicáveis para a crise econômica de Minas Gerais, ancorava-se na ideia de que os congressistas deveriam ser homens diretamente envolvidos com atividades produtivas<sup>268</sup>. Principais atores do evento, deveriam confirmar a almejada grandiosidade da reunião, idealizada para marcar a história de Minas Gerais e ser monumentalizada<sup>269</sup>.

Pretendia-se que o “espírito prático”, projetado desde a escolha dos membros da Comissão Fundamental fosse um traço comum aos demais participantes do evento. Por isso, não obstante a forte presença de bacharéis em cargos públicos, sobretudo na burocracia estatal e na imprensa, que já elaboravam diagnósticos e prognósticos para o país, fez-se a proposta de

<sup>266</sup> ALONSO, 2002, p.32.

<sup>267</sup> Ibidem, p.37.

<sup>268</sup> ACTUALIDADE. *A Irradiação*. In: Minas Geraes. Belo Horizonte, 23 e 24 de fevereiro de 1903, p.2.

<sup>269</sup> Le Goff (2003, p. 526) aponta que “o monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das histórias coletivas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só em uma parcela mínima são testemunhos escritos”.

chamar ao debate outros segmentos da sociedade. Convocavam-se os representantes das *classes produtoras*, que, embora pudessem igualmente possuir títulos acadêmicos, teriam como principais credenciais para propor medidas de combate à crise suas experiências na condução de atividades econômicas e os estudos que realizaram em decorrência e em benefício dessas atividades. Desse modo, foi-se difundindo a ideia de que o Congresso seria “composto, em sua generalidade, do que de mais distinto contam o comércio, a agricultura e a indústria de Minas”, “homens todos inteligentes e práticos, tendo completo conhecimento das mil e uma dificuldades por que passam atualmente as classes produtoras”<sup>270</sup>.

Visto dessa maneira, o grupo de participantes do Congresso pode parecer homogêneo. No entanto, cabe lembrar que a proposta de Salles e Pinheiro foi reunir um representante da lavoura e um do comércio de cada município do extenso estado de Minas Gerais, além dos industriais convidados. Somado à informação de que o território mineiro era um mosaico de sub-regiões bastante distintas, como afirma Wirth, isso torna evidente a pluralidade do público reunido em Belo Horizonte <sup>271</sup>. Essa heterogeneidade, reconhecida pelos organizadores e participantes da reunião, reforça a importância da utilização da expressão *classes produtoras* na construção e cristalização da imagem dos congressistas, que se reconheciam e eram reconhecidos como parte delas. Ao responder às chamadas realizadas no evento, o congressista se tornava publicamente representante das *classes produtoras* de um município do estado, marca que esteve presente desde as primeiras publicações sobre o Congresso e que foi frequente em suas atas e correspondências de felicitação e agradecimento às autoridades. João Pinheiro, por exemplo, escreve a Salles que “a consulta ao pensamento das classes produtoras constitui exemplo auspicioso de uma política francamente republicana, que vai haurir a sua norma de ação na manifestação direta da opinião pública”<sup>272</sup>.

Houve, desde os primeiros momentos de organização do Congresso, um esforço deliberado em harmonizar diferenças e construir um discurso consensual, que abarcasse interesses específicos dos diversos setores, mas que ainda assim mantivesse uma linha comum. Por isso, na abertura dos trabalhos, João Pinheiro solicitou “a possível e necessária união de vistas entre os srs. congressistas nas discussões do plenário”, lembrando que seria “preciso transigir muitas vezes umas em favor de outras pela diversidade existente em as [sic] diferentes zonas do Estado entre o que umas e outras requerem”<sup>273</sup>. Nesse processo, a utilização de rótulos que reforçavam a ideia de pertencimento a uma fração específica da

---

<sup>270</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL. O Pharol. Juiz de Fora, 12 de maio de 1903, p.1.

<sup>271</sup> WIRTH, 1982.

<sup>272</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.5.

<sup>273</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 14 de maio de 1903, p.1.

sociedade teve grande importância, pois estabelecia um ponto de convergência inicial entre os *produtores*. Ainda assim, optou-se sempre pela utilização de expressões no plural, indicativa do reconhecimento da diversidade, no movimento de tentar aplacá-las<sup>274</sup>.

A referência de pertencimento ao grupo dos *produtores* aparece na primeira comunicação oficial da Comissão Fundamental, cujos membros estariam “representando as classes produtoras” do estado<sup>275</sup>. Na ocasião, embora fatores como o envolvimento na política, a posse de patentes militares, os laços familiares e de amizade fossem importantes para compreender quem eram os representantes, o fato de pertencerem às *classes produtoras* era, ao menos retoricamente, uma propriedade mais relevante do que outras. Assim, o uso frequente e disseminado dessa expressão para designar os congressistas indica os elementos constitutivos da imagem desejada para o grupo, perante seus membros e a sociedade.

A expressão *classes produtoras* não foi uma criação dos organizadores do Congresso de 1903. Os jornais do final do século XIX mostram que sua utilização era corrente e que havia um entendimento compartilhado a respeito dos grupos sociais a que se referia. Em 1891, Gustavo Penna, no jornal *A Ordem*, mostrou os segmentos que formavam tais classes:

Era meu intento ocupar-me nesta carta do estado atual das classes produtoras de Minas, onde, no meio da mais absoluta indiferença pública, a *indústria* procura penosamente vencer a corrente oposta, a *agricultura*, sem braços, sem capitais, sem facilidade de crédito para prosperar, mede desanimada a distância que a separa de S. Paulo, ao passo que o *comércio* local desempenha sua missão, prejudicial mau grado seu, – de levar ao mercado do Rio de Janeiro o dinheiro que o lavrador arranca da terra e que distribui pelos que vivem dessa minguada seiva<sup>276</sup>.

As *classes produtoras* eram, então, constituídas por homens ligados ao comércio, à indústria e, principalmente, à agricultura – os setores chamados a participar do Congresso em 1903. No entanto, esse pertencimento dependia também de outras propriedades. Os trabalhadores de Minas Gerais, por exemplo, cuja maior parte era formada por ex-escravos<sup>277</sup>, não eram considerados membros das *classes produtoras*, embora estivessem

---

<sup>274</sup> É oportuno destacar a observação de Christophe Charle (2003, p.108) sobre o uso das “denominações sociais”. Para ele, “il est clair que certaines dénominations sociales sont plus faciles à employer que d’autres, parce qu’elles font consensus et finissent par substituer aux réalités sociales complexes les représentations sociales simplifiées qu’elles suggèrent implicitement”.

<sup>275</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1903, p.1-3.

<sup>276</sup> PENNA... In: *A Ordem*. Ouro Preto, 24 de outubro de 1891. Grifos meus.

<sup>277</sup> No último quartel do século XIX, Minas Gerais era a província com o maior plantel de escravos do país. Conforme os dados de 1819 e 1872, Minas Gerais tinha respectivamente 168.543 e 381.893 escravos; enquanto o Rio de Janeiro possuía 91.070 e 306.425; a Bahia 147.263 e 167.824; e São Paulo 77.667 e 156.612 (MARTINS, 1980, p.12). Há um importante debate historiográfico sobre as causas do crescimento do plantel de escravos em Minas Gerais, ao longo do século XIX. Roberto Martins (1980) analisa esse crescimento ao longo do século XIX, enfatizando que teria havido em Minas Gerais uma dissociação entre escravidão e atividade

evidentemente vinculados a atividades produtivas. Para pertencer a esse grupo, era preciso pagar impostos e, em geral, ser proprietário de terras ou grande negociante, já que, conforme publicou *O Pharol*, essas eram as classes “determinantes da riqueza pública”<sup>278</sup>.

No período, havia uma interseção entre as *classes produtoras* e as *classes conservadoras*, outra expressão utilizada para designar os grupos reunidos no Congresso de 1903. Congressistas e imprensa frequentemente as utilizavam como sinônimos. Ignácio Burlamaqui, por exemplo, ao receber um grupo na Associação Comercial, destacou considerar uma honra “a visita de delegados das classes produtoras de Minas Gerais”, pois “se outras vantagens não resultarem do [...] congresso, bastaria essa da reunião, na capital do Estado, dos representantes das classes conservadoras”<sup>279</sup>.

As representações compartilhadas a respeito das *classes conservadoras* indicam outros elementos que compunham a imagem do grupo que participou da reunião em Belo Horizonte. Em junho de 1897, *O Pharol* publicou um discurso em que Rui Barbosa explicita as principais características das *classes conservadoras* para os contemporâneos. Ele destaca que “representam a propriedade e o trabalho, a produção e a riqueza, a inteligência e a fecundidade, a paciência e a força”<sup>280</sup>. Por isso, as forças conservadoras teriam a função peculiar de

[...] apoiar as instituições novas, enquanto se desenvolvem, reforçar a proteção, que elas oferecem à sociedade contra interesses desorganizadores, extrair delas toda a virtude, todo o benefício, todo o progresso possível, criar-lhe um ambiente de tranquilidade e segurança, em que se possam expandir as suas qualidades, habilitar o país, por uma experiência razoável, a conhecê-las, julgá-las e melhorá-las<sup>281</sup>.

Além de representarem a propriedade, o trabalho, a produção e a riqueza, *as classes conservadoras* eram contrárias a abalos que pudessem desorganizar a sociedade e deveriam atuar em favor da ordem. Essa característica, segundo Faria, reforçou-se nos anos seguintes à mudança de regime político, em meio ao temor de um regresso monarquista ou do radicalismo jacobino. Nesse momento, abriu-se espaço para que as *classes conservadoras* se afirmassem como força social e política, em contraposição aos subversivos e radicais. Para a

---

exportadora, na medida em que, do ponto de vista econômico, a província se caracterizaria por uma produção exportadora modesta e pela predominância de uma produção de autoconsumo. Slenes (1988, p.453) discorda da análise de Martins, apontando que “as atividades produtoras não só permitiram um grande tráfico de escravos, mas também constituíram o centro dinâmico da economia mineira”. Luna e Cano (1983) apontam que o crescimento verificado decorreu da reprodução natural dos cativos.

<sup>278</sup> TELEGRAMMAS. *O Pharol*. Juiz de Fora, 31 de outubro de 1902, p.2.

<sup>279</sup> NOTICIÁRIO. Minas Geraes. Belo Horizonte, 19 de maio de 1903, p.7.

<sup>280</sup> BARBOSA, Rui. Indiferentismo Político. In: *O Pharol*. Juiz de Fora, 15 de junho de 1897, p.1.

<sup>281</sup> BARBOSA, Rui. Partido Republicano Conservador. In: *O Pharol*. Juiz de Fora, 16 de junho de 1897, p.1.

autora, “mais do que em qualquer momento, a expressão classes conservadoras denotava, em Minas, os anseios daqueles que, propugnando pela ordem e progresso, tinham a clara consciência de que esse binômio só se viabilizaria com a unidade geográfica e política do Estado”<sup>282</sup>. Ainda conforme Faria, “a base do pensamento conservador no Brasil foi a defesa da grande propriedade rural, do estatuto da escravatura e do liberalismo econômico”<sup>283</sup>.

Mas, ao longo do século XIX e início do XX, as classes ditas “conservadoras” buscaram ajustar seu ideário à realidade mutante do país. Assim, a maior parte dos membros das *classes conservadoras* reunidos no Congresso de 1903, portanto, após o colapso da escravidão, defenderam uma política econômica francamente protecionista, justificada principalmente pelo atraso da economia nacional. Além disso, alguns membros dessas classes defenderam a repartição de terras, a concessão de lotes aos colonos e o parcelamento de lavouras extensivas como formas de resolver o problema da instabilidade da mão de obra no campo. Pouco preocupados em aderir coerentemente a uma corrente de pensamento, os congressistas buscavam compreender a conjuntura e defender seus interesses, recorrendo, principalmente, às experiências obtidas no envolvimento com o mundo da produção<sup>284</sup>. Suas posições foram muitas vezes pragmáticas com relação ao progresso econômico de Minas, do que resultou a defesa de projetos direcionados para uma específica atividade produtiva. Como foi apontado no capítulo anterior, no Congresso de 1903, pertencer à *classe conservadora* não significava a completa adesão em termos políticos, econômicos ou filosóficos a uma corrente de pensamento sistematizada e pré-definida, embora houvesse elementos, tais como a defesa da ordem, da propriedade e do progresso econômico que justificassem o reconhecimento dos participantes da reunião como seus membros.

Além de *classes produtoras* e *conservadoras*, uma terceira expressão foi correntemente utilizada para designar o grupo do congresso. Como mostra o comentário de Burlamaqui, os congressistas

interromperam os seus labores, deixaram as suas lavouras, as suas casas comerciais, as suas fábricas, e de todos os pontos deste vastíssimo Estado, partiram para a sede do governo, que pela primeira vez em Minas e talvez no Brasil, foi ao encontro das *classes laboriosas*, para diretamente perguntar-lhes quais os seus reclamos e aspirações<sup>285</sup>.

---

<sup>282</sup> FARIA, 1992, p.23-24.

<sup>283</sup> Ibidem, p.19.

<sup>284</sup> Em sua análise sobre movimento intelectual de 1870, Alonso destaca que “os agentes elegeram um conjunto de teorias e noções por razões *práticas*: estavam em busca de subsídios para compreender a situação que vivenciavam e para desvendar linhas eficazes de ação política” (2002, p.39. Grifos no original). Este aspecto histórico e prático do movimento intelectual também pode ser identificado na atuação dos congressistas de 1903.

<sup>285</sup> NOTICIÁRIO. Minas Geraes. Belo Horizonte, 19 de maio de 1903, p.7. Grifos meus.

Embora tenha aparecido com menor frequência, a expressão *classes laboriosas*, referindo-se aos congressistas, destaca um aspecto muito exaltado nas representações a respeito dos *produtores*: o labor. Em tudo o que se lê sobre o Congresso está claro que os *produtores* se viam como os cidadãos “verdadeiramente” ativos da República, empenhados em produzir riqueza e, conseqüentemente, o avanço do país. Nesse aspecto, contrapunham-se tanto aos trabalhadores, que não compreenderiam o valor positivo do trabalho, quanto à “classe política”, supostamente alheia ao mundo da produção.

Para além do progresso econômico, a imagem dos congressistas como *produtores*, *conservadores* e *laboriosos* revela-os incumbidos da missão de contribuir para moralizar a sociedade. O noticiário de 13 e 14 de maio de 1903, do *Minas Geraes*, aponta que o congresso, “constituído dos elementos mais prestigiosos das classes produtoras”, seria “um atestado frisante do amor e desinteresse com que os mineiros sabem dedicar-se a todas as questões que se prendem ao seu evoluir, quer no terreno material quer no moral”. Dessa maneira, além de se considerarem como detentores dos maiores conhecimentos sobre a economia e a produção, os representantes das *classes produtoras* viam-se como moralizadores da sociedade, estabelecendo uma linha tênue entre progresso material e moral e, em contraponto, entre a pobreza e a imoralidade. Como afirmou João Pinheiro, a iniciativa de Salles de organizar a reunião mostrava o intuito de “resolver o grande problema econômico, procurando, destarte, garantir, ao mesmo passo, o bem estar do povo de Minas e a sua elevação moral, porque a elevação moral de um povo não se pode conseguir sem a sua grandeza material”<sup>286</sup>. Ademais, a pretensa elevação moral do povo dependeria de inculcar-lhe disciplina e amor ao trabalho, questão particularmente importante, como será visto, nos debates do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial.

Sidney Chalhoub, em conhecido estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, identificou essa mesma temática na visão de mundo dos grupos dominantes daquela região, apontando uma tendência dualista que associava o trabalho à ordem e à moralidade, e a ociosidade, ao caos e à depravação. Nessa perspectiva, quanto mais dedicado ao trabalho, mais ordeiro e moralizado, mais alto seria o nível do indivíduo na hierarquia social. E, “ao contrário, quanto maior a pobreza do indivíduo, maior sua repulsa ao trabalho e menor sua moralidade e seu apego à ordem”<sup>287</sup>.

Naquele período, o trabalho era tido como condição para o progresso e a civilização da sociedade brasileira; as elites, assim como os estrangeiros que estiveram no Brasil,

---

<sup>286</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>287</sup> CHALHOUB, 2008, p.79.



segundo Naxara, viam o país “como um lugar onde o potencial de trabalho e o conseqüente aproveitamento dos recursos naturais mantinha-se à margem do processo produtivo, entravando o desenvolvimento material da sociedade e, portanto, dificultando a marcha para o progresso e a civilização”<sup>288</sup>. Contrastava-se, dessa maneira, o atraso e a barbárie do povo à civilização e ao progresso, defendidos e representados pelas elites. Essas representações e preocupações, conforme a autora, eram tematizadas tanto a partir de problemas imediatos, como a necessidade de mão de obra, “como pelo aparecimento de interpretações do Brasil, seu povo e sua história, efetivadas por autores como Euclides da Cunha, Silvio Romero e Manoel Bonfim”<sup>289</sup>. Em 1903, os *produtores* também pretendiam contribuir para o progresso social e moral de Minas Gerais, como lembrou Carlos Sá Fortes, ao responder as questões sobre a vadiagem, apontando que o saneamento moral seria um “imperioso dever” para as *classes produtoras*<sup>290</sup>. Estabeleciam, assim, uma forte relação entre a função de “promotores da riqueza pública” e moralizadores da sociedade, que sustentou proposições como a regularização das relações de trabalho, a repressão à vadiagem e o ensino profissional, mostrando terem a expectativa de controle social, principalmente dos pobres.

Há, ainda, outra característica projetada nos representantes das *classes produtoras* de Minas Gerais. Pela análise do material jornalístico produzido sobre o congresso, nota-se o intuito de criar uma imagem do congresso como espaço apartado de disputas político-partidárias, inclusive, mediante a negação do envolvimento político dos próprios organizadores do evento. Este aspecto foi fixado à representação dos congressistas, que, vistos como homens de ação, buscavam distinguir-se tanto dos “ilustrados”, que sem conhecimento prático buscariam em gabinetes soluções para os problemas brasileiros, quanto dos homens cuja única ou principal ocupação era a política. Por isso, houve um esforço retórico para marcar que, naquela ocasião, eles se manifestavam exclusivamente como membros das *classes produtoras*, firmando que não estariam reunidos pela política ou por serem políticos. Em seus discursos, os *produtores* aparecem como um grupo distinto da *classe política*, à qual imputavam culpa por vários dos problemas que enfrentavam. Reforçava-se essa distinção com argumentos em defesa da “necessidade de criarem e estreitarem laços de solidariedade” para definir interesses comuns e “obrigar as oligarquias políticas a atender seus justos reclames”<sup>291</sup>.

---

<sup>288</sup> NAXARA, 1998, p.48.

<sup>289</sup> Ibidem, p.18.

<sup>290</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA... Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 de abril de 1903, p.3.

<sup>291</sup> Ibidem, p.3.

Os representantes das *classes produtoras*, aliás, diziam ter desconfiança em relação aos jogos políticos, a que chamavam pejorativamente de politicagem. Modestino Moreira, representante da lavoura de Santa Luzia, ressaltou essa questão, ao defender a nomeação de inspetores para fornecer informações sobre a agricultura aos fazendeiros:

para colherem-se os frutos dessa medida seria necessário que a política, que entre nós tudo avassala, não tomasse absolutamente parte alguma na nomeação desses funcionários. Porque desses cargos deveriam ser sistematicamente e energicamente afastados não só os incompetentes como também certos indivíduos que trazem o cérebro recheado de exóticas teorias completamente inadaptáveis às nossas condições mesológicas<sup>292</sup>.

Além da “incompetência”, a instabilidade produzida pelas mudanças de governo, as disputas político-partidárias e o apego excessivo ao poder foram aspectos destacados pelos congressistas em discursos críticos à política, nos quais marcavam posição como *produtores*. Cerca de dois anos após o Congresso, João Pinheiro mencionou essa questão, responsabilizando a monarquia pelos vícios existentes na política, que “estragou os homens públicos, inventou a política como profissão, e com o senado vitalício, lançou a semente funesta das oligarquias que dão, agora, na República, os seus mais danados frutos”<sup>293</sup>.

Representando os congressistas como homens laboriosos, apartados da política, moralizadores da sociedade, inteligentes, práticos, que conheciam a fundo os problemas econômicos do estado construiu-se a legitimidade de suas propostas e, por consequência, do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Essa imagem, que foi em parte atribuída aos participantes por meio da designação inicialmente feita pelos organizadores de que o evento reuniria os principais “representantes das classes produtoras” de Minas Gerais, foi rapidamente assimilada. Nenhum dos congressistas contestou o rótulo. Ao contrário, em diversos pronunciamentos, ressaltaram os epítetos *produtores* e *conservadores*. Se a apropriação das expressões de uso corrente para designar os congressistas lhes atribuía uma imagem previamente conhecida, por sua parte a conjuntura específica levou ao destaque de um aspecto de sua identidade: o envolvimento direto nas atividades produtivas, do que resultaria uma visão prática acerca da situação econômica. Esta foi a principal marca do grupo que se reuniu em Belo Horizonte.

<sup>292</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA... Minas Geraes. Belo Horizonte, 30 de abril de 1903, p.2.

<sup>293</sup> SILVA, 1905b.

## 2.2 - A representação do estado de Minas Gerais no Congresso

O Congresso Agrícola, Industrial e Comercial reuniu em Belo Horizonte cerca de duzentos homens, vindos das diversas regiões do estado<sup>294</sup>. Os critérios para a indicação dos participantes foram estabelecidos pela organização do evento. Como foi apontado, o representante da lavoura seria indicado pelas câmaras municipais, o do comércio, pelos comerciantes de cada município e os industriais seriam diretamente convidados pela Comissão Fundamental<sup>295</sup>. Não foram localizadas informações que pudessem esclarecer como teria ocorrido a seleção dos participantes em cada localidade. Pode-se supor que tenham sido considerados para a designação aspectos como o prestígio perante os pares, o poder político e/ou econômico e a disponibilidade de viajar a Belo Horizonte. Algumas situações, porém, permanecem obscuras, como a dos municípios que tiveram dois representantes para o mesmo setor ou a de participantes que representaram mais de um município ou setor.

O Congresso foi, conforme afirmou João Pinheiro em carta a Francisco Salles, “uma consoladora comunhão de toda a família mineira”, que buscou estabelecer “medidas de ordem geral para a reconstrução econômica do Estado”<sup>296</sup>. Pretendia-se que o evento representasse todo o estado. Assim, presume-se pelo critério de participação estabelecido que os organizadores esperavam receber delegados de todos os municípios do estado, ao menos para os setores agrícola e comercial – já que seriam convidados os representantes da nascente indústria mineira, concentrada em alguns municípios, principalmente na região central e na Mata. Contudo, enquanto municípios como Juiz de Fora e Lavras tiveram representantes das três áreas, outros como Viçosa, São Francisco e Paracatu não foram representados.

Certamente, impactaram a participação no evento os diferentes estágios de desenvolvimento econômico de cada localidade, bem como seu envolvimento na política estadual. Não é surpreendente, por exemplo, que a lavoura, o comércio e a indústria de Juiz de Fora, principal cidade da Mata, região mais rica do estado, tenham marcado presença no

---

<sup>294</sup> Foram identificados 195 nomes. Além disso, participaram do Congresso representantes do Centro de Comércio do Café do Rio de Janeiro, da Companhia Vitícola da cidade de Santa Bárbara e das empresas Prates & Guimarães, Proença & Irmão e Sigaud, Vianna & Comp.; porém, seus nomes não foram identificados. A identificação dos congressistas foi feita com base no cruzamento entre as listas de presença da sessão preparatória e da primeira sessão (não foram publicadas listas nas demais sessões), a lista dos congressistas que chegaram atrasados à primeira sessão, a lista dos que pediram para registrar a presença na ata da 4ª sessão por não terem tido seus nomes registrados anteriormente e as listas de votação nominal publicadas no *Minas Geraes*, em 21 de maio de 1903. Cabe mencionar que nas listas há variações de grafia e, em alguns casos, menção apenas de sobrenomes, o que dificultou a identificação e gerou uma pequena margem de imprecisão dos dados.

<sup>295</sup> Ver Capítulo 1.

<sup>296</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.5.

congresso<sup>297</sup>, enquanto a maior parte das cidades que não enviaram representantes se encontravam nas porções norte e oeste do estado – as “menos desenvolvidas”, segundo Wirth<sup>298</sup>. Assim, apesar de a maior parte de seu território ter sido representada no evento, o intuito de abarcar o conjunto da economia mineira não se traduziu na representação equitativa dos municípios e regiões<sup>299</sup>.

No Congresso de 1903 houve o reconhecimento das diferenças regionais de Minas, mas buscou-se minimizá-las em prol de “um interesse comum”. Por essa razão, as conclusões finais do evento, embora não representem um conjunto harmônico de propostas, uma vez que respondem a problemas específicos de várias atividades produtivas, não tornam evidentes as divergências e divisões regionais. Para que se compreenda a representatividade estadual no evento, torna-se necessário abordar questões sobre a regionalização do território mineiro no começo do século XX. Nesse período, não havia uma divisão oficial do estado, o que dificulta estabelecer os limites espaciais ou administrativos das sub-regiões mencionadas pelos contemporâneos. A complexidade da questão fica evidente quando se confrontam, por exemplo, a notícia, publicada no fim de 1899, de que “Minas, não é de hoje, acha-se naturalmente dividida em duas extensas zonas rivais, que não raras vezes se tem francamente hostilizado o Norte e o Sul do Estado, ou melhor, a Mata e o Campo”<sup>300</sup>, e a *Exposição da Comissão Fundamental*, publicada três anos mais tarde, que faz referência, com base em características naturais e produtivas do território, a sete sub-regiões: oeste, noroeste, mata, sul, norte, leste e centro<sup>301</sup>.

As sub-regiões a que se referiam os contemporâneos certamente eram definidas por critérios e interesses variáveis, conforme as circunstâncias. Na ocasião do Congresso, os fatores econômicos e naturais tiveram maior destaque do que outros, como os culturais, históricos e políticos, que provavelmente contribuíam para a construção das divisões. A esse respeito, Viscardi propõe considerar as regiões como *constructos* históricos dos atores coletivos que com ela se relacionaram direta e indiretamente, expressando “valores

---

<sup>297</sup> Segundo Pires (2004, p.16), por um lado, Juiz de Fora desenvolveu “uma estrutura escravista exportadora baseada na produção de café, por outro viveu um importante processo de industrialização que acaba legando ao município um papel bastante significativo na região da zona da Mata, não só como polo de concentração comercial da região, mas também como núcleo urbano e sede de uma gama relativamente variada de atividades e serviços”.

<sup>298</sup> WIRTH, 1982, p.42.

<sup>299</sup> Os mapas deste capítulo foram elaborados por Helbert Talim, tendo como base para a divisão administrativa do ano de 1900 as informações do IBGE. Uma vez que algumas localidades tiveram seus nomes alterados entre 1900 e 1903, foi preciso fazer a correspondência com os dados fornecidos pelo IBGE. A identificação dos municípios participantes foi extraída das atas e notícias do evento publicadas no *Minas Geraes*, exceto no caso de 12 participantes, dez industriais e dois do comércio.

<sup>300</sup> O MOVIMENTO AGRÍCOLA... Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1899, p.1.

<sup>301</sup> Ver Capítulo 1.

socialmente aceitos e partilhados [...], que conferem identidade própria, capaz de gerar comportamentos mobilizadores de defesa de interesses”<sup>302</sup>. Assim, o espaço regional teria fronteiras fluidas e variáveis conformes as circunstâncias em que foi sucessivamente delineado. Em *O Tempo Saquarema*, Ilmar Mattos igualmente define “região” como “algo dinâmico”, que se distingue por suas características naturais e por ser socialmente construída, em um determinado tempo histórico<sup>303</sup>. Esta perspectiva interpretativa do espaço regional demanda que se tenha cuidado, tanto na assimilação das divisões utilizadas pelos contemporâneos, quanto na definição dos critérios para operar um recorte regional<sup>304</sup>.

O estudo de John Wirth, *O Fiel da Balança*, tem sido uma das principais referências para o estudo regionalizado de Minas Gerais na Primeira República<sup>305</sup>. Produzido na década de 1970, o trabalho de Wirth constitui, juntamente com os de Joseph Love, sobre São Paulo, e de Robert Levine, sobre Pernambuco, um estudo acerca da dinâmica regional do federalismo brasileiro entre 1889 e 1937. Nesses trabalhos, região e regionalismos são definidos visando ao objetivo de desenvolver um “estudo da política e de suas bases econômicas e sociais num período de várias décadas”<sup>306</sup>. Dessa maneira, as três regiões pesquisadas, unidades da federação, tinham limites políticos definidos, eram geradoras de fidelidades e apego nos seus habitantes, inspiravam lealdade subordinada à União e eram compostas de sub-regiões contíguas.

No caso de Minas Gerais, Wirth observou que a conveniência da política colonial dispôs no mesmo limite administrativo sete zonas bastante distintas (Triângulo, Oeste, Norte, Leste, Centro, Mata e Sul), “sancionadas pelo costume”. O autor explica que, até 1930, os distritos eleitorais, além de serem diferentes para os cargos federais e estaduais, não coincidiam com os limites dessas zonas. Desse modo, optou por trabalhar com as “sete zonas tradicionais, que refletem padrões diferentes de colonização, assim como mudanças sociais,

---

<sup>302</sup> VISCARDI, 1997, p.96.

<sup>303</sup> MATTOS, 2004, p.36.

<sup>304</sup> Com relação aos critérios para estabelecer um recorte regional, Vera Cardoso Silva destaca que, metodologicamente, a delimitação deve estabelecer “uma unidade significativa de relações e de movimento, que tem sentido comparar com outras unidades” (1990, p.43) Para a autora, a região deve ser vista “como parte de um sistema que ela integra” e que fornece “seu princípio de identidade”, e seus limites podem ou não coincidir com as divisões juridicamente estabelecidas (p.43). Os historiadores do campo econômico e demográfico Cunha, Simões e Paula consideram que a região é “tudo aquilo que delimitamos como tal”, pois é definida pelos objetivos da investigação, isto é, por aquilo que se pretende analisar com a segmentação do território (2008, p. 497).

<sup>305</sup> Segundo Saraiva (2008, p.62), da análise dos estudos das três últimas décadas sobre Minas Gerais no século XIX, “iremos encontrar ao menos oito formas de se entender o seu território, aceitas e rejeitadas por diversos historiadores e todas com suas correspondentes justificativas ou ‘lacunas’”, sendo a de John Wirth uma das primeiras e mais “tradicionais”.

<sup>306</sup> WIRTH, 1982, p.30-31.

econômicas e políticas, melhor do que qualquer outra divisão”<sup>307</sup>. Para definir os limites dessas sete regiões, suas principais fontes foram o *Anuário Estatístico de Minas*, publicado em 1929, e a *Distribuição da população no Estado de Minas*, de 1953 (MAPA I).

Segundo Saraiva, a regionalização de Wirth foi utilizada em diversos estudos, tanto sobre o século XIX quanto sobre períodos anteriores e posteriores, sendo “amplamente aceit[a] por estudiosos até as críticas mais recentes”<sup>308</sup>. As críticas ao ‘modelo’ de Wirth se direcionam, sobretudo, a sua apropriação para estudos relativos a outros períodos, apontando o anacronismo, principalmente, ao usar retroativamente a delimitação para os séculos XVIII e XIX. Conforme Saraiva, para o estudo de períodos anteriores à proclamação da República, outras regionalizações foram propostas – e também criticadas<sup>309</sup>. Assim, considerando que as divisões do território mineiro são circunscritas a objetos e problemas de pesquisa específicos, nesta tese optou-se por apropriar a de Wirth, cujo recorte está mais próximo do período e do objeto investigado, a fim de oferecer uma interpretação aproximada do que se referiam os participantes do Congresso de 1903 ao mencionarem as regiões do estado. Além disso, a despeito das críticas, Saraiva destaca que a proposta de Wirth busca contemplar as diversas identidades políticas decorrentes dos povoamentos ao longo do século XIX, considerando “que em conjunto com as atividades econômicas surgiram relações sociais próprias que definiram relações e posições políticas também específicas”<sup>310</sup>.

---

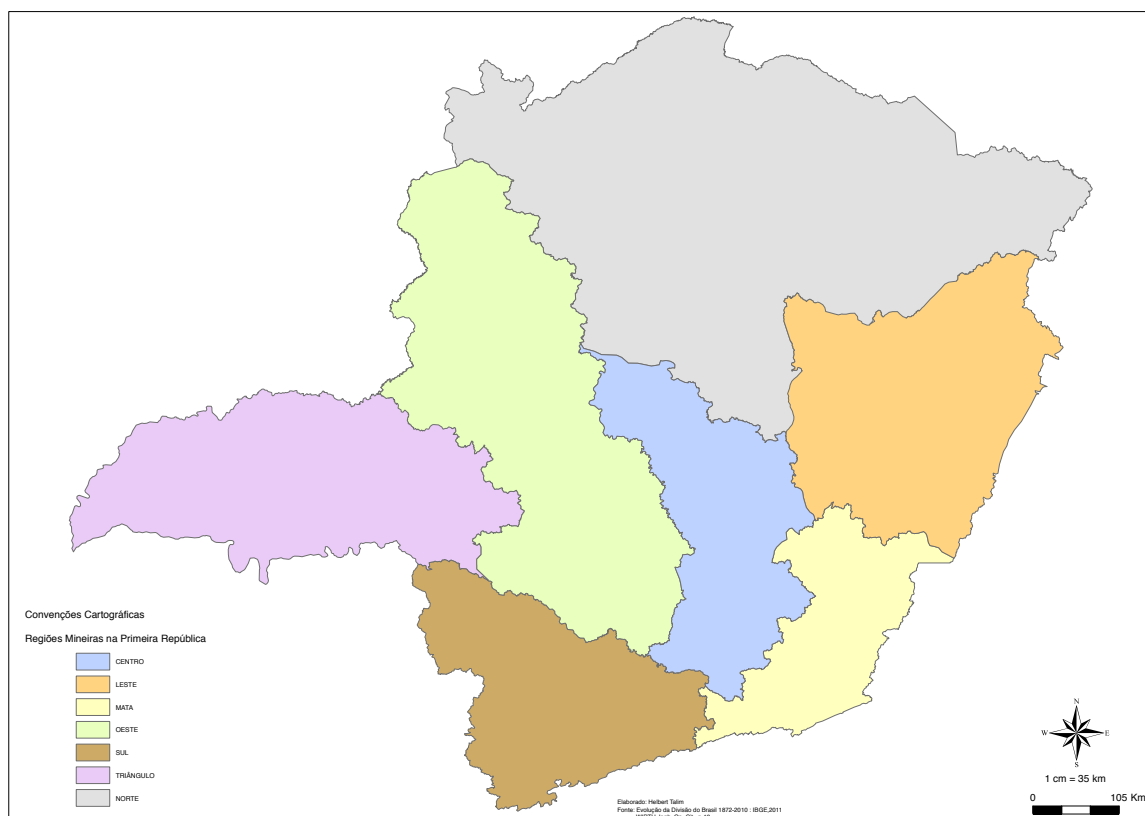
<sup>307</sup> WIRTH, 1982, p.41.

<sup>308</sup> SARAIVA, 2008, p.64.

<sup>309</sup> Saraiva (2008) aponta as regionalizações propostas nas teses de João Antônio de Paula, sobre a economia e sociedade da Capitania de Minas, de 1988; de Douglas Libby, sobre a economia escravista no XIX, também publicada em 1988; de Mônica Ribeiro Oliveira, sobre a formação da cafeicultura mineira, entre 1780 e 1870, defendida em 1999; além dos trabalhos de Martins e Silva, sobre a produção econômica de Minas no XIX, do ano de 2003; de Bergard, sobre a escravidão e demografia, entre 1720-1880, publicado em 2004; de Rodarte (1999), acerca dos fluxos econômicos também do XIX; de Cunha, sobre Vila Rica e São João del Rei, na transição do século XVIII para o XIX, publicado em 2002; e por fim, a de Clotilde Paiva e Marcelo Godoy, baseada em dados demográficos da década de 1830, também de 2002. Por sua vez, Saraiva propõe uma divisão regional baseada no estudo de John Wirth.

<sup>310</sup> SARAIVA, 2008, p.84.

Mapa I: Regiões de Minas Gerais, segundo John Wirth<sup>311</sup>.



O “mosaico mineiro”, conforme Wirth, refletia a articulação das diferentes zonas do estado com outras unidades da Federação (Sul e Triângulo, com São Paulo; Mata com o Rio de Janeiro; Norte e Oeste com a Bahia) e o desenvolvimento de cada região “numa linha de tempo diferente, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos”<sup>312</sup>. Anderson Pires, destacando o aspecto econômico, aponta que “no decorrer do século XIX, sob o impacto do declínio da economia aurífera, as principais regiões da província passam por um processo de reestruturação sócio-econômica, fundamentada numa significativa realocação dos fatores de produção”<sup>313</sup>. Assim, enquanto em algumas zonas se desenvolveu uma economia agrária de alimentos voltada para o mercado interno, em outras, como a Mata e o Sul, estruturou-se uma economia agrária de exportação, cujo principal produto era o café<sup>314</sup>.

<sup>311</sup> WIRTH, 1982, p.42.

<sup>312</sup> Ibidem, p.41.

<sup>313</sup> PIRES, 2004, p.18.

<sup>314</sup> Segundo Viscardi (2000, p.6-7, nota 5), “o café produzido na Mata, extensão da cafeicultura da Vale do Paraíba Fluminense, era de baixa qualidade e pagava fretes mais altos. O produzido pelo Sul, extensão da cafeicultura paulista, era de alta qualidade e pagava fretes mais baixos, por utilizar-se da malha ferroviária e do porto paulista. Nos momentos de crise, os cafeicultores da Mata eram responsabilizados pela superprodução e os

Do ponto de vista político, as diferenças regionais se manifestaram por meio de disputas internas. Segundo Viscardi, imediatamente após a proclamação da República houve um predomínio do Centro no controle do executivo estadual, e da Mata, Centro e Norte nas instâncias partidárias<sup>315</sup>. Contudo, entre 1898 e 1918, consolidou-se a hegemonia do Sul, “que chegou a quase monopolizar a presidência do estado e a controlar quase 60% dos cargos da executiva do PRM”<sup>316</sup>. Ainda conforme a autora, ao longo da Primeira República, cerca de 80% dos cargos políticos foram ocupados por homens das regiões da Mata, Centro e Sul<sup>317</sup>.

Quando do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, Minas Gerais era governada por um político originário do Sul; Salles nascera em Lavras. Na Comissão Fundamental, entretanto, não havia nenhum representante dessa região. João Pinheiro nasceu no Serro, mas em 1903 morava em Caeté, região Central, assim como Burlamaqui, Sá Fortes, Chalmers e Francisco Mascarenhas. Já João Ribeiro e Monteiro de Andrade, residiam na Mata. A representação dos municípios no Congresso indica que a participação das regiões do estado não foi equitativa (MAPA II). Tomando por base a divisão elaborada por Wirth, vê-se que as regiões que enviaram o maior número de representantes, Mata, Centro e Sul são as que possuíam o maior número de municípios. Entre as demais, as porções Leste e Norte foram as que enviaram o menor número de congressistas<sup>318</sup>. Embora a região Norte tivesse a maior extensão territorial, na correspondência com a base de municípios do IBGE para o ano de 1900 nota-se que seus municípios eram bastante extensos. Desse modo, como o critério de seleção dos representantes da lavoura e do comércio era municipal, a princípio não surpreende que as regiões com menos representantes sejam as que possuíam o menor número de municípios. Entretanto, há o caso do Triângulo, zona com menor número de municípios que o Norte, que enviou ao evento 12 congressistas, representando sete municípios da região. Já a zona Oeste, foi representada por 19 participantes, provenientes de nove cidades, a maior parte da porção mais próxima da região central do estado.

---

primeiros a serem ameaçados pela proibição de plantio”. As circunstâncias, no entanto, podem ter produzido diferentes posicionamentos regionais. No Congresso de 1903, por exemplo, Monteiro de Andrade, cafeicultor da Mata, era favorável à taxação dos tipos inferiores, enquanto Stockler, representante do Sul de Minas, liderou o grupo que se opunha a essa medida.

<sup>315</sup> Viscardi utiliza a regionalização de Wirth, com duas alterações: a região leste desaparece e seu território é incorporada à Mata e ao Norte; e o Centro foi dividido, com a delimitação da região do Campo das Vertentes, em que se situam municípios como São João del Rei e Barbacena.

<sup>316</sup> VISCARDI, 2000, p.4.

<sup>317</sup> Este cálculo foi feito com base no estudo das trajetórias de cinquenta homens pertencentes à elite política mineira. Com relação às personagens estudadas, Viscardi (2000, p.2), afirma que as selecionou porque “se destacaram no cenário político estadual ou federal republicano, que foram capazes, ao longo de sua carreira, de agregar lealdades políticas, de intervirem sobre o rumo dos acontecimentos de forma mais efetiva e de, ao mesmo tempo, ocuparem postos-chaves na estrutura burocrática estatal.”

<sup>318</sup> Oito congressistas representaram seis municípios do Norte, e quatro representaram três municípios do Leste.



A maioria dos congressistas representavam, portanto, os interesses do Sul, Mata e Centro de Minas Gerais. Eram 55 congressistas, representando 18 municípios do Centro, do que resulta uma média de três representantes por cidade. Esse elevado número de participantes deve-se ao fato de muitos dos industriais convidados residirem na região. Dos 53 industriais presentes na reunião, 26 vinham de municípios do Centro; sendo oito de Belo Horizonte e sete de Ouro Preto<sup>319</sup>. A Mata teve 19 municípios, representados por 44 congressistas, nove deles, industriais. Já a região Sul, com maior número de municípios, teve 26 deles representados por 44 congressistas. Entretanto, diferentemente da Mata e do Centro, apenas três industriais eram sulistas. Há que se considerar, ainda, que como a regionalização de Wirth não segue precisamente a divisão municipal de 1900, nove municípios representados no Congresso pertenciam a duas regiões, mas essas ocorrências, não contabilizadas, não alterariam significativamente a distribuição dos participantes por região<sup>320</sup>.

Cerca de 12% dos congressistas acumularam representações. Nesses casos, a situação mais frequente foi de a representação da lavoura e do comércio de um município ser feita por um mesmo indivíduo. Entretanto, algumas situações se destacam no conjunto, como é o caso de Antônio Olyntho dos Santos Pires, figura conhecida em Minas Gerais por sua atuação na imprensa e na política durante a primeira década republicana, que representou a lavoura de Diamantina e de Bonfim e era um dos industriais de Belo Horizonte, ou seja, representou dois setores e três municípios do estado<sup>321</sup>. Naquele período, além de político e jornalista, Pires atuava como engenheiro e professor da Escola de Minas, havendo estudado e trabalhado com a exploração de diamantes, principalmente nas regiões norte e oeste do estado, o que pode ter lhe dado condições para acumular as representações. Outro congressista que se destacou nesse aspecto foi Juscelino Barbosa, cunhado de Pires, que representou a lavoura e o comércio de dois municípios, Contendas e Teófilo Otoni, onde desde 1898 exercia a função de promotor de justiça. Entre 1902 e 1903, Juscelino também foi chefe de polícia e comandante-geral da

---

<sup>319</sup> Havia sete representantes de Ouro Preto, considerando-se quatro de Itabira do Campo e três de Ouro Preto, pois, conforme a base do IBGE de 1900, os dois municípios ainda não se haviam desmembrado. Entretanto, em 1903, quando ocorreu o congresso, Itabira do Campo já havia sido elevada a município.

<sup>320</sup> Havia um representante da lavoura de Caratinga e outro da de Manhuassú, situadas entre a Mata e a zona Leste; um representante da indústria e um do comércio de Curvelo, entre o Centro e o Norte; três congressistas representavam a lavoura e comércio de Bonfim e Itaúna, entre o Centro e a zona Oeste; um representava o comércio de Sacramento, entre o Triângulo e o Oeste; havia um comerciante de Minas Novas, situada entre Norte e Leste; um representante da lavoura de Pomba, entre a Mata e o Centro; um da lavoura e outro do comércio de Itabira do Mato Dentro, entre o Centro e Leste; um para a lavoura e comércio de Dores da Boa Esperança, entre o Sul e o Oeste.

<sup>321</sup> Engenheiro formado na Escola de Minas de Ouro Preto (1882), Antônio Olyntho foi um ativo propagandista da República, ocupou a presidência do estado entre 17 e 24 de novembro de 1889, foi deputado estadual entre 1891 e 1894 e Ministro da Viação, Indústria e Obras Públicas do Governo de Prudente de Moraes (PERFIS, 1990).

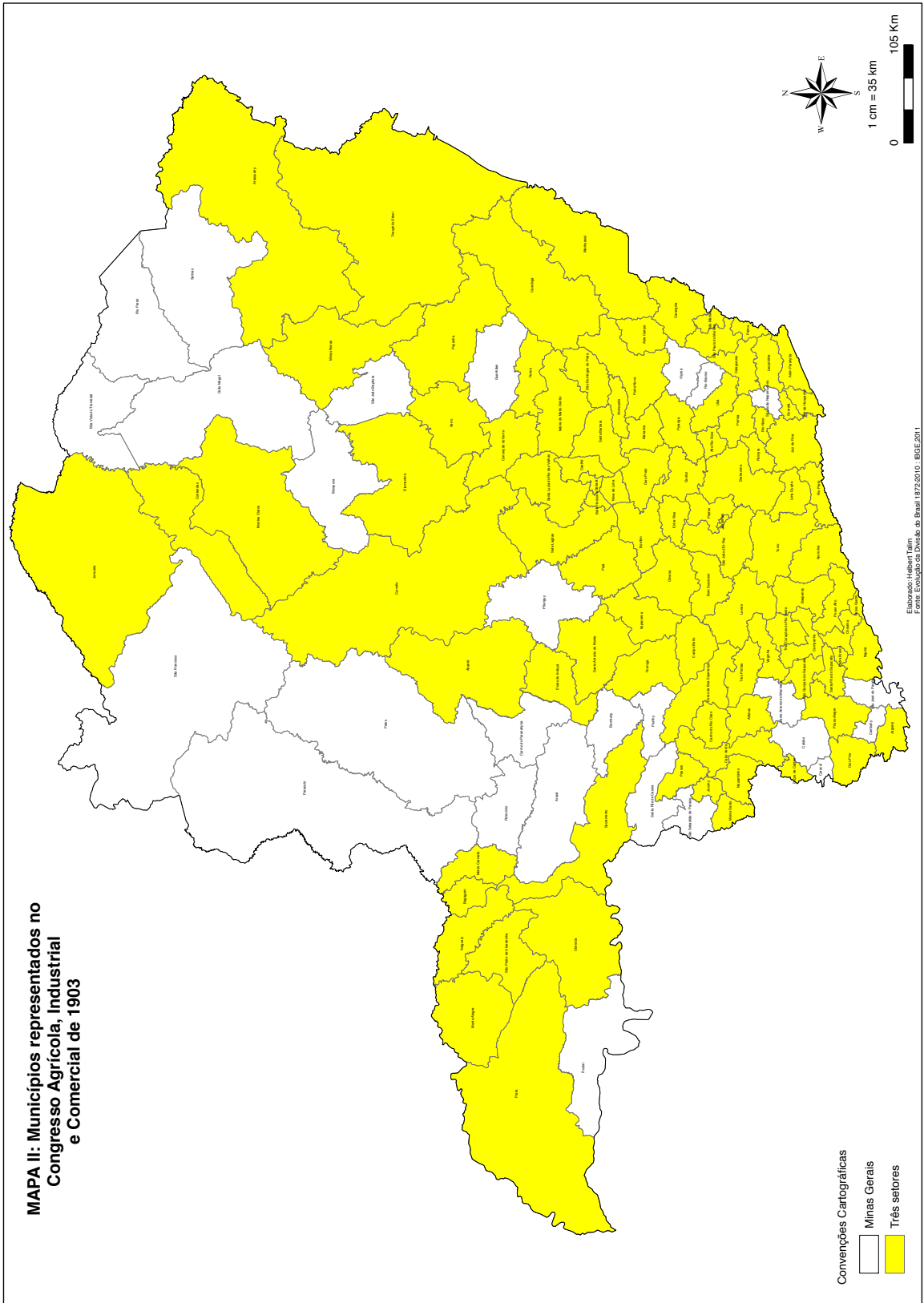
Brigada Policial de Minas Gerais. Mantinha relação próxima com a cúpula política mineira, o que lhe possibilitou ser nomeado advogado-geral do estado, em 1903<sup>322</sup>. Além de Pires e Barbosa, outros três congressistas tiveram mais de duas representações, Joaquim Cândido da Costa Sena, Nelson de Sena e Antônio Gomes Lima. Este último acumulou cinco, sendo três da lavoura e duas do comércio, para um município da região Sul, um da Mata e outro do Centro. Todos esses congressistas tinham formação superior e, durante a primeira década republicana, mantiveram relações estreitas com os poderes públicos, seja ocupando cargos no legislativo e no executivo, seja exercendo funções públicas para as quais foram nomeados.

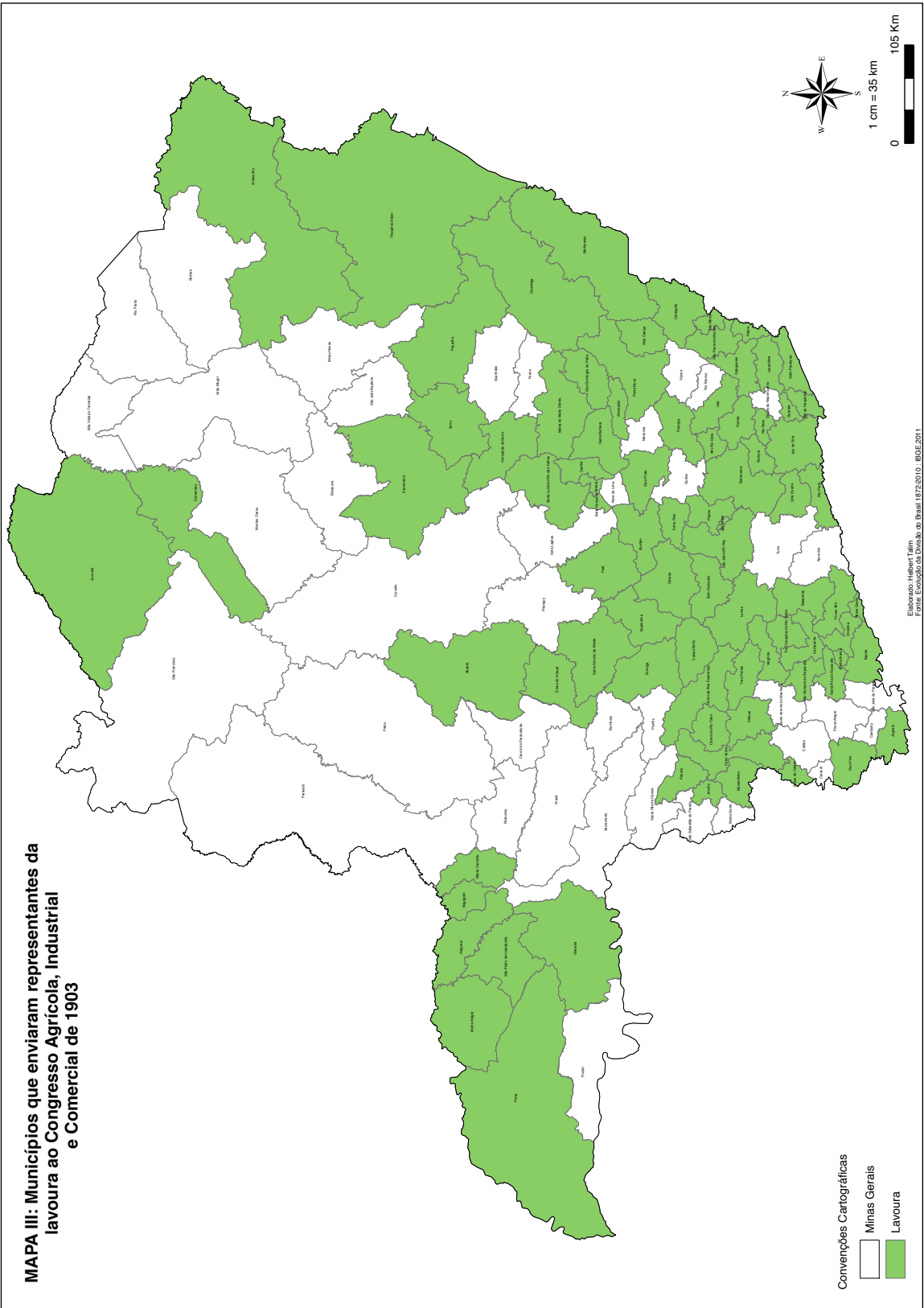
É interessante observar a distribuição dos participantes entre a lavoura, o comércio e a indústria. A lavoura foi o setor com a maior representação por município<sup>323</sup>. Como as regiões com maior número de municípios, Mata e Sul, são também as principais produtoras agrícolas e, na ocasião, as mais atingidas pela crise econômica, pode-se conjecturar que uma das principais razões do elevado afluxo de representantes da lavoura vindos dessas regiões tenha sido o maior interesse em participar da definição de medidas saneadoras para a cafeicultura (MAPA III). Tendo em vista que o regulamento do Congresso estabelecia que as conclusões seriam definidas por meio de votação por município e que, de modo geral, o Sul e a Mata divergiam com relação à taxaço de cafés de qualidade inferior como medida para conter a produção deste gênero, pode-se supor que os municípios mais impactados pela crise seriam os mais interessados em participar do evento – questão que merece ser aprofundada, enfatizando-se a história econômica das regiões. No entanto, como a produção agrícola mineira não se restringia à cafeicultura e às regiões Sul e Mata, havia ainda muitos representantes da lavoura vindos das regiões Leste, Triângulo e Centro. A esse respeito cabe lembrar o anúncio, feito em janeiro de 1903 pela Comissão Fundamental, de que propostas de diversificação da produção, sobretudo no setor agropecuário, deveriam ser discutidas, uma vez que elas seriam um dos principais caminhos de combate à crise econômica.

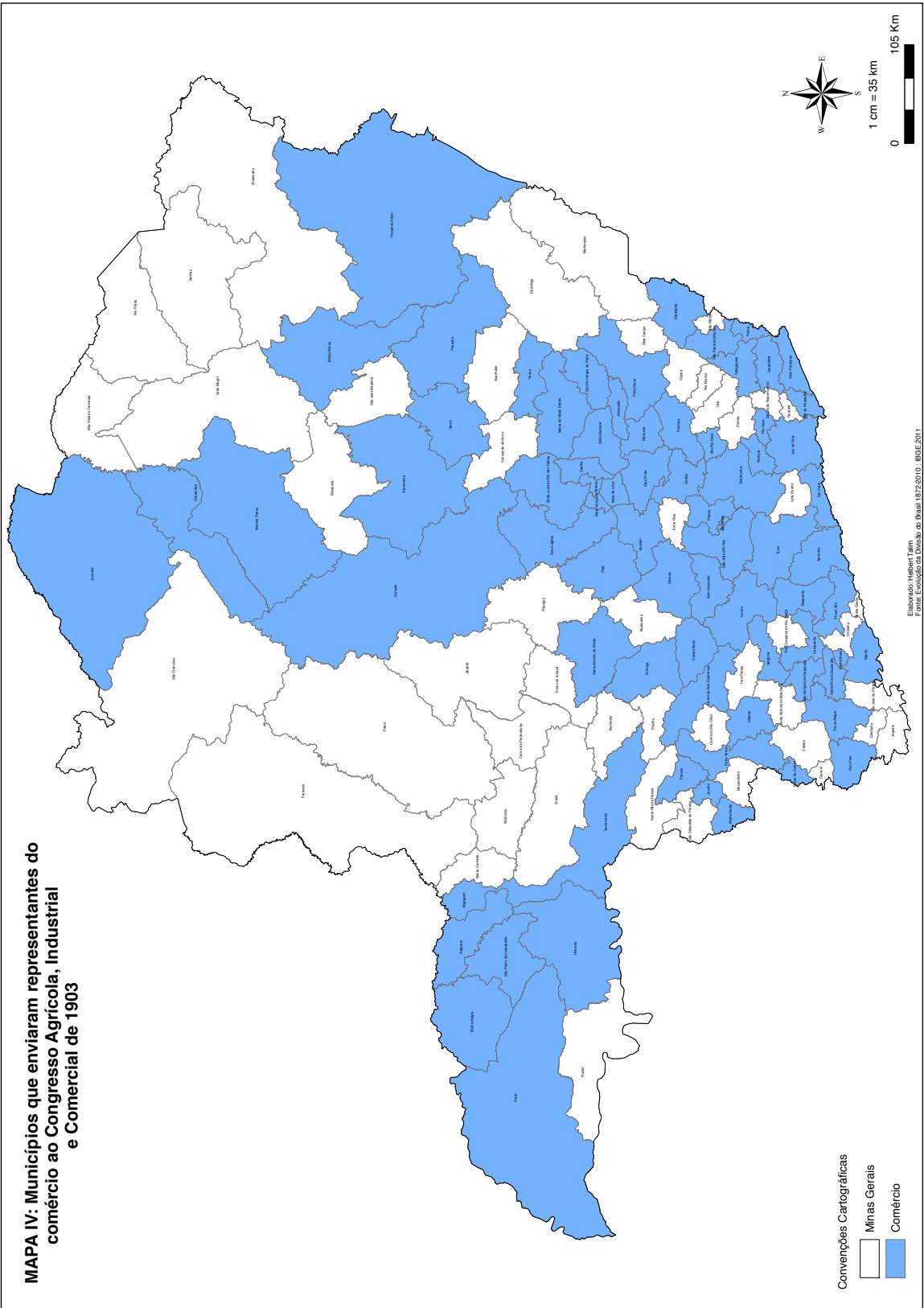
---

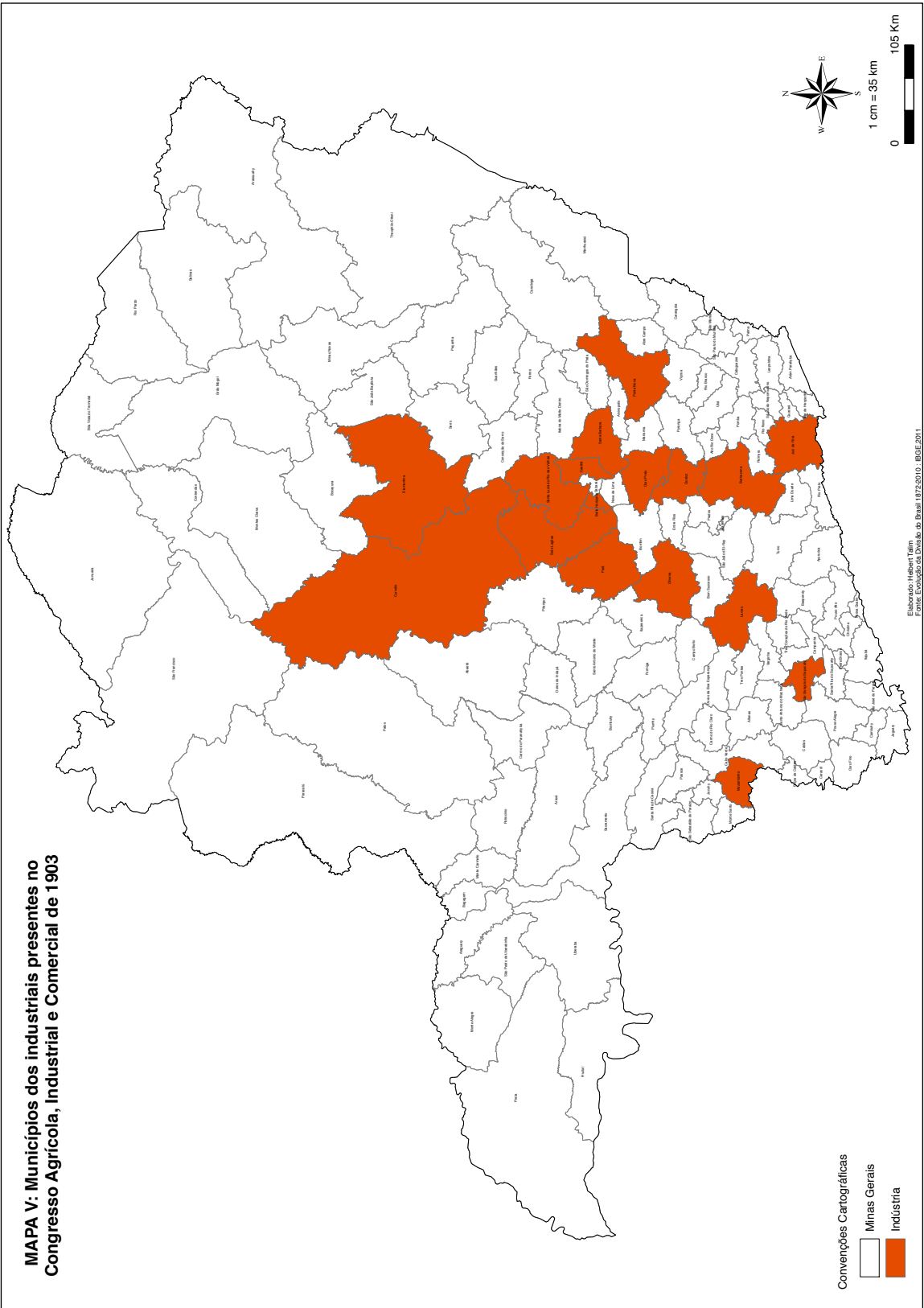
<sup>322</sup> MINAS GERAIS. Inventário da coleção família Juscelino Barbosa, 2005.

<sup>323</sup> O setor da lavoura foi representado por 90 congressistas. Ao fazer a transposição dos municípios para a base de dados do ano de 1900, foram identificadas oitenta e quatro cidades representadas nesse setor. Com os dados de 1903, o número de cidades sobe para 90.











O comércio teve 79 representantes para 75 municípios<sup>324</sup>. A distribuição regional segue a mesma dinâmica da lavoura, embora se perceba um discreto aumento na participação da região Central e uma redução na participação da região da Mata (MAPA IV). Já o setor industrial, formado por convite aos industriais e não pela oferta espontânea de representantes, como nos demais, é o que tem o menor número de representantes e está mais concentrado, principalmente, em cidades da região Central e Mata (MAPA V)<sup>325</sup>. Diferentemente dos outros setores, havia vários industriais originários de um mesmo município<sup>326</sup>. Além disso, entre eles havia quatro vindos do Rio de Janeiro<sup>327</sup>.

Assim, o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial reuniu em Belo Horizonte representantes de 97, dos 124 municípios existentes em 1900. Sem dúvida, foi esta uma ocasião privilegiada para discutirem-se os problemas de Minas Gerais e aproximar os *produtores* de todas as zonas do estado. Porém, como na política, a participação na reunião dos produtores acabou refletindo as diferenças regionais. O Centro, a Mata e o Sul, com mais municípios, tiveram mais representantes; o Norte e o Leste, com municípios mais extensos, tiveram uma participação modesta; o Triângulo e o Oeste, regiões com menor número municípios, tiveram uma participação mais significativa, embora na comparação com as três principais zonas os números absolutos as deixem em desvantagem. Ademais, destaca-se que entre os industriais não havia nenhum representante originário do Triângulo e do Leste.

Embora importante, essa visão regionalizada da participação no Congresso de 1903 não é o único critério para entender a dinâmica da reunião. Ela elucida alguns agrupamentos e disputas que ocorreram no evento, como os debates sobre as medidas relativas ao café e as demandas por estradas de ferro e de rodagem ligando várias regiões do estado. Contudo, o fato de haver mais representantes de uma localidade não significava necessariamente sua vitória na aprovação de propostas. Em alguns casos, a votação dos pareceres das subcomissões foi nominal, o que possibilitou a ocorrência de outras formas de articulação entre os participantes. Além disso, deve-se considerar a qualidade das participações, uma vez que enquanto alguns congressistas fizeram parte de subcomissões, apresentaram propostas, projetos, tomaram a palavra nas sessões, enviaram artigos para o *Minas Geraes* etc., outros tiveram participação discreta, aparecendo apenas como nomes em listas de presença e votação.

---

<sup>324</sup> Considerando-se os dados de 1903, foram identificadas 77 cidades.

<sup>325</sup> Considerando-se os dados de 1903, foram identificados 22 municípios. Com os dados de 1900, 19.

<sup>326</sup> Os industriais foram identificados, principalmente, pelas listas de convidados publicadas no *Minas Geraes*. Não foi possível identificar o município de cinco dos 53 industriais presentes no Congresso.

<sup>327</sup> Barão da Estrella, de Petrópolis; o representante da Sociedade Nacional de Agricultura, João Baptista de Castro; o representante do Centro Comercial do Café do RJ; e Narciso Baptista de Oliveira.



### 2.3 – A atuação no Congresso

Diferentes níveis de envolvimento marcaram a atuação dos representantes das *classes produtoras* no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Enquanto alguns se dedicaram a escrever artigos e expor ideias, outros foram mais ativos nos dias da reunião em Belo Horizonte e outros apareceram apenas nos registros de presença e votação dos pareceres<sup>328</sup>. Desse modo, ocuparam diferentes posições na dinâmica do evento, o que constituiu uma hierarquia entre os congressistas. Essa dinâmica, que começou a se revelar durante a organização do Congresso e se evidenciou claramente nas sessões, deve-se a aspectos endógenos à reunião, como a formação das comissões especiais, mas não se limita a eles.

Além de diferentes expectativas de participação, os produtores carregavam propriedades sociais e pessoais distintas, que impactaram suas ações no evento. Pode-se supor, por exemplo, que um bacharel ou um político estivesse mais preparado para atuar nos debates do que um fazendeiro, embora este pudesse ter tanto ou mais conhecimento que aquele sobre questões produtivas. Nota-se que, de modo geral, as principais figuras do Congresso se destacavam no conjunto das *classes produtoras*: além de comerciantes, fazendeiros, industriais, eram também políticos, engenheiros, publicistas etc., conhecidos em sua localidade ou no estado. Assim, a hierarquia do evento refletia posições sociais, relacionadas à condição econômica, às relações políticas ou a laços familiares e de amizade. Antes, porém, de buscar as conexões entre a atuação no congresso e as condições sociais exteriores, cabe entender alguns aspectos de sua dinâmica interna. Por essa razão, distinguir subgrupos e, dentro deles, os indivíduos que mais frequente e intensamente participaram dos debates sobre o progresso econômico do estado pode revelar a hierarquia do Congresso e mostrar como ocorreu a participação dos representantes das *classes produtoras* na reunião.

Como um congresso é, por excelência, espaço para o debate de ideias, a posse da palavra pode ser um critério de distinção entre os participantes, se a eles forem dadas possibilidades desiguais para enunciar e defender opiniões. A esse respeito, as atas do Congresso de 1903 indicam que os participantes tiveram diferentes condições e variado empenho para expressar e advogar ideias. Na primeira sessão do evento, ficou definido que os trabalhos ocorreriam em 12 subcomissões especiais, formadas segundo atividades ou setores da economia, e que haveria uma comissão de redação, responsável por redigir as conclusões

---

<sup>328</sup> Cerca de 60% dos participantes do Congresso aparecem apenas nas listas de presença e de votação nominal.

finais do evento<sup>329</sup>. Também ficou estabelecido que os membros dessas comissões seriam nomeados pela “Mesa”, composta por João Pinheiro, presidente, Monteiro de Andrade e Carlos Sá Fortes, secretários. Segundo a ata, por considerar essa nomeação uma “grande responsabilidade”, João Pinheiro solicitou que cada zona do estado indicasse um representante para auxiliar a “Mesa” na formação das comissões. A ata não informa, porém, quais “zonas” efetivamente ajudaram nessa nomeação, tampouco quais foram os critérios usados para a indicação.

Mesmo desconhecendo os meandros dessa seleção, não há dúvida de que participar das comissões especiais era um aspecto importante na constituição da hierarquia do Congresso, uma vez que apenas uma parte dos *produtores* presentes foram encarregados de elaborar os pareceres que norteariam as decisões finais. Os escolhidos para compor as comissões assumiam uma “grande responsabilidade”, mas não se pode negar que com isso lhes era dado um espaço privilegiado para perpetuarem suas opiniões e interesses, o que os colocou em destaque dentre os participantes. É certo que, conforme consta em ata, os congressistas teriam “ampla liberdade de apresentar às referidas comissões as ideias que tivesse[m] sobre os assuntos em discussão”, podendo, “portanto, intervir nos debates para sustentarem essas ideias”<sup>330</sup>. Todavia, ainda que não se conheçam os debates ocorridos nas subcomissões, as conclusões do Congresso foram votadas com base nos pareceres elaborados e assinados apenas pelos membros nomeados. As comissões especiais podiam ou não acatar as sugestões dos demais congressistas. Por isso, os comissários ocuparam no evento uma posição privilegiada, que lhes dava maior autoridade e legitimidade.

Cada comissão especial foi composta por sete membros, sendo um deles presidente. No total, 86 congressistas participaram dessas comissões, ou seja, um percentual de aproximadamente 40% dos presentes – o que explica o fato cerca de 60% dos congressistas aparecerem apenas nas listas de presença e de votação. Desse conjunto, cinco ocuparam duas comissões; quatro, porque também faziam parte da comissão de redação, e mais Antônio Carlos de Carvalho, representante da lavoura de Bom Sucesso e da Indústria de Itabira do Campo, o único congressista a integrar duas comissões especiais, de curtumes e de pecuária.

Além da participação nas comissões especiais, os congressistas dispuseram de outros recursos que destacaram suas atuações no congresso. Alguns *produtores*, individualmente ou em grupos, buscaram espaço para expressar suas ideias e demandas tanto às comissões

---

<sup>329</sup> As comissões especiais foram divididas da seguinte forma: café; mineração e águas minerais; viação férrea e tarifas; viticultura e vinicultura; pecuária; tecelagem; curtumes; estradas de rodagem; bancos; comércio; agricultura e indústria.

<sup>330</sup> CONGRESSO ACRÍCOLA... Minas Geraes. Belo Horizonte, 14 e 15 de maio de 1903, p.2.

especiais, quanto no momento de votação dos pareceres, manifestando discordância ou pedindo acréscimos e alterações em algumas conclusões. Foi este o caso de uma proposta enviada à comissão de viação e tarifas, majoritariamente assinada por representantes de municípios da região Sul, Oeste e Triângulo<sup>331</sup>, demandando o apoio do Estado na “construção de uma estrada de ferro que partindo da estação de Lavras (E. F. Oeste de Minas), vá terminar na de Três Corações do Rio Verde por ser o ponto mais conveniente, ligando, assim, toda a zona Oeste do Estado às estações hidrominerais do Sul”<sup>332</sup>. Muitos dos congressistas que enviaram propostas, pelo menos as que foram publicadas no *Minas Geraes*, eram membros de alguma comissão especial. Antônio Gonçalves Nóbrega, por exemplo, representante da lavoura de Caratinga e membro da comissão de estradas de rodagem, escreveu à comissão de agricultura propondo medidas para reprimir a vadiagem em regiões de terras devolutas. Tem-se, assim, mais um indício de que a participação da maior parte dos congressistas se restringiu a ouvir, votar ou discutir nos bastidores do evento.

Ocorreram, ademais, situações em que os participantes do Congresso ocuparam a tribuna para propor moções de agradecimento e homenagem a autoridades políticas presentes. Esses casos, que não foram raros, também constituíam uma maneira de tomar a palavra e se destacar. Nesse aspecto, Monsenhor João Sabino Las Casas, representante da lavoura de Carangola, foi um dos que mais se ressaltou, tendo sido citado várias vezes nas atas, embora não integrasse nenhuma comissão especial. Sua participação deve-se menos à proposição de medidas econômicas do que a manifestações sobre outras questões que atravessaram o evento, tais como as expressões de apreço às autoridades presentes. Las Casas, um dos primeiros a ocupar a tribuna do congresso, foi quem sugeriu a aclamação de João Pinheiro como presidente do evento; também propôs que se formasse uma comissão, para a qual foi nomeado, juntamente com outros três congressistas, para visitar Francisco Salles, levando a ele uma moção de “aplausos e solidariedade à sua sábia orientação política e administrativa”. Las Casas subiu à tribuna, ainda, para agradecer a presença de Lauro Muller, no Congresso, e fez parte do grupo de oito congressistas que organizou uma reunião para fundação da Sociedade Mineira de Agricultura.

Congressistas que se destacaram pelo envolvimento em debates econômicos, como Eustachio Stockler e João Augusto Rodrigues Caldas, também ocuparam a tribuna para defender ou homenagear políticos. Stockler, representante da lavoura de duas cidades da

---

<sup>331</sup> Dos 34 congressistas que assinaram a proposta, 31 representavam municípios do Sul, Oeste e Triângulo. A referida proposta foi incorporada às conclusões da comissão de viação e tarifas.

<sup>332</sup> CONGRESSO AGRÍCOLA... Minas Geraes. Belo Horizonte, 21 de maio de 1903, p.5.

região Sul, ocupou a tribuna nos momentos iniciais do congresso, oferecendo uma moção de exaltação a Salles e Pinheiro pela iniciativa de organizá-lo. Conforme o correspondente do jornal *O Pharol*, o orador foi “vivamente aplaudido” e as últimas palavras de seu discurso foram “cobertas por delirantes aclamações”<sup>333</sup>. Desde a abertura do evento, Stockler empenhou-se em expressar suas ideias. Como autor da moção a Salles, foi um dos escolhidos para visitá-lo no Palácio do Governo. Além disso, foi chamado por João Pinheiro para saudar Afonso Penna na última sessão do congresso. Sua participação foi igualmente intensa nos debates sobre as atividades produtivas: foi membro da comissão de Mineração e Águas Minerais, envolveu-se nas discussões sobre o café, nas decisões sobre a organização da votação dos pareceres e, segundo o *Jornal do Brasil*, foi nomeado líder dos representantes do Sul de Minas no Congresso<sup>334</sup>.

As publicações sobre o Congresso, notadamente as atas, apontam uma dinâmica marcada por possibilidades, formas e estratégias variadas de atuação, resultando em uma “hierarquização” das participações. Houve congressistas mais atuantes, para os quais o evento foi uma ocasião para se destacar entre os demais representantes das *classes produtoras*. Deve-se considerar, no entanto, que muitos acontecimentos transcorridos no Congresso de 1903 certamente escaparam às publicações dos jornais. As atas, que constituem sua memória oficial, têm lacunas relativas aos debates, às votações, às nomeações dos comissários etc. É possível cogitar, ainda, que alguns momentos e congressistas tenham sido privilegiados. Nota-se, a propósito, que, enquanto alguns nomes são frequentes nas atas, outros foram omitidos, pois há apartes cuja autoria foi registrada como de “um sr. congressista”. Pode-se supor que as omissões não tenham sido deliberadas, uma vez que, considerando que a dinâmica das falas é mais rápida que a da escrita, o redator não tivesse tido tempo suficiente para registrar a autoria de todas as manifestações, ou ainda que não conhecesse por nome todos os congressistas. Pode ter havido, entretanto, omissão intencional de nomes e manifestações.

Esta questão remete a outra forma de participação no Congresso: o envio de artigos à Comissão Fundamental e sua publicação no *Minas Geraes*. Desde janeiro de 1903, ela vinha solicitando a colaboração, por meio do envio de artigos e cartas, dos membros das *classes produtoras* para a elucidação dos problemas econômicos de Minas e a definição dos meios para produzir seu progresso financeiro. Quantos textos receberam e quais são seus temas é uma incógnita, pois somente ficaram conhecidos os que foram publicados nos jornais. Presume-se que esses textos não representem a totalidade dos remetidos à Comissão, tendo

<sup>333</sup> CONGRESSO INDUSTRIAL. *O Pharol*. Juiz de Fora, 16 de maio de 1903, p.1.

<sup>334</sup> CONGRESSO... *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1903, p.1.

possivelmente havido uma seleção dos que seriam publicados. Entretanto, trata-se de uma presunção – baseada em notas do jornal *Minas Geraes* sobre um grande afluxo de textos enviados à comissão – cujo grau de veracidade, assim como as hipóteses sobre as omissões de nomes nas atas do congresso, não se pode verificar.

Ao ter seu artigo publicado no *Minas Geraes*, o representante das *classes produtoras* ganhava visibilidade. O industrial Frederico Augusto Alvares da Silva, que no Congresso integrou a comissão de tecelagem, teve suas recomendações sobre a indústria mineira publicadas em três páginas do jornal. Um texto sobre a exploração das fontes termais e minerais, escrito por Josaphat Bello, representante de Poços de Caldas, ocupou duas páginas do *Minas Geraes*, em abril de 1903. No Congresso, Bello foi nomeado para a comissão especial encarregada da viação férrea, mas não deixou de enviar sugestões – que também foram publicadas no jornal – à de mineração e águas minerais. Assim, a publicação de textos enviados à Comissão Fundamental, às comissões especiais e à mesa do Congresso foi uma das formas de atuação dos congressistas a contribuir para reforçar sua notoriedade perante os demais *produtores*.

Em razão dessas circunstâncias, é possível detalhar a atuação de alguns congressistas, mas não há o que falar sobre muitos outros. Além disso, é possível que algumas presenças tenham escapado aos registros dos redatores das atas e dos jornalistas, já que houve uma grande circulação de pessoas na capital mineira durante os dias de congresso. Há que se considerar, ainda, que alguns congressistas participaram apenas de algumas sessões. Apesar de todas as imprecisões envolvendo a participação dos representantes das *classes produtoras* na organização e durante a reunião em Belo Horizonte, é possível identificar as figuras que se destacaram e que, provavelmente, tiveram maior influência na definição das conclusões do Congresso de 1903. Partindo dessa identificação, busquei traçar um perfil dos congressistas mais atuantes no evento, o que, juntamente com as informações sobre a imagem de representante das *classes produtoras* e *conservadoras* que cultivavam, contribui para esclarecer suas visões de mundo e, conseqüentemente, as medidas que propuseram para o progresso econômico do Minas e do Brasil.

#### **2.4 – Os congressistas**

Os estudos que abordaram o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial trazem poucas informações a respeito de seus participantes. Marcelo Godoy diz apenas que foi uma

reunião de “representantes das elites econômicas regionais”<sup>335</sup>. Já Maria Auxiliadora Faria afirma que nele estavam presentes “figuras expressivas da política e da economia”<sup>336</sup>. Barbosa o vê como parte de um movimento “articulado pelas elites políticas e econômicas tradicionais com os grupos emergentes, especialmente com a categoria profissional do engenheiro”<sup>337</sup>. Desse modo, pouco esclarecem a respeito das características sociais dos *produtores*. Ao defini-los como “elites”, indicam que os congressistas compõem um estrato social minoritário, com acesso a privilégios e serviços que não estavam igualmente disponíveis a toda população, mas podem induzir à falsa impressão de que todos ocupassem posições muito semelhantes na sociedade. Dulci aponta, entretanto, que os congressistas, “além de proprietários rurais e/ou comerciantes, eram chefes políticos municipais; alguns, por sua vez, sequer pertenciam às ‘classes conservadoras’, como se dizia na época; outros eram ativos, tanto na área política quanto na econômica; muitos, finalmente, eram homens de negócio”<sup>338</sup>. Conforme o autor, a composição do evento foi diversificada, o que reforça a necessidade de investigar as propriedades sociais dos homens que participaram do congresso.

Para tanto, nesta tese, o caminho metodológico escolhido foi selecionar os representantes das *classes produtoras* mais ativos na organização e realização do evento e construir uma prosopografia que possibilitasse o estudo de suas características comuns<sup>339</sup>. A abordagem prosopográfica consiste, segundo Genet, em “praticar a biografia coletiva de um conjunto de indivíduos a partir de características observáveis (educação, carreira etc.), enquanto a biografia propriamente dita envolve outros elementos, como a psicologia”<sup>340</sup>. Conforme Jean Nagle, esta metodologia inicialmente se desenvolveu “no movimento que conduziu a história social do econômico em direção ao político” e mostrou ser, além disso, um bom instrumento para o estudo das articulações entre o social, ou o socioeconômico, e o político, o cultural e o religioso<sup>341</sup>. Por meio desse método, é possível reunir e cruzar dados

---

<sup>335</sup> GODOY, 2009, p.102.

<sup>336</sup> FARIA, 1992, p.173.

<sup>337</sup> BARBOSA, 2012, p.36.

<sup>338</sup> DULCI, 1999, p.111.

<sup>339</sup> Bulst (1996, p.111) afirma que a prosopografia é uma “abordagem caracterizada por um conjunto de questões postas frente a um bom número de fenômenos de história social, política, econômica, institucional, administrativa, cultural etc”. Não obstante a variedade dos objetos de pesquisa, as prosopografias têm em comum o interesse pelo “fator humano” em todos os fenômenos constitutivos do objeto de uma pesquisa histórica.

<sup>340</sup> “[...] pratiquer la biographie collective d’une collection d’individus à partir de caractéristiques observables (éducation, carrière etc.), alors que la biographie proprement dite fait intervenir des éléments autres, telle la psychologie”. (GENET, 1986, p.9). Tradução livre da autora.

<sup>341</sup> “[...] dans le mouvement de dérive qui conduit l’histoire sociale de l’économique vers le politique”. (NAGLE, 1986, p.78). Tradução livre da autora.

biográficos “de um grupo de atores históricos que têm algo em comum, seja uma função, uma atividade, ou ainda uma posição social”<sup>342</sup>.

Para Hélène Millet, na origem de seu trabalho prosopográfico está a convicção de que todo indivíduo que é parte de uma população tem algo a ensinar sobre esse grupo e sobre a sociedade em que vive<sup>343</sup>. O princípio da prosopografia seria, assim, a definição dessa população com base em um ou mais critérios, para a partir dela construir um questionário cujos critérios e variáveis, conforme Charle, “servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política”<sup>344</sup>. Como uma das primeiras críticas ao uso da prosopografia em trabalhos historiográficos diz respeito à delimitação arbitrária das populações, os aspectos utilizados para definir a coletividade a ser estudada devem estar claros, permitindo que o leitor saiba exatamente sobre quem se fala<sup>345</sup>.

O grupo de congressistas investigado nesta tese foi formado pelos 30 representantes das *classes produtoras* mais atuantes no Congresso de 1903<sup>346</sup>. Buscou-se levantar informações sobre suas famílias, formação escolar, ocupações e atividades políticas, a fim de trazer à análise os elementos extradiscursivos necessários à definição de seu posicionamento social<sup>347</sup>. Por se tratar de um grupo jamais investigado, as informações estavam dispersas, tendo sido preciso consultar um conjunto extenso e variado de fontes, dentre as quais se destacam jornais do final do século XIX e da primeira metade do XX, dicionários biográficos e textos memorialísticos<sup>348</sup>. Em algumas situações, quando foi possível identificar e localizar descendentes vivos, foram-lhes solicitadas informações, o que eventualmente resultou exitoso. No conjunto, existem seis congressistas sobre os quais se obteve apenas informações

<sup>342</sup> ROY; SAINT PIERRE, 2006, p.204-5.

<sup>343</sup> MILLET, 1991.

<sup>344</sup> CHARLE, 2006, p.41.

<sup>345</sup> Além dessa crítica, Charle (2006, p.45) menciona que a prosopografia foi criticada pela utilização de fontes oficiais que “induzem uma visão parcial da realidade” e porque “os critérios definidos para as biografias são com frequência redutores.” Para o autor, “essas críticas são válidas apenas para o historiador que confunde o método com seu fim e esquece que ele sempre examina apenas uma fração da realidade, em função das fontes que escolheu e dos limites do seu próprio questionário biográfico.”

<sup>346</sup> Esses congressistas foram selecionados mediante o cruzamento de dez listas nominativas. Seis delas são constituídas pelos citados nas atas das sessões do congresso (a sessão preparatória e cinco sessões ordinárias). Uma lista é formada pelos nomes dos membros das comissões especiais; outra é formada pelos participantes convidados diretamente pela Comissão Fundamental, que estariam entre “os nomes mais prestimosos e acatados neste Estado, na prática ou nos estudos [...] do problema econômico mineiro” (CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 01 de maio, de 1903, p.1). Há, ainda, uma lista formada por autores dos artigos publicados no *Minas Geraes*. Além disso, em vista do tema da tese, foi feita uma lista dos que abordaram questões educacionais. Ao final, foram selecionados aqueles cujos nomes apareceram em pelo menos três dessas listas.

<sup>347</sup> As categorias investigadas foram: nome e ocupação do pai; nome da mãe; nome da cônjuge; frátria; formação escolar; ocupações; atividades políticas. A definição dessas categorias foi feita durante o doutorado sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Social, em Paris, sob orientação da Professora Doutora Mônica Raisa Schpun.

<sup>348</sup> Ver anexo – Lista dos congressistas mais atuantes no Congresso de 1903.

a respeito da ocupação. Conforme Roy e Saint-Pierre, a qualidade e quantidade de informações pode limitar consideravelmente um levantamento prosopográfico. Geralmente, existem mais registros a respeito de políticos, intelectuais, homens públicos, ou seja, os “privilegiados da história”, como afirmam os autores, do que sobre os menos “ilustres” ou anônimos. Assim, é preciso reconhecer que existem lacunas na pesquisa, principalmente com relação aos dados familiares, tais como a identificação da cônjuge e da fratria. Apesar disso, a investigação resultou na coleta e organização de um conjunto inédito de dados que possibilita traçar um perfil dos principais participantes do evento em Belo Horizonte.

Há ainda um ponto a considerar a respeito da prosopografia. Como foi afirmado, foram selecionados os principais representantes das *classes produtoras* no Congresso de 1903, tomando como critério as manifestações registradas na documentação publicada no jornal *Minas Geraes*. Trata-se de uma amostra cujas relações com o número total de participantes é difícil de precisar, sobretudo porque o grupo era bastante diversificado. O perfil desses congressistas não é atípico ou incomum, mas diz respeito aos mais ativos na reunião.

A maior parte dos investigados nasceu em Minas Gerais, estado em que viviam quando ocorreu o Congresso<sup>349</sup>. Ao longo de suas trajetórias de vida, alguns moraram em diversas localidades do estado e mesmo fora dele, o que geralmente esteve relacionado a suas atividades profissionais. Apenas um dos representantes, entre os brasileiros, nasceu em outro estado, embora morasse em Belo Horizonte em 1903<sup>350</sup>. No conjunto, havia três imigrantes: dois portugueses, Manoel Jorge de Mattos e José de Vasconcellos Monteiro, e um alemão, Detlef Krambeck. Além deles, possivelmente James Miller, superintendente da companhia inglesa *The São Bento Gold Estates*, era estrangeiro<sup>351</sup>. Embora, em termos absolutos, o número de estrangeiros entre os congressistas mais atuantes possa parecer reduzido, ele representa mais de 10% da população investigada, o que merece destaque uma vez que, diferentemente de São Paulo e do Rio de Janeiro, a imigração para Minas Gerais foi relativamente pequena.

Desses imigrantes, três eram representantes do setor industrial e um do comércio. Sergio Birchal, ao estudar as origens étnicas e sociais da “classe empresarial mineira” constata um envolvimento limitado dos estrangeiros. Segundo o autor, se em outras regiões e

---

<sup>349</sup> Foram identificados os locais de nascimento de 18 congressistas.

<sup>350</sup> Pedro Sigaud nasceu no Rio de Janeiro, em 1869.

<sup>351</sup> Não foram localizadas informações sobre James Miller. Entretanto, por ter nome inglês e ocupar alto cargo em companhia mineradora de Londres, possivelmente, como Chalmers, Miller teria vindo ao Brasil como funcionário, a fim de administrá-la.



setores econômicos a atuação de imigrantes foi restrita, eles tiveram “uma pequena, porém relevante participação no estabelecimento da siderurgia mineira e tiveram uma grande participação na formação da classe empresarial da Zona da Mata”<sup>352</sup>.

Desde meados do século XIX, a Mata recebeu estrangeiros, principalmente alemães e italianos, que anos mais tarde conseguiram estabelecer indústrias de curtumes, sapatos, chapéus, cerveja etc.<sup>353</sup>. Esse foi o caso de Detlef Krambeck, que, em 1903, era proprietário de um dos principais curtumes da Mata<sup>354</sup>. Os outros três estrangeiros, porém, residiam no centro e no oeste do estado, regiões que receberam relativamente poucos imigrantes. Até o começo do século XX, a principal ocupação dos dois portugueses foi o comércio. Um artigo publicado no jornal *O Pharol*, de 1916, afirma que Manoel Jorge fora também agricultor e proprietário de uma fábrica de cerâmica no município de Oliveira, mas não há menção a respeito de quando tenha começado a desenvolver essas atividades<sup>355</sup>. Provavelmente, os quatro não foram os únicos imigrantes ou descendentes de imigrantes entre os congressistas: na lista de industriais convidados, por exemplo, há nomes como Meurer, Stiebler, Cecil Hogg e George Fraij, todos residentes na região de Juiz de Fora, que poderiam pertencer a esse grupo.

Com relação às origens sociais, vários dos congressistas cujos pais foram identificados faziam parte de estratos elevados da sociedade<sup>356</sup>. Há filhos de políticos, desembargadores, comendadores, grandes comerciantes e industriais, alguns vindos de tradicionais famílias do estado, como Afrânio de Mello Franco, filho de Virgílio Martins de Melo Franco, magistrado, deputado provincial e geral e, na República, senador estadual; e Belisário Augusto de Oliveira Penna, filho do Visconde de Carandaí, político que, no Império, havia chefiado o Partido Liberal. Em alguns casos, o casamento reforçou ou estabeleceu o pertencimento a grupos social e economicamente privilegiados. Belisário Penna, por exemplo, após o falecimento de sua primeira esposa, casou-se com uma das cunhadas, reafirmando laços de parentesco com o sogro, o conselheiro João Rodrigues Chaves, político e um dos fundadores da faculdade de Direito da Bahia.

---

<sup>352</sup> BIRCHAL, 1998, p.18.

<sup>353</sup> Segundo Giroletti (1988), a introdução de mão de obra livre e especializada na região da Mata decorreu da iniciativa da Companhia União Indústria – criada por Mariano Procópio para construir uma rodovia ligando Juiz de Fora a Petrópolis – de fundar uma colônia imigrante para atender a suas necessidades.

<sup>354</sup> Sergio Birchal (1998, p.19) afirma que, “ao contrário do que alguns autores observaram em São Paulo, o imigrante que se tornou industrial em Juiz de Fora normalmente não se encaixa no conceito de ‘imigrante burguês’. A maioria dos imigrantes que se tornaram industriais em Juiz de Fora veio inicialmente para o Brasil para trabalhar como operários, artesãos ou camponeses”.

<sup>355</sup> MOREIRA, João Rodrigues. Impressões de viagem. *O Pharol*. Juiz de Fora, 23 de junho de 1916, p.2.

<sup>356</sup> Foram identificados os nomes dos pais de 15 congressistas e a profissão dos pais de 16 deles.

Entre os congressistas mais ativos estava Caetano Mascarenhas, irmão de Francisco, membro da Comissão Fundamental. Filhos de Antônio Mascarenhas, que havia acumulado fortuna como comerciante e fazendeiro, juntamente com seus irmãos formou uma família de industriais, atuantes principalmente no ramo têxtil<sup>357</sup>. De acordo com Birchal, assim como os irmãos Mascarenhas, “os mais proeminentes empresários mineiros do século XIX [...] vieram da classe dominante e das famílias tradicionais locais”<sup>358</sup>. Nesse aspecto, o caso do Detlef Krambeck é interessante, já que, embora imigrante – ou filho de imigrantes, uma vez que não há confirmação sobre seu local de nascimento – sua trajetória profissional foi determinada pela herança familiar, pois em 1885 seu padrao transferiu a administração de um curtume na região da Mata<sup>359</sup>.

Não há dúvidas de que a herança e as relações familiares impactavam sobremaneira a escolha das ocupações e o sucesso profissional. Seja como herdeiros de propriedades agrícolas, de negócios comerciais, de capitais ou pelas nomeações para postos no Estado, os descendentes das famílias das elites políticas e econômicas enfrentavam menos obstáculos ou tinham certas facilidades para alcançar os postos desejados. Frederico Álvares Silva, por exemplo, cujo pai era senador em Minas, foi “indicado para exercer o cargo de engenheiro civil da 7ª circunscrição de Obras Públicas”, pouco depois de ter-se diplomado<sup>360</sup>. A propósito, ao investigar a elite política mineira na Primeira República, Amilcar Martins Filho constata que “muitas famílias eram, de fato, poderosas oligarquias, tendo vários membros dentro da elite e bases políticas bem consolidadas no âmbito local e regional”<sup>361</sup>. Conforme o autor, as relações intra-oligárquicas impactavam fortemente o desenvolvimento das carreiras políticas daqueles que já fossem membros da elite<sup>362</sup>.

---

<sup>357</sup> Sergio Birchal (1998, p.20) destaca que “a indústria têxtil em Minas foi estabelecida quase exclusivamente por empresários brasileiros originários de poucas famílias ou pequenos círculos de amigos”.

<sup>358</sup> BIRCHAL, 1998, p.23.

<sup>359</sup> GIROLETTE, 1988.

<sup>360</sup> NOTÍCIAS DIVERSAS. Minas Geraes. Belo Horizonte, 15 de abril de 1897, p.3.

<sup>361</sup> MARTINS FILHO, 2009, p.146.

<sup>362</sup> Os trabalhos de Martins Filho (2009) e Wirth (1982) trazem grandes contribuições para o estudo dos grupos que denominam como “elite política” e “elite dirigente”. Esses autores partem da noção de elite como um conjunto de indivíduos que detém o poder político e/ou econômico, o que os leva a definir a população pesquisada com base nos cargos políticos ocupados. Não é propósito de seus trabalhos problematizar a noção, embora tenham o cuidado de apontar os cargos que consideram como sendo de “elite”. Assim, como há diferenças na população selecionada pelos dois autores, suas pesquisas apresentam divergências. Essa não é, entretanto, a única opção metodológica para o estudo de grupos de elites. Há trabalhos que optam por investigar os indivíduos que em determinada época foram agrupados sob o termo; há os que não partem de uma definição de elite como categoria social, mas que, investigando grupos que ocupam o topo da hierarquia social, buscam definir suas características em contextos específicos. Essas tendências relacionam-se, obviamente, com a natureza do objeto, o período e as fontes que compõem as investigações. Christophe Charle (2006, p.18), por exemplo, assume em *Les Élités de la République* que “désireux de pratiquer la micro-histoire des élites et d’appréhender sur les plans social, historique et symbolique ce que les contemporains mettaient sous ce mot, confortés en outre par quelques bon travaux abordant des problèmes du même type, nous préférons au

Embora pouco se saiba sobre as elites econômicas mineiras das primeiras décadas republicanas, tendo em vista a ausência de estudos sistemáticos é pertinente supor que, em vez de criar novos meios para alcançar posições econômicas mais elevadas, como aqueles que pertenciam a estratos inferiores, os descendentes desses grupos precisariam “apenas” manter o *status* familiar que herdaram. A posição economicamente privilegiada de partida possibilitava o investimento em diversos negócios, facilitava a obtenção de concessões para abertura de fábricas, a contratação de mão de obra imigrante e o acesso aos responsáveis pelo estabelecimento de contratos de prestação de serviço e de compra e venda com o Estado. Havia também interseções entre os grupos econômica e politicamente dominantes<sup>363</sup>, de modo a ser comum que as famílias ricas tivessem membros envolvidos na política. Na família de Frederico Álvares Silva, o pai foi sócio da Companhia Têxtil Mascarenhas e teve longa carreira política: além senador estadual, ocupou interinamente a presidência do estado durante a primeira década republicana.

É justo inferir que entre os congressistas mais atuantes pudesse haver membros de famílias menos tradicionais ou abastadas, afinal, não foi possível identificar as origens de todos. Como a maior parte das informações pessoais foram levantadas em obituários, notas de casamento e aniversários publicadas em jornais, é provável que tenham sido apuradas apenas as informações familiares dos mais "ilustres" do grupo investigado. Por essa razão, os dados disponíveis tenderiam a indicar origens sociais e econômicas mais privilegiadas do que podem ter sido. Além disso, o cruzamento com as outras variáveis mostra que havia diferenças no interior do grupo, indicando hierarquias no seio das elites mineiras. Se com relação ao conjunto da sociedade, pode-se dizer que o grupo desfrutava de privilegiada posição econômica, na comparação entre os congressistas fica evidente a existência de figuras que desfrutavam de maior prestígio e riqueza.

-Há que se considerar, ainda, um aspecto apontado por Wirth a respeito dos grupos economicamente dominantes em Minas Gerais. Conforme o autor, na segunda metade do

---

nominalisme rigide l'élargissement des frontières du mot au gré des enjeux, comme le naturaliste change la définition de son microscope selon le phénomène qu'il veut observer.”

<sup>363</sup> Amílcar Martins Filho (2009, p.147) afirma que “em termos numéricos, a presença de membros da elite econômica na elite política era proporcionalmente pequena”. Entretanto, Martins Filho não tem a questão da atividade produtiva como critério para a definição da população investigada. Na composição populacional de sua pesquisa, ele considerou o exercício de mandatos no legislativos estadual e federal, por no mínimo três meses, e a ocupação dos seguintes cargos: Diretor da Imprensa Oficial; Presidente do Banco Hipotecário de MG; Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais; Prefeito de Belo Horizonte; Desembargador do Tribunal de Justiça; Secretários da Agricultura, das Finanças e do Interior; Chefe de Polícia; Governador e Vice; Presidente do Banco do Brasil; Prefeito do Distrito Federal; Juiz do Supremo Tribunal Federal; Ministros das Finanças, do Interior e Justiça, da Agricultura, das Relações Exteriores, do Exército, da Marinha; Presidente da República e vice.

século XIX eles teriam se redefinido, na medida em que apareceram e se estabeleceram novas atividades produtivas. Por essa razão, figuras como o patriarca Mascarenhas ou o português Manoel Jorge de Mattos, mesmo sem respaldo familiar teriam conseguido uma notória ascensão econômica e social<sup>364</sup>. Alguns desses “novos ricos”, como o próprio Manoel Jorge, materializaram com a posse de patentes da Guarda Nacional suas posições econômicas, o que era uma fonte de prestígio, sobretudo para os que não o dispunham pela origem familiar, casamento ou posse de diploma superior. A propósito, seis dos congressistas investigados usavam patentes de coronel e major da Guarda Nacional<sup>365</sup>. Nenhum deles pertencia ao grupo de congressistas diplomados e, com a exceção de Caetano Mascarenhas e Garibaldi Mello, pouco se sabe sobre suas famílias<sup>366</sup>.

Com relação à escolaridade, obtive dados de 16 dos 30 congressistas investigados. Nesse grupo, 12 eram diplomados no ensino superior, sendo três em medicina, quatro em engenharia e cinco em direito<sup>367</sup>. Havia três que possuíam o ensino secundário, e apenas Manoel Jorge não teria cursado o secundário e o superior, segundo seus familiares. Assim, era relativamente alto o nível de instrução dos representantes das *classes produtoras* mais atuantes no Congresso de 1903, diante do elevado índice de analfabetismo existente no país<sup>368</sup>. Lindolpho Octávio Xavier, por exemplo, estudou no Colégio Paranaense, fundado por seu pai na cidade de Pitangui e, embora não possuísse diploma superior, era reconhecido como um homem culto que, além de se ocupar com comércio e a agricultura, dedicava-se a atividades literárias e trabalhava como escritor – ocupações que se afastavam da noção de *classe produtora*, sendo mais próximas do bacharelismo tradicional, ainda que sem a posse do diploma.

Embora alto em relação ao conjunto da população brasileira, o grau de escolaridade do grupo de congressistas seria inferior ao da elite política, considerando-se os dados apresentados por Martins Filho. Segundo o autor, na Primeira República, a cúpula política

---

<sup>364</sup> Segundo familiares de Manoel Jorge de Mattos, ele teria vindo ao Brasil com um irmão que não permaneceu no país. A família desconhece a existência de algum parente que tenha imigrado antes de Manoel (informação oral obtida pela autora).

<sup>365</sup> Segundo Queiroz (1976, p.164), a Guarda Nacional “refletia no escalonamento de seus postos, a estrutura socioeconômica das diversas regiões”. Assim, os chefes locais de maior prestígio seriam “coronéis” ou “tenentes-coronéis”, seguidos por majores e capitães.

<sup>366</sup> São eles: José Guilherme de Sousa (coronel), Antônio Thomaz Ferreira de Rezende (coronel), Manoel Jorge de Mattos (coronel) e Ernesto José da Silva Penna (major). Uma publicação do *Correio Paulistano*, do ano de 1906, menciona que Ernesto Penna é primo de Afonso Penna (UM CASO..., In: *Correio Paulistano*. São Paulo, 27 de dezembro de 1906, p. 3).

<sup>367</sup> Os três se formaram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Entre os engenheiros há dois formados na Escola de Minas de Ouro Preto e dois na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Já no grupo dos bacharéis há quatro formados em São Paulo e um formado na Faculdade de Direito de Minas Gerais.

<sup>368</sup> Conforme o censo demográfico de 1900, entre a população com mais de 15 anos no Brasil, mais de 6.340.000 não sabiam ler e escrever, enquanto cerca de 3.380.000 o sabiam (IBGE, 1996, s/p).

mineira era composta por 98% de diplomados no ensino superior<sup>369</sup>. Há a possibilidade de que o percentual de diplomados no grupo dos congressistas seja ainda menor, uma vez que possivelmente os 14 congressistas para os quais não obtive informação sobre a escolaridade (ou a maior parte deles) não tivesse concluído o ensino superior até 1903.

A maior parte dos membros da elite política com diploma superior era de bacharéis. Segundo Martins Filho, todos os nascidos antes de 1865 haviam estudado em São Paulo, porém, após 1895, com a inauguração da Faculdade de Direito, em Ouro Preto, muitos mineiros optaram por estudar no próprio estado. No grupo dos congressistas, há apenas um bacharel, Nelson Coelho de Senna, formado na Faculdade de Minas Gerais. Os demais haviam estudado na tradicional escola de São Paulo. Entre eles, são os bacharéis Nelson de Senna e Afrânio de Mello Franco os que tiveram as mais longas carreiras políticas, ocupando por mais de duas décadas consecutivas os cargos de deputado estadual e federal. Nesse grupo, contudo, a soma do número de diplomados em Engenharia e Medicina ultrapassava o de bacharéis, diferentemente do que as pesquisas de Wirth e Martins Filho apontam para a elite política<sup>370</sup>. Provavelmente, a intenção de reunir homens diretamente envolvidos com as atividades produtivas permitiu a participação de variados segmentos profissionais, mas sem apagar a legitimidade auferida pela posse do diploma.

Ainda com relação ao grau de instrução dos congressistas, deve-se considerar que o fato de não haver informações sobre a escolaridade de quase metade deles absolutamente não os coloca na condição de iletrados. O “dr. Manoel Martins do Pilar”, representante da lavoura e do comércio de Jacuí, por exemplo, criou e dirigiu o Colégio Atheneu Litterario, em Baependi. Portanto, provavelmente, tinha algum grau de instrução, como denota o tratamento por “doutor”. Além disso, vários dos representantes das *classes produtoras* tinham exercido a função de vereador, para a qual era exigido que fossem alfabetizados.

Assim como os membros da Comissão Fundamental, os congressistas investigados exerceram diversas atividades profissionais nos anos que antecederam o evento. Mesmo os diplomados no ensino superior acumulavam funções que, em alguns casos, não possuíam relação com a profissão para a qual haviam estudado. João Augusto Rodrigues Caldas, industrial convidado e representante da lavoura de Barbacena, era médico e dedicou parte de seu tempo ao exercício da profissão, chegando a ser diretor do sanatório de Barbacena. Além disso, foi diretor de uma fábrica de cerâmica, membro do conselho fiscal do Banco União de

---

<sup>369</sup> MARTINS FILHO, 2009, p.139.

<sup>370</sup> No grupo de políticos investigado por Martins Filho (2009, p.141) havia 61,6% de diplomados em Direito, 18,4% em Medicina e 5,7% em Engenharia.

Minas, vereador, presidente da Câmara de Barbacena e cafeicultor. Eustachio Stockler, além da medicina, dedicava-se à exploração de fontes termais e minerais e à política. Era frequente, portanto, a atuação em diferentes setores; alguns eram comerciantes e industriais, outros, fazendeiros e negociantes, e há os que atuaram como professores, jornalistas, juristas etc.

As ocupações identificadas confirmam o envolvimento direto de quase todos os congressistas com as atividades produtivas, aspecto bastante enfatizado na imagem das *classes produtoras*. Até mesmo o único clérigo do grupo, João Sabino Las Casas ou Monsenhor Las Casas, como era chamado no Congresso, era fazendeiro em Carangola, além de diretor de colégio e professor particular. Nelson Coelho de Senna e Alfredo de Vilhena Valladão são os únicos cujas ocupações profissionais, a princípio, não indicam essa característica. Senna, que era normalista e bacharel, atuou como professor, escritor e funcionário público, até 1903. Seus pais eram professores, e não foram localizadas informações que os relacionassem a atividades comerciais, agrícolas ou industriais. Entretanto, trabalhou na Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o que, juntamente com os estudos que realizou para escrever *Memória Histórica e Descritiva da cidade do Serro*, publicado em 1895, podem tê-lo credenciado para o debate sobre as atividades produtivas e o futuro econômico de Minas.

Já Alfredo Valladão, até 1903, teria atuado principalmente como jurista. Porém, com a publicação no *Commercio de Minas e Minas Geraes*, semanas antes do Congresso, de uma série de artigos intitulada *Política Econômica*, demonstrou ser estudioso de temas econômicos e, tal como João Pinheiro, um defensor do protecionismo. Desse modo, ainda que não tenham sido encontrados indícios de sua condição de *produtor*, Valladão era reconhecidamente conhecedor de questões econômicas consideradas importantes no Congresso, ocasião em que lhe foram dadas condições para expressar suas ideias a respeito do protecionismo. Portanto, embora o envolvimento direto com as atividades produtivas fosse um critério efetivo, não apenas retórico, outras propriedades também legitimavam os congressistas e evidenciavam a hierarquização dos prestígios e das posições. Não se descarta, porém, a possibilidade de que Senna e Valladão tivessem outros laços, por meio da família e do casamento, por exemplo, com o mundo da produção.

Ao analisar as ocupações dos congressistas, deve-se levar em conta que as fontes são imprecisas com relação ao período de exercício em cada função. Em diversos casos, é impossível determinar qual era a principal ocupação ou, ainda, a importância de cada atividade na trajetória de vida do congressista. Além disso, como afirma Martins Filho, “informações sobre cargos ocupados no serviço público [...] muito provavelmente serão mais

divulgadas que outros tipos de ocupação”, o que pode levar a superestimar ou minimizar a importância de algumas atividades<sup>371</sup>. Wirth conclui que os dados que obteve em sua investigação subestimariam a participação de fazendeiros na elite política, pois, para ele, seria “presumível supor que muitas pessoas, talvez a maioria da elite, tivessem fazendas ou estivessem intimamente relacionadas com fazendeiros”<sup>372</sup>. Nas fontes analisadas nesta tese, nota-se que as publicações geralmente privilegiam as realizações educacionais e as ocupações mais prestigiosas, como a posse cargos públicos, os serviços prestados ao Estado e as atividades políticas, principalmente em âmbito federal e estadual. Assim, a ausência de informação pode não significar a inexistência de outras ocupações.

O exercício de cargos políticos é uma das marcas do grupo investigado. Entre os 30 congressistas, 12 haviam passado por câmaras municipais ou estaduais antes de 1903, cinco ingressaram na carreira depois do congresso e há um caso em que o período não foi identificado. A maior parte desses congressistas atuou como vereador, dez deles, como João Augusto Rodrigues Caldas e Antônio Thomaz de Rezende, atuaram apenas no âmbito municipal, indicando que constituíam uma elite local. Para alguns, entretanto, a carreira política teve início com a vereança, mas não se restringiu a ela: Eustachio Stockler, Ildefonso Alvim e Garibaldi de Castro Mello começaram como vereadores, mas tiveram postos no poder legislativo estadual e federal.

Nesse grupo, apenas dois congressistas tinham mandatos válidos em 1903: Belisário Penna, vereador em Juiz de Fora entre 1901 e 1904, e Afrânio de Mello Franco, que havia sido eleito deputado estadual em 1902 e iniciava a extensa e vigorosa carreira que faria dele um dos principais nomes da política mineira durante a Primeira República<sup>373</sup>. Assim como Mello Franco, Nelson de Senna teve uma longa carreira política. No final da década de 1890, Senna trabalhava na Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas e, entre 1906 e 1929, foi deputado estadual e federal. Em 1903, ambos iniciavam suas trajetórias políticas, enquanto outros representantes das *classes produtoras* já haviam passado pelos postos do legislativo e do executivo; portanto, não eram os principais políticos do grupo. Joaquim Cândido da Costa Senna é um dos que se destacam nesse aspecto, pois, além de ter sido senador, foi vice-presidente de Minas, entre 1898 e 1902, e, com a morte de Silviano Brandão, exerceu a presidência do estado durante cerca de seis meses, antes de Francisco

---

<sup>371</sup> MARTINS FILHO, 2009, p.147.

<sup>372</sup> WIRTH, 1982, p.208.

<sup>373</sup> De acordo com Wirth (1982, p.340), em 1904, Afrânio de Mello Franco já era o líder da maioria na Câmara.

Salles assumir. Além de Costa Senna, Ildefonso Alvim, Eustachio Stockler e Joaquim Gonçalves Ramos foram deputados, estaduais ou federais, antes do Congresso de 1903.

Assim, segundo os critérios adotados por Amílcar Martins Filho para definir os membros da elite política mineira, cinco congressistas do grupo investigado poderiam ser considerados como membros dessa elite em 1903, por terem tido mandatos no executivo e no legislativo estadual e federal. Entretanto, conforme os critérios de Wirth, para quem somente os parlamentares que foram líderes da maioria ou que presidiram as câmaras e senados estaduais e federais poderiam ser considerados membros da elite política, apenas dois indivíduos desse grupo lhe pertenceriam: Costa Senna, por ter sido vice-presidente de Minas, e Joaquim Gonçalves Ramos, por ter feito parte do comitê executivo do Partido Republicano Constitucional entre 1893 e 1897<sup>374</sup>. Neste caso, embora esteja na lista de Wirth em razão das posições que ocupou após a realização do Congresso, em 1903 nem mesmo Afrânio Mello Franco pertenceria ao grupo dos mais importantes políticos mineiros<sup>375</sup>.

Fora do grupo dos congressistas mais atuantes, contudo, existem outros representantes das *classes produtoras* que também eram membros da elite política, seja conforme os critérios de Martins Filho, seja de acordo com os de Wirth: fariam parte dessa elite, por exemplo, Antônio Olynto dos Santos Pires, Antônio Gomes Lima e Juscelino Barbosa, que estão entre os congressistas que mais acumularam representações de municípios e setores. O primeiro, por ter sido deputado estadual e membro dos comitês executivos do Partido Republicano e do Partido Republicano Constitucional, e os dois últimos por terem exercido a função de chefe de polícia do estado, em 1902 e 1903, respectivamente.

No grupo investigado, há seis congressistas que, embora não tenham ocupado funções elegíveis, haviam sido nomeados para cargos públicos antes de 1903. O industrial Bruno von Sydow, conforme notícia d'*O Pharol*, ocupou o cargo de delegado de polícia em Juiz de Fora, no ano de 1900<sup>376</sup>. Os engenheiros Josaphat Bello e Pedro da Nóbrega Sigaud fizeram parte da comissão construtora de Belo Horizonte. Além disso, Bello foi “ajudante de primeira classe da rede Leste de Minas, das estradas de ferro Espírito Santo e Minas” e chefe da 1ª

---

<sup>374</sup> As disputas pelo legislativo federal e estadual levaram à reorganização da estrutura político-partidária do estado, representada pelo surgimento de dois novos partidos: o Partido Republicano Constitucional, criado em 1893, tendo inicialmente como liderança maior Antônio Olyntho dos Santos Pires, e o Partido Republicano Conciliador, dirigido por Cesário Alvim.

<sup>375</sup> Além de Afrânio de Mello Franco e Joaquim C. Costa Senna, Garibaldi de Castro Mello e Belisário Penna estão na lista de Wirth dos membros da elite política. Garibaldi, por ter sido do Comitê Executivo de oposição ao PRM em 1933 e Belisário, por ter sido ministro interino da Educação e Saúde, em 1931 e 1932.

<sup>376</sup> O PHAROL. Juiz de Fora, 28 de julho de 1900, p.1.



seção da Repartição de Terras e Colonização, em 1898<sup>377</sup>, e Sigaud foi nomeado Diretor de Obras Públicas, Fazenda e Viação da capital de Minas, também em 1898<sup>378</sup>. Manoel Martins do Pilar assumiu o cargo de promotor de justiça, no ano de 1892, e Alfredo Valladão foi fiscal do governo junto à Faculdade de Direito, em 1903. Além da ocupação de cargos públicos, dois congressistas mantiveram vínculos com o Estado, por meio de contratos para a prestação de serviços e fundação de fábricas. Manoel Jorge de Mattos, que tinha contratos com a Secretaria de Agricultura para a realização de obras públicas, e Francisco Domingos Gontijo, que juntamente com Caetano Mascarenhas firmou contratos para a fundação de um engenho de açúcar, em 1890, e para a criar uma fábrica de conservas de carne e preparo de banha.

A maior parte dos congressistas esteve, portanto, ligada à política antes de 1903, seja pelo exercício de mandatos, principalmente no âmbito municipal, seja pela ocupação de cargos públicos para os quais a nomeação passava pelo crivo de políticos ou por meio de contratos de oferta de serviços e produtos estabelecidos com o Estado. Pelos critérios de Martins Filho e Wirth, o grupo dos principais participantes do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, ainda que contasse com a presença de membros da elite política, não poderia ser definido como pertencente a esse segmento. Suas trajetórias indicam que, embora a maior parte não compusesse o primeiro escalão político do estado, muitos eram chefes políticos locais ou funcionários públicos, além de estarem ligados ao mundo da produção, evidenciando sua presença em um segundo escalão das elites políticas mineiras.

Essa intersecção entre os setores da política e da economia, expressa nas trajetórias individuais, permite compreender como a ocasião criada para discutir questões econômicas e medidas práticas voltadas para desenvolvimento das atividades produtivas não excluía do horizonte temas políticos e sociais, tais como o estabelecimento de voto censitário. Além disso, contribui para entender por que os *produtores* reunidos em 1903 enfatizam o papel do Estado na implementação de políticas econômicas e na organização de associações de classe. As relações entre o Estado e o mundo da produção, como aponta Dulci, remetem a “uma imagem de interação (cooperativa ou conflitiva, não importa) e mesmo de interpenetração das duas esferas através dos papéis múltiplos de seus agentes”<sup>379</sup>. Os dois campos não estavam isolados, sobretudo porque muitos dos que ocuparam por determinados períodos cargos políticos, exerceram outras atividades.

---

<sup>377</sup> NOTICIÁRIO. Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de março de 1896, p. 4; NOTICIÁRIO. Minas Geraes. Belo Horizonte, 09 de julho de 1898, p.4.

<sup>378</sup> GOVERNO DO ESTADO. Minas Geraes. Belo Horizonte, 30 de outubro de 1898, p.1.

<sup>379</sup> DULCI, 1999, p.113.

Ao mesmo tempo em que se ligavam à política, os congressistas estavam conectados ao mundo da produção, ou seja, eram membros das *classes produtoras*, ainda que se possa relativizar a importância de cada ocupação nas trajetórias individuais. E, embora os critérios de Martins Filho e Wirth não os coloquem na elite política, eles possuíam ligações com a política, principalmente em âmbito municipal, ocupando uma posição de elite política regional ou de um segundo escalão da política mineira. Ao mesmo tempo, compunham um estrato social e economicamente privilegiado, mesmo que alguns indivíduos fossem herdeiros de famílias mais tradicionais, enquanto outros fossem “novos ricos”. Esse quadro indica a pluralidade dos grupos de elites, havendo homens que ocupavam posições de poder, prestígio e privilégio em âmbito local e que, entretanto, não seriam localizados no seio de uma elite tomada a partir de um recorte mais amplo, como o estadual e o nacional.

Vindos de diversas regiões do estado de Minas Gerais, principalmente do Centro, da Mata e do Sul, os congressistas construíram um amplo painel da economia mineira, no qual inseriram importantes questões sobre a educação. O grupo investigado não era formado por pessoas que se ocupassem prioritariamente do ensino, embora Nelson de Senna e Las Casas atuassem como professores secundários e Costa Senna fosse professor da Escola de Minas de Ouro Preto. Não eram intelectuais da educação ou normalistas, mas participaram do debate público em voga sobre a formação profissional. Por estarem ligados às atividades produtivas, apontaram os tipos de ensino que deveriam ser destinados aos trabalhadores e aos “produtores”, industriais, fazendeiros e comerciantes. Ainda que a ênfase desta tese no tema educacional possa criar um efeito amplificador, não se pode perder de vista que as questões educacionais que os congressistas expressam e defendem estavam inseridas no conjunto de suas preocupações com o progresso da economia mineira, sendo este um dos aspectos mais interessantes das propostas para o ensino: foram formuladas por homens que reconheciam a importância da educação para o avanço do país, principalmente do ponto de vista econômico, sem que isso excluísse os aspectos sociais e políticos a esse tema relacionados.

## Capítulo 3

### *Pela instituição imediata do ensino profissional*

#### 3.1 – O ensino profissional em pauta

Além de *produtores*, jornalistas e políticos participaram do debate movido pela organização do Congresso, atendendo ao chamado de seus idealizadores, Francisco Salles e João Pinheiro. Não foram poucos os interessados em contribuir para sanar a crise. Antes mesmo da realização já se aventava a sua importância, anunciando-se que a iniciativa marcaria a história do estado, como prelúdio de “uma nova idade do ouro para o povo mineiro”<sup>380</sup>. Durante o evento, as presenças de notoriedades da política e da imprensa, juntamente com destacados *produtores* do estado ratificavam a relevância da reunião. O momento de crise era representado como propício para repensar as questões que envolviam a economia mineira. Nessas circunstâncias, a importância atribuída ao Congresso de 1903 foi proporcional à dos problemas para os quais haveria de trazer soluções. “A elevação do assunto, a geral expectativa, as grandes esperanças despertadas, a gravidade dos problemas a estudar”, pontuou Pinheiro, teriam feito da reunião uma obra de verdade, de esperança e de patriotismo que jamais poderia ser esquecida<sup>381</sup>. E não foi, de fato, esquecida, ao menos no âmbito dos estudos sobre a história de Minas Gerais.

No que diz respeito especificamente à história da educação, o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial foi retomado por vários pesquisadores interessados no ensino profissional, sobretudo agrícola. Embora não tenha sido objeto central dessas investigações, o evento foi nelas convertido em “ponto de partida” ou “marco cronológico” para variadas questões em torno da instrução profissional. Pioneira, neste aspecto, é a tese de Miguel Arroyo, defendida em 1982, que retorna ao Congresso de 1903, onde estaria a base das ações implantadas por João Pinheiro durante o período que esteve na presidência de Minas Gerais<sup>382</sup>. Contudo, a principal referência para os trabalhos de história da educação que tratam do Congresso de 1903 é a tese de Maria Auxiliadora Faria, que, ao analisar a trajetória do ensino agrícola em Minas Gerais na Primeira República, considera a reunião dos *produtores* e

---

<sup>380</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 e 27 de janeiro de 1903, p.3-4

<sup>381</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 21 de maio de 1903, p.2-5.

<sup>382</sup> ARROYO, 1982.

o governo de João Pinheiro como marcas do início de uma fase em que o Estado teria, enfim, tomado medidas efetivas para ampliar a oferta desse tipo de instrução<sup>383</sup>.

Na leitura de Faria, foi durante o Congresso de 1903 que o ensino agrícola “passou a ser pleiteado como mecanismo eficaz para o desenvolvimento”, configurando uma das condições para o sucesso do projeto de diversificação agropecuária defendido nessa ocasião<sup>384</sup>. Conforme a autora, “os três primeiros quinquênios do regime republicano foram marcados por tentativas esparsas de implantação do ensino agrícola” e somente “após o Congresso de 1903 e, de modo especial, a partir da ascensão de João Pinheiro à presidência do Estado, é que foram tomadas medidas efetivas no sentido de criar e regulamentar esse tipo de ensino”<sup>385</sup>. Naquele momento, além da organização do mercado de trabalho, os *produtores* almejavam desestimular ou modificar os métodos rotineiros. Desse modo, “complementando as medidas de punição à vadiagem recomendadas ao Estado pelos participantes do Congresso, a proposta do ensino agrícola foi lucidamente acolhida, como meio de ajustar o trabalhador às novas formas de organização da produção”<sup>386</sup>. Pretendia-se, assim, simultaneamente ao preparo técnico, inculir nos trabalhadores “o sentimento de amor à terra e, conseqüentemente, o apego ao campo e a assiduidade ao trabalho”<sup>387</sup>.

Entre os trabalhos que adotam essa perspectiva está a dissertação de mestrado de Daniela Versieux. Ao fazer um cuidadoso estudo sobre as fazendas-modelo de Minas Gerais, entre 1906 e 1915, Versieux retoma o Congresso de 1903, apontando que ao assumir a presidência do estado João Pinheiro teria organizado as ideias discutidas e aprovadas naquela ocasião, e “quando o fez, colocou na centralidade da política o ensino técnico agrícola e as colônias de povoamento”. A autora afirma, ainda, ter restringido sua análise às fazendas-modelo que “centralizaram as diversas medidas propostas pelos congressistas de 1903 e pelos deputados e senadores de 1906”, tornando, assim, a reunião da *classe produtora* um marco para a investigação<sup>388</sup>. Enfoque semelhante foi adotado na dissertação de Vinícius Machado,

---

<sup>383</sup> FARIA, 1992.

<sup>384</sup> FARIA, 1992, p.187.

<sup>385</sup> FARIA, 1992, p.241. Para Faria (1992, p. 309-10), a trajetória do ensino agrícola em Minas Gerais teve pelo menos três momentos distintos: “o primeiro momento pode ser delimitado pela implantação do regime republicano até a ascensão de João Pinheiro à presidência do Estado, em 1906. Nesta primeira fase, apesar da consciência de que o ensino agrícola poderia ser utilizado como dinamizador do desenvolvimento, as tentativas empreendidas foram frustradas, pois de modo geral, o ensino agrícola não saiu da esfera discursiva”; “segundo momento, de 1906 a 1916, o Estado investiu pesadamente a instalação de estabelecimentos de ensino agrícola, priorizando as modalidades primário-elementar e prático”; no terceiro momento, marcado pelo fim das fazendas modelo e das subvenções aos fazendeiros e pela inauguração da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, “o ensino agrícola foi percebido como meio de modernização da agropecuária”.

<sup>386</sup> FARIA, 1992, p.187-8.

<sup>387</sup> FARIA, 1992, p.232.

<sup>388</sup> VERSIEUX, 2010, p.67.

que pesquisou a trajetória de Pinheiro, destacando suas ações e ideias políticas e educacionais. Conforme Machado, foi no “debate sobre a recuperação econômica de Minas Gerais”, cujo marco inicial teria sido o Congresso de 1903, que a proposição de João Pinheiro “para a educação do trabalhador ganhou relevância, como instrumento de reorganização do trabalho no campo”<sup>389</sup>. Outro exemplo de conversão do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial em marco histórico é a investigação de Fabrício Valentim Silva, sobre a constituição da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV), em Viçosa, já na década de 1920. Ao buscar as raízes históricas da ESAV, Silva toma como ponto de partida a reunião de 1903, assumindo que o projeto de recuperação e diversificação econômica esboçado na ocasião teria sido “‘rearticulado’ pelo governo estadual do Presidente Arthur da Silva Bernardes (1918-1922), com a criação da Escola de Viçosa”<sup>390</sup>.

Ao ler as fontes que informam sobre a reunião, bem como a produção historiográfica que a abordou, tem-se a impressão de que pouco se teria dito ou feito a respeito da instrução profissional em Minas Gerais antes da consulta às *classes produtoras*, em 1903. De fato, pouquíssimo havia sido feito para difundir o ensino profissional pela via escolar, e poucas instituições sobreviveram às intempéries econômicas, à falta de alunos, docentes, estrutura etc. O debate a respeito da necessidade do ensino profissional, principalmente agrícola, contudo, já estava instalado – e não só na esfera política.

Já no Congresso Agrícola de 1878, no Rio de Janeiro, a instrução fora apontada como uma das mais urgentes necessidades da grande lavoura. Naquele momento, os fazendeiros procuravam meios para contornar uma possível falta de mão de obra, decorrente do fim iminente do regime escravista, para o que propunham medidas relativas à educação, à imigração e ao combate à ociosidade. Entre os principais argumentos apresentados pelos fazendeiros de Minas Gerais no certame destacavam-se a necessidade de “aproveitar milhares de braços ociosos”<sup>391</sup> e as vantagens de difundir o ensino. A falta de braços “seria menos sensível se houvesse instrução agrícola e para muitos trabalhos que ainda são feitos entre nós pelo esforço humano ou por força animal” – defendeu um grupo de fazendeiros da Zona da Mata e do Rio de Janeiro<sup>392</sup>. Acreditava-se que, uma vez instruídos, os trabalhadores produziram mais, como apontou outro fazendeiro, argumentando que “o lavrador que colhe 35 arrobas por mil pés de café, poderia colher 200, se tivesse a devida instrução”<sup>393</sup>. Houve,

---

<sup>389</sup> MACHADO, 2010, p.12.

<sup>390</sup> SILVA, 2007, p.18.

<sup>391</sup> CONGRESSO..., 1878, p.147.

<sup>392</sup> CONGRESSO..., 1878, p.67.

<sup>393</sup> CONGRESSO..., 1878, p.133.

ainda, quem dissesse que, assim como os trabalhadores, os fazendeiros precisariam se instruir, pois necessitavam “primeiro que tudo de noções teóricas e práticas de agronomia e economia rural”<sup>394</sup>.

Uma comissão que representava os fazendeiros de Baependi sugeriu que o Estado se encarregasse mais intensamente da instrução primária e secundária. Para esse grupo, o ensino secundário seria “aquele que mais diretamente interessa à lavoura”, já que as escolas superiores estariam formando jovens apenas para a ocupação de cargos públicos e postos políticos. Com o ensino secundário, “o filho do lavrador não só poderá tirar maior resultado da lavoura, como se habilitará para o exercício dos mais altos cargos públicos”. Para o ensino primário, a comissão sugeria a abertura de “escolas práticas especiais de agricultura [...] para os órfãos e ingênuos”, onde além de “um bom ensino elementar, teórico e prático”, os alunos pudessem receber a “educação santa do trabalho”<sup>395</sup>. Por fim, defendia a nomeação de professores ambulantes em lugares em que não houvesse escolas, principalmente para o ensino primário e de noções de agricultura, manejo de máquinas, preparação de estrumes, ou seja, para o ensino de práticas destinadas à lavoura.

Educar os ingênuos também esteve entre as preocupações dos congressistas de 1878, que viam a educação como uma das principais maneiras de transformar os filhos de escravas em trabalhadores. Laurindo Januário Carneiro, de Muriaé, defendeu a criação de escolas práticas de agricultura nas sedes das comarcas agrícolas, “a fim de receber os ingênuos, criá-los e aplicá-los, até que atinjam a idade de 21 anos. Essas instituições receberiam rapazes de 10 anos e com o tempo poderiam suprir os estabelecimentos agrícolas da região”. Como ele, representantes de outras províncias condicionaram o aproveitamento dos ingênuos à oferta (ou imposição) da educação para o trabalho.

Assim, nos debates de 1878, a temática educacional esteve fortemente associada à preocupação com a possível falta de mão de obra e à expectativa de a agricultura produzir mais e com melhor qualidade, pois, como observou Meloni, começava a repercutir a ideia de que “os procedimentos usados na agricultura eram *atrasados* e que havia chegado a hora de promover a modernização da produção e modificar *hábitos rotineiros*”<sup>396</sup>. Essa questão se materializava, conforme o autor, em três frentes principais: a imigração – bem menos relevante em Minas Gerais do que em São Paulo –, as Exposições Nacionais, “em que foram exibidos os instrumentos mais modernos que eram usados na agricultura no Brasil, a fim de

---

<sup>394</sup> CONGRESSO..., 1878, p.153.

<sup>395</sup> CONGRESSO..., 1878, p.54-56.

<sup>396</sup> MELONI, 2004, p.27.

selecionar os representantes brasileiros para as Exposições Universais” e a fundação de instituições para instruir ou formar agricultores<sup>397</sup>.

Nas últimas décadas do século XIX, em Minas Gerais, a defesa do ensino profissional era circundada pela promulgação de leis e por iniciativas esparsas de implantação, sobretudo a partir da instauração do regime republicano. A esse respeito, Gonçalves destaca a Lei n. 41 de 1892, que reorganizou a instrução pública no estado e “instituiu o ensino profissional no âmbito das escolas normais, do ensino agrícola e zootécnico, do curso de agrimensura, comercial e de farmácia”<sup>398</sup>. Com relação ao ensino agrícola, segundo Versieux, nos primeiros anos da República houve a promulgação de leis que previam a criação de quatro institutos: “os agrônômicos de Itabira e de Leopoldina e os zootécnicos de Uberaba e Campanha”<sup>399</sup>, dos quais apenas os de Itabira e Uberaba teriam efetivamente funcionado. Em 1893, o governo estadual foi autorizado a subvencionar as “estações agrônômicas e instituições de ensino agrícola [...] fundadas e mantidas pelos municípios”. No ano seguinte, novas leis estabeleceram a instalação de outras seis instituições de aprendizagem agrícola, das quais apenas três teriam sido implantadas<sup>400</sup>. Ainda na primeira década republicana, os legisladores buscaram organizar a formação de mestres e contramestres, com a aprovação da Lei n. 203, de 1896, prevendo a criação de Institutos de Educandos Artífices, que, no entanto, jamais saiu do papel<sup>401</sup>.

No mesmo período, setores da sociedade civil empreenderam iniciativas de instalação de escolas profissionais, buscando o apoio do Estado. Em 1891, *O Pharol* publicava:

Em país como o Brasil, onde está tudo por fazer, nem tudo se pode pedir ao Estado: cabe aos particulares reunir, agrupar, juntar suas forças e seus recursos para a criação das escolas de agricultura e de comércio; o governo não recusará por certo o apoio a essa ordem de empresas.

Aliás o movimento começou<sup>402</sup>.

A publicação fazia referência a dois casos emblemáticos: a instalação de uma Academia de Comércio e de uma escola agrícola em Juiz de Fora. A escola comercial foi iniciativa de Francisco Baptista de Oliveira<sup>403</sup>, rico comerciante local, que havia feito uma

---

<sup>397</sup> MELONI, 2004, p.29.

<sup>398</sup> GONÇALVES, 2012a, p.19.

<sup>399</sup> VERSIEUX, 2010, p.48.

<sup>400</sup> A autora se refere às seguintes leis: Lei n. 103 e Lei n. 104, de 24 de junho de 1894; Lei n. 113 e Lei n. 114, de 25 de julho de 1894. Ainda segundo Versieux (2010, p.54), essas leis previam a criação de cinco escolas agrícolas e uma fazenda-modelo.

<sup>401</sup> SILVA, 2010.

<sup>402</sup> COLLABORAÇÃO. *O Pharol*. Juiz de Fora, 13 de fevereiro de 1891, p.1-2.

<sup>403</sup> Segundo Yazbeck (2001, p.257), Francisco Baptista de Oliveira era “filho de família tradicionalmente dedicada ao comércio”. Dedicou-se à vinicultura e ao café brasileiro, fundou o Banco Territorial e Mercantil de

viagem à Europa, “especialmente para estudar os estabelecimentos congêneres”, e trouxera a proposta de fundar uma instituição nos moldes da Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris<sup>404</sup>. Apesar de a ideia ter sido “aplaudida com geral entusiasmo pela imprensa, por diversas influências políticas e pela unanimidade dos representantes mineiros no congresso nacional”, como noticiou *O Pharol*, o governo do estado negou o pedido de subvenção que possibilitaria a instalação do instituto<sup>405</sup>. Iniciou-se, então, um movimento visando a levantar os recursos necessários. Baptista de Oliveira recorreu aos incorporadores de dois dos maiores bancos do estado, entre os quais estava João Ribeiro, futuro membro da Comissão Fundamental do Congresso de 1903, e foi atendido com a promessa de que contribuiriam com parte de seus lucros. Além deles, outros homens encamparam a ideia, oferecendo recursos financeiros, serviços, materiais e o terreno para abrigar a instituição. Em março de 1891, era criada a Sociedade Anônima Academia de Comércio. Segundo *O Pharol*, a escola começou a funcionar em 1894, com 23 alunos matriculados no curso preparatório<sup>406</sup>.

Concomitantemente, Juiz de Fora foi palco de outra iniciativa: a instalação de uma escola agrícola, encabeçada pela Companhia Organização Agrícola Mineira<sup>407</sup>. Conforme o jornal *A Ordem*, “a iniciativa individual em Juiz de Fora tem ultimamente se assinalado em empreendimentos importantes e utilíssimos – bancos, empresas industriais, sociedades científicas e de ensino profissional”, dentre as quais se destacariam a Academia de Comércio e, principalmente, a Escola Agrícola<sup>408</sup>. Para dirigir o novo empreendimento, a companhia contratou o agrônomo francês Charles Seigneuret, que havia atuado como diretor da Escola “Philotechnique d’Asnières”. Objetivava-se criar uma escola agrícola, teórica e prática, e junto dela uma estação agronômica composta por dois laboratórios de análise, um campo de demonstração e experiência e um laboratório de meteorologia. Há indícios, como a subvenção prevista na lei orçamentária de 1893 e uma análise das águas de Juiz de Fora, realizada “nos

---

Minas e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, foi sócio de vários empreendimentos, como a Mascarenhas, Bicalho & Cia., de mineração, e a Companhia Mineira de Eletricidade.

<sup>404</sup> O PAIZ. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1890, p.1.

<sup>405</sup> ACADEMIA DE COMMERCIO. *O Pharol*. Juiz de Fora, 17 de janeiro de 1891, p.1.

<sup>406</sup> ACADEMIA DE COMMERCIO. *O Pharol*. Juiz de Fora, 27 de julho de 1894, p.1.

<sup>407</sup> “Art. 2. A companhia tem por fim:

Instituir [...] estabelecimentos de instrução em geral, e particularmente de instrução agrícola, teórica e prática.

Empreender explorações industriais.;

Organizar o fornecimento dos gêneros e produtos que preparar;

Dar inteira expansão aos estabelecimentos técnicos, industriais e agrícolas [...];

Adquirir imóveis, móveis e semoventes, transigir, alienar, hipotecar, contratar em qualquer forma, realizar fusão com alguma companhia congênera;

Operar, enfim, jurídica e industrialmente como investida de todas as faculdades e poderes que forem necessários para a realização completa dos fins sociais”. (NOVOS ESTATUTOS...O Estado de Minas Geraes. Ouro Preto, 20 de Outubro de 1891, p.3).

<sup>408</sup> ORGANISAÇÃO...A Ordem. Ouro Preto, 17 de abril de 1891, p.1.



laboratórios da Escola Agrônômica”, de que a instituição tenha sido instalada no princípio da década de 1890<sup>409</sup>. Não obtive, entretanto, informações que indicassem em que medida o projeto de Seigneuret foi concretizado, tais como o número de matriculados e formados ou registros das instalações da instituição. Para os fins desta tese, importa tomar mais esta iniciativa como indício de que na transição para o século XX, a educação, principalmente profissional, vinha sendo tema recorrente na agenda das *classes produtoras*, e por isso não surpreende que tenha aparecido com algum destaque no Congresso de 1903.

No quadro do periodismo despontam iniciativas especialmente destinadas ao mundo da produção, algumas das quais, como será mostrado, eram conhecidas pelos *produtores*. Além de terem se configurado como veículos de instrução profissional, divulgando as informações e opiniões providas de outros atores, individuais ou coletivos, essas publicações permitem a compreensão mais apurada do repertório e das proposições dos representantes das *classes produtoras*, em 1903, com relação ao ensino. Para isso, foi preciso aproximá-las das propostas do Congresso, tratando-as em conjunto e em relação, a fim de reunir elementos para uma análise articulada que dimensionasse a significância das propostas apresentadas pelos *produtores*. Escolhi, para tanto, três periódicos que circularam na década de 1890: a *Revista Industrial de Minas Geraes*, o *Jornal do Agricultor*, publicado no Rio de Janeiro, e a *Revista Agrícola* de São Paulo<sup>410</sup>. Neles, investiguei os textos publicados entre 1890 e 1903, que tratam da instrução. Optei por esses periódicos por terem sido criados com o intuito expresso de oferecer informações que contribuíssem para elevar a produção do país, buscando estabelecer comunicação entre cientistas e estudiosos e os fazendeiros, industriais e comerciantes. Esses impressos são pontos de convergência de discursos calcados nas descobertas científicas do final do século XIX, tendo como premissa a necessidade de superar o atraso da produção brasileira e promover o progresso das forças produtivas. Eles têm como principais interlocutores, justamente, os membros das *classes produtoras*. Seus colaboradores, cientistas, engenheiros, médicos, entre outros, valeram-se da posição de “especialistas” nas questões agrícolas, entre as quais estava a instrução, para difundir e promover o que consideravam ser melhor para os respectivos setores.

A *Revista Industrial de Minas Geraes (RIMG)* surgiu em 1893, dirigida por Alcides Medrado, bibliotecário da Escola de Minas de Ouro Preto. De acordo com o jornal *O Estado*

---

<sup>409</sup> ANALYSE DE ÁGUAS. O Pharol. Juiz de Fora, 17 de fevereiro de 1892, p.1.

<sup>410</sup> A *Revista Industrial de Minas Geraes* foi escolhida por ter sido publicada no estado em que aconteceu o Congresso de 1903. Já o *Jornal do Agricultor* e a *Revista Agrícola*, por serem impressos que, publicados no período coberto por essa tese, partem dos dois estados com maior conexão com dinâmicas econômicas e sociais das regiões Sul e Zona da Mata, as mais importantes do estado em fins do século XIX.

de Minas Geraes, Medrado era um homem “ativo, empreendedor, de clara e vivaz inteligência” e se multiplicava em “trabalhos e estudos a que o obrigam o seu cargo de bibliotecário, a direção da Revista Industrial de Minas Geraes [e] a comissão central da exposição mineralógica chilena, [de] que é secretário”<sup>411</sup>. Quando se lançou à empreitada do novo periódico, Medrado, que durante vários anos havia se dedicado à docência como lente de ensino secundário, acumulara experiência na imprensa, sendo diretor-proprietário da *Revista do Ensino* nos últimos anos da década de 1880. Por isso mesmo, suas virtudes profissionais foram saudadas nos vários impressos que noticiaram o aparecimento da *RIMG* e previram para ela um futuro “luminoso”.

Com sede em Ouro Preto, a *RIMG* foi publicada entre os anos de 1893 e 1897, com o subsídio do governo do estado de Minas Gerais<sup>412</sup>. Conforme o programa apresentado no primeiro número, ela seria um “órgão representativo dos interesses industriais”, principalmente da mineração, e por isso estudaria

as condições atuais das indústrias, seu valor e importância, métodos empregados e a empregar, vantagens e defeitos, quantidade e qualidade dos produtos explorados e a explorar, vias de comunicação, agricultura, colonização e imigração, tudo enfim que com elas tiver íntima liança<sup>413</sup>.

Seu escopo principal era “fazer desaparecer a decadência” da indústria mineral no estado, “fazendo-a reviver com o seu esplendor da época primitiva”. Por isso, propunha-se ainda a sistematizar “as leis e resoluções governativas concernentes à mineração”, empregar “todos os esforços para estudar essa magna questão, baseada em dados positivos” e discutir “tudo aquilo que possa influir diretamente no progresso intelectual e material do grande e próspero estado de Minas Gerais”<sup>414</sup>. Conforme publicação de *O Paiz*, ela se consagraria “ao progresso da indústria mineira, tratando questões pela sua feição prática”<sup>415</sup>.

Nas páginas da *RIMG* foram publicados artigos em português, francês e inglês relacionados às diversas atividades produtivas desenvolvidas em Minas Gerais. Além da mineração e da agricultura, há textos sobre estradas de ferro, abastecimento de água, comércio, pecuária, metalurgia, eletricidade, produção de vinho, entre outros assuntos correlatos. Os artigos, escritos por especialistas, buscavam divulgar novos procedimentos

<sup>411</sup> CARNEIRO. Rio, 23 de abril de 1894. In: O Estado de Minas Geraes. Ouro Preto, 30 de abril de 1894, p.2.

<sup>412</sup> A publicação da revista foi interrompida entre março de 1895 e abril de 1896. É provável que essa interrupção se deva ao fato de Alcides Medrado ter enfrentado problemas de saúde, como indicam as autorizações para que se licenciasse do cargo de bibliotecário da Escola de Minas, publicadas no *Minas Geraes*, em 1895.

<sup>413</sup> O NOSSO PROGRAMMA. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano I, n.I, 15 de outubro de 1893, p.3.

<sup>414</sup> *Ibidem*, p.3.

<sup>415</sup> NOVA REVISTA. O Paiz. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1893, p. 2.

agrícolas, técnicas de exploração mineralógicas, informar sobre as principais indústrias instaladas no estado etc. A revista tinha, além disso, uma seção para “Atos do governo” que interessassem às indústrias, tais como a expansão dos ramais férreos e estradas de rodagem. Havia, ainda, a seção fixa “Bibliografia”, em que a redação comentava livros e publicações, e outra sob o título “Informações”, com notícias nacionais e internacionais variadas, como o aparecimento de fábricas e métodos empregados pelas indústrias.

Juntamente com Alcides Medrado, o corpo de redatores da *RIMG* era formado por professores da Escola de Minas, como Joaquim da Costa Senna, que em 1903 estaria entre os congressistas mais ativos, e renomados engenheiros brasileiros e estrangeiros, como João Pandiá Calógeras, Carlos Prates, Arthur Thiré e Ferdinand Gautier. Além deles, os diretores do Instituto Agrônomo de Itabira, do Instituto Zootécnico de Uberaba, do campo prático de Oliveira e regentes agrícolas colaboraram com a revista e foram os principais responsáveis pelas publicações sobre o ensino profissional. Entre os articulistas que escreveram sobre a instrução destacam-se dois estrangeiros, que trataram do tema em vários artigos: o alemão Frederico Draenert (1838-1903) e o francês Arthur Thiré (1853-1924). Draenert, entre outros temas, publicou uma série de artigos a respeito de como deveria ser organizado o ensino agrícola do país; Thiré, ex-professor da Escola de Minas de Ouro Preto, discutiu a importância da instrução em artigos sobre a agricultura.

De acordo com Ferraro, Draenert chegou ao Brasil em 1865, a convite do Barão de Paraguaçu, para ensinar aos filhos de um abastado agricultor da província da Bahia<sup>416</sup>.

Naquela época grassava na Bahia uma devastadora moléstia na cana de açúcar; e aproveitando sua estada em uma das fazendas do referido titular, o Doutor Draenert fez estudos importantes a respeito, cabendo-lhe a glória de constatar a bacteriose no reino vegetal, isto em 1868, publicando seus estudos no *Jornal da Bahia* e em periódicos nacionais e estrangeiros<sup>417</sup>.

No início da década de 1870, Draenert foi um dos responsáveis pela organização da Escola Agrícola de São Bento das Lages, também na Bahia, onde lecionou por vários anos. Durante esse período, publicou estudos sobre temas diversos como a cultura da cana, do café e a viticultura. Segundo o próprio Draenert, pouco antes da derrocada do Império, ele, que era “auxiliar técnico do ministério da agricultura”<sup>418</sup>, havia sido encarregado de indicar um sítio próximo à Barbacena para a instalação de uma estação agrônômica, projeto que teria sido

---

<sup>416</sup> FERRARO, 2012.

<sup>417</sup> CARMO. *Apud* FERRARO, 2012, p.289-290.

<sup>418</sup> DIÁRIO DE MINAS. Juiz de Fora, 30 de junho de 1889.

abandonado com a instalação da República<sup>419</sup>. Posteriormente, Draenert assumiu o cargo de diretor do Instituto Zootécnico de Uberaba. Além disso, colaborou na *Revista Agrícola* e o *Jornal do Agricultor*, neste último publicou artigos entre 1879 e 1889. Era, portanto, àquela altura, cientista renomado, que desfrutava de legitimidade para discutir questões relativas à agricultura, dentre as quais, a instrução mais adequada a essa atividade.

O *Jornal do Agricultor* foi publicado entre 1879 e 1893, por Manoel Francisco Dias da Silva Júnior, seu redator-proprietário. Conhecido na imprensa fluminense por ter colaborado em periódicos como o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Mercantil* e o *Brazil Litterario*, em meados da década de 1870, Dias da Silva Júnior fundou a Typografia Carioca, por meio da qual publicou diversos livros e manuais, além do *Jornal do Agricultor*. Antes de exercer as funções de redator e editor, atuou como comerciante no estabelecimento de seu pai e professor de instrução primária, tendo fundado um internato na cidade do Rio de Janeiro. Em perfil biográfico publicado no *Almanak do Jornal do Agricultor*, assinado por Leopoldo Guimarães, Dias da Silva Júnior aparece como um entusiasta da instrução, que de 1874 a 1882 distribuiu “gratuitamente cerca de vinte mil exemplares de obras diversas às escolas, bibliotecas e a outros estabelecimentos de ensino e instrução popular de quase todo o Império”<sup>420</sup>.

Por meio do *Jornal do Agricultor*, Dias da Silva Júnior pretendia dar “notícias dos mais modernos inventos, quer de máquinas e instrumentos, quer de cultivo e criação; quer para a grande quer para a pequena lavoura”, enfim, tudo o que fosse “útil e proveitoso” para o trabalho no campo:

Os melhores modos de fecundar a terra, de semear, de plantar e de colher, de aproveitar os terrenos áridos, montanhosos, arenentos e argilosos; de purificar águas, abrir poços, fazer represas e desvios, de melhorar raças de animais, de conseguir cruzamentos ou a conservação de espécie em sua pureza, de preparar e acondicionar os produtos naturais para o comércio, de abrir estradas econômicas, de transportar com segurança e celeridade os produtos, que só assim podem ser aproveitados<sup>421</sup>.

---

<sup>419</sup> Segundo Draenert, “o governo provisório, na patriótica intenção de contribuir para que se realizasse a organização do ensino agrícola, conservou sempre as verbas para esse fim destinadas na lei n. 3397 de 24 de novembro de 1888 e criou no orçamento para o exercício financeiro de 1891 mais duas verbas para duas escolas agrícolas nos Estados de S. Paulo e Pernambuco. Todos esses projetos estavam em via de execução quando a abstrusa orientação “positivista” do Congresso Nacional (em 1891) demonstrou pela lei de orçamento para 1892 o desprezo que votava à lavoura, o filho primogênito e o mais ativo deste abençoado país, cuidando, antes, em votar garantias de juros sobre milhares de contos de réis para estradas de ferro, das quais a maior parte quase nada tem para transportar” [...] “Disseram que queriam passar estas verbas destinadas à instrução agrícola para os Estados. Entretanto, não o fizeram. Conservaram subvenções para escolas agrícolas nos Estado do Rio Grande do Sul (duas) e Bahia (uma) e para asilos agrícolas nos de Goiás, Rio de Janeiro e Pernambuco” (DRAENERT. *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ano III. n. XVI, p.140).

<sup>420</sup> GUIMARÃES. *Almanak do Jornal do Agricultor*. 1886, p.30.

<sup>421</sup> INTRODUÇÃO. *Jornal do Agricultor*. Ano I. Tomo I, p.2.

A intenção de Dias da Silva Júnior, expressa no primeiro número do jornal e repetido em diversos tomos do impresso, era fugir das explicações teóricas ou dos “improdutivos campos da retórica”, firmando-se no terreno da prática. Ele tinha, além disso, o intuito de por meio do jornal atender a todas as “idades, classes e condições”. Assim, mostrando-se otimista com relação ao alcance do impresso, afirmava que nem as crianças seriam esquecidas: “dar-lhe-emos noções de história natural, contar-lhe-emos os grandes e maravilhosos segredos da natureza, para que despertando neles o amor pelas plantas e animais, lhes inocule o gosto pelos trabalhos do campo”<sup>422</sup>. Onze anos mais tarde, o otimismo do redator parecia se esvaír diante da constatação de que a população rural seria muito refratária à leitura e à mudança de hábitos. Ainda assim, Dias da Silva Júnior dizia estar firme no intuito de “difundir a instrução agrícola por todas as camadas que se entregam aos labores rurais desde a mais ilustrada à menos instruída”<sup>423</sup>.

De fato, o redator empenhou-se em difundir instruções a respeito das variadas atividades agrárias desenvolvidas no país. Publicou artigos sobre o fabrico de queijos, manteiga, vinho, mel, o plantio de cana, milho, trigo, a criação de gado e, ainda, meteorologia, análise de terrenos, máquinas e descobertas científicas. Também divulgou métodos, instrumentos, culturas, instituições de ensino e pesquisa de diversos países, tanto dos considerados mais “adiantados”, como França, Inglaterra e Estados Unidos, como os que então eram menos divulgados entre os brasileiros, como Índia, China e Dinamarca. O escopo do *Jornal do Agricultor* foi, certamente, bastante variado. Mas, embora Dias da Silva Jr. tenha afirmado que o impresso possuía uma “linguagem chã”, facilmente compreensível pelos menos instruídos, muitos dos textos que publicou foram redigidos por cientistas, engenheiros, professores, como Draenert, que tratavam do assunto de modo especializado e, portanto, inacessível aos não familiarizados com a linguagem científica. Algumas publicações, a propósito, não foram escritas com a intenção inicial de serem publicadas no *Jornal*, como é o caso das teses defendidas na Imperial Escola Agrícola da Bahia para obtenção do título de engenheiro agrônomo e dos relatórios de estudos realizados nessa instituição.

Com a publicação do *Jornal do Agricultor*, Dias da Silva Júnior pretendeu criar uma enciclopédia agrícola, reunindo em um único volume as edições publicadas a cada seis meses. Em 1890, o redator se gabava da publicação dos 21 volumes que formariam “a única enciclopédia agrícola escrita em língua vernácula e cuja utilidade nos praz dizer é reconhecida

---

<sup>422</sup> Ibidem, p. 2-3.

<sup>423</sup> VIGESIMO SEGUNDO VOLUME. *Jornal do Agricultor*. Ano XI. Tomo XXII, p. 10.

dentro e fora do Brasil”<sup>424</sup>. Nos 14 anos de circulação desse impresso, foram publicados 28 tomos.

Já a *Revista Agrícola*, apareceu no ano de 1895, como órgão da Sociedade Agrícola e Pastoril de São Paulo. Embora tenha sido criada com o propósito de propagandear matérias de interesse dessa Sociedade, a revista sobreviveu à sua extinção, em 1896, e circulou até 1907, quando foi substituída pelo periódico *Fazendeiro: revista mensal de agricultura, indústria, comércio, dedicada especialmente aos interesses da lavoura cafeeira*<sup>425</sup>. Ao longo de sua existência, não obstante algumas reformulações decorrentes de mudanças de redatores e proprietários, o periódico foi um importante veículo de difusão dos ideais de modernização da agricultura brasileira. Assinavam como redatores principais os médicos e fazendeiros Luiz Pereira Barreto (1840-1923), Carlos José de Arruda Botelho (1855-1947) e Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho (1848-1926). Segundo Ana Luíza Martins, Luiz Pereira Barreto e Carlos Botelho

[...] perfaziam trajetória comum, com raízes no campo e passagem pelos centros avançados da Europa, descendentes de poderosas e tituladas famílias de agricultores do Império. Com seus patrimônios assentados na grande propriedade, já diversificando seus capitais, colocavam-se na vida pública como cidadãos, atentos às vocações particulares, envolvendo-se com os destinos do país<sup>426</sup>.

Botelho, filho de Conde do Pinhal, formou-se na Escola de Medicina de Paris e, desde o seu retorno ao Brasil, dedicou-se a questões agrícolas e zootécnicas. Em 1892, fundou o Jardim da Aclimação de São Paulo, primeiro posto zootécnico do país<sup>427</sup>. Barreto, filho de um grande proprietário de lavoura de café, estudou em Montpellier e Bruxelas, onde frequentou os cursos de medicina e ciências naturais, conheceu os escritos de Comte e se converteu à religião da humanidade. Conforme Alonso, “sua formação médica parece ter sido determinante na sua empreitada de diagnosticar e propor remédios para os problemas do país, visando à saúde do corpo social, o que fica explícito no próprio vocabulário utilizado e combina muito bem com o organicismo de Comte”. Ainda de acordo com a autora, “Barreto teve contato íntimo com a organização rural, conhecimento que lhe foi de grande valia na avaliação dos problemas econômicos do país”<sup>428</sup>. O terceiro redator da *Revista*, Domingos Jaguaribe, tinha em sua trajetória elementos semelhantes. Filho de Visconde de Jaguaribe, pertencia a família abastada da atual Região Nordeste. Seus estudos superiores foram

<sup>424</sup> SILVA JUNIOR. *Jornal do Agricultor*. Ano XI. Tomo XXII, p. 9.

<sup>425</sup> HENRIQUES, 2010. MARTINS, 2001.

<sup>426</sup> MARTINS, 2001, p.285.

<sup>427</sup> MARTINS, 2001.

<sup>428</sup> ALONSO, 1995, p.5.

realizados no Rio de Janeiro; após concluí-los, dedicou-se à política e, como os demais, ao estudo de questões da agricultura e da pecuária, o que o levou a fundar, em São Paulo, a Sociedade Pastoral e Agrícola.

Ao lados dos três médicos, na *Revista Agrícola* publicaram vários cientistas e agrônomos. Além de Draenert e Gustavo D’Utra, que também publicaram no *Jornal do Agricultor*, estavam o químico Franz Dafert, responsável pela organização da Imperial Estação Agronômica de Campinas, o geógrafo americano Orville A. Derby, entre outros<sup>429</sup>. Esse periódico, como os outros dois, divulgava pesquisas, descobertas científicas, métodos, máquinas etc. Carlos Botelho, por exemplo, utilizou a revista para divulgar as experiências desenvolvidas no posto zootécnico do Jardim da Aclimação, e Pereira Barreto escreveu sobre as experiências com adubos nas lavouras de café de sua propriedade, instalada em Pirituba.

Nas páginas da *Revista Agrícola* foram publicados artigos sobre imigração, colonização, diversificação da agricultura, mecanização da lavoura etc.<sup>430</sup> Além de propagandear a modernização da agricultura, a *Revista*, destaca Ferraro, foi um ponto de convergência dos interesses políticos, econômicos e científicos de ricos proprietários paulistas. No aspecto político, o impresso, que congregava os fazendeiros, nisso contribuindo para a produção de um sentimento de pertencimento de “classe”, buscou “influenciar na definição pelo Estado das diretrizes para a agricultura estadual”. No aspecto econômico, “seu objetivo era tratar da reforma e da maximização da produção agropecuária” em São Paulo. Já do ponto de vista científico, o impresso foi “um canal de divulgação científica a serviço dos fazendeiros, na medida em que se constituía num importante veículo de comunicação entre eles e as instituições científicas”<sup>431</sup>.

Nesse período de múltiplas e intensas transformações, encarnadas sobretudo na abolição da escravidão, na proclamação da República e nos incipientes processos de industrialização e urbanização, fomentar o progresso econômico e social tornou-se o objetivo, senão a obsessão, de editores e colaboradores que tomaram para si a responsabilidade de estudar e solucionar problemas ligados à economia brasileira, principalmente à agricultura. Conforme aponta Sônia Mendonça, foi no início da República que aconteceu a

primeira transformação significativa nas condições sociais de geração e apropriação de excedentes agrícolas no Brasil quando, por força do efeito conjugado dos processos do fim da escravidão, crise do setor agroexportador e expansão urbano-industrial, a produção do campo passaria a orientar-se, progressivamente, para o mercado interno, determinando uma lenta, porém

---

<sup>429</sup> COLLABORADORES DA REVISTA AGRÍCOLA. *Revista Agrícola*. Ano I. n. 2, p. 17.

<sup>430</sup> HENRIQUES, 2010.

<sup>431</sup> FERRARO, 2012, p.71-2.

crescente, monetarização e mercantilização do latifúndio tradicional e da pequena produção<sup>432</sup>.

Esse quadro motivou reflexões por parte de diferentes segmentos da sociedade, sobretudo aqueles ligados às atividades agrárias, em busca de alternativas para responder à conjuntura. Diante da “vocação eminentemente agrícola do país”, muitos atores entoaram projetos de regeneração agrícola, contribuindo para a constituição de uma ideologia que conferia novo *status* às atividades do campo. Nesse contexto, o discurso dos “especialistas” acerca da superação do atraso por meio de alterações substanciais na produção, segundo os ditames do saber científico aplicado, ganhou adeptos entre os *produtores*, que buscavam solução para a forte crise econômica que enfrentavam na passagem do século XIX para o XX.

### 3.2 – Crise, atraso, ignorância

Essa crise econômica, cujo epicentro foram as sucessivas quedas nas arrecadações obtidas com as exportações do café, desde meados da década de 1890, além de ter motivado a organização da reunião dos *produtores* mineiros, instigou “especialistas” a irem a público propor soluções. Na *Revista Agrícola*, há inúmeras referências à “crise da lavoura de café”, que, conforme o artigo do engenheiro Theodoro Sampaio, não seria passageira, tampouco fácil de remediar. Acreditava-se que a principal causa da baixa nos preços do café era o excesso de produção; entretanto, outros fatores foram indicados, como a abolição do trabalho escravo, a tendência à monocultura nas grandes propriedades, o crédito sustentado pela propriedade territorial e a ignorância dos fazendeiros e trabalhadores. Segundo Henriques, os colaboradores da *Revista Agrícola* defenderam a diversificação agrícola e da agroindústria como alternativa à monocultura, que associavam à crise financeira. Sinaliza-se a necessidade de um proprietário “mais informado e atento, capaz de gerenciar a mão de obra competitiva, vendas diretas de café aos escritórios estrangeiros, mecanismos para fornecimento de crédito, e, sobretudo, [...] o retalhamento da propriedade”<sup>433</sup>.

A ideia de que o país atravessava uma crise, seja agrícola, social ou política, já estava presente em artigos do início da década de 1890 e marcava as proposições para o ensino profissional apresentadas por vários “especialistas”. Eles associavam a crise ao atraso social e produtivo, em termos dos métodos aplicados, organização, estrutura etc. e à falta de instrução.

---

<sup>432</sup> MENDONÇA, 1997, p.63.

<sup>433</sup> HENRIQUES, 2010, p.75.



É nessa perspectiva que o agrônomo Matheus de Souza Machado culpava a insistência “dos industriais brasileiros em se filiarem às práticas mais viciosas e rotineiras, cujas desvantagens se manifestam nos baixos preços em que são cotados os produtos de nossa exportação e no estado decadente da lavoura nacional”, pela “crise ameaçadora” que afligia o país<sup>434</sup>. Assim, difundia-se a ideia de que a ignorância era uma das causas do atraso na agricultura, que deixava o país vulnerável às sucessivas crises.

Em vários artigos, a crise agrícola aparece como um dos motes principais para repensar os problemas da produção rural, tal como em 1903 a crise econômica motivava os *produtores* a propor maneiras de fomentar o avanço da economia mineira. Em ambos os casos, os intérpretes da conjuntura brasileira viam-se diante de uma situação de atraso que precisavam superar. Sônia Mendonça observa o mesmo fenômeno nos discursos dos ruralistas do começo do século XX, destacando que “fosse da perspectiva estritamente econômica, financeira ou social, era como uma *crise* [...] que se apreendia a realidade”<sup>435</sup>. Conforme a autora, a ideia de desordem seria um dos pontos chave do discurso de crise agrícola e serviria de referencial para diversas situações. Com um caráter instrumental, político e ideológico, a noção de crise era “mitificadora da realidade e niveladora das diferenças regionais e/ou setoriais que perpassavam a classe proprietária”. Convertida em “artifício simbólico”, a noção foi mobilizada por “especialistas” e proprietários de distintos portes econômicos e políticos, que “buscavam identificar ‘sua’ agricultura com a atividade central do país, num esforço por envolver seus interlocutores em seus projetos específicos”<sup>436</sup>. A percepção da crise, que, como apontou Mendonça, “conotava um desequilíbrio a ser corrigido por medidas restauradoras de uma ordem supostamente perdida, porém resgatável, uma vez que alinhadas suas causas”, deixou de ter o sentido de ameaça pontual, passando a conotar um estado: o atraso, categoria a partir da qual a realidade agrária do país seria representada<sup>437</sup>.

Considerando as “crises” passíveis de superação, os grupos de intérpretes convocavam seus pares – cientistas, engenheiros ou *produtores*, dadas as diferentes situações – a agir juntamente com os poderes públicos para implantar as medidas que consideravam necessárias para corrigir os problemas da produção. Desse modo, conectava-se o avanço econômico, sustentado pela modernização das atividades produtivas, a mudanças significativas no modo

<sup>434</sup> MACHADO. *Jornal do Agricultor*. Ano XII. Tomo XXIII, p.190.

<sup>435</sup> MENDONÇA, 1997, p.70. Grifos no original. Sônia Mendonça (1997, p.70) considera a “crise” como “a manifestação da dificuldade de lidar-se com o descompasso e a imprevisibilidade, numa ordem tida como natural”, que teria como “substrato o fantasma da anarquia e o temor dos efeitos causados pela interrupção dos tradicionais processos de produzir e comercializar”.

<sup>436</sup> MENDONÇA, 1997, p.71-72.

<sup>437</sup> MENDONÇA, 1997, p.70.

de ser das *classes produtoras*, cujos membros reunidos no Congresso de 1903 vislumbravam o enfrentamento de sua própria condição atrasada para atingir o progresso e evitar novas crises. Em todos os casos, a instrução profissional, sobretudo agrícola, em suas diferentes modalidades, esteve entre os principais remédios prescritos para a economia do país. Por isso, os próprios impressos assumiram uma função pedagógica, publicando informações a respeito de diferentes atividades produtivas, tais como artigos sobre economia rural, utilização de adubos, máquinas etc. Como afirmou Medrado a respeito da *RIMG*, cada periódico cumpriria “o serviço que lhe incumbe de divulgar as boas doutrinas, impulsionando as indústrias, promovendo os conhecimentos úteis, levando ao longe e a todas as classes sociais o ensino prático das artes e das ciências positivas”<sup>438</sup>.

Um dos articulistas que se preocupou em levantar soluções para a “crise agrícola” foi Arthur Thiré, ex-professor da Escola de Minas de Ouro Preto. Abrindo a série de artigos da seção “Assumptos Agrícolas”, Thiré interrogava-se a respeito das causas e dos meios para solucioná-la. Suas respostas, não obstante os quase dez anos que separavam esse artigo do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, foram muito similares ao que nele foi apontado pelos representantes das *classes produtoras*. Segundo Thiré, as principais causas da crise agrícola que atingia o país eram<sup>439</sup>:

1. Falta de conhecimentos profissionais;
2. Falta relativa de estradas e vias de comunicação;
3. Carência e incapacidade de braços;
4. Elevação dos impostos de exportação;
5. Escassez de capitais;
6. Dificuldade nas transmissões de propriedade territorial pela importância elevada do imposto correspondente;
7. Vício e vadiagem<sup>440</sup>.

Thiré tomou a instrução como uma das principais soluções para a “questão agrícola”, que julgava “um dos problemas mais importantes, um dos mais consideráveis, e, ao mesmo tempo, um dos mais difíceis de estudar e resolver”<sup>441</sup>. Para ele, “sem aquisição de conhecimentos que formam a arte do agricultor, nenhum resultado garantido pode se obter para as lavouras e fazendas de criação”. Por isso, a superação da crise demandaria substituir métodos antiquados e rotineiros que comportavam o emprego exclusivo do braço escravo, por métodos novos, modernos e racionais. Assim, enfatizava a importância de aproveitar as

<sup>438</sup> O 5<sup>o</sup> ANIVERSARIO. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano V. n. XXV, p.1.

<sup>439</sup> Segundo Thiré, essas respostas foram obtidas com base em um inquérito lançado pelo presidente de Minas Gerais às câmaras municipais e conselhos distritais, solicitando informações sobre a situação da agricultura.

<sup>440</sup> THIRÉ. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano I. n. X, p. 252.

<sup>441</sup> Ibidem, p.251.

descobertas científicas aplicáveis à agricultura, o que tornava necessário estabelecer “escolas especiais” com lições teóricas e práticas de agricultura. Essas instituições, como os institutos agrônômicos e zootécnicos que, em 1894, quando escrevera seus primeiros artigos, já estavam previstos pela lei mineira, ensinariam os processos e métodos indicados pela ciência, possibilitando a superação do atraso agrícola nacional<sup>442</sup>. Conforme o engenheiro, esses institutos “elevar[iam] gradativamente pela instrução técnica o nível intelectual da população rural do Estado”, preparando agricultores e criadores “pela aquisição de conhecimentos especiais imediatamente utilizáveis, tomado às ciências em suas aplicações”, à agricultura e à pecuária<sup>443</sup>.

Além das instituições de ensino, Thiré apontava a necessidade de suprir outra lacuna para superar o atraso na lavoura mineira: a ausência de maquinário agrícola. Como outros especialistas, atacava o apego dos fazendeiros a procedimentos ultrapassados, recomendando a substituição “dos antigos métodos de lavoura baseados no emprego quase que exclusivo da enxada” e a introdução de “métodos mais racionais e mais perfeitos, baseados no emprego do arado e das máquinas agrícolas”<sup>444</sup>. Para o engenheiro francês, “o lavrador, com sua enxada, e sem máquinas agrícolas apropriadas, está nas condições de um soldado que partisse para a guerra, armado com um canivete”<sup>445</sup>. Assim, com exemplos nacionais e estrangeiros de uso do maquinário agrícola, principalmente do arado, Thiré buscava afirmar o valor do emprego das máquinas, destacando seus benefícios materiais e econômicos. Além disso, acreditava que a introdução das máquinas traria “resultados morais e sociais de um alcance considerável”, tomando como referência o economista francês Michel Chevalier, para quem o uso de maquinário em países como os Estados Unidos e a Inglaterra havia sido fundamental para que as mulheres pudessem deixar de exercer atividades pesadas, “incompatíveis com sua constituição delicada”<sup>446</sup>.

Naquele momento, acreditava-se que a introdução de máquinas, sobretudo associada à difusão do ensino profissional contribuiria também para a “substituição de formas de trabalho consideradas como superadas, ou em vias de superação[...], servindo como [o] passaporte para a modernidade”, que equipararia o Brasil aos países tidos como mais “adiantados”<sup>447</sup>. Por isso, os impressos propagandeavam instrumentos agrícolas, trazendo informações sobre o

<sup>442</sup> Thiré se referia ao Decreto n. 737, de 13 de julho de 1894, que regulamentou os Institutos Agrônômicos, e ao Decreto n. 760, de 11 de agosto de 1894, que regulamentou os Institutos Zootécnicos de Minas Gerais.

<sup>443</sup> THIRÉ. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano I. n. X, p.252.

<sup>444</sup> Ibidem, p.254.

<sup>445</sup> Ibidem, p.255.

<sup>446</sup> THIRÉ. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano II. n. XIV, p.50.

<sup>447</sup> HENRIQUES, 2010, p.6.

funcionamento e as vantagens de sua utilização. Segundo o redator da *Revista Agrícola*, todos os dias lhe chegava “uma consulta sobre os instrumentos apropriados para a cultura mecânica do cafeeiro”, por isso em vários números foram publicadas imagens de instrumentos agrícolas, acompanhadas da descrição de sua utilidade e ganhos para a produção do café<sup>448</sup>. Alguns “especialistas” assinalaram, no entanto, as dificuldades de introduzir as máquinas nas lavouras brasileiras, em virtude da ignorância dos proprietários. Assim, na medida em que reconheciam a situação de crise, propunham soluções sem deixar de aventar as dificuldades que enfrentariam para implantá-las. Nesses casos, firmavam a importância de sua atuação para o bom resultado das atividades produtivas, em detrimento dos *produtores*, a que atribuíam, juntamente com os poderes públicos, a responsabilidade pelo atraso do Brasil.

### **3.3 - O discurso abalizado dos “especialistas” e suas críticas aos *produtores* e aos trabalhadores**

Ao longo da Primeira República, segundo observa Mendonça, a recorrência de projetos educacionais e racionalizadores da produção, preconizando a agricultura científica, firmava no universo discursivo a necessidade de regenerar o homem e elevar sua produtividade, tecnificando-na. Os agentes desse discurso, “autoqualificados por sua formação e experiência, [...] afirmavam sua distinção com relação aos demais, buscando garantir para si a posição de mentores do debate ruralista”<sup>449</sup>. Veiculando “a fé na ciência como valor máximo capaz de promover a habilitação agrícola do país”, apresentavam-se como “detentores da verdade, posto que ‘conhecedores dos princípios científicos que são os mesmos por toda parte, nutridos com as teorias correntes, sancionadas pela prática dos competentes e a experimentação dos sábios’” e assim legitimavam sua intervenção no debate sobre a modernização das atividades produtivas. Como “arautos do progresso, tais autores/atores colocavam-se na posição de sujeitos da história do país, não por expressarem a opinião do povo, mas por estarem ao lado da voz do tempo, numa cruzada em prol da agricultura, que se alongaria por toda a Primeira República”<sup>450</sup>.

Desse modo, homens como Draenert, Thiré e D’Utra afirmavam-se, e a seus pares cientistas – “especialistas” –, como os agentes mais autorizados a tratar das questões agrícolas, relegando ao plano inferior fazendeiros e proprietários agrícolas, que não haviam

---

<sup>448</sup> TECHNOLOGIA. *Revista Agrícola*. Ano VI. n. 68, p.228.

<sup>449</sup> MENDONÇA, 1997, p.83.

<sup>450</sup> MENDONÇA, 1997, p.69.

frequentado os bancos “ilustrados” de escolas superiores e institutos agrônômicos. Colocavam sob severas críticas a maneira como as atividades do campo eram por eles conduzidas, associando a prática da agricultura rotineira e atrasada à ignorância ou resistência à aplicação dos métodos modernos. Desse modo, responsabilizavam os *produtores*, juntamente com o poderes públicos, pela crise agrícola, sobretudo na cafeicultura, uma vez que não sabiam aproveitar os recursos naturais disponíveis. Ervidio Pedreira de Souza Velho, engenheiro agrônomo, lastimou que a agricultura, principal fonte de riqueza do país, estava “entregue aos destinos da rotina a mais condenável e grosseira, dirigida pelas mãos inábeis de camponeses ignorantes e boçais”, “habitados a viverem descuidadosamente, sem energia e sem capitais”, desprezando as “conquistas maravilhosas da ciência agrônômica”<sup>451</sup>. Eram, segundo essa visão, rotineiros, retrógrados, espíritos tacanhos que não compreendiam os altos princípios científicos e, portanto, não reconheciam sua necessidade.

Apesar de apresentarem um quadro tenebroso da agricultura brasileira, os “especialistas” acreditavam ser possível regenerá-la, combatendo a ignorância dos agricultores. Por isso, a defesa de métodos “modernos e racionais” e a crítica à “rotina” e aos “métodos antigos” aparecem na maior parte dos textos que tratam da instrução. Em artigo da *RIMG* sobre o Instituto Zootécnico de Uberaba, publicado em 1897, afirmava-se: “tempo é, portanto de acabar, de uma vez, com a importação desencontrada e irracional de quantas raças há no mundo, tais como zebu, holandesa [...]; tempo é de acabar, de uma vez, com a irracional criação de gado”. Para os “especialistas”, era tempo de promover importantes alterações na produção agrícola brasileira.

Nesse propósito, cientistas e agrônomos se arrogavam um papel especial: distribuir “conhecimentos práticos, tirados de uma sã teoria, que [a] pouco e pouco irão sendo introduzidos no seio da classe agrícola e espalhados por toda a população sob a influência de três agentes poderosos: o espírito de imitação, o hábito e a herança ou sucessão de costumes”<sup>452</sup>. Eles se representavam como principais agentes da produção agrícola, justamente por terem o monopólio do saber técnico fundamental para o êxito das atividades no campo. Conforme Mendonça, configuravam um “novo corpo de especialistas que, ao abrigo da administração da técnica e da ciência, instaurava um novo tipo de dominação, mais indireta, dissimulada e, sobretudo, [pretensamente] mais ‘neutra’”<sup>453</sup>. Compatibilizar demandas externas ao campo científico com a necessidade de reconhecimento social foi uma

---

<sup>451</sup> VELHO. *Jornal do Agricultor*. Ano XIII. Tomo XXVI, p.154-5.

<sup>452</sup> SOUZA. *Jornal do Agricultor*. Ano XI. Tomo XXII, p.217.

<sup>453</sup> MENDONÇA, 1998, p.21.

questão enfrentada pelos “novos especialistas”, que, como estratégia de legitimação, exacerbaram o caráter científico de seus discursos<sup>454</sup>.

De sua parte, os membros das *classes produtoras* buscaram garantir legitimidade para elaborar diagnósticos e propor caminhos para o progresso econômico, apontando o envolvimento prático com as atividades produtivas como meio principal para conhecê-las, ainda que reconhecessem a necessidade da instrução dos *produtores* e da formação de quadros técnicos. Reconhecendo essa deficiência, Monteiro de Andrade alegou em seu estudo sobre o café, que os *produtores* mineiros sabiam que a fertilidade do solo não era mais a mesma dos tempos iniciais da cafeicultura, mas que a maior parte deles desconhecia os meios de corrigir o solo, utilizando elementos fertilizadores. “Para indicar esses processos e os elementos fertilizadores, com a análise das terras é que se necessita do ensino agrícola, infelizmente tão descuidado entre nós, e de grande dificuldade de implantação, devido à força dos nossos hábitos rotineiros”, afirmou<sup>455</sup>. Conforme Monteiro de Andrade, no exercício da agricultura científica se produziria um futuro grandioso para o país. Modestino Moreira, representante da lavoura no Congresso de 1903, ao se referir à produção de derivados da cana-de-açúcar, fez um interessante resumo da maneira como viam a situação da agricultura no estado.

Tudo é rudimentar: o solo é mal preparado; não há seleção de sementes; os engenhos, em geral, deixam perder cinco, dez e mais por cento do suco; quase ninguém tem noções científicas sobre a fermentação e as nossas fornalhas, bem como os nossos alambiques deixam tudo a desejar.

Ainda que durante o Congresso os *produtores* tenham expressado essa autocrítica, não deixavam de se afirmar como os maiores conhecedores dos problemas que atingiam as atividades produtivas de Minas Gerais, logo, os que estariam mais aptos a identificar suas necessidades. Não negavam, contudo, a importância dos “especialistas”, agrônomos, veterinários, profissionais demandados por diferentes comissões. Sá Fortes recomendou, por exemplo, a instalação de estações vitícolas que seriam “verdadeiras escolas de trabalho”, onde seriam formados “operários especialistas, habilitados a conhecer e tratar as moléstias criptogâmicas, a fazer as diversas podas, a fabricar os vinhos por processos aperfeiçoados, a dirigir as fermentações e empregar os fermentos selecionados”, além de serem “centros de informação e de esclarecimento para os viticultores das respectivas zonas”<sup>456</sup>. *Produtores* ligados à exploração das fontes de águas minerais, à pecuária, à viticultura, à cafeicultura, à

---

<sup>454</sup> MENDONÇA, 1998.

<sup>455</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 16 de abril de 1903, p.1-4.

<sup>456</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 20 e 21 de abril de 1903, p.1. Grifos da autora.

indústria têxtil, apontaram igualmente a necessidade de laboratórios para o estudo da água, da terra, das sementes, em que atuassem profissionais com competência técnica. Eles demonstraram ter conhecimento de que os métodos aplicados na administração de suas propriedades e lavouras prejudicavam o solo e, conseqüentemente, a produção. Sabiam ainda, como os paulistas e fluminenses, “que existiam métodos para evitar o desgaste rápido do solo, [...] como o uso do arado, a poda do cafeeiro, o uso de adubos, seja químico ou natural, a intensificação agrícola, entre outros”<sup>457</sup>. Vários *produtores* manifestaram ter ciência de que seria preciso alterar aspectos da produção, defendendo a necessidade de diversificá-la – questão muito forte no Congresso – modernizá-la e aproveitar melhor a mão de obra.

Assim, apesar das divergências, não só havia diálogo entre *produtores* e “especialistas”, como havia a circulação dos que pertenciam simultaneamente às duas esferas. A *RIMG* publicou, por exemplo, artigos sobre a fábrica de cerâmica de João Pinheiro, informando suas iniciativas para aperfeiçoar a produção por meio de experiências realizadas nos laboratórios da Escola de Minas e o envio de amostras de material para serem analisadas na Europa. Segundo a revista, João Pinheiro<sup>458</sup> se destacava pela inteligência e pelo gênio empreendedor, “sendo de notar-se ainda que foi ele quem pessoalmente iniciou todo o trabalho [de instalação da fábrica de cerâmica], tendo de lutar com as maiores dificuldades”<sup>459</sup>. Há que se considerar que, apesar de ter optado pelo grau de ciências jurídicas e sociais, João Pinheiro havia frequentado por três anos a Escola de Minas de Ouro Preto, formação que, segundo biógrafos, teria marcado profundamente sua trajetória de vida. Guilherme Costa, que investiga a formação política de Pinheiro, afirma que “nesse ambiente ele se impregna de racionalismo e tem os primeiros contatos com as ideias de Comte. Ademais, os homens que serão seus parceiros na política, nos negócios e na vida social são, muitos deles, aqueles com os quais criou vínculos em sua passagem pela Escola”<sup>460</sup>. Ainda segundo Costa, o contato com o positivismo e o racionalismo, teria lhe inculcido o espírito da ciência e da razão. Estava, portanto, próximo do “universo” dos colaboradores da *RIMG*, assim como era bem considerado pelos *produtores*.

Outro caso que indicia o diálogo entre os grupos é a reprodução, na representação enviada pelo grupo de *produtores* de Monte Alegre ao Congresso de 1903, de partes de um

<sup>457</sup> HENRIQUES, 2010, p.3.

<sup>458</sup> Em artigo sobre a fábrica de Pinheiro, Cypriano de Carvalho previa: “O nome do dr. João Pinheiro será, em futuro não muito remoto, geralmente apontado como tipo de verdadeiro industrial, amante da sua terra, que, abandonando as comodidades próprias e de sua querida família e esquecido da política, onde já tivera papel dignamente saliente, entregou-se de corpo e alma, com fé ardente e fervorosa, a uma utilíssima empresa industrial” (CARVALHO. Revista Industrial de Minas Geraes. Anno III, n. 20 e 21, p.215).

<sup>459</sup> CERAMICA... Revista Industrial de Minas Geraes. Anno III, n. 18 e 19. p.156.

<sup>460</sup> COSTA, 2006, p.135.

artigo publicado em 1897, na *RIMG*. O referido artigo tinha como tema os “campos de demonstração do estado de Minas Gerais” e era assinado pelo regente agrícola J. Amandio Sobral. Os trechos reproduzidos, estrategicamente escolhidos, dão aos *produtores* argumentos para defender a instalação de campos de demonstração. Seguindo a perspectiva do regente agrícola, os *produtores* de Monte Alegre destacaram a feição mais prática dos campos de demonstração, que seria “mais compatível com o estado da agricultura e, principalmente, com a educação do lavrador” brasileiro<sup>461</sup>. Não obstante, Sobral escreveu também sobre a necessidade de formar “lavradores instruídos com noções científicas, necessárias a bem compreender a complexidade de fenômenos agrícolas”, considerando que os Institutos Zootécnico de Uberaba e Agrônomo de Itabira supririam essa demanda. A questão foi endossada na representação do grupo de Monte Alegre, que lamentava o fechamento dos institutos, transcorrido em 1898. O documento dos *produtores* mencionava a necessidade de “vulgarizar a ciência para obter-se um resultado prático, tornando [a] abrir escolas de agricultura e de zootecnia, multiplicando as escolas práticas e os campos de demonstração”, preparando “uma geração de cidadãos úteis a si e à sociedade, e não pseudoliteratos”<sup>462</sup>. No entanto, entre as recomendações enviadas à Comissão Fundamental do Congresso de 1903, sugere apenas “instituir o maior número de escolas ou tornar obrigatório naquelas existentes o ensino dos elementos de agricultura prática, com anexos campos de demonstração”, sem mencionar medidas para difundir instituições secundárias ou superiores, de ensino teórico e prático<sup>463</sup>. A demanda por esse tipo de formação apareceu nos debates do Congresso de 1903, sobretudo a partir do relatório elaborado por Sá Fortes, tendo sido aprovada entre as recomendações finais do evento, ainda que a maior parte das propostas para a instrução profissional elaboradas nessa ocasião tenha priorizado o ensino prático.

Com relação aos indivíduos que pertenciam aos dois grupos, além de Joaquim da Costa Senna, que no Congresso de 1903 foi representante dos três setores, outros “especialistas” assumiram seu enraizamento nas *classes produtoras*. Francisco de Carvalho e Albuquerque, engenheiro agrônomo que escreveu tese sobre o ensino agrícola no Brasil, mencionou que era “filho de cultivador, que, renegando um passado talvez de negligência, inscreveu-se ao lado dos poucos que servem-se da ciência em sua indústria”<sup>464</sup>. Como aponta Henriques, o pai do agrônomo Antônio Gomes Carmo, que no ano de 1897 tornou-se proprietário da *Revista Agrícola*, também era fazendeiro na região do Vale do Paraopeba, em

---

<sup>461</sup> SOBRAL. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano IV. n. 24, p.313.

<sup>462</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 19 de maio de 1903, p.1-6.

<sup>463</sup> Ibidem, p.1-6.

<sup>464</sup> ALBUQUERQUE. Jornal do Agricultor. Ano XII. Tomo XXIV, p.176.



Minas Gerais<sup>465</sup>. Esses “especialistas”, que representavam a emergência de novo segmento profissional para os filhos das abastadas famílias rurais, retornavam às propriedades familiares, onde buscavam aplicar seus conhecimentos técnicos, embora, em alguns casos, tenham precisado driblar a própria resistência dos parentes às mudanças e inovações. Antônio Gomes Carmo, por exemplo, escreve que seu pai, homem “inteligente e ativo”, relutou em alterar os métodos que aplicava enquanto pode contar com o trabalho escravo. Assim, diante da queixa de seu pai a respeito da falta de braços, após a Abolição, o agrônomo teria afirmado:

Com efeito achei que meu pai tinha razão de sobra em julgar-se irremissivelmente perdido, desde que continuasse a lavrar pelo sistema que adotara enquanto possuía escravos.

Porém observei-lhe que já era tempo de pensar em novos métodos de cultura, os quais, dispensando maiores lucros, o habilitariam a ocupar-se de agricultura, sem todavia ver-se obrigado a sujeitar-se às exigências dos trabalhadores rurais<sup>466</sup>.

Não obstante existissem filhos de fazendeiros que optaram pelo estudo da agronomia, a preferência dessa geração pela vida nas cidades e pelas escolas superiores tradicionais foi mencionada e criticada, tanto no Congresso de 1903, quanto nos periódicos analisados. Um dos artigos afirmava que os jovens “filhos das famílias ricas e os das simplesmente remediadas” não eram educados para os trabalhos físicos, mesmo que o intuito fosse ensiná-los para que mais tarde pudessem “servir de instrutores nas herdades de seus pais ou em outras fazendas de regentes agrícolas”<sup>467</sup>. Assim, combater a “mania” de ocupar cargos públicos e a tendência doutoral das classes abastadas era uma das recomendações dos que pretendiam regenerar a agricultura brasileira. Conforme o *Jornal do Agricultor*, para fazer com que os filhos das famílias rurais optassem pela vida no campo,

se afinal, pretendermos que as forças vivas da nação, trabalho, inteligência e capital não se malbaratem em convulsões febris de aspirações e tentativas impossíveis ou malogradas, porém sem convergirem à fonte primordial da riqueza pública, procuremos satisfazer aquele sentimento no homem rural, levemos ao campo a glória, a elevação do espírito, a consideração e estima pública, que ele vem mendigar às cidades.

A criação de escolas agrícolas superiores era vista como uma maneira de atrair os filhos das famílias rurais abastadas para as atividades agrícolas, uma vez que essas instituições, além de instruir, dignificariam, elevariam e “ilustraria[m]” o ofício agrário. Alguns autores argumentavam que essas escolas deveriam ser instaladas no campo, outros

<sup>465</sup> HENRIQUES, 2010.

<sup>466</sup> CARMO. *Apud* HENRIQUES, 2010, p.186.

<sup>467</sup> INSTITUTO... Revista Industrial de Minas Geraes. Ano V. n.XXXIV, p.130.

consideravam que, se fixadas nas maiores cidades, como o Instituto Agrônômico de Paris, poderiam atender aos jovens atraídos pela vida urbana que, após tomarem gosto pela agricultura científica, retornariam para suas regiões de origem e promoveriam a regeneração agrícola do país. No Congresso de 1903, a proposta de criação de uma instituição de ensino superior de agronomia foi apresentada por Carlos Sá Fortes, sem que houvesse discussão a respeito do local em que seria instalada. Para o médico, essa instituição atenderia àqueles que almejassem uma “educação mais completa”, convertendo-se “em poucos anos os melhores propulsores do [...] engrandecimento agrícola e industrial”<sup>468</sup>. Os congressistas defenderam, ainda, o ensino para outras carreiras que atendessem às necessidades do mundo da produção, como as de negociante e engenheiro de minas. Aproximando-se do discurso dos “especialistas”, os representantes dos setores agrícola, comercial e industrial reconheciam a importância de adotar métodos modernos, incorporando as descobertas científicas. Desse modo, também os *produtores*, ainda que não abrissem mão da prerrogativa de deliberarem sobre o futuro econômico de Minas Gerais, ratificavam algumas propostas apresentadas pelos “especialistas”, bem como a importância das novas carreiras profissionais que representavam.

### 3.4 – Os modelos para o ensino profissional

O debate sobre o ensino profissional esteve, assim, longe de ser monopolizado por políticos e *produtores*. Professores, jornalistas, editores, engenheiros, naturalistas apresentaram suas propostas para a instrução, contribuindo para que a discussão sobre a formação profissional assumisse contornos variados. Nos três periódicos investigados, os textos que tratam da instrução foram, em maioria, assinados por engenheiros agrônomos e profissionais envolvidos com o ensino agrícola, como professores, regentes e diretores de estabelecimentos dessa modalidade, que, como era comum, podiam ser também proprietários de terra, comerciantes ou industriais<sup>469</sup>. Expressando anseios de mudança e a crença no progresso e na ciência, esses autores, como os congressistas de 1903, enfatizavam a necessidade de modernização da atividade agrícola no Brasil, postulando a renovação dos procedimentos utilizados no país e o exercício de uma agricultura mais racional e inteligente.

---

<sup>468</sup> SÁ FORTES, 1903, p.99.

<sup>469</sup> Segundo Mendonça, durante a Primeira República, o ensino agrícola foi enfaticamente defendido por agrônomos, “quer no tocante a seu nível primário ou elementar – revestido por um caráter ‘pedagógico’ e ‘civilizatório’ das ditas massas rurais ignorantes e inertes – quer no que diz respeito a seu nível superior ou agrônomo propriamente dito, voltado para a preparação desses que se viam como *líderes naturais* do processo de modernização da agricultura brasileira” (MENDONÇA, 1998, p.29. Grifos no original).

Em comum com os representantes das *classes produtores*, esses homens cultivavam o objetivo de promover o progresso das atividades produtivas desenvolvidas no país, o que envolvia implantar novas formas de disciplinar e controlar a mão de obra, elevar a qualidade, reduzir custos e ampliar a produção. Como estudiosos das questões agrícolas ou profissionais ligados ao ensino, apresentavam perspectivas por vezes distintas das que foram manifestadas pelos *produtores* no Congresso, o que em alguns casos conferia enfoques diferenciados a suas propostas de instrução, com relação ao tipo de ensino, mais teórico ou prático, à modalidade, escolar ou não, ou ao nível, elementar, médio ou superior, de ensino que prioritariamente deveria ser difundido.

Diferentemente dos *produtores* reunidos em 1903, os “especialistas” efetivamente buscaram definir, em suas contribuições, as modalidades de ensino e atribuições de cada instituição, como os campos de experiência e demonstração e as estações agrônômicas. Assim, seus escritos tornam-se indispensáveis para o acesso ao significado atribuído, à época, às diferentes instituições de ensino profissional, principalmente, tendo em vista que a maior parte das propostas para o ensino apresentadas pelos *produtores* em 1903 não vieram acompanhadas de maiores definições. Ademais, como autoridades que escreviam em veículos destinados aos *produtores*, os contributos dos “especialistas” podem ter sido importantes fontes de informação para que os próprios *produtores* elaborassem as propostas apresentadas no Congresso. Deve-se observar, no entanto, que mesmo entre os estudiosos havia diferentes visões acerca das funções e objetivos dos estabelecimentos de ensino profissional e do tipo de instrução a ser priorizada no Brasil. Com as poucas e malfadadas experiências de implantação do ensino profissional no país, o caminho estava aberto a todo o tipo de proposta, inspiradas em exemplos de diversos países, tais como Estados Unidos, França, Suécia, Suíça, Dinamarca e Alemanha, que poderiam ser seguidos no Brasil ou adaptados às condições do país.

No final do século XIX, foi muito divulgada a ideia de que a agricultura brasileira precisava se modificar, tanto com relação às técnicas, procedimentos, materiais empregados, quanto em relação à mão de obra e aos demais profissionais a ela ligados. Desenvolvê-la de modo racional era, então, a máxima empregada pelos autores que escreveram sobre o ensino nos três impressos. Como observa Henriques sobre a *Revista Agrícola*, na base desses discursos havia a crença de que o princípio da racionalidade deveria pautar a dinâmica agregada da sociedade e o comportamento individual do produtor agrícola<sup>470</sup>. É nesse sentido que um dos editoriais do *Jornal do Agricultor* asseverava: “é preciso armar-se a

---

<sup>470</sup> HENRIQUES, 2010, p.61.

profissão agrícola com o meio racional do professor, do livro científico e do conveniente método analítico que tudo aplaina e simplifica”<sup>471</sup>.

Para os “especialistas”, a agricultura era uma ciência que demandava conhecimentos específicos e inteligência, como quis mostrar o engenheiro agrônomo Francisco Antônio Pires de Carvalho e Albuquerque, em tese sobre o ensino agrícola no Brasil, apresentada na Escola Agrícola da Bahia e publicada no *Jornal do Agricultor*: “aqui [no Brasil], emprega-se a foice e o machado nas derrubadas; ali, estes e a serra a vapor e a dinamite”; “aqui, extraem o jus da cana pelo expressão em cilindros; ali, extraem-no pelo processo osmótico”. A prática agrícola alterava-se com as descobertas científicas e, para obter dela um bom resultado, seria preciso assimilá-las. Um artigo publicado no primeiro número da *Revista Agrícola* sintetiza essa visão:

Entre os fatos notáveis que assinalam os últimos tempos, sobressaem, sem dúvida, os admiráveis progressos da Indústria e da Agricultura.

Devidos em grande parte, às engenhosas aplicações de mecânica e de química, estes progressos foram, como é sabido, poderosamente propagados pelas Escolas Industriais e as Escolas Agrônômicas. Pode-se dizer até, como aforismo de economia política, que os países mais adiantados hoje são precisamente os que sustentam as mais afamadas escolas profissionais<sup>472</sup>.

Além disso, era preciso considerar as demandas geradas pelo fim do trabalho escravo, que impunha a criação de novas formas de controlar e disciplinar os trabalhadores, dando relevo à importância do ensino profissional, também como meio de difundir hábitos de trabalho. Essa questão transparece na fala de Carvalho e Albuquerque, para quem “mais do que nunca, a questão do trabalho agrícola assume as proporções de uma equação imensa, de um grau elevadíssimo de importância para o progresso, para o futuro industrial do nosso país”, cujo resultado repousaria no ensino agrícola, “antes que na imigração, como pretendem muitos”<sup>473</sup>.

A tônica dos “especialistas” era, portanto, de que o ensino profissional possibilitaria o desenvolvimento de uma agricultura racional mais profícua e lucrativa, porque difundiria os novos conhecimentos científicos, ao mesmo tempo que mostraria aos trabalhadores os benefícios da dedicação assídua ao trabalho, ao tirar-lhes da profunda ignorância. Essa questão, embora bastante similar às que sustentavam as propostas de 1903, colocava em relevo as ciências e seus estudiosos, enquanto os representantes das *classes produtoras*

<sup>471</sup> ANALYSE... *Jornal do Agricultor*. Ano XII. Tomo XXII, p.42.

<sup>472</sup> ESCOLA AGRONÔMICA. *Revista Agrícola*. Ano I. n.I, p.16.

<sup>473</sup> ALBUQUERQUE. *Jornal do Agricultor*. Ano XII. Tomo XXIV, p.130.

enfaticavam a prática, sobretudo por meio do envolvimento direto com as atividades produtivas. Disso decorrem posições como a do respeitado professor alemão Frederico Draenert, que destacou a importância das ciências, considerando inviável a instalação de escolas agrícolas práticas e fazendas-modelo no Brasil.

Draenert publicou, na *RIMG*, projetos para a implantação de diferentes modalidades de instrução agrícola. Por isso, seus artigos são carregados de informações sobre instituições de ensino, tais como suas finalidades, disciplinas e, em alguns casos, sobre a contratação de pessoal, admissão dos alunos etc. O “especialista” alemão não analisou, no entanto, as possibilidades de concretização desses projetos, tendo mencionado apenas que houve um corte nas verbas destinadas a esse fim no começo da República. Ao que parece, acreditava que a importância da instrução agrícola justificaria por si só os recursos nela investidos, não havendo necessidade de desenvolver muitas explicações a esse respeito, como se depreende da afirmação de que “com a instrução agrícola, que é um fator saliente da produção”, haveria um aumento da riqueza pública, o que já seria motivo suficiente para implantá-la.

Na série *Estações Agronômicas e Escolas Agrícolas*, Draenert expressou o tipo de instrução que considerava importante para aperfeiçoar a agricultura brasileira. Distanciando-se da posição que seria hegemônica no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, a qual enfatizava o ensino prático ou teórico-prático para a agricultura, o professor alemão colocava os conhecimentos científicos em patamar superior ao de outros saberes, destacando, entretanto, a necessidade de adequá-los às condições locais. Para que isso ocorresse, acreditava ser preciso instalar estações agronômicas, nas quais se poderiam realizar ensaios científicos condizentes a cada região. Sua opinião era de que as estações agronômicas deveriam constituir a base da instrução agrícola no Brasil e, para tanto, deveriam possuir laboratórios químico e fisiológico, zona agrícola com horta anexa e campos de experiência. Além disso, seria conveniente que o diretor e os chefes do trabalho de campo das estações fossem “estrangeiros habilitados” e que os funcionários “praticantes” fossem engenheiros formados em química industrial pela Escola Politécnica. Nessas instituições atuariam “operários-alunos” que, em troca de salários módicos, ficariam no estabelecimento até estarem habilitados ao uso de “instrumentos aratórios e operações rurais”<sup>474</sup>.

A instalação de estações agronômicas foi uma das recomendações aprovadas no Congresso de 1903. Enfatizava-se, então, o ensino prático e especializado, observando os recursos disponíveis e a urgência de disseminar certos conhecimentos profissionais. Sá Fortes,

---

<sup>474</sup> DRAENERT. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano I. n. VIII, p.205.

que recomendou a criação desses estabelecimentos nas diferentes zonas do estado de Minas Gerais, apontou, como afirmara Draenert, que eles teriam como função realizar experimentos científicos. Entretanto, para o pecuarista, as estações poderiam oferecer também cursos regulares ou temporários. Seguindo a recomendação de Sá Fortes, ao final do Congresso de 1903, foram assim resumidas as funções das estações agronômicas:

É conveniente a criação de duas estações agronômicas especiais para leiteria e zootecnia práticas. Estas estações, além dos campos de experimentação para forragens e laboratórios de análises, terão uma leiteria modelo para experiências e *ensino prático* da fabricação da manteiga, queijos e outros produtos lácteos, e prestar-se-ão ainda para pastos zootécnicos, para animais de raças mais convenientes a cada zona, não só para o fim de *demonstração dos métodos práticos* de zootecnia, como para facilitar aos criadores da zona a utilização de reprodutores de puro sangue para melhoramento de seus rebanhos. Nessas estações dever-se-ão criar *cursos práticos* temporários de leiteria e zootecnia veterinária<sup>475</sup>.

Indicando ter opinião diferente acerca da função desses estabelecimentos, Draenert afirmara que, no Brasil, “confundem-se escolas práticas com estações agronômicas”, ao se exigir “que estas escolas sejam simultaneamente estações agronômicas, uma coisa híbrida, cuja existência é impossível”. Para ele, o ensino prático não seria o objetivo principal das estações, mas a experimentação e a adaptação dos conhecimentos científicos aprendidos nas escolas teóricas e superiores de agricultura às condições locais<sup>476</sup>. Essa visão, explicitada por Draenert, era compartilhada por outros autores que publicaram nos periódicos investigados. Um deles resumiu que os serviços que cabiam às estações agronômicas eram “fazer para o público e especialmente para os agricultores análises de terras, águas, estrumes e outros objetos agrícolas” e “executar pesquisas científicas relativas aos diferentes problemas da produção vegetal e animal”<sup>477</sup>. Assim, esses estabelecimentos prestariam serviços à agricultura local, sendo “um centro científico onde os proprietários e os fazendeiros vão procurar a razão dos processos, que empregam, e tomar conselhos a respeito dos modos de cultura, da criação de gado, etc”. Seriam, além disso, úteis ao pequeno lavrador, mais carente de instrução e guiado “por meio de regras empíricas, muito vizinhas da rotina, quando não são a própria rotina”<sup>478</sup>. Nessa direção, o engenheiro agrônomo Antônio de Milita afirmava que as estações seriam institutos auxiliares das academias de agricultura, por demonstrarem “as

<sup>475</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.1-5. Grifos Meus

<sup>476</sup> DRAENERT. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano I. n.IX, p.231.

<sup>477</sup> GRILLOT. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano II. n.XI, p.288.

<sup>478</sup> Ibidem, p.288.

verdades investigadas pela ciência, abrindo “caminho seguro e rápido para o desenvolvimento da agricultura racional das nações”<sup>479</sup>.

Tal visão a respeito das estações agrônômicas está, por certo, relacionada à maneira como esses homens compreendiam a atividade agrícola. Para Draenert, “a arte agrícola, a de exploração de uma fazenda, consiste em saber localizar os conhecimentos científicos, isto é, os econômicos, botânicos, zoológicos, biológicos, mineralógicos, físicos, meteorológicos, químicos, mecânicos, etc.”, o que dependeria da posse de competências científicas que não haveriam de ser adquiridas em escolas práticas e elementares<sup>480</sup>. Conforme o “especialista” alemão, somente nas escolas teóricas e superiores de agricultura e agronomia seria possível aprender os conhecimentos científicos necessários à agricultura, de modo que apenas “os homens científicos, conhecedores perfeitos dos métodos modernos” seriam capazes de resolver os problemas agrícolas<sup>481</sup>. Tal posicionamento era compartilhado por outros autores, como o do trecho abaixo, que em artigo sobre as estações agrônômicas escreveu:

Não damos o título de agricultor ao homem que consegue produção muito mais vezes com prejuízo do que com lucro. Só nos referimos aos que sabem dirigir por si próprios uma exploração ou fazer trabalhar o seu pessoal sem necessidade de dar preocupação a qualquer administrador<sup>482</sup>.

Discussões dessa natureza a respeito das atribuições de estações agrônômicas e escolas agrícolas também se relacionavam a controvérsias quanto ao tipo e nível da instrução que naquele momento deveria ser difundida, de acordo com importância conferida ao estudo teórico e prático da agricultura e com o público que se pretendia atender<sup>483</sup>. De modo geral, os autores concordam que o ensino agrícola dependeria das duas abordagens, embora nutram divergências com relação à proeminência de uma ou outra, conforme o tipo de instrução mais adequada às condições da agricultura brasileira. De acordo com Carvalho e Albuquerque,

A agricultura, como todas as ciências, compreende a teoria e a prática; a teoria, que é ecumênica, metódica, absoluta e tem o caráter unitário da verdade, o império e predomínio da lei; a prática, – que se modifica, que se transforma, consoante ao clima, à localidade, à cultura; segundo os progressos científicos e melhoramentos industriais; conforme os

<sup>479</sup> MILITA. *Jornal do Agricultor*. Ano XII. Tomo XXIV, p.107.

<sup>480</sup> DRAENERT. *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ano I. n.IX, p.231.

<sup>481</sup> *Ibidem*, p.231.

<sup>482</sup> GRILLOT. *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ano II. n.XI, p.288.

<sup>483</sup> Ao investigar a criação Imperial Estação Agrônômica de Campinas, na década de 1880, Reginaldo Meloni observa que houve grande discussão a respeito do caráter que deveria assumir. Em torno da organização dessa instituição se dividiram os que demandavam estabelecimentos de pesquisa e desenvolvimento e os que acreditavam ser sua principal função o ensino. Havia “propostas para que a instituição tivesse uma tendência mais ‘cientificista’, ou mais ‘pragmática’; que fosse uma instituição de pesquisa agrícola ou uma ‘escola agrícola’”. Prevaleceu, entretanto, assinala Meloni (2004, p.134), o projeto proposto por seu organizador, Franz Dafert, que a configurava como uma ciência destinada a fazer investigações no domínio da agricultura.

inventos que aperfeiçoam e facilitam a arte agrícola; de acordo com a índole de cada país, de cada povo, de cada indivíduo até, e, finalmente, em relação ao sistema de trabalho<sup>484</sup>.

Ainda conforme esse engenheiro agrônomo, a instrução agrícola poderia ser seguida de três formas: adquirindo primeiramente a habilitação prática, para em seguida realizar o estudo teórico; partindo do estudo teórico para o prático; ou realizando o estudo harmônico da teoria aliada à prática, abordagem que recomendava. Contudo, a dimensão ocupada por teoria e prática teria variações, conforme o grau da instrução ofertada. No primeiro grau, estaria o ensino elementar prático, restrito a ministrar os conhecimentos específicos à determinada localidade e cultura, tais como o momento conveniente para semear e o uso dos instrumentos agrícolas necessários. Essa formação corresponderia a um ofício, preparando o “obreiro na grande obra da produção agrícola”. No segundo grau, estaria a “arte agrícola”, formando o empreendedor que estudaria as condições locais, a fim de obter processos e sistemas de cultura mais econômicos e adaptados “perfeitamente às circunstâncias da terra, da planta, enfim, do meio agrônômico em presença”. Nesse nível haveria, por decorrência, um estudo teórico mais extenso e aprofundado do que no primeiro, embora não se aventasse a possibilidade de conduzi-lo sem o acompanhamento prático. O último grau formaria o agrônomo, “rei da natureza”, que atuaria na esfera da ciência agrícola estudando “as relações das causas com os seus efeitos”, sendo habilitado a generalizar questões, “encará-las por todos os prismas possíveis, quer sinteticamente quer analiticamente, e, por meio de observações, deduz[ir] princípios para a arte”<sup>485</sup>.

A divisão do ensino agrícola em três graus, que corresponderiam ao ofício, à arte e à ciência, era comum à época e apareceu em outros escritos, como os de Gustavo D’Utra, professor da Escola Agrícola da Bahia, que afirmou: “quem estudar, ainda mesmo superficialmente, a organização do ensino técnico da agricultura nos países de alta cultura intelectual e adiantados em civilização e progressos rurais, há de notar que ele compreende sempre os três graus: superior, secundário e inferior ou elementar”<sup>486</sup>. Os textos apontam, entretanto, a existência de diferentes opiniões acerca dos níveis que deveriam ser priorizados no Brasil. Gustavo D’Utra, por exemplo, acreditava que “a necessidade indeclinável, inadiável mesmo” da lavoura brasileira era a “criação de escolas práticas, modestas, nas quais estudem apenas os alunos, teoricamente, as noções indispensáveis para bem compreenderem a

---

<sup>484</sup> ALBUQUERQUE. *Jornal do Agricultor*. Ano XII. Tomo XXIV, p.143.

<sup>485</sup> *Ibidem*, p.144.

<sup>486</sup> D’UTRA. *Jornal do Agricultor*. Ano XV. Tomo XXVIII, p.218.



razão e conveniência dos métodos e processos que a arte agrícola moderna tanto recomenda”. Para ele, “o de que mais precisa presentemente a nossa lavoura não é tanto de multiplicar as escolas superiores, como de criar as práticas”, e assim enfatizava a “aplicação racional e imediata dos preceitos científicos” sem a qual a agricultura não teria valor<sup>487</sup>.

Diferente opinião foi defendida por Frederico Draenert, ex-colega de D’Utra na Escola Agrícola da Bahia. Draenert mostrou-se contrário à difusão de escolas agrícolas elementares e práticas, alegando que elas não teriam alunos, já que os poucos os conhecimentos necessários à prática da agricultura extensiva seriam adquiridos em lições práticas, com os pais. Para ele, além das estações agronômicas o país precisava de uma escola agrícola, organizada em três graus, “preparatório, profissional e científico com estação agronômica e fazenda normal anexas”, como havia estabelecido no projeto para o estado de Pernambuco, em 1891<sup>488</sup>. Essa escola teria por fim “formar agricultores habilitados teórica e praticamente para exploração rural”. No curso preparatório, de duração de três anos, os alunos estudariam duas línguas – além do português, alemão ou francês –, matemática, geografia, física elementar e experimental, noções de química, botânica, zoologia, mineralogia, geologia e desenho. No profissional, também com duração de três anos, o currículo seria composto “de química mineral, orgânica, agrícola e analítica; de física e meteorologia, engenharia rural, zoologia, anatomia comparada, zootecnia, botânica, agronomia e fitotecnia, economia rural, contabilidade, tecnologia e mecânica agrícolas”. Por fim, depois de se diplomarem, os alunos poderiam ser admitidos na estação agrícola anexa para “se habilitarem por um curso de dois ou mais anos nos estudos científicos dos problemas agrícolas”, adquirindo o grau de “químico agrícola”<sup>489</sup>.

Havia também autores, como o engenheiro agrônomo Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, para os quais o ensino agrícola, juntamente com o elementar, efetivamente possibilitaria “um melhor futuro agrícola” para o país. Essa vertente acreditava que a instrução agrícola elementar deveria ser disseminada nas escolas primárias rurais. Conforme Ferreira de Carvalho, “o grau mais rudimentar do ensino agrícola, e o que menos onera os cofres públicos é o ensino dado por um professor aos alunos mais adiantados das escolas rurais, ensino que constitui, por assim dizer, a primeira semente da propaganda lançada à terra”<sup>490</sup>. Suas únicas exigências para a oferta da instrução agrícola nas escolas primárias eram a disponibilidade de um terreno para os exercícios práticos que complementassem as

---

<sup>487</sup> D’UTRA. *Jornal do Agricultor*. Ano V. Tomo XXVIII, p.221.

<sup>488</sup> DRAENERT. *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ano I. n.VIII, p.206

<sup>489</sup> DRAENERT. *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ano III. n.XVI, p.140.

<sup>490</sup> CARVALHO. *Jornal do Agricultor*. Ano XIII. Tomo XXVI, p.106.

lições agrícolas e de professores especificamente destinados a esse ensino. Ferreira de Carvalho acreditava que, organizado dessa maneira, o ensino agrícola elementar seria “a preparação para o ensino profissional superior dado em escolas práticas e institutos agrônômicos”<sup>491</sup>. Demonstrando opinião semelhante, o também engenheiro agrônomo Antônio Gomes Castro explicava que, sendo os trabalhadores rurais libertos ou filhos destes, era preciso oferecer-lhes uma escola que os iniciasse no trabalho inteligente, fazendo-os “peritos em conduzir modernos instrumentos aratórios”<sup>492</sup>. Gomes Castro destacava, no entanto, que essa instrução deveria se restringir ao elementar, para não transformar “moleques colhidos pelas ruas” em doutores.

Outros “especialistas” preconizavam que a difusão da instrução agrícola elementar deveria ocorrer por meio do estabelecimento de asilos agrícolas, que atendessem aos órfãos e crianças pobres e desamparadas. Carvalho e Albuquerque, por exemplo, defendeu em sua tese que o ensino primário agrícola produziria melhores resultados se ofertado em asilos destinados à educação da infância desvalida, preparando-a “para uma vida ativa, laboriosa, onusta de virtude e de simpleza, a par da tranquilidade do bem estar e do gozo”<sup>493</sup>. Esses asilos deveriam ser organizados segundo os princípios educativos preconizados por Pestalozzi (1746-1827), em suas experiências com a educação de crianças pobres na Suíça<sup>494</sup>. Carvalho e Albuquerque recomendava, assim, que cada instituição recebesse entre vinte e cinquenta crianças, sob a responsabilidade “de um mestre idôneo, zeloso, ativo e inteligente, que reunisse em si os são predicados de uma boa reputação moral” e que as deveria tratar com ternura paternal. Tais instituições teriam por fim antes educar do que instruir as crianças pobres, “garantindo-lhes um meio honesto de subsistência, um futuro feliz e auspicioso”<sup>495</sup>. Para tanto, o ensino ofertado seria composto de:

leitura, escrita e gramática vernáculas, noções de aritmética e geometria agrícolas, moral, desenho linear, música, ginástica e outros exercícios

---

<sup>491</sup> CARVALHO. *Jornal do Agricultor*. Ano XIII. Tomo XXVI, p.108.

<sup>492</sup> GOMES. *Revista Agrícola*. Ano VI. n. 58, p.189.

<sup>493</sup> ALBUQUERQUE. *Jornal do Agricultor*. Ano XII. Tomo XXIV, p.144.

<sup>494</sup> Félix Sierra, em artigo sobre as tendências institucionais para a educação da infância e da juventude considerada delinquente e abandonada, no começo do século XX na Espanha, aponta o surgimento de um movimento inovador em favor do chamado “sistema familiar”, que no campo foi concretizado nas colônias agrícolas. Segundo Sierra (2000, p.297), nesse modelo, experimentado em diferentes países europeus, estava, por uma parte, “la tradición de la pedagogía social y benéfica suiza, representada por las figuras de Pestalozzi y de Fellenberg. El primero había sido un defensor a ultranza de la educación familiar, y su influencia se había ido extendiendo por toda la geografía europea [...]. Y el segundo había fundado en 1809 [...] un conocido instituto agrícola para alumnos de clases medias que admitía también alumnos pobres en un escuela agrícola adjunta. El ambiente rural, los valores físicos y morales del trabajo y la proximidad humana de los educadores eran las bases del sistema. El éxito del centro favoreció su expansión como modelo para escuelas de pobres, de modo que en 1849 había hasta 32 pequeños ‘asilos agrícolas’ o ‘escuelas rurales’ firmemente establecidos en Suiza”

<sup>495</sup> ALBUQUERQUE. *Jornal do Agricultor*. Ano XII. Tomo XXIV, p.144.

físicos, noções de geografia e história [pátrias], e esclarecimentos acerca da organização política do país.

E debaixo do ponto de vista agrícola – conhecimento prático dos solos, lavouras, preparação de adubos, e estrumação, corretivos, estimulantes, tratamento dos vegetais, colheita e bonificação dos produtos, meios de conservá-los, noções sobre raças, tratamento dos animais, alveitaria, conhecimento e meneio dos instrumentos agrários, noções práticas de floricultura, pomologia, zoopedia, e, finalmente, cultivo especial dos principais vegetais da zona em presença, noções de apicultura, sericultura e viticultura.

A teoria seria ministrada simplesmente naquilo que fosse necessário ao ensino prático, que limitar-se-ia, já se o vê, ao *ofício* agrícola<sup>496</sup>.

Os asilos também foram recomendados por Draenert e por ele considerados como os únicos estabelecimentos de ensino elementar agrícola adequados ao Brasil, posto que atenderiam aos órfãos de lavradores e aos “filhos descuidados ou abandonados dos proletários e libertos”, que careceriam de educação e instrução para o trabalho<sup>497</sup>. Eventualmente, segundo o professor alemão, “vadios” poderiam ser enviados a esses estabelecimentos, com o auxílio da autoridade tutelar ou policial. Para os meninos que já tivessem adquirido o mau hábito da vadiagem ou maus costumes que os tornassem potenciais “corruptores”, o professor, no entanto, recomendava a criação de “escolas de correção”, que disporiam de penas mais rigorosas e compulsórias ao trabalho<sup>498</sup>. Segundo Draenert, para alcançar o fim desejado com os asilos, a educação para o trabalho, seria

mister exercitar os alunos nos trabalhos com aparência de divertimento, v. g. no cultivo de flores e hortaliças em um canteiro, ficando os produtos a inteira disposição do aluno, porque este tem de ser levado, primeiro, a compreender o trabalho como gozo ou satisfação em exercer as suas forças com direção a um fim útil, que lhe aproveite. Semelhante trabalho, portanto, não deve ser uniforme durante longo tempo, para não se tornar fastidioso e, então, perder de todo o seu valor educador. O trabalho persistente, dirigido para um fim útil só muito paulatinamente se aprende<sup>499</sup>.

No conjunto investigado havia, ainda, autores que apontavam a importância dos campos de experiências (ou de ensaios) e de demonstrações para “o progresso e o alargamento da exploração agrícola”<sup>500</sup>. O regente agrícola José Amandio Sobral considerava os campos de demonstração como o meio mais eficiente de difundir a instrução e a

<sup>496</sup> ALBUQUERQUE. *Jornal do Agricultor*. Ano XII. Tomo XXIV, p.145-6. Grifos no original.

<sup>497</sup> DRAENERT. *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ano II. n.XIII, p.21.

<sup>498</sup> *Ibidem*, p.22.

<sup>499</sup> *Ibidem*, p.22.

<sup>500</sup> CUNHA. *Revista Industrial de Minas Gerais*. Ano I. n.II, p.44.

propaganda agrícola, por desenvolverem um ensino mais intuitivo, sem caráter acadêmico<sup>501</sup>.

Para Sobral, os campos de demonstração seriam

substitutos das escolas agrícolas, que, pelo caráter acadêmico, não estavam tanto em harmonia com o fim almejado; mas os campos de demonstração não deixam na sua essência de ser escolas, pois neles se ensina, embora sem o caráter acadêmico; são verdadeiras escolas onde o ensino é mais intuitivo, onde o lavrador vai ver como o café não envelhece tão facilmente como na sua fazenda e unicamente porque é adubado e porque se lhe dispensa o cuidado da poda; onde o lavrador vai ver como se planta a vinha [...]; em suma, onde o lavrador vai ver o que não acreditará se somente o ler ou ouvir dizer<sup>502</sup>.

Já o inspetor agrícola do estado de São Paulo, Eurico Jacy Monteiro, defendeu que o primeiro tipo de instituição a ser implantada fosse os campos de experimentação agrícola, concomitantemente aos postos zootécnicos. Ao descrever esse “duplo estabelecimento”, Monteiro, entretanto, lhe atribui funções similares às que Sobral projetava nos campos de demonstração, destacando que este seria uma escola prática de agricultura, a oferecer o ensino intuitivo, juntamente com noções teóricas<sup>503</sup>. De fato havia, como apontou um dos artigos do *Jornal do Agricultor*, certa confusão quanto às atribuições dos dois tipos de estabelecimentos, mesmo entre “as pessoas inteligentes que concedem a essas instituições a importância que têm e estão por conseguinte animadas das melhores intenções”. Segundo o artigo, esse tipo de confusão prejudicava a organização dos estabelecimentos, levando-os a resultados diferentes dos que se desejava obter. Assinalava, assim, que a finalidade dos campos de demonstração era “demonstrar os resultados *adquiridos* nos campos de experimentação ou na prática agrícola melhor compreendida em uma região qualquer”, não promover experiências. Suas atividades se limitariam, desse modo, à reprodução dos resultados obtidos nos ensaios realizados nos campos de experiência, expondo-os aos cultivadores. “Ao instalar-se tal campo [de demonstração] deve-se, pois, ter por único objeto por em evidência os resultados adquiridos e não resolver tal ou qual ponto que se relaciona com o progresso econômico”. Já os campos de experiência, comporiam as estações agrônômicas e seriam espaço para ensaios científicos ou, como definiu outro autor, seriam “estabelecimentos onde um homem de ciência procuraria descobrir [...] a solução de todos os problemas relativos à agricultura”<sup>504</sup>.

---

<sup>501</sup> José Amandio Sobral era português e havia sido contratado pelo governo de Minas Gerais para atuar como regente agrícola do Instituto Zootécnico de Uberaba. Trabalhou, portanto, com Draenert, que foi diretor da instituição. Sobral publicou artigos na *RIMG* e na *Revista Agrícola*, muitos deles sobre viticultura e vinicultura.

<sup>502</sup> SOBRAL. *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ano IV. n.XXIV, p.314.

<sup>503</sup> MONTEIRO. *Revista Agrícola*. Ano: VI. n.60, p.252.

<sup>504</sup> CUNHA. *Revista Industrial de Minas Geraes*. Ano I. n.II, p.44. Grifos da autora.

O ponto aglutinador desse debate era, assim, a crença de que o ensino agrícola traria solução para os principais problemas enfrentados na agricultura brasileira, em seus diferentes aspectos, técnicos, sociais e econômicos<sup>505</sup>. A multiplicidade dos problemas, considerando que, além da demanda pela organização do trabalho livre, enfrentava-se desde meados da década de 1890 uma crise econômica em contexto de pouquíssimas iniciativas em prol da instrução profissional, conformava um cenário favorável à defesa de diferentes modalidades de ensino. Foi nessas circunstâncias que os *produtores* apresentaram suas propostas para o ensino profissional. Sem fazerem referências a interlocutores e, pleiteando, com isso, certa autoridade e originalidade para definirem os rumos da economia mineira, demonstravam todavia acompanhar, ainda que superficial ou parcialmente, o debate de que os “especialistas” tomaram parte, ao definirem as atribuições e o caráter das instituições que deveriam ser fundadas.

Nota-se que, para os *produtores* reunidos no Congresso de 1903 as discussões relacionadas a modelos e caráter institucional ou das diferenciações entre escolas práticas, fazendas-modelo e campos de demonstração pareciam não ter tanta importância quanto tinham para os “especialistas”, uma vez que estas possuíam um fundamento teórico, epistemológico, dissonante da proposta estritamente pragmática do evento. Assim, a posição dos representantes das *classes produtoras* foi de reconhecimento das contribuições positivas do ensino para a produção e, por isso, estavam abertos a introduzir as diversas formas de difundir a instrução, fosse por meio de impressos, professores ambulantes ou instituições de ensino.

A comissão de café, por exemplo, recomendava, genericamente, “criar e desenvolver a instrução técnica e profissional, agrícola, industrial e comercial”, sem mencionar quais tipos de estabelecimentos seriam mais oportunos<sup>506</sup>. Com relação às atividades agrícolas, as conclusões aprovadas no Congresso recomendavam a instalação de uma escola secundária de agricultura e zootecnia, colônias orfanológicas, oficinas de trabalho e estações agronômicas, com campos de experiências que também fariam demonstrações e cursos práticos. A difusão desse ensino se complementaria, ainda por meio de professores ambulantes e da distribuição de revistas e manuais. Não há, dentre as conclusões do Congresso, indicação para que fosse incluído o ensino elementar agrícola nas escolas primárias, embora alguns congressistas a

---

<sup>505</sup> Com relação as propostas de ensino expressas pelos agrônomos, Mendonça (1998, p. 30) observa que, apesar das diferenças, tinham em comum “o fato de desembocarem, todas elas, no controle sobre a mudança, mediante a construção de um paradigma de produtor rural moderno, que servia como princípio classificatório, capaz de respaldar inclusões e exclusões no tocantes às políticas referentes à agricultura em geral e ao trabalhador agrícola, em particular”.

<sup>506</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 18 de maio de 1903, p.1-5.

tenham sugerido. Benjamin Flores, identificado como membro da Sociedade Nacional de Agricultura, por exemplo, enviou um documento à comissão de agricultura, sugerindo a introdução do ensino prático de agricultura nas escolas primárias distritais e a criação de cadeira de agronomia e rudimentos de zootecnia nas escolas normais<sup>507</sup>.

As definições quanto ao caráter, às modalidades e graus de ensino, apresentadas pelos “especialistas” contemporâneos aos *produtores* são importantes indicativos de que as recomendações do Congresso de 1903 não se restringiam à formação do trabalhador, não obstante eles próprios tenham enfatizado a dimensão prática. Pelo contrário, em diferentes momentos durante a organização e realização da reunião, expressaram uma autocrítica com relação à capacidade profissional dos membros das *classes produtoras*, que certamente converge com a imagem negativa dos agricultores, conforme expressa pelos “especialistas”. Ainda que seus discursos não conclamem com tanta veemência a superioridade da ciência, havia o reconhecimento de que seria preciso formar quadros superiores e médios destinados às atividades agrícolas. Desse modo, além da formação para os fazendeiros, proprietários de terras, havia a demanda por profissionais, agrônomos, veterinários que comporiam quadros técnicos, diversificando as possibilidades de profissionalização para além das tradições escolas de Direito, Medicina e Engenharia. Uma das conclusões do Congresso, por exemplo, recomendava a contratação pelo Estado de “veterinários encarregados de prestar serviços profissionais aos criadores, e de estudar as epizootias diversas”<sup>508</sup>.

No que diz respeito aos trabalhadores, os representantes das *classes produtoras* mostraram-se mais preocupados em sugerir medidas que favorecessem a incorporação da disciplina e os hábitos de trabalho, que reprimissem a vadiagem, inclusive por meio do trabalho compulsório em colônias correccionais e orfanológicas, além de oferecer-lhes instruções elementares que possibilitassem o melhor aproveitamento de sua força. Com relação a essa questão, o representante da lavoura da cidade de Itaúna defendeu:

[...] se pretendemos começar por uma completa reforma então... comecemos pelas escolas; preparemos o trabalhador aclimatado as [sic] ardências do nosso solo, inútil ir buscá-lo tão longe, quando o temos tão perto.

Aproveitemo-lo, porque é nosso, instruamo-lo, que é nosso dever, façamos dele um homem útil e dedicado ao trabalho, que ele nos ajudará a levantar a definhada lavoura.

Escolas que ofereçam as vantagens do método, da disciplina e da dedicação ao trabalho onde a economia prática faça parte do ensino, porque

<sup>507</sup> O nome de Benjamin Flores não aparece nas listas de presença das atas do Congresso, nem nas listas de votação nominal, o que leva a crer que não tenha participado do evento como representante de município ou setor. No entanto, seu nome aparece, juntamente com o de outros congressistas, em notícias sobre reuniões que ocorreram paralelamente ao Congresso Agrícola, Industrial e Comercial.

<sup>508</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.1-5.

ela representa para a lavoura um dos principais elementos para seu bom êxito<sup>509</sup>.

Apesar da ênfase no ensino agrícola, entre os artigos investigados também há menção, como no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, de instrução para os outros dois setores. Conforme artigo publicado na *RIMG* pelo grupo que organizou a Academia de Comércio de Juiz de Fora, o comércio era “uma ciência, cuja teoria deve-se aprender a princípio na escola, para em seguida, com proveito, praticar sua aplicação judiciosa no mundo dos negócios”. Desse modo, “para lutar com vantagens no mercado nacional, como nos mercados estrangeiros, é preciso que atualmente, além das aptidões naturais que lhe são indispensáveis, o negociante possua uma bagagem de conhecimentos adquiridos, não menos indispensável”<sup>510</sup>. No Congresso de 1903, Inácio Burlamaqui, membro da Comissão Fundamental, apresentou proposta para a criação de uma escola secundária, que foi aceita pelos demais representantes desse setor. Ele criticou, entretanto, o excesso de academicismo existente na escola de comércio de Juiz de Fora, acusando-a de não preparar para as lidas práticas desse setor. Não obstante essa crítica, a proposta de criação de escolas comerciais ia ao encontro da visão de que o setor demandava conhecimentos aprendidos nos bancos escolares. Além da instituição secundária, Burlamaqui sugeriu a incorporação do ensino comercial elementar nas escolas primárias, para atender aos que não poderiam prologar seus estudos.

Na *RIMG*, o setor industrial também foi lembrado. Um artigo sobre o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto apontava que as profissões industriais deveriam ser “produto do trabalho inteligente e assíduo”, considerado como a tenda em que a ciência viria “iluminar as disciplinas, aperfeiçoando-as e fortificando-as no desnudamento das forças mecânicas”<sup>511</sup>. Com relação a esse setor, no Congresso de 1903 foram recomendadas a instalação de escolas em fábricas com mais de cem operários e “a criação de uma comissão técnica [...] para se encarregar oficialmente do estudo e de pesquisa não só do leito dos rios, como das jazidas minerais e metalíferas, nos terrenos do domínio do Estado ou nos de particulares que os requererem”<sup>512</sup>. Como os *produtores* envolvidos com as atividades agrícolas, os grupos do comércio e da indústria reforçavam a necessidade de leis rigorosas que punissem a vadiagem, com a imposição do trabalho. De modo geral, entretanto, os três setores apostavam no ensino profissional como meio necessário para contornar a crise econômica, ratificando os diferentes

<sup>509</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 22 de maio de 1903, p.1-3.

<sup>510</sup> OLIVEIRA *et alii*. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano I. n. VII, p.168.

<sup>511</sup> LYCEO... Revista Industrial de Minas Geraes. Ano IV. n. XXIV, p.309.

<sup>512</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.1-5.

graus de formação, sugerindo meios de instruir os membros das *classes produtoras*, formar quadros técnicos e garantir a oferta de mão de obra.

Os artigos dos engenheiros e profissionais envolvidos com o ensino agrícola contribuem, assim, para que se compreendam as propostas apresentadas pelos *produtores*, uma vez que neles se definem, com maior detalhamento, modalidades, hierarquias, atribuições dos diversos estabelecimentos, revelando os grupos que seriam prioritariamente atendidos por cada tipo. Para justificar as propostas, os “especialistas” buscaram firmar sua legitimidade para definir as medidas necessárias ao melhoramento da produção, sobretudo agrícola, expressando as imagens que nutriam das *classes agrícolas*, principal grupo que compunha as *classes produtoras*, e dos trabalhadores. Essas imagens, bem como as discussões sobre o ensino que as acompanham, serão essenciais para a análise do capítulo seguinte, a respeito das propostas de ensino apresentadas pelos congressistas de 1903.



## Capítulo 4

### *Só este assunto mereceria um congresso especial*

#### 4.1 – Entre as soluções para a crise: a educação e o ensino

A organização do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial teve como propósito central levantar, junto aos *produtores*, soluções para a crise econômica por que passava Minas Gerais desde meados da década de 1890, reunindo as principais demandas de cada setor da economia mineira. Além disso, estava no horizonte de expectativas de seus idealizadores criar condições para promover o progresso no estado, baseando-se em um amplo diagnóstico econômico que pudesse evitar futuras crises. Mediante esse diagnóstico, a organização e difusão do ensino profissional foi vista como um dos alicerces sob os quais se poderia alavancar o progresso de Minas e do Brasil<sup>513</sup>. De que modo esse tema apareceu nos trabalhos do Congresso e que dimensão ocupou no conjunto das preocupações dos *produtores* são as questões que pretendo explorar. Nesse contexto, surgiram propostas de ensino profissional para os três setores: agricultura, comércio e indústria; no entanto, como a maioria das questões levadas ao Congresso de 1903 diziam respeito ao setor agropecuário, que englobava a maior parte das atividades produtivas do estado, há mais propostas de ensino para esse setor do que para os demais.

Como mencionei no Capítulo 1, uma das primeiras iniciativas da Comissão Fundamental na preparação para o evento foi a publicação de 62 teses, divididas entre os temas: lavoura de café, policultura e pequena cultura, pecuária, indústrias manufatureiras, indústrias extrativas, indústrias diversas, colonização, comércio, transportes e fretes, impostos e tarifas, mobilização de riqueza imóvel e questão bancária. Essas teses foram elaboradas como perguntas, esperando-se respostas de “todos os espíritos esclarecidos”, cujo dever seria “concorrer com suas luzes para a elucidação do magno problema, que é a fortuna particular, a riqueza pública, a prosperidade da nação, a ordem estável da sociedade, a condição de seu progresso e a razão da grandeza da Pátria”<sup>514</sup>.

---

<sup>513</sup> Dulci (2005, p.114) destaca que não era corrente à época “o uso do conceito de desenvolvimento econômico, falava-se genericamente em progresso”. Para o autor, o sentido do “progresso” se aproxima ao de “desenvolvimento” como “superção intencional de uma situação de atraso relativo”. Nas fontes que consultei, pude observar que a noção de progresso tinha uma importante dimensão social, que, para os *produtores*, estava fortemente atrelada a questões econômicas.

<sup>514</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1903, p.1-3.

Nesse conjunto de teses havia questões específicas e pontuais que, geralmente, requeriam respostas simples, como sim ou não, além das que ofereciam aos *produtores* a possibilidade de manifestar opiniões sobre assuntos diversos, extrapolando o campo estritamente econômico em direção a questões políticas e sociais. Essas teses nortearam toda a organização do Congresso, pois, além de terem sido respondidas por *produtores*, serviram de base para que os membros da Comissão Fundamental elaborassem memórias sobre os setores que compunham o quadro produtivo do estado<sup>515</sup>. Essas memórias, por sua vez, sustentaram a definição das conclusões que seriam discutidas durante o evento em Belo Horizonte.

Referências ao ensino já aparecem nessa primeira publicação da Comissão Fundamental, por meio de duas teses que tocavam diretamente ao tema. Uma delas demandava um “plano de ensino prático para a indústria de laticínios”; outra perguntava se havia “urgente necessidade promover o ensino profissional” e “quais os meios de resolver praticamente este problema, de modo a tornar mais rápido o desenvolvimento industrial do Estado”. Ao leitor que se apega somente aos números, o fato de apenas duas questões, dentre 62, tratarem do tema poderia indiciar sua reduzida importância no conjunto das preocupações dos congressistas. No entanto, há que se considerar que o elevado número de questões se deve ao fato de as teses tratarem de temas variados, como indicam os tópicos que as dividiram. Além disso, pode-se conjecturar que a segunda tese sobre o ensino, por ser ampla, atenderia a diversos setores.

Ademais, a temática educacional não se limitou às duas teses que falam do ensino, tendo transitado por dois outros caminhos: as teses cujos objetos eram frequentemente relacionados nos debates educacionais do período, tais como a repressão a vadiagem, o estabelecimento de colônias correcionais e a organização das relações de trabalho; e as teses que poderiam ser respondidas com demandas por educação e ensino profissional, como por exemplo: “quais as necessidades e dificuldades do comércio?” e “que providências devem ser tomadas pelo Governo, para conseguir a substituição gradual do nosso sistema de cultura pelos processos que a mecânica e a química agrícola ensinam [...]?”<sup>516</sup>.

Nenhum *produtor* negou a necessidade de difundir o ensino, ainda que discordassem com relação à maneira como este deveria ser promovido, seus conteúdos, modalidades etc. Ao contrário, vários *produtores* cujas respostas às teses foram publicadas no *Minas Geraes* desenvolveram apontamentos sobre a educação, ressaltando sua importância. Dentre eles

---

<sup>515</sup> Naquele contexto, o documento designado “memória” preservava seu significado ilustrado, como espécie de relatório fundado “em observações empíricas e objetivas, de sentido utilitarista”, como apontam Bontempi Jr. e Boto (2014, p.262).

<sup>516</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1903, p.1-3.

destaca-se o artigo de Frederico Augusto Alvares da Silva sobre as “indústrias manufatureiras”, que ocupou mais de três páginas do impresso, indicando, entre outras questões, as necessidades de formar engenheiros, facilitar o acesso a informações sobre máquinas e produtos e oferecer instrução profissional ao trabalhador. O tema também foi enfatizado no artigo enviado por *produtores* da cidade de Monte Alegre, que questionavam a instrução oferecida à mocidade, considerada demasiadamente teórica, e defendiam o ensino prático de agricultura. A argumentação do grupo evidenciava, além disso, a preocupação com a oferta de uma educação que desse “ideias concretas e definidas acerca do que é bom e do que é mau”, mostrando a amplitude e complexidade do assunto em questão<sup>517</sup>. Em meio às soluções para a crise, os *produtores* apresentaram propostas de ensino para viticultura e sericultura, escolas práticas ou teórico-práticas de agricultura, campos de demonstração, viagens de estudo, professores ambulantes, academias de comércio etc., indicando que a disseminação da instrução profissional era uma demanda desse grupo da sociedade civil.

A Comissão Fundamental, que desde o começo da preparação para o congresso havia disposto o ensino profissional ou, mais genericamente, a educação entre suas preocupações, retornou ao tema em algumas de suas memórias – possivelmente assimilando sugestões enviadas pelos *produtores*. Carlos Sá Fortes foi o comissário que mais detidamente escreveu sobre essa questão, tendo dedicado uma parte de seu trabalho à instrução agropecuária. Ele argumentou em favor da difusão do ensino por meio de estações agronômicas, campos de experiência e demonstração, cursos temporários, escolas de agronomia. Com menor detalhamento, o comissário Monteiro de Andrade lembrou dos problemas decorrentes da ignorância em relação aos assuntos agrícolas e recomendou a organização, primeiramente, de um ensino agrícola prático e, em seguida, do superior. O assunto também foi destacado nas memórias de Ignácio Burlamaqui sobre o comércio, com a demanda pela inclusão do ensino comercial nas escolas primárias e pela criação de academias secundárias de comércio.

No conjunto diversificado de conclusões estabelecidas pela Comissão Fundamental para serem debatidas no Congresso, resumindo as aspirações para todos os setores produtivos, aparecem várias referências ao ensino, deixando ainda mais evidente a importância atribuída à sua promoção entre os trabalhadores e os membros das *classes produtoras*, bem como a necessidade de formar quadros técnicos e administrativos intermediários. Recomendava-se criar “uma escola prática de agricultura e zootecnia onde seja dispensada instrução técnica teórica e prática dessas matérias, adotado o tipo da ‘Escola de Agricultura y Ganadeira’

---

<sup>517</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 19 de maio de 1903, p.1-5.

prática de Córdoba”; “restabelecer as escolas públicas junto às fábricas, desde que estas tenham de 100 operários para cima”; criar “uma estação agrônômica viti e vinícola, com laboratório e viveiro de videiras para distribuição de mudas”; promover o “ensino prático da viti e viticultura por inspetores ambulantes de provada competência”; criar “em Minas de uma Escola Prática de Comércio, subvencionada pelo Estado e sob a direção da Associação Comercial” e incluir “no programa de ensino das escolas primárias do Estado o ensino elementar comercial”; criar “colônias orfanológicas e oficinas de trabalho, onde seja ministrado ensino técnico profissional”<sup>518</sup>. Das 64 conclusões “julgadas mais urgentes” pela comissão, sete mencionavam a difusão do ensino. Além dessas, outras conclusões revelam a necessidade de produzir e/ou divulgar informações aos *produtores*, instruindo-os sobre métodos, produtos e mercado; outras retomavam a demanda por leis reguladoras das relações de trabalho e leis de repressão à vadiagem .

Desse modo, a temática educacional foi levada aos debates do Congresso e esteve entre as demandas de seis comissões especiais – café, comércio, viticultura e vinicultura agricultura, indústria, e pecuária<sup>519</sup>. Nos pareceres dessas comissões e nas conclusões do evento foram mantidos os tópicos sobre o ensino julgados urgentes pela Comissão Fundamental, introduzindo-se apenas a demanda por uma “pequena fábrica, com aparelhos modernos”, que também servisse de escola prática para a indústria serícola. Outras comissões insistiram na criação de meios para informar os *produtores*, por exemplo, criando seções técnicas ou traduzindo e publicando manuais.

Havia um variado leque de propostas e ideias, refletindo tanto as particularidades dos setores, quanto as diferentes maneiras de os *produtores* encararem e buscarem soluções para a crise. A observação de Meloni a respeito da instalação da Imperial Estação Agrônômica de Campinas, de que existia um desejo comum de modernização, porém, “as diferenças se revelavam quando eram explicitados os caminhos que cada um entendia ser o mais curto para se chegar a este objetivo”, também é pertinente para o Congresso de 1903<sup>520</sup>. Assim, enquanto alguns congressistas colocavam a ênfase na formação do trabalhador, outros destacavam a necessidade de instrução das *classes produtoras*. Havia, ainda, quem sugerisse medidas dispendiosas, como a instalação de institutos agrônômicos; outros, lembrando a ausência de recursos financeiros, sugeriam a nomeação de instrutores ambulantes. A variedade espelha a

---

<sup>518</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 28 de abril de 1903, p.1-2.

<sup>519</sup> Havia 13 comissões especiais, como indiquei nos capítulos anteriores.

<sup>520</sup> MELONI, 2004, p.50.

diversidade de modelos de instrução profissional debatidas em outros espaços e situações<sup>521</sup> – tal como fora apontado no Capítulo 3 – em que se identificam vários modelos de ensino agrícola, conforme níveis, métodos e finalidades em circulação no mundo ocidental<sup>522</sup>.

Discordo, portanto, da interpretação de que no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial tenha sido elaborado um projeto de ensino profissional, por sua vez baseado em um plano coerente e consensual. Acredito que este não tenha sido sequer o intuito dos congressistas. Houve, sim, a apresentação de propostas e, principalmente, ideias que delineiam o que representantes das *classes produtoras* esperavam do ensino, dando indícios de suas finalidades, destinatários, formas de organizá-lo e difundi-lo etc., mas as teses trazem muito pouco sobre os conteúdos do ensino profissional, suas disciplinas e métodos. Nesse conjunto esparso há, é preciso reconhecer, duas importantes exceções: as propostas de criação de uma escola de comércio, de Ignácio Burlamaqui, e de ensino agropecuário, elaborada por Sá Fortes. Apenas nesses casos seria possível falar em “projetos”. Burlamaqui delineou a organização de uma escola secundária comercial, propôs um plano de estudos, dividido em três anos de curso, indicou número de professores, esboçou um método que enfatizasse a prática e tratou da manutenção financeira da instituição. Sá Fortes apresentou várias possibilidades de ensino agropecuário, buscando definir formas de organização, indicar suas vantagens e os conteúdos a serem oferecidos; além disso, apresentou o plano de ensino da Escola de Agricultura e Pecuária de Córdoba, que sugeria como modelo para instalação de uma congênere em Minas Gerais.

Reconhecer a variedade e a diversidade das ideias e propostas emergentes no Congresso, recusando interpretá-las como itens de um projeto coerente e consensual, não implica, contudo, ignorar que na base das propostas de ensino havia questões comuns que conectavam os *produtores* ao debate sobre a educação. A primeira delas é a constatação de que a falta de ensino profissional, principalmente prático, era um dos entraves para o progresso econômico do estado. Esta questão se desdobrava na demanda pela formação dos responsáveis pela condução das atividades produtivas, bem como no seu acesso a informações sobre produtos, técnicas, maquinário e procedimentos atualizados, na demanda pela formação de quadros técnicos e pela instrução do trabalhador. Outra questão de fundo é a necessidade

---

<sup>521</sup> Investigando o ensino agrícola entre as décadas de 1930 e 1950, Sônia Mendonça (2007, p. 244) destaca que a historiografia especializada parece desconhecer que esse ensino era marcado pela dualidade que opõe trabalho manual ao intelectual e “por sua relação com a divisão social do trabalho no desenvolvimento do capitalismo no país, referindo-se, quase sempre, ora a iniciativas extremamente contemporâneas no tocante à educação rural, ora à suposta existência de uma única e homogênea modalidade de Ensino Agrícola, cuja ‘origem’ é, simplisticamente, atrelada ao movimento de 1930 e à criação do Ministério da Educação e Saúde em 1931”.

<sup>522</sup> VERSIEUX, 2010.

de obter um melhor aproveitamento da mão de obra, o que se daria, principalmente, ensinando ao trabalhador hábitos de trabalho, combatendo a vadiagem e organizando as relações de trabalho.

As questões em torno da educação em suas diversas formas não foram atribuídas a uma comissão especial ou reunidas sob um mesmo tópico das conclusões, encontrando-se dispersas no material investigado. A fim de apresentá-las e analisá-las, busquei agrupá-las em torno de aspectos comuns, indicando também suas particularidades. Pretendo, desse modo, mostrar que, embora existissem questões comuns, que são fundamentais para a compreensão das propostas e ideias dos *produtores* sobre a educação, ainda não havia, nesse princípio do século XX em Minas Gerais, um consenso a respeito de como deveria se dar a formação profissional. Assim, as questões estão agrupadas em três eixos: instrução dos grupos que dirigiam as atividades produtivas (proprietários e técnicos); organização das relações de trabalho; formação do trabalhador.

#### **4.2 – Sobre a ignorância profissional dos *produtores* e a necessidade de quadros técnicos**

A mobilização em busca de soluções para a crise econômica, impulsionada pela organização do Congresso de 1903, revela que naquele momento representantes das *classes produtoras* mineiras questionavam o seu próprio desempenho na condução das atividades produtivas. Assim, desenvolvendo uma importante autocrítica, alguns deles consideraram que muitas de suas dificuldades decorriam “da ignorância, da incapacidade profissional, quer dos industriais quer dos operários”, como afirmou Carlos Sá Fortes<sup>523</sup>.

No caso dos *produtores*, essa ignorância não estava necessariamente atrelada à frequência aos bancos escolares ou à instrução formal, até porque entre eles havia muitos diplomados no ensino secundário ou superior – dos 30 congressistas investigados na prosopografia, obtive essa informação sobre 16, dos quais 12 eram diplomados no ensino superior e três no secundário. Tampouco, essa ignorância estava relacionada à difusão de saberes elementares, tais como ler e escrever. Ao se referirem à “ignorância” ou à “incapacidade” dos *produtores*, o que estava em discussão era a formação profissional, mais especificamente, a instrução ou as informações que possuíam ou deveriam possuir para a boa condução das respectivas atividades e processos produtivos.

---

<sup>523</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 20 e 21 de abril de 1903, p.1.

Nessa autocrítica, retomavam elementos dos discursos dos “especialistas”, apontando a necessidade de mudar seu modo de ser e agir, por meio do estudo e da ciência aplicada às atividades produtivas. O pecuarista Ulysses Vasconcellos, ao discutir aspectos da “indústria pastoril em Minas”, apontou que por ser a veterinária “uma arte quase ignorada” entre os *produtores*, os estabelecimentos agrícolas estariam “sujeitos ao mais monstruoso charlatanismo”. Para ele, “os capitalistas, que dessa indústria têm pretendido cuidar, não o fazem senão por luxo”, e assim muitas empresas “desaparecem arrastadas pela má orientação e incompetência dos que a dirigem”<sup>524</sup>. Na mesma direção, o parecer da comissão do café mencionava que a agricultura sofreria desse mal, indicando “a insuficiência de instrução profissional dos proprietários” como uma das “causas primordiais” da crise<sup>525</sup>. A comissão do comércio também considerou que o setor padecia com a ignorância, por isso seus membros endossaram a proposta de Burlamaqui, que destacava a necessidade de atrair para as *classes produtoras*, por meio do ensino profissional, “talentos até agora seduzidos somente pelos ouropéis das profissões liberais”<sup>526</sup>.

Considerando a circulação e difusão das ideias que compõem o repertório das *classes produtoras* do período, é interessante retornar, mais uma vez, ao Congresso Agrícola de 1878. Naquele evento, o paulista Moreira de Barros defendeu, entre as necessidades imediatas do agricultor brasileiro, o estudo “que ele deve fazer de sua propriedade”. Lembrando que a falta de mão de obra ameaçava a agricultura no Brasil, argumentou que “se os lavradores precisam de braços, é evidente que precisam também aproveitar melhor os braços de que dispõem, e os processos usados em seus estabelecimentos agrícolas”<sup>527</sup>. José Batista Braziel, do Rio de Janeiro, afirmou que as ciências eram completamente ignoradas pelos fazendeiros, que possuíam a terra, mas não sabiam “se ela é própria para esta produção ou para aquela”<sup>528</sup>. Os representantes de Minas registraram que os poucos cursos de agricultura existentes não eram suficientemente frequentados pela mocidade, por “defeito da organização do nosso ensino superior, onde só há pouco criaram-se algumas escolas especiais de agricultura”, ou porque se acreditava que “os mais seguros meios de chegar à fortuna e à posição seriam unicamente os graus conferidos pelas faculdades de medicina, direito, engenharia civil e militar, marinha e

<sup>524</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 08 de maio de 1903, p.4.

<sup>525</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 18 de maio de 1903, p.1-7.

<sup>526</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 08 de maio de 1903, p.3. A expressão “profissões liberais” é usada na linguagem coloquial do século XIX para designar três profissões: a medicina, a advocacia e o magistério. Segundo Eduardo Campos Coelho (1999, p. 23), as profissões liberais eram consideradas “as escolhas mais apropriadas aos indivíduos livres e aos espíritos independentes”.

<sup>527</sup> CONGRESSO..., 1878, p.185.

<sup>528</sup> *Ibidem*, p.141.

mesmo ordens sacras”<sup>529</sup>. Nota-se, assim, que no Congresso de 1878 os produtores agrícolas já esboçavam sua autocrítica, indicando a necessidade de assimilação de novas técnicas, métodos e informações capazes de promover *os melhoramentos da agricultura* brasileira, em contraponto à constatação de atraso ou estagnação desse setor.

No final do século XIX, era crescente a defesa da modernização da agricultura brasileira pela introdução de novos métodos e técnicas de produção e por meio do ensino profissional. Assis Brasil (1857-1938), político e pecuarista gaúcho, foi, conforme Mendonça, um dos precursores dessa visão no país, o que o teria motivado a elaborar um manual “da agricultura progressista”, visando à difusão de técnicas, métodos e máquinas agrícolas<sup>530</sup>. Como nos periódicos especializados em atividades produtivas, essa bandeira foi levantada pela Sociedade Nacional de Agricultura<sup>531</sup>, cujos fundadores, muitos egressos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, pretendiam aperfeiçoar “os trabalhos agrícolas mediante a aplicação da ciência aos campos”<sup>532</sup>.

À medida que a Razão consagrava-se como princípio ordenador de uma realidade dada a conhecer a partir da observação e por ela apropriada pela via do conhecimento empírico, a Ciência erigia-se no instrumento a ser vulgarizado de modo a dar conta da rapidez das mudanças e do progresso nos tempos modernos<sup>533</sup>.

Nesse contexto, representantes das *classes produtoras* no Congresso de 1903 apontavam os efeitos nocivos do “escoamento de todas as nossas inteligências e aptidões para as chamadas profissões liberais” e para o funcionalismo público, retomando as críticas de seus contemporâneos e antecessores ao descaso para com a instrução agrícola<sup>534</sup>. Ao lado das censuras ao bacharelismo, houve críticas à organização escolar, que, conforme o parecer dos *produtores* de Monte Alegre, não oferecia à mocidade nenhuma perspectiva prática. Assim, aqueles que decidissem trabalhar bateriam “à porta das chamadas forças vivas” e diriam:

- Desejo entrar para o comércio.
- Que sabes? Pergunta-lhe o comércio.
- Sei que Péricles era um grande legislador grego, que Napoleão I morreu na Ilha de Santa Helena; sei quem foi Ricardo, Coração de Leão, Floriano, Marechal de Ferro, e sei os mandamentos da lei de Deus...

<sup>529</sup> CONGRESSO..., 1878, p.55.

<sup>530</sup> MENDONÇA, 1997, p.30.

<sup>531</sup> Os estatutos formais da Sociedade Nacional de Agricultura foram aprovados em janeiro de 1897.

<sup>532</sup> MENDONÇA, 1997, p.43.

<sup>533</sup> Ibidem, p.68.

<sup>534</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 08 de maio de 1903, p.2-5.



O comércio sorri, mete-lhe no braço uma manga de alpaca, [...] e promete começar a dar-lhe ordenado quando ele souber qualquer coisa de mais prático<sup>535</sup>.

Outras vezes batem à porta da indústria:

- Desejava ser industrial.

- Já viu de perto alguma máquina?

- Já, sim senhor.

- Qual?

- A máquina de costura da minha avó.

A indústria sorri, admite por favor nas suas oficinas e nada lhe aproveitam os vários anos que gastou a traduzir – Ovídio, Tito Lívio, Cícero, Horácio, [...] e saber quantas eram as pessoas da Santíssima Trindade!...

Se bate a porta da agricultura, a mesma cena!

E assim a escola não lhe dando caráter, disciplina, resistência, nem conhecimentos práticos, a mocidade sai de lá desarmada para a luta e entra na vida sem resistência física nem resistência moral<sup>536</sup>.

É notório que as personagens desse irônico comentário, que não tinham quaisquer conhecimentos sobre o mundo da produção, teriam estudado Latim e História Universal, conteúdos que não eram aprendidos na escola elementar, mas no ensino secundário ou, em certos casos, no ensino doméstico, ambos quase exclusivamente frequentados por jovens das elites<sup>537</sup>. Desde a década de 1870, instaurara-se um debate legislativo acerca dos objetivos do ensino secundário, ao qual “se procurava confiar a missão mais ampla de formar integralmente os cidadãos, habilitando-o, não apenas para o ingresso nos estudos superiores, mas pra enfrentar [...] as necessidades complexas e variadas da vida social”<sup>538</sup>. Nesse debate, um grupo de parlamentares dava grande importância à dimensão que deveria ser ocupada pelos estudos científicos no âmbito do secundário, em contraposição à formação estritamente humanística e à finalidade desses estudos. Conforme Haidar, para os reformistas, “às humanidades continuaria reservada a missão de formar integralmente o homem; à ciência incumbiria a tarefa de prepará-lo praticamente para as novas necessidades da sociedade moderna”<sup>539</sup>. Apareceram, nesse contexto, propostas de diversificação dos estudos secundários, inspiradas principalmente no ensino francês, em que se vislumbrava a criação de um ensino profissional de nível médio e a manutenção do ensino secundário desinteressado, destinado a formar e a robustecer o espírito, preparando para os estudos superiores. Nas décadas seguintes, não obstante as críticas e as propostas de reforma, observa Haidar, o ensino secundário brasileiro iria manter seu caráter original, propedêutico e humanístico.

<sup>535</sup> Com a lã de alpaca, ruminante encontrado no sul do Peru e Oeste da Bolívia, fabricava-se uma manga, usada principalmente por escriturários, que cobria o antebraço e evitava o desgaste de suas camisas durante o trabalho.

<sup>536</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 19 de maio de 1903, p.1-5.

<sup>537</sup> O programa do ensino primário recebeu alterações ao longo de século XIX, no entanto, na maior parte das escolas brasileiras sua prática se restringiu ao ensino do ler, escrever e contar (SOUZA, 1998).

<sup>538</sup> HAIDAR, 2008, p.128.

<sup>539</sup> Ibidem, p. 130.

Desse modo, ainda que a instrução do trabalhador fosse uma importante demanda das *classes produtoras* mineiras, o exame das fontes torna bastante evidente a grande preocupação com a formação dos *produtores*, ou seja, os futuros dirigentes das atividades produtivas, e de quadros técnicos, tais como agrônomos e veterinários, diversificando as possibilidades de formação profissional para aqueles que poderiam se dedicar a estudos médios ou superiores. Por isso, os congressistas expressaram propostas para instruir os *produtores* e formar quadros técnicos que pudessem contribuir para sanar o mais rapidamente possível o problema da falta de conhecimentos profissionais.

Os representantes das *classes produtoras* argumentavam que não haveriam de encontrar em especulações puramente teóricas as soluções para a crise econômica, o que foi pressuposto na organização do Congresso. Buscavam distinguir-se de outros grupos que propunham diagnósticos e prognósticos para o avanço do país adotando a prática como critério de verdade, mas com eles compartilhavam a crença de que abandonar o estudo das ciências que auxiliariam as atividades produtivas seria permanecer em atraso. Por isso, pretendiam aliar o estudo teórico dessas ciências à realização de experimentos que lhes possibilitassem obter conhecimentos aplicáveis às atividades produtivas.

Monteiro de Andrade, que entre suas ocupações se destaca como cafeicultor, apontou para esta questão, argumentando que não seria “próprio de homens inteligentes deixar andar os seus negócios à mercê das circunstâncias naturais”, mas era preciso buscar proteção contra “os efeitos desastrosos a que estão sujeitos os indivíduos ou sociedades” no que “a observação e a ciência mostram como mais certos”. Monteiro de Andrade acreditava que a superabundância da cafeicultura decorria da ignorância dos proprietários, que continuavam comprometendo “capital e trabalho neste ramo da lavoura”, em vez de se lançarem a outras culturas – lembrando que desde a organização do Congresso a diversificação da produção fora defendida como condição para o progresso econômico. Para o cafeicultor, além disso, os solos mineiros já teriam perdido a fertilidade disponível nos momentos iniciais da cafeicultura, e a produtividade dependeria da aplicação de fertilizantes específicos, “adotados em todos os países e só ignorados de nós, lavradores brasileiros”, “devido à força dos nossos hábitos rotineiros”<sup>540</sup>. Assim, a exploração agrícola estaria limitada por depender de proprietários “desprovidos dos mais rudimentares preceitos agrícolas”. A solução para este problema viria com a “agricultura cientificamente exercida”<sup>541</sup>, o que dependeria da organização do ensino

---

<sup>540</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 16 de abril de 1903, p.1-4.

<sup>541</sup> A esse respeito, Sérgio Buarque de Holanda (1993, p. 39) comenta, em *Raízes do Brasil*, a persistência da utilização de antigas técnicas de plantio na América Latina, como a resistência ao uso do arado, no lugar da

profissional agrícola, “primeiramente sob o ponto de vista prático, para que possa dar logo os primeiros resultados, vindo em seguida a forma superior, quando for de noção corrente entre os agricultores, a aplicação dos processos mecânicos da cultura”<sup>542</sup>.

Sá Fortes, seguindo a posição dos “especialistas”, defendeu a importância de aliar a teoria à prática<sup>543</sup>. Para ele, se por um lado “a teoria pura frequentemente induz[ia] o agricultor a falsos raciocínios”, podendo “originar concepções quiméricas que se dissipam diante das dificuldades reais da prática”, por outro, “querer ou acreditar que um povo possa progredir e engrandecer-se sem as luzes da ciência é um disparate”<sup>544</sup>. Assim, a prática não dispensaria “a teoria, que se funda na observação e interpretação científica de uma série sucessiva de fatos, estudando as leis que presidem à sua produção, indicando os meios de obter a reprodução daqueles diante da diversidade das condições da natureza em cada tempo e lugar”. Por isso, ao defender a difusão do ensino profissional, Sá Fortes insistiu que a ele fossem atribuídas dimensões teóricas e práticas:

Apreciando o progresso agropecuário de todos os países onde ele é uma realidade, chega-se forçosamente à convicção de que é ele devido absolutamente à vasta disseminação do ensino teórico e prático das ciências agrônomicas e especialmente de zootecnia; profusamente disseminadas, são encontradas ali, escolas agrícolas, estações agrônomicas, institutos zootécnicos, escolas de leiteria, campos de experiência e demonstração, onde velhos e novos agricultores e industriais vão apreciar e aprender os mais aperfeiçoados processos de cultura, e os modernos métodos de exploração zootécnica<sup>545</sup>.

Entre os participantes do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, Sá Fortes foi o que mais detidamente se dedicou à questão do ensino, deixando uma variedade de propostas que merecem ser estudadas com atenção. Para o pecuarista, instrução e produção eram “fatores da riqueza física e moral de um povo”. A instrução seria a condição *sine qua non* para a prosperidade; sem ela não poderia existir “produção vantajosa, quer na ordem física e material, quer na ordem moral e intelectual”, e sua ausência levaria um povo à pobreza, ao

---

enxada e da pá, e o hábito de produzir queimadas para o desbravamento do solo. O autor aponta que mesmo os imigrantes alemães e italianos, possivelmente conhecedores de técnicas mais avançadas usadas em seus países, acomodaram-se ao “tradicional sistema brasileiro”. A persistência dos hábitos rotineiros teria sido reforçada pelo malogro de algumas técnicas desenvolvidas na Europa, mas inadequadas aos solos tropicais e subtropicais. Sérgio Buarque de Holanda argumenta que os lavradores optavam por retomar ou manter antigos métodos e instrumentos, e não pelo “exame prévio das peculiaridades do solo, antes de se introduzirem aperfeiçoamentos na técnica agrária”, que possivelmente necessitariam ser adaptadas.

<sup>542</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 16 de abril de 1903, p.1-4.

<sup>543</sup> A defesa da experiência prática, aliada ao estudo e à teoria, segundo Mendonça (1997, p.84), foi um dos recursos retóricos utilizados por expoentes do ruralismo brasileiro na Primeira República, firmado na oposição entre políticos e homens de ação, na qual a estes caberia “o monopólio do discurso autorizado posto que oriundo do conhecimento aplicado: tal seria a tônica, sobretudo, dos ruralistas formados em engenharia e agronomia”

<sup>544</sup> SÁ FORTES, 1903, p.94-95.

<sup>545</sup> Ibidem, p.95.

“aniquilamento e absorção pelos mais fortes”. Com base nisso, apontava que “o retardamento e a lentidão do nosso progresso agrícola e industrial é principalmente devido à falta de instrução técnica e profissional”<sup>546</sup>. Por isso, propôs o estabelecimento de campos de experiência e demonstração, estações agronômicas e instrutores ambulantes, além da criação de escolas superiores e institutos agronômicos, zootécnicos e veterinários – dentre os quais destaca a criação de uma escola de Agricultura e Zootecnia, modelada pela *Escuela de Agricultura y Ganadería de Córdoba*, na Argentina.

Sá Fortes reconhecia que, pela situação econômica de Minas, não poderia aconselhar a criação de estabelecimentos modelados “em tudo pelos mais aperfeiçoados de países adiantados”, mas defendia que era preciso criá-los dentro das condições disponíveis no estado. Acreditava que, em momento posterior, quando surgissem “aspirações mais exigentes e elevadas” é que outros estabelecimentos de ensino mais “completos e aperfeiçoados” poderiam e deveriam ser criados. Esta visão sustentava-se na crença de que o atraso produtivo e a rotina não seriam superados por meio de uma ação repentina, mas “palmo a palmo”, em um “combate tenaz e contínuo”. O pecuarista achava que no Brasil não havia “bagagem científica preparatória” e “estímulo natural” a mudanças repentinas e, mesmo que “em um só ano fossem criados toda a sorte de estabelecimentos de ensino técnico e profissional”, eles fechariam por falta de alunos<sup>547</sup>.

Ao tocar no assunto, Sá Fortes parece ter conhecimento do reduzido número de inscritos que haviam recebido os institutos de ensino agrícola do estado, Botelho, que investigou a trajetória do Instituto Agrônomo de Itabira, afirma que, entre 1895 e 1898, “poucos alunos se inscreveram [na instituição] e, em algumas datas, nenhuma inscrição foi feita, mesmo tendo o prazo sido prorrogado”<sup>548</sup>. Conforme o autor, a reduzida procura aos institutos relacionava-se, sobretudo, à exigência de exames preparatórios e à distância da instituição com relação aos principais centros urbanos, onde estariam a maior parte de seus potenciais alunos. Botelho aponta, além disso, que o Instituto, cujo ensino era mais teórico do que prático, enfrentou inúmeras dificuldades em seus quatro anos de funcionamento: faltavam-lhe ainda recursos e professores. A difusão do ensino agrícola – e do profissional, de modo geral – envolvia enfrentar questões complexas, algumas muito arraigadas na cultura, tais como a “novidade” representada pelo discurso em favor da aplicação da ciência e do conhecimento sistematizado, que em certa medida deslegitimava e desautorizava os saberes

---

<sup>546</sup> SÁ FORTES, 1903, p.93-94.

<sup>547</sup> Ibidem, p.96-97.

<sup>548</sup> BOTELHO, 2009, p.97.

da experiência, e o prestígio dos diplomados nas tradicionais academias de Direito, Medicina e Engenharia, que atraía os que poderiam frequentar a instrução superior.

Sá Fortes considerava que a ação do governo deveria começar atendendo às aspirações de “industriais e agricultores” e para tanto recomendou a instalação de estações agronômicas, acreditando que nelas poderiam ser realizados vários tipos de trabalho, capazes de incitar *produtores* a “melhorar os processos de exploração, por meio de demonstrações práticas”. Para o pecuarista, além das experiências científicas, esses estabelecimentos realizariam “análises de terras, águas, adubos, forragens, leite, vinho, álcool e toda sorte de produtos agrícolas e industriais” e poderiam oferecer cursos teóricos e práticos regulares ou temporários, conforme a necessidade da região onde fossem instalados<sup>549</sup>. Recomendava a criação de estações especializadas em diferentes atividades, como leiteria, viticultura e sericultura, mas acreditava que haveria dificuldade de “encontrar pessoal idôneo e habilitado para dirigir e desempenhar as diversas funções dos estabelecimentos técnicos”. Por isso, sugeria a fundação de uma escola superior de agronomia, “onde os filhos de Minas possam receber uma educação profissional mais completa”<sup>550</sup>. Assim, haveria condições de formar profissionais que pudessem constituir um corpo docente nacional, acabando com a necessidade de contratação de professores estrangeiros. Evidentemente, essa proposta de Sá Fortes não se direcionava aos trabalhadores ou, conforme suas palavras, à “grande maioria de analfabetos e semianalfabetos” que constituía o povo mineiro<sup>551</sup>.

O pecuarista, após um “minucioso diagnóstico da realidade mineira”, como afirmou Maria Auxiliadora Faria, propôs uma instituição que atendesse a segmentos privilegiados da sociedade que poderiam cursar o ensino superior e, mais especificamente, aos membros das *classes produtoras*<sup>552</sup>. Entre as diversas modalidades que poderiam ser criadas, Sá Fortes destacou a adoção do modelo da *Escuela de Agricultura y Ganadería de Córdoba*. Embora considerasse que outras escolas estrangeiras poderiam inspirar a criação de um estabelecimento de ensino profissional em Minas Gerais, a preferência pela indústria pecuária e o sistema de culturas adotado naquela instituição o faziam acreditar que o modelo de Córdoba estaria mais próximo da realidade mineira, ainda que precisasse de “pequenas modificações”<sup>553</sup>. Não se pode perder de vista, portanto, que o pecuarista sugere uma

---

<sup>549</sup> SÁ FORTES, 1903, p.98.

<sup>550</sup> Ibidem, p.99.

<sup>551</sup> Ibidem, p.94.

<sup>552</sup> FÁRIA, 1992, p. 188.

<sup>553</sup> Sá Fortes (1903, p.100) afirmou que “mais tarde, lenta e progressivamente, outros institutos de educação profissional agrícola poderiam ser fundados, sobressaindo entre eles os institutos de Zootecnia e Veterinária, as escolas de leiteria com recursos regulares e completos para o ensino teórico e prático, como os de Mamirrolle ou

instituição cujo ensino fosse voltado para a atividade econômica que ele próprio exercia e que essa medida foi aprovada no âmbito da comissão da pecuária, muito embora atendesse também ao intuito de diversificação das atividades produtivas defendida no Congresso. Esta convergência certamente concorreu para que a proposta de Sá Fortes fosse acolhida entre as recomendações finais do evento.

As propostas de ensino agropecuário apresentadas por Sá Fortes, principalmente a do instituto modelado pela escola de Córdoba, foram mencionados em alguns trabalhos historiográficos sobre o ensino agrícola em Minas Gerais que, no entanto, dão maior destaque aos argumentos apresentados pelo pecuarista em defesa desse tipo de instrução do que às diferentes modalidades, conteúdos e público a que estariam destinadas<sup>554</sup>. Machado, ao “estudar a contribuição de João Pinheiro para a educação do trabalhador do campo”, é o autor que as aborda com mais detalhamento, apresentando o plano de ensino da escola de Córdoba, anexado por Sá Fortes em seu relatório<sup>555</sup>. Entretanto, assim como os demais autores, Machado não menciona que propostas como da escola de agronomia não eram destinadas aos trabalhadores, mas às elites, sobretudo *produtoras*<sup>556</sup>.

Segundo o documento que estabelece a “Organização Geral e o Plano de Estudos da Escola Prática de Agricultura e Pecuária de Córdoba”, publicado por Sá Fortes em seu relatório, a instituição admitiria como aluno regular aquele que, tendo completado 17 anos de idade, soubesse “ler e escrever corretamente, conhecer a Geografia e a História pátria e os princípios fundamentais das Matemáticas (Aritmética e Geometria elementar)”. Antes de aspirar a uma vaga regular na *Escuela de Córdoba*, os rapazes, portanto, precisariam ter recebido, no mínimo, a instrução elementar<sup>557</sup>. Em um estabelecimento que adotasse tal parâmetro, evidentemente os alunos regulares não seriam egressos do grupo de analfabetos e semianalfabetos que compunha majoritariamente a categoria de trabalhadores nacionais.

---

outros, e uma escola de Agricultura e Aclimação, segundo o plano de organização da escola de Grignon, em França”.

<sup>554</sup> Dentre eles, Maria Auxiliadora Faria (1992) e Vinícius Machado (2010).

<sup>555</sup> MACHADO, 2010, p.10.

<sup>556</sup> Embora demonstre que algumas conclusões do Congresso de 1903 foram implantadas por Pinheiro, no trabalho de Machado a autoria das propostas de Sá Fortes é diluída em uma espécie de produção coletiva, na qual se considera que “as questões expressas pelos comissários refletem sensibilidades partilhadas por um grupo que, nesse momento, era liderado por João Pinheiro e Francisco Sales” (2010, p.69). Machado entende que Pinheiro corroborava com Sá Fortes a proposta de ensino agropecuário e que essa proposta seria destinada à instrução do trabalhador do campo.

<sup>557</sup> Havia também a possibilidade de frequentar algumas classes como alunos ouvintes. Nesse caso, bastaria uma solicitação à diretoria da instituição. Os ouvintes deveriam se submeter às disposições que lhes fossem ditadas pela direção e não estariam sujeitos a exames. Pode-se depreender que essa categoria de aluno não receberia os diplomas institucionais, embora lhe fosse concedido acesso a determinados conhecimentos ministrados na escola.

Ainda conforme o documento apresentado por Sá Fortes, a escola de Córdoba atenderia a objetivos amplos, instruindo os alunos:

- a) Na execução das diversas operações do cultivo: trabalho do solo, plantações, modos de colheitas, conservação e utilização do produtos, etc;
- b) No manejo e montagem de máquinas e utensílios agrícolas;
- c) Na cria, alimentação, engorda, cuidados do gado etc;
- d) Nos trabalhos relativos à transformação industrial de produtos agropecuário;
- e) Nas questões relativas à enfermidades, pragas, etc., que prejudicam à agricultura e à pecuária<sup>558</sup>.

Os alunos frequentariam cursos de agricultura geral e especial; pecuária; arboricultura, horticultura e jardinagem; indústrias rurais; meteorologia agrícola; cursos práticos de construções rurais; aritmética e geometria aplicadas; noções de botânica e química elementares. Além disso, Sá Fortes sugeria que nas escolas a serem criadas em Minas Gerais fosse acrescentado o “curso de economia rural e contabilidade”<sup>559</sup>. Os cursos teriam a duração de dois anos, e os alunos poderiam optar por cursar mais um para se especializarem em determinado ramo agropecuário: leiteria, horticultura, arboricultura frutífera e florestal e arte veterinária. Nesses cursos também poderiam se inscrever “o agricultor e o proprietário rural que desejar [sic] adquirir conhecimentos especiais sobre essas matérias”<sup>560</sup>. O “plano” da escola de Córdoba não menciona, entretanto, o grau que seria conferido aos alunos que concluíssem os cursos. O único indício a esse respeito é o comentário de Sá Fortes, defendendo a criação de uma escola superior de agronomia, tomando o modelo de Córdoba<sup>561</sup>.

Enquanto o médico e pecuarista enfatizava a necessidade de ensino agropecuário, Burlamaqui, presidente da Associação Comercial de Minas, recomendava a organização do ensino comercial. Juntamente com a oferta do ensino comercial nas escolas primárias – questão que será explorada nas discussões sobre a formação do trabalhador – Burlamaqui propunha o estabelecimento de uma escola secundária “subvencionada pelo Estado e funcionando sob imediata vigilância da Associação comercial”, em que a prática fosse simultânea ao ensino teórico. Burlamaqui enfatizou a necessidade de modéstia e senso prático nos primeiros ensaios de difusão do ensino profissional. Para ele, era preciso cautela para que

<sup>558</sup> SÁ FORTES, 1903, p.103.

<sup>559</sup> Ibidem, p.109.

<sup>560</sup> Ibidem, 1903, p.107.

<sup>561</sup> Conforme Ruiz *et al.* (2008, p. 253), sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura Argentino havia três tipos de escolas agrícolas: “escuelas agrícolas primarias, escuelas de agricultura y ganadería, escuela de vinicultura”. Conforme os autores, “las primeras se orientaron a formar personal apto para dirigir una chacra, las segundas para dirigir establecimientos agrícolas y ganaderos en sus diferentes producciones y la tercera en formar peritos en la explotación de viñedos, elaboración de vinos e industrias anexas”.

as novas escolas não se convertessem, “em outros tantos focos do doutorismos; aí está o exemplo citado da Academia do Comércio de Juiz de Fora”. Para tanto, sugeria que criassem instituições de ensino secundário, para as quais não seriam exigidos exames preparatórios, acreditando que desse modo a escola atrairia maior número de alunos e evitaria o “academicismo”. Propunha, então, um ensino de três anos:

O português e o francês, o inglês ou o alemão, a escrituração mercantil e a contabilidade, a matemática aplicada ao comércio, noções de ciências físicas e naturais para o estudo simultâneo das mercadorias, elementos de geografia comercial, algumas vistas de conjunto sobre comerciologia e uma exposição concreta da legislação comercial: eis tudo. Nada de programas espetaculosos, nada de uma multiplicidade de disciplinas, que viria comprometer o que é mais necessário<sup>562</sup>.

O corpo docente da instituição seria formado por seis ou sete professores, e para a prática dos alunos deveria ser criado um museu comercial. Para a manutenção da escola, Burlamaqui recomendava a oferta de uma “subvenção mínima” pelo Estado, além de donativos da “classe”.

A aprovação das propostas de Sá Fortes e de Burlamaqui nas respectivas comissões especiais do Congresso confirmam que havia demanda pela formação técnica e profissional dos *produtores*. Pretendia-se, assim, dotá-los de competências técnicas necessárias ao melhor aproveitamento das atividades produtivas. No entanto, era sabido que, naquele período, os egressos das escolas secundárias e superiores agropecuárias e comerciais não desfrutavam do elevado prestígio conferido aos diplomados nas profissões liberais, o que fazia das faculdades tradicionais a opção mais atraente para os filhos das elites<sup>563</sup>. Pode-se conjecturar que os *produtores*, sobretudo aqueles que não compunham os grupos mais privilegiados das elites ou que teriam alguma dificuldade de acesso e permanência nas tradicionais escolas superiores, buscassem criar novos estabelecimentos que, além de lhes conferir graus superiores, legitimariam os saberes técnicos, elevando o *status* de seus egressos como detentores de conhecimentos específicos e aplicáveis ao mundo da produção.

Outros congressistas evidenciaram a expectativa de formação de quadros técnicos, demandando a formação de engenheiros. Esse foi o caso de Josaphat Bello, que em artigo sobre a exploração das fontes de águas minerais e termais apontou que o médico, “por mais

<sup>562</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 08 de maio de 1903, p.2-3.

<sup>563</sup> Eduardo Campos Coelho (1999) mostra a complexa discussão sobre o prestígio das profissões tradicionais do período imperial. Conforme Coelho, o prestígio dos médicos decorria mais de sua clientela e erudição do que de uma “estrita avaliação de sua competência profissional”. Estimar o prestígio da advocacia seria ainda mais complicado, “dada a variedade de praticantes que a noção podia encobrir”. Para o autor, o prestígio dos bacharéis decorria mais de sua atuação na política ou ocupação de cargos públicos do que do exercício da advocacia.



ilustre e competente que seja, não é um químico analista”. Para Bello, as fontes só se tornariam um fator de riqueza para Minas Gerais se houvesse a intervenção de um profissional com “conhecimentos de docimasia<sup>564</sup> e, portanto, de química mineral, e uma prática constante em laboratórios, conhecimentos estes que são obtidos em anos de estudos especiais como existem professados nas Escolas de engenharia de minas”<sup>565</sup>. O industrial Frederico Augusto Alvares da Silva, que como Bello era diplomado em engenharia, considerou a “falta do engenheiro que aconselhe o melhor processo de produção, a máquina mais apropriada, moderna e econômica” como um dos entraves para o avanço econômico do país. “A falta do engenheiro é incontestável”, afirmou, defendendo que “para provocar a preferência dos nossos patrícios por esta especialidade Engenharia Industrial” poderiam ser instituídos prêmios de viagem, “conferidos àqueles mineiros que, seguindo este curso, obtiverem em todas as cadeiras aprovações plenas”. Para Alvares da Silva, a produção de qualquer riqueza dependeria de três elementos: “terra, trabalho e capital”. O elemento “trabalho” englobaria duas partes: o trabalho físico, realizado pelo operário, e o trabalho intelectual, de mestres e engenheiros<sup>566</sup>.

E nem se veja contradição entre o afirmar a existência da capacidade industrial, ao mesmo tempo em que a falta do engenheiro: as funções são distintas, embora, ocasionalmente, e as mais das vezes inconvenientemente, se encontrem reunidas em um só indivíduo<sup>567</sup>.

George Chalmers, ao responder as questões sobre a mineração, destacou a importância do engenheiro formado na Escola de Minas, capaz de “levantar a planta dos rios de aparência mais animadora”, de “dizer com razoável segurança que porcentagem desse ouro poder-se-á extrair e mostrar o capital necessário às despesas de exploração, etc.”<sup>568</sup>. Segundo Chalmers, tarefas que para leigos pareceriam impossíveis, seriam um “trabalho simples e direito” para engenheiros habilitados. Por isso, propôs que o governo nomeasse uma comissão de engenheiros de minas para atuar nas regiões mineradoras do estado. Destacando essa questão, Chalmers afirmou, com relação à exploração dos rios de Minas Gerais, que teria

[...] boas razões para crer que, se o trabalho fosse entregue a engenheiros realmente habilitados, que o executassem perfeitamente, antes errando para menos do que para mais no cálculo do valor, e para mais do que para menos

<sup>564</sup> Docimasia é o “estudo que tem como objetivo determinar a proporção dos metais contidos nos minérios” (In: HOUAISS, 2009, p.704).

<sup>565</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 16 de abril de 1903, p.1-4.

<sup>566</sup> Conforme Alvares da Silva, “o mestre poderia constituir uma categoria intermediária”, pois reconhecia que “as linhas de separação não são nítidas” (CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 29 de março de 1903, p.3-6).

<sup>567</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 29 de março de 1903, p.3-6.

<sup>568</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 09 de abril de 1903, p.1-4.

no das dificuldades relativas à concessão – tenho boas razões para crer, nessas condições, que o governo do Estado venderia muitos dos rios, atualmente inúteis<sup>569</sup>.

A demanda pela formação de um segmento da sociedade dotado de competência técnica e/ou científica, quer formado em escolas superiores de engenharia, quer em institutos agrônômicos, indicava a necessidade de profissionais munidos dos conhecimentos necessários para conduzir a modernização produtiva do estado, aspecto do discurso dos *produtores* que converge com os dos “especialistas”. Nas propostas para o avanço econômico de Minas defendidas pelas *classes produtoras*, no entanto, aparecia uma visão antibacharelesca, indiciária de divergências entre propostas de difusão do ensino formulados pelos *produtores* e aquelas apresentadas, por exemplo, por egressos das Faculdades de Direito. A respeito dessa questão, Mendonça afirma que se construía nesse período “a diversificação dos canais de formação dos segmentos dominantes”, logo, seria de se esperar que essa diversificação se manifestasse em diferentes propostas de formação<sup>570</sup>. Durante o Congresso de 1903, representantes das *classes produtoras* legitimavam novas categorias profissionais, como engenheiros, agrônomos e veterinários entre as que poderiam concorrer para a modernização e o progresso econômico.

Apesar de defenderem a instalação de escolas especializadas, os comissários e congressistas acreditavam que o processo, assim como a formação nessas instituições, exigiria tempo e recursos maiores do que a urgência da situação lhes permitia. Por isso, ao lado das propostas de instrução pela via da escolarização elaboraram recomendações, visando a sanar o mais imediatamente possível a grande carência de informações e conhecimentos necessários para a condução das principais atividades econômicas desenvolvidas no estado. Frederico Alvares da Silva, por exemplo, defendeu a instituição, pelo governo de Minas, de uma “Diretoria da Indústria” incumbida de “prestar esclarecimentos claros, precisos e prontos àquelas que os solicitarem”, fornecendo dados estatísticos e comerciais, tais como informações sobre preço de produtos, matérias primas, fretes, impostos, máquinas etc. Além disso, se encarregaria de “mandar traduzir todas as obras, escritas com caráter acentuadamente prático, como há tantas, versando sobre as diversas indústrias e artes, e as venderia por preço baixo”. Essa diretoria deveria ser ocupada por um “industrial competente e prático”, auxiliado pelos professores da Escola de Minas. Desse modo, Álvares Silva defendia

---

<sup>569</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 09 de abril de 1903, p.1-4.

<sup>570</sup> MENDONÇA, 1997, p.92.

que o Estado deveria facilitar aos *produtores* os conhecimentos que lhes fossem necessários<sup>571</sup>.

Durante a organização e a realização do Congresso, muito se falou sobre a necessidade de traduzir e publicar tratados práticos sobre diversos ramos de produção<sup>572</sup>. A comissão de fiação e tecelagem apontou que essa era “uma necessidade que resulta[va] da falta de ensino profissional”. Seria, portanto, “um meio simples e sobretudo econômico, para se conseguir o bom mestre nacional cuja falta junto à outra sensível do engenheiro, é um dos grandes embaraços com que luta o fabricante mineiro e que dificulta o desenvolvimento e o progresso da indústria”<sup>573</sup>. Para suprir a carência de informações dos *produtores*, a comissão de pecuária recomendou a distribuição larga e gratuita do relatório de Sá Fortes – que foi publicado pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ainda no ano de 1903 – e a criação da “Revista Agrícola, Comercial e Industrial, na qual sejam dadas todas as informações de estatísticas e outras que possam interessar a indústria agropecuária”<sup>574</sup>.

Juntamente com essas medidas, como foi dito, foi defendida a criação de estações agronômicas, campos de demonstração e laboratórios para a análise de terras, de águas, de produtos agropecuários ou matérias-primas para produzir e distribuir informações aos proprietários – além de oferecerem o ensino prático aos trabalhadores. Entre as conclusões do Congresso de 1903 há, ainda, a demanda pelo estabelecimento imediato de “uma comissão técnica semelhante ao corpo de engenheiros de minas que têm outros países”, que se encarregaria “oficialmente do estudo e de pesquisas, não só no leito dos rios, como nas jazidas minerais e metalíferas, nos terrenos do domínio do Estado ou nos de particulares, que o requererem”; pela criação de uma repartição para a organização de estatísticas sobre a produção agrícola, comercial e industrial; pelo estabelecimento de uma seção técnica de agricultura, indústria e minas e de uma seção para exposição de produtos mineiros, instalada

---

<sup>571</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 29 de março de 1903, p.3-6.

<sup>572</sup> Em *Aspectos da Ilustração Brasileira*, Maria Odila Dias observa uma tendência aos estudos científicos, de natureza empírica e pragmática, entre os estudantes brasileiros que frequentaram a Universidade de Coimbra nas últimas décadas do século XVIII e que optaram por uma formação com ênfase nas ciências naturais e matemáticas, em detrimento das humanidades clássicas. Conforme a autora, essa tendência teria despontado nos tempos de Pombal, com a valorização “[d]aqueles estudos de que resultasse alguma utilidade para a sociedade”, principalmente para a agricultura (2005, p.43). Dias afirma, ainda, que em busca de meios para diversificar os rendimentos da Coroa Portuguesa, Pombal solicitou aos governadores e capitães-gerais estudos sobre a flora e produtos potencialmente comercializáveis existentes na colônia, o que estimulou a produção de tratados e memórias por “ilustrados” brasileiros, oriundos de famílias de grandes proprietários agrícolas e negociantes, além da tradução de publicações sobre diversos ramos da agricultura para serem distribuídos entre os lavradores da colônia. Maria Odila Dias traz também a interessante hipótese de que esta tendência, que associava formação intelectual em estudos jurídicos, conhecimento científico úteis e pragmatismo, teria atravessado o século XIX e chegado aos primeiros anos da República, marcando as iniciativas de promoção do progresso material no Brasil.

<sup>573</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 21 de maio de 1903, p.2-5.

<sup>574</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 18 de maio de 1903, p.1-5.

na Capital Federal, para prestar “aos produtores informações sobre o valor, exigências de mercado e possibilidade de colocação dos produtos”<sup>575</sup>.

Não há dúvida de que os representantes das *classes produtoras* mineiras reconheciam a insuficiência de seus conhecimentos para produzir o progresso e modernizar as diversas atividades econômicas do estado. Certos grupos, inclusive, já começavam a se organizar para tentar suprir algumas dessas carências. Este é, por exemplo, o caso do grupo que constituiu a Associação Comercial de Minas, atribuindo-lhe, entre suas finalidades, a de “organizar e manter a estatística comercial e industrial de todo o Estado, e especialmente da cidade de Minas [Belo Horizonte]”<sup>576</sup>. Pouco mais de dois meses após a publicação de seus estatutos, a Associação criou o jornal *O Commercio de Minas* com o propósito de “pugnar, larga, acurada e incessantemente pelos interesses, melhoramentos e progresso do comércio em todas as suas modalidades, da indústria em todos os seus variados ramos, da arte em todas as suas divisões”<sup>577</sup>. Outro objetivo do impresso era “advogar a causa da instrução primária ou popular e da instrução secundária ou média, tratando largamente de sua defesa e aperfeiçoamento”. Na mesma edição e página, sob o título de “Opinião valiosa”, são publicados trechos de uma carta enviada por Francisco Baptista de Oliveira, fundador da Academia de Comércio de Juiz de Fora a Gonçalves Ferreira, membro da Associação, sugerindo “que o primeiro passo da nascente associação seja o da realização de uma *Universidade das Carreiras Técnicas*, em Belo Horizonte”<sup>578</sup>.

Embora comessem a se organizar em associações e a promover iniciativas particulares, como a criação da Academia de Comércio e a Escola Agrícola de Juiz de Fora, além do jornal *Commercio de Minas*, os representantes das *classes produtoras* reconheciam a necessidade de ter o apoio do Estado para a manutenção dessas ações<sup>579</sup>. Até mesmo a recomendação de criarem-se associações comerciais nas principais praças de Minas, feita pelos representantes do comércio no Congresso, foi acompanhada da premissa de que elas

---

<sup>575</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.1-5.

<sup>576</sup> ASSOCIAÇÃO..., 1901.

<sup>577</sup> O primeiro número informa que o jornal seria publicado às quintas e aos domingos, e “extraordinariamente sempre que houver material urgente até que possamos dá-la diariamente como pretendemos”. Nesse momento, o diretor do jornal é J. Augusto Silva. O primeiro presidente da Associação Comercial de Minas foi Theophilo Ribeiro, que assina sua ocupação como “industrial”, e o vice-presidente foi Avelino Fernandes, que assina como “negociante”.

<sup>578</sup> OLIVEIRA. Opinião valiosa. In: Comércio de Minas. Belo Horizonte, 31 de março de 1901, p.1 (Grifos no original).

<sup>579</sup> Alguns meses após a primeira negativa, a Academia de Comércio conseguiu garantir em lei uma subvenção do governo mineiro. Conforme o art. 265 da lei n. 41/1892, ficava estabelecido “o auxílio de 30:000\$000 consignado no n. 4º do art. 22 da lei mineira de 26 de novembro de 1891, em favor da Academia de Comércio de Juiz de Fora, tornar-se-á efetivo desde que funcionarem regularmente os cursos desse projetado instituto”.

deveriam receber “auxílio indireto dos poderes públicos”<sup>580</sup>. Como observou Faria, “embora se recomendasse que as associações de classe adquirissem autonomia e personalidade civil, conferiu-se ao Estado o direito, e até mesmo o dever, de estimulá-las e favorece-las”<sup>581</sup>. Dulci também menciona essa questão, considerando que “é digno de nota o tipo de intervenção do Estado que se preconizava”; demandava-se o “auxílio indireto”. Para o autor, “como estímulo à iniciativa privada propunha-se [sic] prêmios em dinheiro, que viriam beneficiar empreendimentos já existentes, em lugar da subvenção a projetos a serem implantados”<sup>582</sup>.

No que diz respeito às demandas por instrução, no entanto, foi exigido do Estado mais do que apoio ou subvenção. Para os *produtores*, o governo deveria assumir o papel de principal agente promotor das medidas. Desse modo, caberia ao Estado a contratação de engenheiros e veterinários, o pagamento de prêmios, a promoção de viagens de estudo ao exterior, a organização e divulgação das estatísticas comerciais, o estudo e a propaganda dos produtos mineiros. Seria de sua responsabilidade, ainda, o estabelecimento de escolas públicas junto às fábricas com mais de cem operários, a fundação e manutenção de laboratórios, instalações agrícolas modelo, publicação e tradução de livros, instalação de escolas profissionais etc. Conforme Sá Fortes, “a disseminação do ensino deve ser a principal preocupação dos que tem a responsabilidade da direção e bem estar do povo”, por isso “cabe ao Governo o dever de assentar as bases sobre que tem de ser construído o edifício de sua grandeza futura”<sup>583</sup>. O parecer do pecuarista, endossado pelos congressistas que recomendaram a publicação de seu relatório, era de que o governo de Minas deveria agir “no sentido das inclinações dos agricultores e industriais; facilitando a satisfação de suas atuais aspirações”, incitando-lhes a “melhorar os processos de exploração, por meio de demonstrações práticas”.

Ainda que tivessem dados os primeiros passos para sua organização em sociedades de classe, como as Associações Comerciais e a Sociedade de Agricultura, as *classes produtoras* mineiras percebiam os limites da ação civil autônoma e, portanto, demandavam o imprescindível auxílio do Estado. Assim, para além da formação de grupos dirigentes dotados de competências técnicas e conhecimentos específicos ligados ao exercício profissional, ao Estado também foi atribuída à responsabilidade de garantir a oferta de mão de obra e instruir os trabalhadores para um melhor desempenho de suas funções.

---

<sup>580</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.1-5.

<sup>581</sup> FARIA, 1992, p.182. Para a autora (1992, p. 182-3), “essa pregação em prol do associativismo, ainda que sob a ‘garantia oficial’, significou momento importante para a organização social das *classes conservadoras*” (Grifos no original).

<sup>582</sup> DULCI, 1999, p.45.

<sup>583</sup> SÁ FORTES, 1903, p.94.

### 4.3 – Organizando o trabalho e difundindo a educação

Na década de 1870, quando a iminente abolição da escravatura preocupava as elites brasileiras, a falta de trabalhadores foi por elas considerada como um dos principais problemas para o desenvolvimento das atividades agrícolas no país. Nos congressos de 1878, no Rio de Janeiro e no Recife, os *produtores* expressaram apreensão diante da “sensível falta de braços para manter, ou melhorar ou desenvolver os [...] estabelecimentos da grande lavoura” e vislumbraram diferentes medidas para contornar a situação<sup>584</sup>. Alguns defenderam propostas que visavam ao melhor aproveitamento da mão de obra nacional, enquanto outros eram favoráveis ao incentivo da imigração – opção adotada pelos grandes fazendeiros paulistas, mas que dificilmente poderia ser sustentada nas demais regiões<sup>585</sup>.

Os representantes da lavoura reunidos na capital de Pernambuco demonstraram preferência pela utilização dos braços existentes na região, em detrimento do estímulo de correntes imigratórias. Por isso, definiram que a solução para o problema da falta de trabalhadores viria com a criação de leis de repressão à vadiagem e de locação de serviço; com o encaminhamento da imigração espontânea; com o recolhimento de “órfãos, filhos de proletários e indigentes, e os da mulher escrava” em colônias de trabalho; com a introdução do ensino de economia rural nas escolas dos distritos agrícolas e com a dispensa do serviço militar<sup>586</sup>. Esta foi a linha defendida no congresso da Corte pelos representantes de Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que, segundo Lanna<sup>587</sup>, mostraram-se mais preocupados com a efetivação de medidas que possibilitassem “o aproveitamento do trabalhador nacional e o desenvolvimento de instituições de ensino que permitissem tanto a melhoria da qualidade da mão-de-obra quanto a incorporação de novas técnicas que propiciassem maior rendimento das culturas”<sup>588</sup>.

<sup>584</sup> CONGRESSO..., 1878, p.2.

<sup>585</sup> Sonia Mendonça (1997, p.86) afirma que “se para a reprodução da cafeicultura paulista o contínuo fluxo de imigrantes, pelo menos até inícios da Primeira Guerra Mundial, era suficientemente amplo para gerar certo descaso quanto à incorporação de nacionais, o mesmo não ocorria nos demais setores agrícolas”.

<sup>586</sup> SOCIEDADE AUXILIADORA..., 1879, p.417.

<sup>587</sup> LANNA, 1988, p.57-58.

<sup>588</sup> Havia, evidentemente, divergências entre representantes de uma mesma província. O mineiro Francisco de Paula Tavares (CONGRESSO..., 1878, p.152-3), da cidade de Mar de Espanha, por exemplo, acusou a colonização estrangeira de ser “um sorvedouro de dinheiro sem resultados práticos”, enquanto Joaquim dos Santos Silva, de Leopoldina, defendia a imigração desde que fosse uma iniciativa individual, de modo que ao governo caberia apenas permitir a entrada livre dos imigrantes. Havia ainda dissensos em relação à origem (ideal, desejada, esperada) dos imigrantes, se africanos, europeus ou asiáticos.

Nos anos que antecederam a abolição do trabalho escravo, Minas Gerais tinha o maior número de cativos do país. Nessa província/estado, o aproveitamento da mão de obra imigrante nunca suplantara a do escravo e, após a abolição, seguia inferior ao do trabalhador nacional. Mesmo na Zona da Mata, região que teria recebido o maior número de imigrantes, a organização do trabalho livre deu-se pelo “aproveitamento da mão de obra interna” e pouco teria sido feito pela introdução de imigrantes nas fazendas cafeiras. “Concretamente, a política imigrantista em Minas Gerais resultou em uma tímida política de colonização ou de alocação de mão de obra qualificada basicamente para as cidades e centros fabris”<sup>589</sup>. Conforme Monteiro, nas últimas décadas do Império fora modesta a política de povoamento da província de Minas Gerais por meio da criação de colônias de imigrantes: “a falta de recursos financeiros por parte do governo e o desinteresse do particular, reduziram a política colonizadora aos núcleos D. Pedro II, Mucuri e de Urucu”<sup>590</sup>. Na década de 1880, foram feitas novas tentativas de introdução de imigrantes na província, que igualmente ficaram aquém das expectativas do governo.

Em outubro de 1889, *O Pharol* noticiava que “o serviço de introdução e colocação de imigrantes” funcionava havia pouco mais de um ano na província e que fora “rápida [a] colocação dos primeiros imigrantes aqui chegados”. No entanto, os grupos de estrangeiros que vieram em seguida não tiveram a mesma sorte, e muitos ficaram sem colocação:

Do desequilíbrio entre a oferta e a procura resultou na prolongada aglomeração nas hospedarias. [...] Verificando que essa aglomeração de estrangeiros mal acomodados e ociosos não podia continuar sem prejuízo da higiene e sem grave perigo para a ordem pública, a Associação Promotora conseguiu que seu agente fizesse cessar por algum tempo a introdução de imigrantes. Começou daí a diminuição da corrente imigratória que afinal extinguiu-se quase totalmente depois que a lei Crispi estabeleceu a proibição da emigração italiana para o Brasil<sup>591</sup>. [...] É de se supor que tão cedo não se reestabeleça a corrente imigratória para Minas, visto como a Associação Promotora, encarregada desse serviço trata, ao que nos consta, de dissolver-se<sup>592</sup>.

Pouco mais de um ano antes, a Associação Promotora da Imigração havia firmado um contrato com o governo provincial para introduzir trinta mil imigrantes na província, no prazo de três anos. Meses depois, o governo estabeleceu outro contrato para a introdução de vinte e

<sup>589</sup> LANNA, 1988, p.78.

<sup>590</sup> MONTEIRO, 1973, p.19.

<sup>591</sup> De fato, a lei Crispi não proibiu a emigração italiana ao Brasil, como afirma o articulista do jornal *O Pharol*. De acordo com Falleni e Guerrini (2011), quanto à política de emigração, essa lei reconheceu o direito de emigrar, mas não assegurava assistência aos emigrados após o desembarque. As autoras também afirmam que emigração italiana só conheceu refluxo no período entre as duas guerras.

<sup>592</sup> IMMIGRAÇÃO. *O Pharol*. Juiz de Fora, 15 de outubro de 1889.

cinco mil imigrantes na região sul de Minas. Segundo Monteiro, “os incentivos oferecidos pelos governo eram, contudo, destituídos de atração”<sup>593</sup>. Assim, entre 1886 e 1887, Minas Gerais teria recebido menos de 3% do total de imigrantes que entraram no Brasil. Ainda de acordo com essa autora, o pequeno percentual não impediu que em alguns momentos houvesse desequilíbrio entre a oferta do trabalhador estrangeiro e a procura, e, por isso, “as hospedarias ficaram repletas e o governo sem solução”<sup>594</sup>.

Desse modo, os *produtores* mineiros vivenciaram a transição para o trabalho livre majoritariamente dependentes do braço negro e mestiço. Roberto Martins considera que a escravidão em Minas foi vista pelas classes proprietárias como uma necessidade decorrente da falta de “oferta voluntária de trabalho assalariado”<sup>595</sup>. Para o autor, poucos eram os homens livres dispostos a trabalhar. “O camponês livre aceitava tarefas ocasionais, ou mesmo alguns empregos de natureza mais independente, como os de vaqueiro e tropeiro”, contudo, dificilmente assumia uma atividade constante em uma base permanente. Isso acontecia, segundo Martins<sup>596</sup>, principalmente porque o camponês teria acesso à terra, de onde tiraria sua subsistência – o que pode ser relativizado após o estabelecimento da Lei de Terras, em 1850<sup>597</sup>.

Essa visão parece se alimentar da representação, recorrente entre os próprios *produtores*, do trabalhador nacional como pouco afeito ao trabalho, ocioso e indolente. Há outros elementos, porém, a partir dos quais essa questão pode ser analisada. Para José de Souza Martins, “o trabalho livre gerado pela crise do cativo diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado”, já que se definia por uma nova relação de trabalho<sup>598</sup>. Enquanto no regime escravista “a condição cativa já definia a modalidade de coerção que o senhor exercia sobre o escravo para a extração do seu trabalho”, as relações de trabalho livre impunham a criação de novas formas de coerção. Essa nova modalidade, segundo José de Souza Martins, seria predominantemente ideológica, pois caberia inculcar no trabalhador a visão de que o trabalho não mais exprimia a negação da liberdade, mas a “virtude da liberdade”<sup>599</sup>. No final do século XIX, enquanto alguns ex-proprietários de escravos ainda insistiam nos meios utilizados durante o regime escravista, outros já buscavam novas formas de coerção dos trabalhadores, de cunho mais ideológico ou educativo. A questão é complexa e

---

<sup>593</sup> MONTEIRO, 1973, p.30.

<sup>594</sup> MONTEIRO, 1973, p.32.

<sup>595</sup> MARTINS, 1980, p.51.

<sup>596</sup> Ibidem, p.56.

<sup>597</sup> Lei n. 610, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

<sup>598</sup> MARTINS, 1979, p.12-13.

<sup>599</sup> Ibidem, p.18.



nesta tese não seria possível abordá-la em seus diferentes aspectos, mas pretendo destacar a maneira como as *classes produtoras* representadas no Congresso de 1903 viam os trabalhadores, majoritariamente negros e mestiços, visão da qual derivam suas demandas por uma mão de obra assídua e disciplinada. As *classes produtoras* do Congresso de 1903 requeriam, para tanto, leis de prevenção e repressão a comportamentos que consideravam inadequados, bem como o recurso à ação moralizadora de instituições especializadas como escolas, colônias correcionais e oficinas.

Às vésperas da proclamação da Lei Áurea, um correspondente de São Paulo escrevera ao jornal *O Pharol*, destacando o crescente número de alforrias concedidas naquela província e conclamando os fazendeiros de Minas a não retardarem o “passo da abolição”. Minas Gerais, “coirmã” de São Paulo, que “devia ser a primeira a mostrar e a prosseguir nas suas gloriosas tradições e, por iniciativa própria, libertar-se do elemento escravo, ao contrário ainda hoje emba-se descuidosa nas asas do indiferentismo”. O autor da carta mencionava o temor dos fazendeiros mineiros de que a abolição aniquilasse a grande lavoura, produzindo uma “horda de ex-escravos” entregue à “ociosidade, ao vício, ao crime” e, citando os Estados Unidos como exemplo de nação que teria progredido após acabar com a escravidão, concluía que “o trabalho do braço livre é santo”<sup>600</sup>. Além disso, o emprego do trabalhador livre não era facilmente aceito por muitos membros das elites.

A questão era complexa e, conforme apontou Kowarick, transcendia as determinações de caráter exclusivamente econômico, uma vez que, “como o parâmetro de organização do trabalho era pautado na escravidão, da qual os livres procuravam de todas as maneiras escapar, cristalizar-se-ia a percepção de que eram menos desejáveis”<sup>601</sup>. Assim, desde os tempos coloniais, os livres e libertos foram marginalizados, vistos como vadios, imprestáveis ao trabalho regular, tendentes a vícios e crimes<sup>602</sup>. A sustentação do regime escravocrata implicava a depreciação desse tipo de trabalhador, retirando-lhes “as possibilidades de trabalho recriando as possibilidades de sua marginalização”<sup>603</sup>. Embora o estudo de Kowarick aborde São Paulo, região em que, diferente de Minas Gerais, na derrocada da escravidão os grandes fazendeiros de café optaram pelo imigrante como alternativa de mão de obra, essa visão do trabalhador liberto e livre, nacional, permeava o imaginário das elites brasileiras

---

<sup>600</sup> PROVÍNCIA DE S. PAULO. *O Pharol*. Juiz de Fora, 24 de abril de 1888, p.1-2.

<sup>601</sup> KOWARICK, 1994, p.43.

<sup>602</sup> Segundo Kowarick (1994), essa visão do trabalhador livre e liberto está na base da opção feita pelos grandes fazendeiros paulistas pela adoção do trabalhador imigrante.

<sup>603</sup> KOWARICK, 1994, p.103.

também em outras regiões. Desse modo, com o fim do cativo, foi preciso reelaborar essa visão, atribuindo um novo estatuto ao trabalho e ao trabalhador livre.

Sem a obrigatoriedade inerente ao escravismo, as elites se deparavam com o problema da garantia de suprimento da força de trabalho. Nesse momento, passaram a compartilhar a ideia de que o trabalho, mais do que um meio de sobrevivência – já que a opulência do país permitiria a qualquer um suprir suas necessidades básicas de alimentação –, deveria ser visto como uma virtude do homem no gozo de sua liberdade. Conforme Chalhoub, teria havido então uma “mudança radical no conceito de trabalho”, que passava a receber uma valorização positiva, articulada a conceitos como os de ordem e progresso<sup>604</sup>. O trabalho, que ia sendo erigido como princípio regulador da sociedade, foi paulatinamente sendo revestido de roupagem dignificadora e civilizadora. Na condição de livres e assalariados, os trabalhadores deveriam assimilar esta visão positiva, o que demandava um severo controle social que “compreende todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano, pois o controle se exerce desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo e do espaço do trabalho até o problema da normatização das relações pessoais ou familiares”<sup>605</sup>.

Além do controle social, a educação passou a ser pleiteada como um meio para que se infundisse nas pessoas a representação positiva do trabalho. A esse respeito, Faria Filho observa que fazendeiros, políticos e intelectuais de Minas Gerais estariam convencidos de que dificilmente os trabalhadores adeririam de forma livre e espontânea às novas práticas decorrentes do fim do regime escravista e ao imaginário subjacente. Com a proclamação da República, a esse imaginário teria sido acrescentada a ideia de que era necessário incorporar os pobres, os trabalhadores, o “povo”, ao regime republicano, o que, segundo Faria Filho, estaria, juntamente com o combate à criminalidade e a formação do trabalhador, entre as principais justificativas para a maioria das reformas encetadas na área da educação na transição do século XIX para o XX<sup>606</sup>.

Sendo necessário constituir uma nova ética do trabalho, construindo valores que apagassem as marcas degradantes do escravismo, era preciso adotar medidas práticas que garantissem a oferta da força de trabalho<sup>607</sup>. Assim, além do discurso de positividade, que visava a difundir e inculcar hábitos condizentes com as relações de trabalho livre, os proprietários exigiam medidas práticas para a organização da mão de obra após o colapso do cativo. Proclamado o fim da escravidão, publicou *O Pharol*, era “preciso organizar quanto

---

<sup>604</sup> CHALHOUB, 2008, p.48.

<sup>605</sup> CHALHOUB, 2008, p.51.

<sup>606</sup> FARIA FILHO, 2001, p.17.

<sup>607</sup> CHALHOUB, 2008.

antes o trabalho livre, para que os novos cidadãos, que o país acaba de receber, saibam compreender devidamente quais as circunstâncias em que devem gozar a liberdade”<sup>608</sup>.

De acordo com Célia Marinho de Azevedo, desde as primeiras décadas do século XIX, a questão do negro livre – esses “novos cidadãos” – esteve entre as principais preocupações reformistas das elites, “deixando entrever a ansiedade dos ‘homens bons’ do Brasil em regularizar gradualmente as relações sociais entre brancos e negros”<sup>609</sup>. Na década de 1870, a demanda pela organização das relações de trabalho, sobretudo por parte dos fazendeiros ganhou força, acompanhando o próprio processo de abolição. No congresso do Rio de Janeiro, em 1878, o Governo Imperial foi acusado pelos representantes da lavoura de Juiz de Fora e Paraíba do Sul de ter-se precipitado, ao decretar a Lei do Ventre Livre sem preparar os meios para a educação dos ingênuos e sem estabelecer “medidas tendendo a organizar o trabalho desses homens criados pelo leite escravo, vivendo no meio de escravos” e que, portanto, não teriam como receber a cultura moral que lhes seria necessária quando se emancipassem. Os argumentos sugeriam que ingênuos e libertos estariam despreparados para viver em liberdade e, portanto, representavam uma ameaça à ordem e à sociedade. Essas pessoas teriam, pois, a necessidade de receber uma educação que lhes ensinasse a exercer o papel que as elites lhes atribuíam na organização social.

A preocupação com a desorganização do trabalho consequente à abolição fez com que pouco após a promulgação da Lei Áurea tramitasse na Câmara dos Deputados um projeto de lei visando à repressão da ociosidade. Embora houvesse divergências entre os deputados com relação às formas de reprimi-la, Chalhoub aponta que havia consenso com relação ao suposto caráter dos libertos:

Em geral pensados como indivíduos que estavam despreparados para a vida em sociedade. [...]. A liberdade do cativo não significava a responsabilidade pelos seus atos, e sim a possibilidade de se tornar ocioso, furtar, roubar, etc. Os libertos traziam em si os vícios do seu estado anterior, não tinham a ambição de fazer o bem e de obter trabalho honesto e não eram civilizados o suficiente para se tornarem cidadãos plenos em poucos meses. Era necessário, portanto, evitar que os libertos comprometessem a ordem, e para isso, havia de reprimir os seus vícios. Esses vícios seriam vencidos através da educação, e educar libertos significava criar o hábito do trabalho através da repressão, da obrigatoriedade<sup>610</sup>.

De fato, segundo Emília Viotti da Costa, nos primeiros tempos após a abolição, em muitas fazendas os libertos negavam-se a trabalhar, recusando-se mesmo a receber salários.

---

<sup>608</sup> NOVA ERA. O Pharol. Juiz de Fora, 15 de maio de 1888.

<sup>609</sup> AZEVEDO, 2008, p.27.

<sup>610</sup> CHALHOUB, 2008, p.68.

Muitos abandonaram as fazendas, pois “para eles a liberdade implicava, antes de mais nada, no [sic] direito de ir embora, de se deslocar livremente, de abandonar a lavoura, de trabalhar onde, como e quando quisessem”<sup>611</sup>. De acordo com a autora, após a Lei Áurea, apenas um quarto dos libertos teriam permanecido nas fazendas em que trabalhavam. Para as *classes produtoras*, esta situação era alarmante. Por isso, nos movimentos de 1899, os *produtores* da Zona da Mata destacaram dentre os problemas enfrentados pela lavoura cafeeira “a falta de leis sobre locação de serviços” e de uma polícia que reprimisse a vadiagem – chamando “à senda do trabalho enorme massa de indivíduos válidos, que ao invés de contribuírem para o desenvolvimento econômico do país, são fomentadores perniciosos da desordem e da anarquia”<sup>612</sup>.

Esta discussão reaparece, efetivamente, no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, quando *produtores* reiteram os argumentos de que era preciso organizar as relações de trabalho para suprir a falta de braços decorrente do fim da escravidão; instituir leis de punição e combate à vadiagem; promover a educação para recuperar o trabalhador. Além disso, apontavam como um dos maiores obstáculos para o progresso do país a desorganização das relações de trabalho, uma vez que a dinamização da produção agrícola e industrial dependeria, como observa Faria, da disponibilidade de mão de obra assídua e minimamente preparada para o trabalho<sup>613</sup>. Para concretizar a principal proposta do Congresso, ou seja, promover a diversificação das atividades agropecuárias, acreditavam os representantes que um dos “desafios a serem transpostos era, sem dúvida, a organização do mercado de trabalho”<sup>614</sup>.

Retomando a ideia de que a origem da “má organização do trabalho” estaria no regime escravista, a representação enviada à Comissão Fundamental do Congresso de 1903 pelos *produtores* de Monte Alegre apontava que “na rapidíssima mudança da mão de obra, do negro escravo no colono livre, os proprietários não pensaram que era preciso também mudar as relações entre produtor e cultivador”. Para esses *produtores*, os proprietários teriam encarado o que, de fato, era uma “transformação social”, como mera “mudança dum escravo por um assalariado”<sup>615</sup>.

---

<sup>611</sup> COSTA, 1989, p.458.

<sup>612</sup> REUNIÃO DE LAVRADORES. Jornal do Commercio. Juiz de Fora, 21 de outubro de 1899. Além disso, os *produtores* da Zona da Mata apontaram como os principais problemas enfrentados pela cafeeira da região a produção exagerada de café, a tributação (de exportação) e as tarifas de transporte.

<sup>613</sup> FARIA, 1992.

<sup>614</sup> FARIA, 1992, p.218.

<sup>615</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, de 19 maio de 1903, p.1-6.

Para alguns congressistas, como Frederico Alvares da Silva, o problema das *classes produtoras* não seria exatamente a falta de braços, mas a carência de trabalhadores ativos. Conforme Alvares da Silva, o salto da condição de escravo para a de cidadão republicano havia sido brusco demais: “Donde provém o maior número dos trabalhadores de hoje? Do escravo de ontem. Ora o escravo, por força mesmo de sua situação, era naturalmente imprevidente, nada ambicionava senão a morte ou a fuga”. O congressista levantou questão sobre o que se poderia esperar dos trabalhadores formados no regime de escravidão, homens “quase nômades, desligados da terra que não amam, com ideias rudimentares sobre família, nenhuma sobre patriotismo”, ignorantes de que “ganharás o pão com o suor do teu rosto, foi proclamado antes de se dizer ‘o trabalho é livre’”<sup>616</sup>. Sintetizava, desse modo, a visão compartilhada pelas *classes produtoras* de que o ex-escravo não estaria apto a assumir as novas relações sociais de trabalho e que, embora livre, deveria reconhecer o imperativo do trabalho, ao qual todos os homens saudáveis [e pobres] deveriam se dedicar<sup>617</sup>.

No imaginário dos *produtores*, além de não terem amor ao país e à família e não compreenderem o significado da liberdade, os trabalhadores e os pobres teriam outras características negativas, das quais decorre a natureza das recomendações que elaboram para a organização das relações de trabalho e para a educação. Conforme os representantes das *classes produtoras*, esse grupo tendia ao ócio, eram “perniciosas pragas”, “vagabundos e malfeitores” que constituiriam a mais baixa camada social. Eram “libertinos, perversos, degenerados, ébrios”, dos quais era necessário se proteger por meio da polícia, da lei, da associação com os pares. Esse sentimento de ameaça, explicitado pelos congressistas de 1903, não era novidade, tampouco uma exclusividade dos *produtores* de Minas Gerais; segundo Célia Marinho de Azevedo, durante todo o século XIX o medo e a tensão perpassaram o imaginário das elites brancas com relação “aos miseráveis negros e mestiços, escravos ou

---

<sup>616</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 29 de março de 1903, p.3-6.

<sup>617</sup> Azevedo (2008, p. 222), analisando o debate relativo à instituição do mercado de trabalho livre na província de São Paulo, observou que num primeiro momento, quando não se vislumbravam outras perspectivas a não ser a transformação dos escravos e pobres em trabalhadores livres, não se colocava em questão sua incapacidade para o trabalho livre “desde que ele fosse convenientemente disciplinado, via coação policial, administração estatal de seu cotidiano e internalização do ‘amor pelo trabalho’”. No entanto, à medida em que a imigração se concretizava, o negro passou a ser descaracterizado como força de trabalho e, principalmente, como futuro cidadão. Calcada em argumentos do racismo científico, ou seja, afirmando a inferioridade do negro e mestiço por aspectos biológicos mais do que por questões culturais, a política imigrantista implementada em São Paulo repercutiu nas outras províncias/estados. Em Minas Gerais, durante o Congresso de 1903, nota-se a hegemonia de um discurso que apontava a incapacidade do negro e do mestiço para o trabalho livre e incluía medidas que pudessem “recuperá-lo”, transformando-os no trabalhador adequado às novas condições.

livres”, fomentando a produção de inúmeras propostas relativas a instituição do mercado de trabalho livre<sup>618</sup>.

No Congresso de 1903, a intermitência ou escassez de mão de obra eram interpretadas como sinais de que os libertos não estariam preparados para viver em “liberdade”. Os representantes das *classes produtoras*, no entanto, não explicitaram suas próprias dificuldades de se adaptarem às novas relações de trabalho, de manterem o domínio sobre os libertos ou de encontrarem meios de coagi-los – questões que aparecem nas entrelinhas de suas propostas de regulamentação do trabalho. Como apontou Lima, é preciso considerar que a implantação de um mercado de trabalho “livre” não ocorreria de modo homogêneo e inconteste.

Ao contrário, em torno dos significados dessa "liberdade" se estabeleceu um campo de lutas de enorme complexidade e extensão. Sua realidade empírica traduziu-se em configurações que variaram desde a situação ideal-típica do trabalhador independente assalariado até uma miríade de arranjos de trabalho que recombinavam graus diversos de “liberdade” e compensação financeira pelo trabalho, com elementos de coerção (física e pecuniária), tutela, trabalho compulsório e contratado, e ainda formas análogas à escravidão, como a servidão por dívida<sup>619</sup>.

Os argumentos de Sá Fortes evidenciam essa complexidade, destacando que o regime escravista teria violado profundamente o caráter nacional e pervertido seus “hábitos econômicos”, uma vez que “naquele regime a lei reguladora do trabalho agrícola era o direito do senhor proprietário sobre o homem escravizado; a lei garantia a imposição da vontade, o arbítrio do senhor sobre o escravo”. Extinto o trabalho escravo, o governo não havia cuidado da organização do trabalho agrícola e os *produtores*, “fascinados pelos preços dos produtos, não ligaram a devida importância à estabilidade do trabalhador, à regularização da produção, em relação ao consumo, a necessidade de criarem e estreitarem laços de solidariedade para a defesa de seus interesses comuns”<sup>620</sup>.

No questionário publicado em janeiro de 1903, a Comissão Fundamental havia perguntado: “É possível ao Estado manter uma corrente imigratória, não só para colonização do solo junto às estradas de ferro existentes ou em construção, como ainda para fornecimento de operários assalariados à lavoura e às indústrias?” O pecuarista Carlos Sá Fortes, responsável por respondê-la, foi bastante crítico com relação ao fomento da imigração como alternativa de substituição do escravo, afirmando que o emprego de imigrantes já teria se mostrado “ineficaz para dotar a lavoura de trabalhadores inteligentes que tragam sua

---

<sup>618</sup> AZEVEDO, 2008, p.24.

<sup>619</sup> LIMA, 2005, p.295.

<sup>620</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 de abril de 1903, p.2-3.

prosperidade”, não tendo “produzido benefícios correspondentes aos sacrifícios do Estado”. Ele caracterizou a população imigrante como “flutuante e instável”, pois na primeira oportunidade se transferiria para fazendas mais produtivas:

São mercenários estrangeiros, incapazes de nacionalizarem-se e de concorrerem para tornar estáveis os alicerces da nossa principal exploração agrícola; trabalham para o seu país de origem e não para o Brasil, que não amam como filhos, porque a este só os liga o interesse material; pouco ou nada de útil traz [sic] ou deixam no país, onde vêm apenas atraídos por falazes promessas e pela cobiça de rápida acumulação de fortunas, para irem gozar em suas pátrias<sup>621</sup>.

Citando os exemplos dos Estados Unidos e da Argentina, cujas populações teriam crescido graças à colonização estrangeira, Sá Fortes defendeu que imigração somente seria viável se tivesse como objetivo a “fixação do colono ao solo e o fornecimento de operários às indústrias”<sup>622</sup>. Para ele, o Estado deveria criar ou apoiar a instalação nas zonas cafeeiras de núcleos coloniais, que seriam “viveiros de trabalhadores úteis e já afeitos ao gênero de cultura da zona, prestando-se nas épocas precisas ao custeio da lavoura extensiva”. Dessa maneira, o fazendeiro recorreria à mão de obra imigrante, sazonalmente e conforme as necessidades da sua lavoura. O congressista Antônio Jacinto Pimenta apontou, por sua vez, que o desenvolvimento da colonização estrangeira traria a vantagem de que “o colono paga imposto, paga o solo e é um capital que rende juros no trabalho diário pela multiplicação do labor e hábitos econômicos que lhe proporcionam haveres e bem estar”<sup>623</sup>.

Houve, também, manifestações favoráveis à substituição do escravo pelo imigrante, como a de Sousa Botafogo, congressista da região sul de Minas Gerais, que defendeu “a introdução de braços estrangeiros, principalmente das províncias agrícolas da Itália”<sup>624</sup>. Já a comissão de agricultura pediu que a promoção da corrente migratória fosse realizada com cautela, atendendo principalmente às requisições dos agricultores, o que foi endossado pela comissão do café.

Uma das recomendações aprovadas no Congresso pedia o reestabelecimento do serviço de imigração, visando ao “povoamento e aproveitamento das terras incultas do estado e para o fornecimento de operários às indústrias”. Pretendia-se, assim, criar “o maior número possível de colônias em boas terras à margem das estradas de ferro e perto dos centros

<sup>621</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 22 e 23 de abril de 1903, p.3-4.

<sup>622</sup> Ibidem, p.3-4. Entre 1870-1920 existiram 27 núcleos coloniais em Minas Gerais, sendo 12 na Zona da Mata. A maior parte deles era oficial, localizava-se próxima às ferrovias e produzia gêneros alimentícios (LANNA, 1988, p.100).

<sup>623</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 14 e 15 de maio de 1903, p.1-7.

<sup>624</sup> Ibidem, p.1-7.

consumidores”, fixando-se os imigrantes ao solo “por meio de medidas diretas ou indiretas do governo do Estado e dos municípios”<sup>625</sup>. Desse modo, a visão hegemônica na reunião de 1903 indicava a colonização como estímulo para a vinda de imigrantes que, fixados ao solo, contribuiriam para o povoamento do estado e a oferta de mão de obra.

Como solução para o problema da desorganização do trabalho, os *produtores* retomavam a demanda pelo estabelecimento de leis que regulassem o trabalho e a locação de serviços. A discussão desse tema foi proposta pela tese: “Quais as medidas a serem adotadas para melhorar o regime de trabalho, regularizando-se as relações entre proprietários e colonos, patrões e trabalhadores?”<sup>626</sup>. A resposta, dada pela própria Comissão Fundamental nas conclusões que preparou para a reunião, foi a de que se providenciasse “a decretação urgente de uma lei reguladora das relações entre patrões e operários, proprietários e colonos, rendeiros e meeiros, definindo claramente as atribuições e direitos de cada um e garantidora dos contratos”<sup>627</sup>. A comissão resumiu, assim, de forma simples e previsível uma demanda corrente e já consideravelmente divulgada das *classes produtoras*.

O estudo desse tema também ficou a cargo de Sá Fortes, que tomou como base para seus argumentos um artigo publicado por João Luiz Alves, em março daquele ano, no jornal *Minas Geraes*<sup>628</sup>. Para João Luiz Alves, “a falta de lei reguladora do trabalho, principalmente agrícola”, causaria “uma série de contratemplos que provêm do arbítrio das relações entre o proprietário e o trabalhador”, situação agravada pela falta de solidariedade entre os *produtores* que aceitavam o trabalhador que abandonara sem justa causa o emprego anterior. Assim, seria recomendável que patrões e empregados tivessem direito à indenização nos casos de rescisão de contrato sem justa causa. Nos casos em que o trabalhador abandonasse o serviço e fosse contratado por outro proprietário agrícola ou industrial, este ficaria “solidariamente responsável” pelo pagamento da indenização ao patrão anterior. Como observou Faria Filho, os *produtores* destacaram a questão do contrato de prestação de serviços, buscando criar meios de punir os trabalhadores que abandonassem as atividades<sup>629</sup>. Conforme João Luiz Alves,

<sup>625</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.1-5.

<sup>626</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1903, p.1-3.

<sup>627</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 28 de abril de 1903, p.1-2.

<sup>628</sup> Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, João Luiz Alves (1870-1925) ingressou na política em 1898, ocupando a prefeitura da cidade de Campanha. Em 1899, foi eleito deputado estadual e, em 1903, deputado federal. Entre 1892 e 1900, foi professor de Legislação de Terras no curso de Agrimensura, mantido pelo estado. (In: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=143>).

<sup>629</sup> FARIA FILHO, 2001.



em relação ao patrão – é preciso que a lei lhe garanta o serviço pelo tempo estipulado ou indenização no caso contrário e lhe assegure o reembolso dos adiantamentos feitos ao operário; e em relação ao operário, é preciso que a lei o garanta contra a eventualidade de uma despedida antes do tempo estipulado e lhe assegure o pagamento dos salários<sup>630</sup>.

Havia concordância entre os representantes das *classes produtoras* quanto ao fato de a organização do trabalho depender da definição de leis que regulamentassem as relações entre proprietários e trabalhadores. Houve várias menções sobre a definição das atribuições e direitos dos dois grupos, embora sem suficientes explicações sobre quais seriam<sup>631</sup>. De modo geral, essa regulamentação foi explicitada como a garantia legal da oferta de mão de obra, de maneira que os proprietários soubessem de antemão o número de trabalhadores a sua disposição durante determinado período. Para tanto, os *produtores* demandavam medidas para controlar a vida do trabalhador, tais como a obrigatoriedade da matrícula de doméstico e o uso, proposto por Sá Fortes, de cadernetas “que atest[ass]em a boa ou má conduta de seus portadores”. O pecuarista sugeriu que

[...] na sede de cada distrito rural deve se estabelecer o registro de trabalhadores e operários, munindo-se estes das competentes cadernetas e ficando sujeitos à fiscalização das autoridades policiais e judiciárias locais, às quais competirá a aplicação e execução de penalidades para pequenos delitos e observância das medidas repressivas da vagabundagem. Na caderneta será lançado o nome e estado do trabalhador, os característicos físicos que permitem verificar sua identidade, assim como as datas de entrada e saída das fazendas em que houver trabalhado; devendo ser vedado aos proprietários recolher e guardar sob seu teto trabalhador algum, sem que este apresente a respectiva caderneta com as declarações de seu procedimento, assinadas pelos proprietários aos quais houver sucessivamente servido<sup>632</sup>.

Para alguns congressistas, como o comerciante Manoel Jorge de Mattos, a polícia deveria, além de fiscalizar, dispor as informações que obtivesse aos empregadores, estabelecendo

uma escrituração regular na Chefia da Polícia na Capital do Estado, nas delegacias de Polícia, nas sedes dos municípios e nas subdelegacias nos distritos, onde se inscrevam os pretendentes a estes empregos, todos de confiança, e onde os patrões poderão ver, para assim dizer, a folha corrida dos que desejam para seu serviço, ao mesmo tempo que encontrarão também as condições a que têm de satisfazer<sup>633</sup>.

<sup>630</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 de março de 1903, p.1-2.

<sup>631</sup> A comissão da indústria pediu que as disposições legais sobre o número de horas de trabalho fossem relativas “às forças, sexo e idade dos operários” (CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 17 de maio de 1903, p. 1-7).

<sup>632</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 de abril de 1903, p.2-3.

<sup>633</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 13 de maio de 1903, p.1-4.

O controle da identidade e da vida pregressa do trabalhador atenderia, além disso, aos anseios dos *produtores* de reprimir a vadiagem. Como afirma Faria Filho, “identificar, a qualquer momento e lugar, o trabalhador torna[ria] mais fácil a repressão aos não-trabalhadores”<sup>634</sup>. Essa questão teve grande importância nos debates do Congresso, pois remetia à necessidade de haver oferta de mão de obra. Assim, criar meios de impedir o ócio e a vadiagem foi uma das medidas consideradas mais urgentes pelos *produtores*, que clamavam por formas legais de compelir os indivíduos ao trabalho. “Sem uma repressão da vadiagem (principalmente rural) enérgica, pronta e certa, qualquer lei reguladora das relações entre patrão e trabalhador será letra morta e ineficaz”, argumentou João Luiz Alves<sup>635</sup>. “Estamos convictos de que, se uma lei dessas for votada e energicamente executada, a lavoura mineira, dentro de um ano, ressuscitará”, afirmou outro congressista<sup>636</sup>. Seria preciso estabelecer a “obrigatoriedade do trabalho para todos os homens válidos e sem ocupação”, fazendo produzir aqueles que, segundo Sá Fortes, “ao invés de empunharem os instrumentos da lavoura, vivem carregando armas de fogo, facas e cacetes”<sup>637</sup>. Reprimir a vadiagem implicava estabelecer um rígido controle sobre o trabalhador, juntamente com a polícia responsável por “salvaguardar os interesses dos habitantes contra os vadios, desordeiros e infratores das leis municipais”<sup>638</sup>. A polícia assumiria, assim, a importante função de garantir a propriedade e a paz<sup>639</sup>.

Conforme Karla Silva, essa questão aparecia no Código Penal de 1890, que indicava o “trabalho obrigatório como pena para os indivíduos suspeitos de violarem o ordenamento do novo sistema e, principalmente, para os adeptos do ócio”<sup>640</sup>. Com base nisso, em 1893, a Assembleia de Minas Gerais aprovou um decreto recomendando a criação de colônias correccionais agrícolas, em que os condenados pelo crime de vadiagem cumpriram pena com trabalho obrigatório. Em 1894, o deputado Bueno Brandão submeteu à apreciação da Câmara “o projeto de lei n. 7 de 10 de maio de 1894, em que foi sugerida a fundação de colônias correccionais e orfanológicas em Minas Gerais”. O projeto foi aprovado, originando a Lei n. 141 de 1895, que estabeleceu a criação de três instituições, “duas para a correção dos infratores do termo de bem viver e uma para órfãos e menores”<sup>641</sup>.

<sup>634</sup> FARIA FILHO, 2001, p.28.

<sup>635</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 de março de 1903, p.1-2.

<sup>636</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 29 de março de 1903, p.3-6.

<sup>637</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 22 e 23 de abril de 1903, p.3-4.

<sup>638</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 06 de maio de 1903, p.1.

<sup>639</sup> FARIA FILHO, 2001.

<sup>640</sup> SILVA, 2006, p.17.

<sup>641</sup> *Ibidem*, p.41.

Além dos trabalhos agrícolas, as colônias ofereceriam instrução primária para menores e adultos, atividade fabris e oficinas de acordo com as aptidões, o sexo e a idade dos reclusos. Como consequência desta lei, no entanto, apenas um estabelecimento entrou em funcionamento, a Colônia Correccional de Bom Destino, que funcionou entre 1896 e 1901. Quando iniciou atividades, a Colônia de Bom Destino era constituída de escola, oficinas de carpintaria, serralharia e alfaiataria, além das atividades agrícolas, com o cultivo de produtos como milho, feijão, arroz, batata doce, batata inglesa, cana etc. De acordo com Silva, a instituição enfrentou problemas, sobretudo orçamentários, que comprometeram seu funcionamento.

Com a entrada de um maior número de reclusos na Colônia em 1897, cogitou-se o aumento da produção agrícola. Todavia, a constatação de que o solo era impróprio para a lavoura, somada à falta de instrumentos e animais para o preparo da terra/transporte e as secas constantes, agravaram por demais a situação do estabelecimento, que não produzia gêneros alimentícios nem para o sustento dos detentos<sup>642</sup>.

Silva afirma que a improdutividade dificultou a manutenção do estabelecimento, que se tornou oneroso demais para os cofres públicos, tendo gerado controvérsias sobre sua utilidade, uma vez que não mais atenderia ao objetivo de desenvolver atividades agrícolas. Sob o argumento de que a instituição não se diferenciava das demais prisões, a Colônia de Bom Destino foi extinta em 1901. Por isso, no Congresso de 1903 alguns congressistas defenderam o “reestabelecimento” de colônias correccionais, enfatizando a necessidade de que a punição à ociosidade fosse o trabalho obrigatório.

Os congressistas reverberaram o discurso disseminado entre os proprietários de terra de que a ociosidade seria a fonte de todos os vícios e crimes que agrediam a sociedade, e entenderam que as *classes produtoras* deveriam se unir para combater o mal que afetaria toda a sociedade por usurpar ao indivíduo, à família e ao Estado. Para alguns, esse “crime” devia ser combatido, ainda que isso pudesse significar o estabelecimento de uma lei “tirânica, anticonstitucional e retrógrada” – este seria um dos maiores auxílios que o Estado poderia prestar a lavoura.

Não obstante a lembrança da “quase impossibilidade de por em práticas medidas coercitivas sem ferir os princípios da liberdade individual”, a posição hegemônica defendia o estabelecimento de leis severas, que respondessem à gravidade da situação<sup>643</sup>. Isso porque, afirmou Cerqueira Lima, representante de Itaúna, a liberdade mal entendida também

---

<sup>642</sup> SILVA, 2006, p.59.

<sup>643</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 de abril de 1903, p.2-3.

produziria estragos<sup>644</sup>. Desse modo, a liberdade do trabalhadores deveria ser posta nos limites do justo, o que para os *produtores* significava a dedicação ao trabalho regular, respeitando o estabelecimento da ordem e da moral na sociedade. Ademais, combater a ociosidade era promover o saneamento moral desses indivíduos, dever imperioso daqueles que têm a responsabilidade de engrandecer o estado. Por isso, concluiu a comissão de agricultura, seria necessário “o máximo empenho no aproveitamento [...] do braço nacional, incutindo-lhe os hábitos de trabalho” que, além de garantirem seu sustento, o manteriam afastado do vício e do crime<sup>645</sup>.

Como incutir hábitos de trabalho numa população supostamente ociosa? A resposta genérica foi indubitável: educando-a para o labor, ensinando à população o valor do trabalho. Mas, especificamente para os que fossem pegos em delito de vadiagem – ou de crimes decorrentes, visto que ela seria a origem de todos eles – esses hábitos seriam ensinados por meio da obrigação ao trabalho, como pena prevista em lei. João Luiz Alves defendeu “o estabelecimento do sistema penitenciário com trabalho, em colônias correcionais agrícolas e industriais”, que garantiria a eficácia da pena pelo delito de vadiagem<sup>646</sup>. Sá Fortes, embora reconhecendo que colônias correcionais “bem montadas e administradas são de vantagens incontestáveis”, propôs a instalação de oficinas de trabalho nas principais cadeias do estado, por serem menos dispendiosas e, portanto, mais adequadas ao momento de crise financeira:

Atendendo-se à vastidão do território mineiro, à insuficiência de sua força policial e muitas dificuldades materiais para o estabelecimento de uma colônia correcional em ponto que ofereça a necessária segurança, com limites naturais infranqueáveis, como o são as ilhas, por exemplo, julgamos que mais simples, econômico, e eficaz será instituir nas principais cadeias do Estado pequenas oficinas de trabalho, segundo o moderno sistema penitenciário e correcional, para onde possam, com mais rapidez e facilidade, ser transportados os que tenham de cumprir penas correcionais<sup>647</sup>.

Além dos “ociosos”, na mira das *classes produtoras* estavam os órfãos, considerados potencialmente vadios e criminosos; por isso recomendavam recolhê-los em colônias orfanológicas em que receberiam “o ensino técnico profissional”. Desta maneira, os congressistas estabeleciam objetivos comuns para as colônias correcionais, orfanológicas e oficinas de trabalho, visando incutir hábitos de trabalho e combater a vadiagem. Havia, entretanto, discordâncias com relação às especialidades de cada uma dessas instituições. Mathias de Vilhena, morador de Campanha, recomendou “a criação de colônias orfanológicas

<sup>644</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 13 de maio de 1903, p.1-3.

<sup>645</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 17 de maio de 1903, p.2-7.

<sup>646</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 de março de 1903, p.1-2.

<sup>647</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 de abril de 1903, p.2-3.

em fazendas, cujos proprietários fossem reconhecidamente aptos e probos”, nas quais, além de educação agrícola e escolar, os internos recebessem “uma soldada proporcional à idade e ao serviço que pudessem prestar”. Para ele, das colônias assim organizadas

[...] poderiam sair homens preparados para o trabalho, tendo um pecúlio para o início da vida independente. Parece-me que as colônias orfanológicas bem regulamentadas, dirigidas [...] serão muito mais vantajosas do que as colônias correcionais. Aquelas poderão formar homens e estas, a não ser a reclusão dos vagabundos, nenhuma vantagem pode oferecer. O trabalhador viciado é um homem perdido, não regenera-se. Deixemo-lo desaparecer e tratemos da geração futura<sup>648</sup>.

Opinião diversa foi expressa por José de Vasconcellos Monteiro, representante da lavoura e do comércio de Ponte Nova e membro da comissão de comércio, que recomendou a criação de “três escolas agrícolas que sejam conjuntamente colônias correcionais e retiros modelos”. Nessas instituições somente seriam recolhidos “os menores criminosos de pequenos delitos, os órfãos menores vagabundos; ensinando-se-lhes todos os ofícios necessários ao custeio da colônia, agronomia prática e teórica”<sup>649</sup>.

As divergências com relação ao público, à viabilidade, ao custeio etc., não encobrem o objetivo comum de combater a ociosidade, transformando a população pobre, constituída majoritariamente por ex-escravos, no trabalhador livre que reconhecesse o valor supremo do trabalho. Além disso, as propostas indicam que as *classes produtoras* viam a necessidade de resolver tanto o problema do adulto ocioso quanto o da criança, futuro trabalhador, embora a ênfase em cada público variasse de um representante a outro. O pragmatismo desse grupo, que visava a dar uma solução para a crise econômica, o levava a tentar resolver o problema da oferta imediata de força de trabalho. Ao mesmo tempo, os representantes das atividades econômicas reconheciam a necessidade de formar desde a infância o futuro trabalhador. Da organização do trabalho livre passa-se, assim, para a educação das classes trabalhadoras, firmando-se o entrelaçamento das duas questões. Conforme observou Azevedo, “de nada adiantaria a coação policial ao trabalho e o controle administrativos das vidas se não ocorresse simultaneamente a internalização da hierarquia social ou um reconhecimento subjetivo da posição social a ocupar e dos limites das aspirações”<sup>650</sup>. Por isso, a educação seria um poderoso instrumento para as *classes produtoras*.

<sup>648</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 1903, p.2-3.

<sup>649</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 17 de maio de 1903, p.2-7.

<sup>650</sup> AZEVEDO, 2008, p.44.

#### 4.4 – Sobre a necessidade de moralizar, civilizar e instruir os trabalhadores

As queixas com relação à falta de instrução de proprietários e trabalhadores foram recorrentes no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Se aos proprietários faltavam informações e conhecimentos necessários ao melhor aproveitamento e condução das atividades econômicas, aos trabalhadores, que supostamente tendiam à vadiagem e ao vício, faltariam uma instrução profissional que elevasse a qualidade dos serviços que realizavam e uma educação dos costumes que os moralizasse e lhes ensinasse a conceber o trabalho como um princípio norteador da sociedade. Assim, na visão dos *produtores*, é a questão da educação dos trabalhadores a mais complexa, pois envolveria civilizá-los, discipliná-los, moralizá-los, além de instruí-los para o melhor desempenho das atividades produtivas. Chamon e Goodwin Jr., investigando a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais no começo do século XX constataram a presença de uma questão semelhante entre os organizadores dessa instituição: além da “compreensão de que essa educação deveria preparar uma mão de obra mais qualificada para o progresso, apta a utilizar técnicas mais modernas e eficientes”, entendia-se que ela deveria possuir um caráter moralizador e civilizatório<sup>651</sup>.

Na visão dos participantes do Congresso de 1903, não haveria muito o que esperar de trabalhadores ignorantes. Sá Fortes destacou que “a falta de instrução é o empirismo e a rotina infecundos e estéreis, que muitas vezes degradam e humilham o povo, conduzindo-o às raias do cretinismo e da imbecilidade”<sup>652</sup>. Os *produtores* de Monte Alegre apontaram, por sua vez, a necessidade de oferecer aos trabalhadores a salvação material e moral, que os levasse a curvar “o pescoço ao julgo do dever, do trabalho e da abnegação”, com o que alcançariam “um bem estar moral, mais razoável e positivo do que a posse imaginária de um longínquo e incerto paraíso”<sup>653</sup>.

A preocupação com a civilização e a moralização dos hábitos das “classes subalternas” não se restringia aos *produtores*, tendo sido compartilhada por frações de elite que também as percebiam como um perigo eminente, como ficou evidente também nos artigos dos especialistas<sup>654</sup>. Em Minas Gerais, caso emblemático foi a defesa, na Câmara dos Deputados, em 1896, do projeto de lei para organização do ensino profissional elementar, com base no argumento de que as populações sem instrução seriam mais suscetíveis à

<sup>651</sup> CHAMON; GOODWIN JR., 2012, p.326.

<sup>652</sup> SÁ FORTES, 1903, p.93.

<sup>653</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 19 de maio de 1903, p.1-5.

<sup>654</sup> Conforme Chalhoub (2008, p.76), nos últimos anos do período imperial, “os legisladores brasileiros utilizavam o termo ‘classes perigosas’ como sinônimo de ‘classes pobres’, e isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade”.

influência de ideias como o anarquismo e o socialismo e propostas de subversão da ordem<sup>655</sup>. O autor do projeto, Francisco Mendes Pimentel, bacharel e professor, acreditava que “sem uma educação na ‘escola do trabalho e do cumprimento dos deveres cívicos’, o operariado, supunha-se, seria incapaz de distinguir as boas e más propostas dos grupos políticos, sendo facilmente envolvidos por qualquer corpus doutrinário”<sup>656</sup>.

As *classes produtoras*, de sua parte, enfatizaram o aspecto econômico da difusão do ensino profissional, considerado imprescindível para o progresso das atividades produtivas. Assim, a preocupação com a difusão de um ensino prático, destinado à aplicação nas diversas atividades produtivas ganhava grande importância, subsumindo a educação moral ou sobrepondo-se a ela no discurso de alguns representantes. Não obstante, incorporando a proposta pragmática do Congresso de 1903, os *produtores* apresentaram várias proposições específicas de ensino profissional sustentadas, principalmente, na necessidade de atendimento às demandas de racionalização e aumento da produtividade, bem como na necessidade de garantir e controlar a mão de obra. Desse modo, a falta de preparo técnico dos trabalhadores também foi considerada um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento econômico do estado.

Nos últimos anos, pesquisas vêm mostrando o surgimento da demanda pelo ensino profissional na esfera política de Minas Gerais, bem como sua conversão em políticas públicas, dando ênfase ao estudo de debates ocorridos no âmbito dos poderes legislativo e executivo nas primeiras décadas republicanas. Esses trabalhos assinalam uma relação entre a defesa da educação profissional e um projeto estatal e republicano, cujo intuito seria construir uma ordem social e política que favorecesse a organização do regime de governo recém-estabelecido<sup>657</sup>. Conforme Gonçalves, “falar de educação e formação profissional na República é falar da própria República”, pois “o movimento de construção da República é intrinsecamente o movimento de construção das proposições de formação do trabalhador, pela via da educação e da instrução escolar”<sup>658</sup>. Ainda conforme o autor, “os projetos de educação e de instrução dos republicanos, principalmente o escolar, foram produzidos para produzir a República”<sup>659</sup>.

Esses trabalhos trouxeram importantes contribuições para o estudo do ensino profissional em Minas Gerais, notadamente das políticas públicas voltadas para a instrução da

---

<sup>655</sup> Aprovado, o projeto se transformou na Lei 203, de 18 de setembro de 1896.

<sup>656</sup> SILVA, 2010, p.111. Mendes Pimentel justificou seu projeto também sob o aspecto econômico, destacando que o ensino profissional possibilitaria a diversificação produtiva e a emancipação econômica do país.

<sup>657</sup> GONÇALVES, 2012a; 2012b; 2012c; GONÇALVES e NOGUEIRA, 2012.

<sup>658</sup> GONÇALVES, 2012c, p.207; 2012b, p.61.

<sup>659</sup> GONÇALVES, 2012c, p.207.

população pobre, razão pela qual nossos interesses efetivamente convergem para as questões relacionadas à formação profissional no começo da República. No entanto, o objeto de estudo de que estou tratando me leva a assumir uma perspectiva diferente. Os autores desses trabalhos, privilegiando os atores políticos, optaram por investigar os debates ocorridos no âmbito do legislativo e do executivo mineiro, bem como as leis promulgadas no período; entretanto, o material referente ao Congresso de 1903 é de outra natureza. O evento, ainda que tenha sido proposto pelo presidente do estado, colocou em cena atores com interesses diversos, de modo que mesmo os congressistas que haviam ocupado cargos elegíveis nele se posicionavam como representantes dos interesses das *classes produtoras*, ou seja, como um segmento da sociedade civil, e discursivamente buscavam marcar diferenças com relação aos políticos “profissionais”, como mostrei no capítulo 2 desta tese.

Não é de se estranhar, portanto, que em ambientes distintos como a Câmara Legislativa e o Congresso de 1903 diferentes argumentos tenham sido enfatizados pelos sujeitos para justificar a necessidade de difusão do ensino profissional<sup>660</sup>. Um dos indicadores consiste em os *produtores* não terem estabelecido uma correlação ou conexão direta entre a defesa do ensino profissional e a organização do regime republicano e/ou ampliação da cidadania política, não se evidenciando, portanto, a relação direta entre educação e República que, conforme Gonçalves, marcava os discursos dos políticos mineiros.

No Congresso de 1903 houve, inclusive, manifestações contrárias à ampliação da participação política e à organização político-administrativa do estado estabelecida com o novo regime, que, para alguns *produtores*, teria dado excessiva autonomia aos governos municipais. O tema foi introduzido pela comissão de comércio, que considerou essa atividade como “uma das principais vítimas da amplíssima autonomia concedida aos governos municipais”, que estariam “em inteiro desacordo com o nosso grau de cultura e civilização”. Na opinião da comissão, as Câmaras Municipais eram “verdadeiros sindicatos de politicagem, para as quais não há remédio aos seus desmandos e arbitrariedades”. Acusavam-nas, ainda, de lançar impostos arbitrariamente e superfaturar obras, favorecendo os “amigos do peito e peritos na arte da fraude eleitoral”<sup>661</sup>. Para a comissão do comércio,

É imprescindível a reforma da Lei n. 2<sup>662</sup>, de modo a tirar às Câmaras Municipais quaisquer atribuições políticas, suprimir as assembleias municipais e conselhos distritais, conferindo-se ao tribunal de contas criado pela Constituição a fiscalização e revisão do lançamento de impostos das

---

<sup>660</sup> Diferenças também aparecem na comparação entre as propostas dos *produtores*, em 1903, e aquelas apresentadas pelos “especialistas” nos periódicos analisados no capítulo anterior.

<sup>661</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 18 de maio de 1903, p.1-7.

<sup>662</sup> Lei n. 2, de 14 de setembro de 1891.



Câmaras Municipais e a tomada de contas às mesmas, a fim de evitar abusos tributário e administrativo<sup>663</sup>.

Além da redução nas atribuições da Câmaras Municipais<sup>664</sup>, a comissão de comércio requeria uma reforma eleitoral que estabelecesse o “censo alto, porque o povo, dado o seu atraso intelectual, é incapaz do sufrágio universal” – questão igualmente sugerida pela comissão de agricultura<sup>665</sup>. Essas recomendações geraram discussão nas sessões do Congresso, mas foram por fim aprovadas pela maioria dos participantes, o que levou alguns congressistas a solicitar que se registrasse em ata sua contrariedade, seja por considerarem que tais assuntos não competiam ao evento, seja por discordarem da deliberação. De todo modo, entre as conclusões do evento passou a figurar que “o Congresso pede encarecidamente a quem de direito e pelos trâmites convenientes, reforma urgente da lei eleitoral, estabelecendo o censo alto”<sup>666</sup>. É certo que recomendar a restrição dos direitos políticos não significava, necessariamente, opor-se à República. Muitos contemporâneos compartilhavam a opinião de que “a República tendo por fim realizar o bem de todos, somente o pode conseguir por meio dos mais capazes”, como explicou João Pinheiro, justificando a posição hegemônica no Congresso de 1903<sup>667</sup>. Não obstante, observa-se que os *produtores*, mesmo quando trouxeram ao debate questões políticas, não relacionaram os temas da organização e da efetivação da República à difusão do ensino profissional, não expressaram abertamente sua preocupação com a incorporação dos pobres ao novo regime e, por fim, não mencionaram questões relacionadas à formação do cidadão republicano.

---

<sup>663</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 18 de maio de 1903, p.1-7.

<sup>664</sup> Segundo Maria Efigênia Lage de Resende (1982, p.114), os legisladores mineiros “levaram a extremos a questão da autonomia municipal”, atribuindo grande soma de poderes às câmaras municipais. Ao mesmo tempo, com a lei n. 2, os distritos também ganharam autonomia, aumentando o poder chefes políticos distritais. Assim, ainda conforme Resende, foram frequentes os conflitos entre distritos e municípios, sobretudo no que dizia respeito à discriminação de rendas (pela lei, os distritos receberiam 50% da renda obtida em seu território) e às funções eleitorais. Como os distritos eram a base do sistema eleitoral, “para garantir a vitória nas urnas era imprescindível ter nos distritos chefes prestigiosos e acatados, que providenciassem o alistamento e mantivessem o eleitorado fiel ao partidarismo” (p.121). Resende considera “que a organização distrital perturba e esfacela as forças políticas locais. É nesse sentido que nos parece válido afirmar que a organização distrital representava um obstáculo à composição de interesses políticos, estruturada com base em apoio unânime dos municípios” (p. 121). A grande soma de poderes atribuídos às câmaras municipais também produziu conflitos ao nível das relações município-estado. “O comportamento das câmaras nesse período configura-se na ideia de que as relações município-Estado são exatamente iguais às relações Estado-União” (p.124). Nesse quadro, há inúmeras denúncias de ilegalidades e abusos cometidos pelas câmaras municipais, sobretudo no que diz respeito ao estabelecimento de taxas e impostos.

<sup>665</sup> Dois congressistas pediram para registrar na ata do Congresso que votaram contra essa recomendação por considerarem “que ofendem profundamente o sistema Republicano” (CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, de 19 maio de 1903, p.1-6.)

<sup>666</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.1-5.

<sup>667</sup> *Ibidem*, p.1-5.

Estas ausências representam uma importante diferença entre os objetivos projetados nas ações educacionais, principalmente as voltadas para o ensino profissional, por *produtores* e por intelectuais e políticos contemporâneos que se ocupavam dos problemas brasileiros e viam na educação o caminho para solucionar muitas questões. O referido deputado Francisco Mendes Pimentel, por exemplo, acreditava que a “educação popular”, entendida como ensino profissional primário, promoveria a incorporação do proletariado à nação, sendo um caminho para a emancipação individual, além de condição para a participação política e para o progresso<sup>668</sup>. Fora do campo político, intelectuais também teriam manifestado preocupação com a incorporação dos pobres à sociedade. Euclides da Cunha, de acordo com Nicolau Sevcenko, teria visto na educação escolar e no amparo legal do Estado, regulando as relações de trabalho e garantindo a cidadania plena aos sertanejos, o meio de incorporar o sertão e sua população “aos núcleos ativos da vida civil e econômica estabelecidos no litoral e nos grandes centros urbanos”. Conforme Sevcenko, esses aspectos dos projetos de Euclides da Cunha, que mostram “o papel integrador da educação e do direito e o esforço obstinado pela incorporação das classes populares à vida civil”, teriam como base sua formação positivista, ainda que fosse notável “sua disposição heterodoxa” com relação ao “Mestre” de Montpellier<sup>669</sup>.

Conforme Eliani Superti, o ideal de incorporação do proletariado à sociedade, questão central na teoria comtiana, reverberou entre os positivistas brasileiros, impulsionando projetos de organização das relações de trabalho<sup>670</sup>. Miguel Lemos (1854-1917) e Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), líderes do positivismo ortodoxo no Brasil, propuseram medidas que integrassem os ex-escravos à sociedade. Segundo Superti, essa integração seria o preâmbulo para alcançar o estado positivo, de modo que a classe proletária assumiria “um importante papel na regeneração da sociedade”, auxiliando os filósofos na formação de uma opinião pública que pudesse intervir e regular a ordem temporal.

Comte queria, assim, integrar os proletários à ordem cooptando-os a filosofia positiva enquanto importantes agentes morais do poder espiritual capaz de orientar e influenciar o poder temporal. Tratava-se da organização de um sistema político e social em que o proletariado, erigido em esteio da opinião pública, fiscalizasse, em colaboração com os intelectuais, o exercício do poder temporal; todavia, para isso era preciso que a classe trabalhadora se submetesse à doutrina positivista. Essa cooptação realizar-se-ia de forma plena através da educação universal positiva do proletariado<sup>671</sup>.

---

<sup>668</sup> SILVA, 2010.

<sup>669</sup> SEVCENKO, 2003, p.181.

<sup>670</sup> SUPERTI, 2004.

<sup>671</sup> SUPERTI, 2004, p.31-2.

Ainda conforme Superti, na teoria comtiana a incorporação do proletariado pressupunha sua submissão à sociedade e seus poderes. Por isso, caberia aos trabalhadores limitar suas pretensões às determinações dos chefes temporais, exercendo um serviço digno que contribuísse para o progresso de toda a humanidade. Aos industriais e proprietários caberia garantir aos proletários um domicílio e o que fosse necessário para sua dignidade doméstica, além de um salário para subsistência. Assim, baseando-se nas ideias comtianas, Lemos e Teixeira Mendes elaboraram um programa em que recomendavam:

Garantam os chefes regenerados aos seus subordinados a posse de um domicílio suficiente para amparar uma família; deem-lhes um salário que permita manter essa família sem que as mulheres, os anciãos e os filhos menores desviem a sua frágil atividade dos cuidados domésticos; assegurem-lhes a cultura dos sentimentos altruístas em festas semanais, mensais e anuais, convenientemente inspiradas e organizadas, ponham a seu alcance o ensino necessário ao exercício de sua profissão, aliando, durante a fase que vai dos 14 aos 21 anos, a cultura teórica com a aprendizagem prática; exijam-lhes apenas seis horas de trabalho material efetivo em cada dia não feriado; tratem-nos com amenidade e severidade paternas; promovam enfim a substituição dos produtos que absorvem atualmente a nossa atividade agrícola por gêneros mais úteis e necessários à subsistência humana<sup>672</sup>.

A apropriação do positivismo no Brasil colocava, portanto, a questão da escravidão e da integração dos negros à sociedade em posição central nos debates a respeito da abolição e da organização das relações de trabalho<sup>673</sup>. Segundo Bosi, a premissa comtiana da incorporação do proletariado à sociedade virou clichê e esteve na base das propostas de leis trabalhistas no final do século XIX e início do XX. Essa questão impactou os discursos em defesa do ensino primário e profissional, e no Rio Grande do Sul, região a que se refere o artigo de Bosi, resultou em programas de governo que atrelavam “firmemente instrução e economia, dava[m] o timão da nave republicana ao concurso de empresários modernos e sábios planejadores”. Teria sido, segundo Bosi, inspiração para os governantes sulistas João Pinheiro, que durante o período que presidiu Minas Gerais (1906-1908) incentivou o ensino profissional<sup>674</sup>: “A sua mensagem ao Congresso Mineiro de 1907 serviu como texto de

---

<sup>672</sup> LEMOS; MENDES. *Apud* Superti, 2004, p.95.

<sup>673</sup> Angela Alonso observa que, para os positivistas abolicionistas a constituição da nação e do Estado estariam amalgamados na formação brasileira. “Assim, o Estado-nação brasileiro não teria se constituído no momento da definição do território e de proclamação de um Estado independente, mas apenas depois de terem enraizados tradições comuns [...] capazes de dar identidade ao povo. Ora, para complementar a formação brasileira não bastaria abolir a escravidão como instituição, seria preciso incorporar como membros da nação aqueles que a sociedade brasileira até então expurgava” (2002, p.220).

<sup>674</sup> De acordo com Flávio Heinz (2009, p.270), nas primeiras décadas do século XX, a Escola de Engenharia de Porto Alegre constituiu uma “impressionante rede” de cursos superiores e técnicos, em que o ensino superior representava uma parte prestigiosa, porém menor. A parte mais expressiva dessa rede era formada pelo ensino profissional que, conforme Heinz, “assegura presença importante da Escola nos espaços políticos e na imprensa,

autoridade à Assembleia do Rio Grande para avaliar as propostas educacionais de Borges de Medeiros”<sup>675</sup>.

Embora tenha sido tema recorrente em certos círculos políticos e intelectuais no princípio do século XX, a questão da incorporação do proletariado à sociedade não foi mencionada pelos participantes do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, seja nos debates havidos na fase de organização, seja nos dias do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, assim como não aparece nos discursos uma conexão explícita entre a consolidação do regime republicano e a difusão do ensino profissional. De acordo com a documentação consultada sobre o Congresso de 1903, nem mesmo João Pinheiro, reconhecidamente simpático à teoria do mestre de Montpellier e dedicado à difusão do ensino, principalmente primário e agrícola, nos dois anos em que ocupou a presidência do estado de Minas Gerais, teria feito referência a ela.

Pode-se conjecturar que a concretização das recomendações a respeito da educação dos trabalhadores, feitas pelos representantes das *classes produtoras*, promoveria a integração do proletariado à sociedade por meio trabalho, como defendiam os simpáticos ao positivismo, ou, ainda, que dessa maneira a participação política, então condicionada ao saber ler e escrever, seria estendida – o que seria, afinal, uma forma de concretizar o regime republicano. No entanto, o silêncio dos congressistas a respeito desses temas induz a acreditar que eles realmente não estivessem entre as principais preocupações do Congresso de 1903. Esse silêncio poderia decorrer do fato de a motivação dos *produtores* para a defesa da formação do trabalhador ser de cunho mais econômico do que político, mas esta não seria uma explicação suficiente, pois há que se considerar que para as *classes produtoras* o problema da formação do trabalhador antecede a proclamação da República, posto ter sido desencadeado pelo colapso das relações trabalho que resultou do fim do sistema escravista. Com a mudança de regime, as demandas de formação profissional postas ao Estado monárquico continuaram a desafiar o Estado republicano, por eles visto como um potencial catalisador ou promotor dos interesses dos setores produtivos, independentemente da forma ou regime político.

Instaurada a República, o diálogo passa a se dar com o governo republicano, que, para os *produtores*, deveria solucionar uma questão que se desenrolava desde a segunda metade do século XIX. Evidentemente, o discurso em defesa do ensino profissional se difunde entre as elites, ganhando força e novos adeptos nos últimos anos desse século. Nota-se que, mesmo

---

garantindo, de certa forma, a tarefa da ‘incorporação do proletariado à sociedade’, uma sempre lembrada, mas imprecisa, diretriz positivista que os responsáveis do Partido Republicano Riograndense parecem ver realizar”.

<sup>675</sup> BOSI, 1993, p.302-303.

especificamente entre as *classes produtoras*, esse discurso foi sendo progressivamente assimilado, com o reconhecimento dos benefícios advindos da instrução profissional, principalmente por meio da divulgação das experiências de países considerados mais avançados do que o Brasil, como França e Estados Unidos. “A França, se quis ver a sua lavoura progredir, [...] criou o Instituto Nacional Agrônômico, difundindo assim as ciências agrícolas”, afirmou D. Fuas, colaborador da *Gazeta de Oliveira*, ao tomar parte dos debates promovidos pela organização do Congresso de 1903. Para Fuas,

Nós, não digo só mineiros, mas brasileiros, se quisermos fazer da agricultura uma realidade, temos, por força, de seguir os moldes da França.[...]. Instituíamos cursos teóricos e práticos agrônômicos, formemos o verdadeiro lavrador, consciencioso, racional em suas operações agrícolas, no emprego e uso dos aparelhos e maquinismos próprios, na seleção e aperfeiçoamento do gado bovino, lanígero, suíno, etc. [...]

Que direi agora sobre o comércio e indústria?

O mesmo que disse da lavoura. Tornemos o negociante e o industrial aptos para seus misteres por meio do ensino teórico e prático e temos conseguido tudo. Pois não vemos lá fora cursos de diplomacia, de jornalismo e por aí além até aprendizagem dos criados de servir?<sup>676</sup>.

Isso não invalida o argumento de que alguns defensores do regime republicano tenham feito do ensino profissional uma de suas bandeiras, como importante via para a concretização do regime. Defendo, no entanto, a tese de que para as *classes produtoras*, sobretudo enquanto enfrentavam a crise econômica do final do século XIX, a questão da formação do trabalhador não esteve diretamente atrelada à defesa de um projeto político republicano, ao menos não da mesma forma ou intensidade que, para Gonçalves, a questão se manifesta entre a classe política<sup>677</sup>. Seus textos e discursos, não obstante, trazem importantes indícios de concepções políticas e sociais que compartilhavam. Suas concepções políticas revelam uma visão do Estado como catalisador de interesses dos setores produtivos, sustentado por uma pequena parcela da população com condições intelectuais e/ou materiais para participar dos processos eleitorais, até aquele momento marcados pela “corrupção dos costumes públicos” e pela “politicagem”. Como aponta Faria, o Estado seria “concebido como o *locus* das lideranças das *classes conservadoras*, ou seja, daqueles que através do poder público exerceriam ação moral, intelectual, mas também e sobretudo, de dominação político-econômica”<sup>678</sup>. Esses aspectos

<sup>676</sup> FUAZ. *Gazeta de Minas. Oliveira*, 26 de abril de 1903, p?.

<sup>677</sup> Há referência, no entanto, de que a iniciativa de organizar o Congresso de 1903 seria uma ação republicana, como afirma João Pinheiro, em carta enviada a Francisco Salles, após o encerramento do Congresso: “a consulta ao pensamento das classes produtoras constitui um exemplo auspicioso de uma política francamente republicana”, por “haurir a sua norma de ação na manifestação direta da opinião pública” (CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.1-5).

<sup>678</sup> FARIA, 1992, p.12.

indicam, conforme Dulci, que as relações entre os representantes dos setores produtivos e o Estado em Minas Gerais se davam por interação e interseção<sup>679</sup>.

A propósito, Sevckenko observa que com o advento da República teria se consagrado “a legitimidade do consórcio entre a perspectiva funcional ou profissional e a gestão pública”, tornando possível a manifestação explícita de parcialidades, que era mal vista no quadro dos costumes políticos do Império. Com isto, no novo regime os políticos passaram a ser definidos pela característica de seu desempenho como representantes de interesses específicos, tais como os da agricultura, do comércio etc., parcialidades que seriam a “evidência patente da ruptura e fragmentação da sociedade tradicional, liberando e recobrando de dignidade indivíduos e grupos cuja atuação pública passa a ser declaradamente uma emanção da sua posição particular na sociedade”<sup>680</sup>. De fato, nos primeiros anos da República, em Minas Gerais, já se identifica nas propostas de deputados e senadores mineiros a defesa de interesses específicos ou particulares, tais como a proposição, feita em 1894, de criar-se uma instituição de ensino agrícola no município de Curvelo. O autor do projeto, deputado Viriato Diniz Mascarenhas, pertencia à família Mascarenhas e residia em Curvelo, onde era sócio da Fábrica de Tecidos Cedro e Cachoeira, de propriedade dessa família, além de criador de gado. Conforme Versieux, ao defender o projeto o deputado apontou os benefícios que a instituição traria para a nascente indústria pastoril do estado e para a agricultura, mencionando a lavoura de algodão como uma das mais importantes da região por fornecer matéria-prima para as fábricas têxteis de Minas<sup>681</sup>. Na ocasião, Viriato Mascarenhas argumentou que os algodoeiros eram atacados por pragas que comprometiam a produção:

no município do Curvelo esse desânimo já vai tocando o seu auge e a lavoura do algodão está quase extinta, de modo que as fábricas ali existentes têm-se visto obrigadas a importarem o algodão como matéria, da Bahia e de Pernambuco em quantidade superior a mais de duas terças partes para o consumo indispensável das mesmas, quando no município a produção do algodão era considerável<sup>682</sup>.

A visão do Estado como catalisador dos interesses dos setores produtivos e com restritiva participação política alicerçava-se numa concepção fortemente hierarquizada da sociedade, em que as classes a que chamavam de subalternas e as classes proprietárias deveriam reconhecer os diferentes papéis que nela desempenhariam. Os proprietários, como “promotores da riqueza pública”, deveriam dar as diretrizes para o progresso econômico e

<sup>679</sup> DULCI, 1999, p.112. Dulci e Faria refutam, portanto, interpretações patrimonialistas e clientelistas das relações entre os setores produtivos e o Estado em Minas Gerais.

<sup>680</sup> SEVCENKO, 2003, p.134.

<sup>681</sup> VERSIEUX, 2010, p.50.

<sup>682</sup> MASCARENHAS, Viriato Diniz. *Apud* Versieux, 2010, p.52.

social. Às classes subalternas caberia dedicar-se de forma assídua ao trabalho, internalizando a disciplina do ambiente de trabalho e tornando-a um valor a ser seguido em todos os momentos da vida<sup>683</sup>. Nesses aspectos, os representantes das *classes produtoras*, apesar de nutrirem alguns interesses distintos, conseguiam estabelecer uma linha de coesão.

Em relação ao ensino profissional, o consenso entre os *produtores* indica que a difusão do conhecimento científico e técnico se hierarquizaria conforme a diferenciação social. Como indica o artigo enviado à Comissão Fundamental pelos *produtores* de Monte Alegre,

Se a respeito das verdades fundamentais da civilização a educação é ou deve ser para todos uniforme, não pode ser o mesmo a respeito de todas as outras coisas, de que se compõem substancialmente a educação de um indivíduo. Essas variam conforme a classe a que esse indivíduo pertence, ao meio físico, moral, social em que é chamado a viver, conforme o seu sexo e até conforme o seu temperamento pessoal<sup>684</sup>.

A seu modo, os *produtores* ecoavam um debate que atravessou o século XIX e que foi apropriado por indivíduos e grupos de diferentes tendências políticas e intelectuais, sobre qual tipo de educação deveria ser destinada às classes desfavorecidas. Conforme Boto, a questão já estava presente entre os iluministas, pois, embora ressaltassem a importância do conhecimento, da “multiplicação das luzes” para o aperfeiçoamento social, grande parte deles via “com muita desconfiança a possibilidade de extensão irrestrita da instrução para as camadas populares”. Alguns filósofos, como Diderot (1713-1784), argumentavam que era preciso “prever estudos diversificados de acordo com a origem social do estudante, de maneira a permitir que ‘as luzes descessem por degraus’”<sup>685</sup>. A difusão da instrução relacionava-se, assim, a noções de subordinação e hierarquia que permeavam as relações sociais.

Ao longo do século XIX, foi-se difundindo no Brasil a ideia de que, juntamente com o ensino elementar ou de primeiras letras, o ensino das artes e dos ofícios deveria ser destinado à população pobre ou às “classes inferiores”. Conforme Santos, no Oitocentos brasileiro foram colocadas em prática medidas visando à aprendizagem compulsória de ofícios para as crianças e jovens “que na sociedade não tivessem outra opção”. Encaminhados aos arsenais militares e da Marinha, por exemplo, eram obrigados a trabalhar<sup>686</sup>. Jorge Nagle, em

<sup>683</sup> CHAMON; GOODWIN JR., 2012.

<sup>684</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 19 de maio de 1903, p.1-5.

<sup>685</sup> BOTO, 1996, p.52.

<sup>686</sup> SANTOS, 2007, p.207. Conforme Santos (2007, p.208), em 1809 foi criado o Colégio das Fábricas, cuja finalidade era “abrigar os órfãos trazidos na frota que transportou a família real e sua comitiva para o Brasil”. Essa instituição teria sido referência para outras de ensino profissional que foram criadas no período. Inicialmente, esses estabelecimentos ofereciam apenas o ensino de ofícios, mais tarde acrescido do de primeiras letras.

*Educação e Sociedade na Primeira República*, acentua que no novo regime, assim como o era no antigo, o “ensino técnico-profissional” foi “organizado com o objetivo expresso de atender às ‘classes populares’, às ‘classes pobres’, aos ‘meninos desvalidos’, ‘órfãos’, ‘abandonados’, ‘desfavorecidos da fortuna’, o que o aproximava mais de um plano assistencial do que de um programa educacional<sup>687</sup>.”

Nos anos de 1950, Anísio Teixeira ainda identificava a existência de um "dualismo" na organização educacional brasileira, ao apontar que “fora as ‘escolas profissionais’, nenhuma outra escola brasileira escapou ao espírito de educação da ‘elite’, profundamente arraigado em nossa sociedade e agravado ainda pelo preconceito contra o trabalho manual, que nos deixou a escravidão”<sup>688</sup>. Segundo Teixeira, embora ao longo da República tenha-se aventado um sistema de “educação popular”, constituído pela “escola primária, escola complementar, escola normal e escolas ‘profissionais’”, de fato as elites haviam ocupado a escola pública primária, tornando-a também uma escola de “classe”<sup>689</sup>. Anísio Teixeira, como alguns contemporâneos, lamentava a ausência de uma “escola pública comum” que atendesse a toda a sociedade e criticava o dualismo do sistema, que reservava o ensino acadêmico para as elites e o profissional para os grupos socialmente desfavorecidos.

No princípio do século XX, os representantes das *classes produtoras* de Minas Gerais entendiam que o ensino superior e o secundário deveriam ser prioritariamente destinados aos grupos socialmente privilegiados. Por isso, embora houvessem indicado que o ensino secundário poderia ser frequentado pelo trabalhador que se destacasse em suas atividades, tudo indica que suas propostas de criação da Escola de Comércio e da Escola Agropecuária, modelada pela escola de Córdoba, atenderiam prioritariamente à formação de membros das próprias *classes produtoras*. Para a massa de trabalhadores, bastaria para atender aos anseios das *classes produtoras* a oferta do ensino elementar e, principalmente, da instrução prática.

Ignácio Burlamaqui demonstrou essa posição, apontando que para o trabalhador do comércio “o ensino todo prático” deveria se “limitar ao estudo do que for necessário para o exercício inteligente da profissão [...], nada de programas espetaculosos, nada de multiplicidade de disciplinas”<sup>690</sup>. Burlamaqui, presidente da Associação Comercial de Belo Horizonte, defendeu a inclusão do ensino elementar comercial, que seria a escritura mercantil e as noções de matemática comercial nas escolas primárias do estado. Indicando visão semelhante com respeito aos limites do ensino destinado ao trabalhador, Frederico Alvares da

---

<sup>687</sup> NAGLE, 1974, p.164.

<sup>688</sup> TEIXEIRA, 1977, p.29.

<sup>689</sup> Ibidem, p.28.

<sup>690</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 08 de maio de 1903, p.2-5.



Silva propôs a criação de uma escola para mestres anexa ao Ginásio, cujo programa de ensino “não merece[ria], decerto, o qualificativo de aparatoso: português, aritmética, álgebra, geometria, mecânica, tão desenvolvidamente quanto comportem os conhecimentos adquiridos, elementos de física, química e desenho de máquina”. Depois de concluir o curso, os operários voltariam “para suas fábricas ou oficinas e aí completariam, praticamente, a sua educação”. Entre os argumentos que usou para justificar a instalação de estabelecimentos de ensino profissional, Alvares da Silva mencionou que o industrial sempre preferirá “o empregado de curso, desde que ele não aspire desde logo o título de ‘doutor’ pelo simples fato de ter o curso, e se sujeite a ocupar, provisoriamente, posições menos elevadas que as de mestre”<sup>691</sup>.

Essas propostas mostram que, ao mesmo tempo em que a instrução dos trabalhadores era vista como necessidade, havia o temor de que, ao serem instruídos, eles não mais se submetessem à realização de tarefas supostamente aquém de sua competência e formação. Diante da restrita oferta da instrução primária e do reduzido número de letrados no período, compreende-se o receio dos *produtores* de que o empregado instruído almejasse melhores postos de trabalho e maior remuneração. Nessa linha de argumentação, o congressista Cerqueira Lima afirmou: “não precisamos de escolas que nos forneçam aspirantes a deputados e funcionários públicos; o que precisamos é de homens práticos, por um curso completo de agricultura”. Ele reforçava a ideia de que o trabalhador não deveria receber “a falsa instrução que estraga o organismo e que cria pretensões absurdas; mas sim a instrução do trabalho, a precisa para cultivar a terra e tirar dela o melhor proveito”<sup>692</sup>.

Evitando que os empregados alimentassem pretensões, os *produtores* mineiros defendiam prioritariamente um ensino prático e, considerando que precisavam dar uma solução imediata para a crise econômica, reforçavam a necessidade de oferecer ao trabalhador uma instrução voltada para melhorar o seu aproveitamento no exercício da atividade a que já vinha se dedicando. Por meio da explícita relação entre o problema da oferta de mão de obra e a educação, vê-se que se aspirava sobretudo a um ensino que possibilitasse o progresso das atividades produtivas e que mantivesse a ordem social. Conforme os *produtores* de Monte Alegre, o momento demandava a vulgarização da ciência e o melhor modo para fazer isso seria abrindo escolas de agricultura e de zootecnia, além de escolas práticas e campos de demonstração<sup>693</sup>.

---

<sup>691</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 29 de março de 1903, p.3-6.

<sup>692</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 22 de maio de 1903, p.1-3.

<sup>693</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 19 de maio de 1903, p.1-5.

Ainda que não devessem criar pretensões, as propostas de instrução apresentadas pelos representantes das *classes produtoras* possibilitariam a formação de diferentes níveis e tipos de trabalhadores. Nessa linha, Alvares da Silva sugere que a escola para mestres deveria ser frequentada pelos operários que dessem “melhores provas de habilidade, aptidão” no trabalho, pois o mestre constituiria uma categoria intermediária entre o industrial e os demais empregados. Como essa proposta, a demanda de criação de uma escola secundária para o ensino comercial, defendida por Burlamaqui, ou o instituto de ensino agropecuário, proposto por Sá Fortes, também poderiam atender a trabalhadores, ainda que em segundo plano. Assim, há indícios de um princípio de diferenciação de categorias, principalmente se for considerada a então restrita oferta de ensino superior e secundário. Pode-se presumir que havia o intuito de formar, por meio da instrução, quadros hierarquicamente definidos de trabalhadores.

Sônia Mendonça, cuja investigação sobre o ruralismo alcança todo o período da Primeira República, observa nos discursos ruralistas a defesa da instrução do trabalhador, baseada em conhecimentos práticos.

Em nome de uma população rural pobre, *ignorante e atrasada*, os projetos de expansão do ensino agrícola girariam em torno a dois eixos: por um lado, a instalação de instituições especiais e, por outro, sua própria hierarquização em três níveis, com claro privilégio das escolas de grau médio e superior<sup>694</sup>.

Entretanto, conforme a autora, essas propostas de formação do trabalhador serviam de pretexto a projetos de ensino agrícola cujo objetivo seria legitimar a atuação de uma nova categoria profissional, a do agrônomo. “O que se buscava era a diversificação dos canais de formação dos segmentos dominantes, embora dentro das propostas houvesse um lugar claramente delimitado, social e simbolicamente, para a massa da população rural: o de mão de obra”<sup>695</sup>. Assim, os discursos ruralistas investigados por Mendonça indicam que o ensino agrícola seria dado com base no tripé: cursos de instrução elementar agrícola, destinados à população rural pobre, pequenos proprietários, trabalhadores rurais e outros; cursos voltados para a formação de administradores, destinados, por exemplo, ao agricultor de recursos médios ou ao escrivão das propriedades rurais; cursos de formação do agrônomo, que ocupariam o topo da hierarquia. Aqueles que se formassem nos dois primeiros níveis

---

<sup>694</sup> MENDONÇA, 1997, p.91. Grifos no original.

<sup>695</sup> Ibidem, p.92.

constituíam “quadros qualificados para controlar e induzir os lavradores a novas necessidades, fazendo-os penetrar nos domínios da eficiência produtiva e do ‘progresso’”<sup>696</sup>.

Reunindo representantes de diferentes ramos do comércio, da indústria e da agricultura, o Congresso de 1903 não legitimava apenas uma categoria profissional, como a do agrônomo, embora seja evidente a tendência de defender a formação de quadros de técnicos/especialistas. Assim como os ruralistas investigados por Mendonça e os “especialistas” que publicaram nos três periódicos analisados no Capítulo 3, os representantes das *classes produtoras* de Minas Gerais acreditavam na hierarquização e na especialização do ensino. O industrial Alvares Silva tratou da formação de trabalhadores para a indústria; Burlamaqui, do comércio, enquanto outros congressistas falaram da agricultura; o pecuarista Sá Fortes defendeu, além da formação em escolas superiores de agronomia e institutos agrônômicos, a formação de “operários especialistas” em viticultura, leiteria, produção de queijo etc.

Na virada do século XIX para o XX, ao menos nos discursos, a conexão entre progresso econômico e instrução profissional estava estabelecida. Cândido Eloy, ex-deputado estadual, ao escrever para o jornal *Minas Geraes*, com o intuito de responder às questões postas pela Comissão Fundamental, afirmou:

À lavoura e à indústria segue-se o comércio, que é a compra e a venda dos produtos respectivos. Está claro, portanto, sr. redator, que quanto maiores forem o progresso, a vida, o florescimento e a fortuna daqueles ramos da atividade humana tanto maiores serão os deste, isto é, tanto mais progredirem a lavoura e a indústria, tanto mais progredirá o comércio. Sobrepunhando-os, porém, ultrapassando-os, estão os artistas e os operários, que precisam se educar e se formar para serem os colaboradores dos empreendimentos dessas três classes sociais, às quais são eles absolutamente necessários<sup>697</sup>.

Eloy afirmava que não havia “passado despercebida a urgente necessidade da criação e organização dos institutos profissionais ou liceus de artes e ofícios em algumas cidades do Estado”, autorizados em 1896 pela lei que “Organiza o ensino profissional primário” no estado<sup>698</sup>. Por isso, pedia a execução da referida lei, que determinava o ensino “gratuito e ‘destinado especialmente às classes desfavorecidas’, nomeadamente a meninos que para ingressar nos institutos deveriam ter idades entre nove e treze anos”<sup>699</sup>. Esses institutos ofereceriam a aprendizagem de ofícios e o ensino elementar, indicando a necessidade de ministrar aos futuros trabalhadores saberes que ultrapassassem o âmbito meramente técnico.

<sup>696</sup> Ibidem, p.94. Grifos no original.

<sup>697</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 e 27 de janeiro de 1903, p.4-5.

<sup>698</sup> MINAS GERAIS. Lei n. 203, de 18 de setembro de 1896. Organiza o ensino profissional primário.

<sup>699</sup> SILVA, 2010, p.114.

No entanto, a proposta de ensino da Lei n. 203/1896 é bastante distinta das que foram sugeridas na ocasião do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903.

Poucos representantes das *classes produtoras* mineiras associavam diretamente a formação profissional ao ensino elementar, como na proposta de Burlamaqui, para que se oferecesse o ensino comercial nas escolas primárias. Neste caso, aconteceria o inverso do que estava previsto na Lei n. 203, com a inclusão da instrução profissional nos estabelecimentos de ensino primário. Como foi dito, para os *produtores*, o ensino que elevaria a qualidade da mão de obra e que se pretendia oferecer aos trabalhadores, visando ao progresso da economia mineira, seria composto principalmente de saberes práticos, informações e conhecimentos que os trabalhadores pudessem aplicar para o melhor desempenho das atividades produtivas. Dessa maneira, os *produtores* não manifestaram maiores preocupações com o combate ao analfabetismo, embora tenham apontado a ignorância da população como um grande problema. Suas propostas de ensino revelam que os esforços deveriam se direcionar à erradicação da “ignorância profissional” e à garantia da oferta de trabalhadores, o que em alguns casos poderia prescindir do ensino da leitura e da escrita. Por isso, é presumível que o alvo da “urgente” formação não seria a criança, mas o adulto trabalhador, ainda que se reconhecesse a necessidade de preparação para o trabalho desde a infância. A comissão especial de vini e viticultura, por exemplo, considerando “a falta da verdadeira instrução prática da maior parte dos viticultores, ou dos seus empregados” como um dos obstáculos para o desenvolvimento desse ramo, sugere a instalação de escolas práticas, “nas chácaras ou fazendas onde se cultive a vinha, nas quais uma pessoa de provada competência instrua aqueles que quiserem se dedicar a essa indústria”<sup>700</sup>.

Segundo Vera Nogueira, ao final do século XIX a preocupação com a educação de adultos crescia entre intelectuais e políticos, sustentando iniciativas de criação de cursos noturnos<sup>701</sup>. Com base na análise de documentos oficiais, a autora entende que essa demanda esteve vinculada a duas questões: “à necessidade de educação dos libertos” e “de ampliação da base eleitoral do Estado”. Embora o discurso em defesa do regime republicano tenha um apelo democrático, representado pela defesa da ampliação do número de eleitores, o fato é que a verificada contração nas iniciativas oficiais de criação e manutenção do ensino noturno em Minas Gerais, com a supressão das escolas noturnas de frequência inferior a trinta alunos já nos primeiros anos da República, indica que a motivação de ordem política não sustentou de modo suficiente a iniciativa republicana nesse campo. A situação do ensino noturno, como

---

<sup>700</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 21 de maio de 1903, p.2-5.

<sup>701</sup> NOGUEIRA, 2012, p.87.

aponta a autora, teria se agravado ainda mais com a reforma de Silviano Brandão, que resultou na Lei 281/1899. Com motivações financeiras, a reforma pretendia reduzir as despesas públicas com a instrução, diminuindo o número de escolas primárias. Assim, a lei suprimiu as escolas rurais, o que foi estendido às escolas noturnas em 1900<sup>702</sup>.

Considerando os destinatários e os objetivos almejados com a difusão do ensino, as propostas elaboradas pelos representantes das *classes produtoras* tenderam a ser bastante específicas, apontando como “programa” um variado leque de informações tidas como necessárias para o bom exercício uma determinada atividade. Como demonstrou o cafeicultor Monteiro de Andrade ao discutir o problema da cafeicultura mineira, os lavradores deveriam ser instruídos sobre a utilização dos fertilizantes necessários para recuperar os solos desgastados pela monocultura, além de receberem um “ensino prático dos processos aratórios”<sup>703</sup>. Sá Fortes, ao discutir o quesito sobre a viticultura, defendeu a criação de estações de viticultura, onde deveria ser instituído o ensino prático e distribuídas informações aos viticultores. Já ao tratar da indústria de laticínios, o pecuarista propunha cursos práticos de leiteria e a criação de leiterias-modelos.

Além de estações agronômicas e campos de demonstração especializados, Sá Fortes defendeu o ensino ministrado por instrutores ambulantes, no que foi seguido por vários *produtores*. Lindolpho Xavier, de Itaúna, propôs que o governo mantivesse “diversos inspetores ambulantes, conhecedores da zootecnia, e bem remunerados, que deverão incessantemente percorrer e visitar as zonas pastoris do Estado, realizando conferências públicas” – embora esses profissionais devessem ministrar instruções principalmente aos proprietários, “servindo enfim de intermediário[s] entre o governo e os agricultores, e de meio de estímulo a estes”<sup>704</sup>. Alguns representantes das *classes produtoras*, ao sugerirem a nomeação de instrutores ambulantes, argumentaram que este seria um meio menos dispendioso de difusão da instrução profissional do que a criação de institutos, campos de demonstração e estações agronômicas. Esta foi a posição do congressista Modestino Moreira, para o qual, ainda que as condições financeiras não permitissem “a criação de escolas agrícolas, campos de demonstração etc., que aliás mal já provaram entre nós”, seria “uma

---

<sup>702</sup> Conforme Vera Nogueira (2012), o fechamento de escolas rurais e noturnas levou a uma mobilização de outros grupos sociais em favor do ensino, de modo que setores, como o têxtil, aumentaram suas iniciativas de criação e manutenção de escolas para operários. Nessa direção, os trabalhos da Comissão Fundamental para o Congresso de 1903 apontavam que “o governo deve[ria] restabelecer as escolas públicas junto às fábricas, desde que estas tenham de 100 operários para cima”. Essa demanda foi endossada pela comissão da indústria e aprovada como conclusão do Congresso (CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 28 de abril de 1903, p.1-2).

<sup>703</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 16 de abril de 1903, p.1-4.

<sup>704</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 14 e 15 de maio de 1903, p.1-7.

necessidade indiscutível efetuar-se uma reforma completa no nosso empírico sistema agrícola”. Assim, recomendou “a divisão do Estado em zonas agrícolas, ficando cada uma delas sob a inspeção de uma pessoa de provada competência técnica, conhecedora do meio em que tiver de agir e, sobretudo, prática”.

Houve, além disso, apresentação de propostas explicitamente destinadas à educação de crianças. Nesses casos, além das colônias orfanológicas, o alvo das *classes produtoras* foi a escola primária. Um *produtor*, apresentado como “inteligente industrial residente em Belo Horizonte”, afirmou que deveria “ser obrigatório nas escolas públicas do Estado o ensino de noções de agricultura, etc., deixando ver que toda a indústria deriva dela”<sup>705</sup>. Benjamin Flores defendeu a reforma da instrução primária, que, além de simplificá-la, daria ao professores distritais, “com pequeno aumento de gratificação”, a obrigação de dar lições práticas de agronomia, manejo do arado, preparo e adubação da terra, de como se deve plantar etc. Diante da aventada falta de preparo dos professores para o ensino desses conteúdos, Flores argumentou:

Nem se diga que os professores, que ainda não estudaram agronomia, não poderão ministrar a seus alunos proveitosos ensinamentos. Um indivíduo qualquer, dotado de algum critério, com um compêndio nas mãos, para colher resultados é só executar o que o compêndio ensina; um professor, com mais razão, se utilizará desse compêndio, com proveito para seus alunos. O governo deverá mandar escrever, por pessoa de toda competência, um tratado prático de agronomia, no qual todos os ensinamentos sejam expostos com demasiada clareza e exatidão, para ser adotado nas escolas distritais<sup>706</sup>.

Ignácio Burlamaqui considerou, igualmente, que os próprios professores primários poderiam se incumbir do ensino comercial elementar, mas, sendo possível, o curso poderia ser ministrado por professores especialistas. Além de sugerir a oferta do ensino profissional na escola primária, alguns *produtores* apontavam a necessidade de reformá-la, atribuindo-lhe o objetivo principal de preparar para o trabalho. Dessa maneira, tocaram na complexa questão da formação do professor. Conforme apontou o congressista Theóphilo Ribeiro, ao escrever sobre a sericultura, “se as escolas normais destinam-se à formação de professores e se a estes é confiada a missão de educar a mocidade”, seria preciso que “o professor levasse consigo o amor e o conhecimento desta indústria e a transmitisse por toda parte a toda criança confiada a seus cuidados”<sup>707</sup>. Ribeiro argumentou que as escolas normais deveriam preparar os professores para “inocular na criança com os rudimentos do alfabeto, os princípios básicos da

<sup>705</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 10 de maio de 1903, p.2-6.

<sup>706</sup> Ibidem, p.2-6.

<sup>707</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 18 de abril de 1903, p.1.

indústria, pelo ensino teórico e a prática, durante seu tirocínio escolar, das respectivas culturas”, pois este seria o modo mais “fácil e eficaz” de “introduzir hábitos em nossa população”. Baseando-se nesse princípio, afirmou ter tentado, em 1890, introduzir na Escola Normal de Ouro Preto a disciplina de “cultivo prático e teórico da *bombyx mori* [bicho da seda]”, pois acreditava que “fazer a criança amar a cultura do utilíssimo inseto, seria levar o homem a, mais tarde, aproveitar-se das vantagens econômicas que se não regateia a quem lhes pede”<sup>708</sup>.

Ao recomendarem a inclusão de instrução profissional no ensino primário, os *produtores* esperavam facilitar e ampliar a difusão dos saberes que consideravam essenciais para a formação do trabalhador. Eles não problematizaram, entretanto, os obstáculos que seria necessário ultrapassar para incluir no currículo escolar conteúdos tão específicos quanto, por exemplo, a sericultura. Para atender aos anseios dos representantes das *classes produtoras*, os professores primários precisariam ter, pelo menos, conhecimentos práticos de comércio e agricultura, isto se não se considerarem as especialidades agrícolas. Lançava-se, sem proposta de solução, um problema para a formação docente, em que saberes gerais e específicos deveriam ser agrupados e harmonizados em um mesmo programa.

Assim, da convergência quanto à constatação de que a ignorância dos trabalhadores representava um problema para o desenvolvimento econômico do estado não resultou a elaboração de um projeto único e abrangente de ensino profissional por parte das *classes produtoras*. Em vez disso, foram apresentadas diversas possibilidades para a concretização do ideal de formação de um trabalhador disciplinado e instruído. Fica evidente que, para esse grupo, a questão do ensino ultrapassava os limites da disciplinarização da mão de obra, vertendo-se sobre outro aspecto considerado fundamental no contexto de crise: a necessidade de aumentar a produtividade. Eles pareciam acreditar que a recuperação econômica, que passaria pela modernização das atividades produtivas, demandava a revisão dos impostos e do crédito, a diversificação do sistema produtivo etc., mas não se efetivaria sem a difusão e a produção de saberes técnicos e práticos que ampliassem o conhecimento dos proprietários e melhorassem o aproveitamento da mão de obra. O mestre hábil deveria saber utilizar o maquinário mais moderno para facilitar e baratear a produção; o trabalhador agrícola precisaria ser assíduo, disciplinado e saber aplicar os princípios básicos para manter uma boa produtividade. Melhorar e ampliar a produção por meio de processos mais organizados e racionalizados consistia em fazer Minas Gerais avançar na direção do progresso. Desse modo,

---

<sup>708</sup> Ibidem, p.1.

a adaptação das atividades produtivas aos procedimentos científicos e às descobertas técnicas significava adequar a economia mineira à modernidade do século, assegurando riqueza para o estado.

Essas propostas evidenciam o consenso que havia entre as *classes produtoras* de Minas Gerais quanto à necessidade de um ensino profissional que atendesse à racionalização e ao aumento da produtividade, indicando sua preocupação tanto com o ensino oferecido aos trabalhadores, quanto com a formação dos *produtores* e de um segmento dotado de competência técnica e científica para conduzir e administrar as diversas atividades produtivas. Por outro lado, essas propostas são carregadas de especificidades que dificilmente poderiam ser harmonizadas em um único projeto de formação profissional. Por exemplo, que conteúdos deveriam ser ensinados aos trabalhadores? As propostas são diversas: dos processos aratórios, passando pela escolha das castas para a viticultura, pelo cultivo do bicho da seda etc. Nota-se que a ênfase foi dada ao ensino prático, composto por informações e conhecimentos que os trabalhadores pudessem aplicar para o melhor desempenho das atividades produtivas. Assim, entende-se o destaque dado pelo pecuarista ao ensino de leiteria, pelo cafeicultor ao ensino de técnicas de fertilização ou pelo gerente da fábrica têxtil à formação do operário.

O caráter tópico das propostas denota o estado incipiente das ações de formação profissional e evidencia o sentimento da necessidade urgente de formação do trabalhador, da lavoura, da indústria ou do comércio, assim como o reconhecimento da insuficiência de instrução profissional dos proprietários. Dos debates do Congresso são produzidas cento e dezenove conclusões, em que se destaca o intuito de diversificar a produção agrícola do estado. A proposta de diversificação traz consigo essas demandas de formação profissional, e por isso as conclusões portam diferentes objetivos e modalidades de instrução.

Essas conclusões são bastante similares aos tópicos que a Comissão Fundamental apresentara para serem debatidos no Congresso: estabelecimento de escolas públicas junto às fábricas com mais de cem operários; colônias orfanológicas e oficinas de trabalho onde fosse ministrado o ensino técnico e profissional; laboratórios de análise de terras, análises e dosagem de fertilizantes; instalação agrícola modelo; escola prática de comércio; inclusão do ensino elementar comercial no programa de ensino das escolas primárias do Estado; escola prática de agricultura e zootecnia; estações agrônômicas especiais para leiteria e zootecnia práticas; estação agrônômica vitícola e vinícola, com laboratório e viveiro para distribuição de mudas; inspetores ambulantes<sup>709</sup>. Se as conclusões abarcam a indústria, o comércio e a

---

<sup>709</sup> CONGRESSO... Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.1-5.



agropecuária, é evidente o peso maior dado ao ensino agrícola, em suas diversas formas e modalidades. Diante da complexidade e do alcance dessa questão, os representantes das *classes produtoras* reunidos pelo Congresso de 1903 ofereceram as linhas gerais de diversas possibilidades de formação profissional que concorreriam para o progresso financeiro do estado. Ao governo, por sua vez, caberia a difícil tarefa de homogeneizar esses anseios, criando um ensino que contemplasse as necessidades mais específicas.

O tom assertivo das recomendações do Congresso de 1903 pode induzir à impressão de que teriam sido rápida e facilmente assimiladas e efetivadas pelos poderes público. Sabe-se, no entanto, que o caminho da implementação do ensino profissional foi longo e tortuoso. Mesmo o ensino agrícola, alvo de maior número de políticas públicas que os demais ramos, “não chegou a atingir a grande massa dos trabalhadores do campo” nas primeiras décadas do século XX, segundo Faria. Para concretizar as propostas de ensino, seria necessário enfrentar questões complexas como a própria crise financeira do estado, que precisaria dispor de recursos para implementá-las, além das disputas de grupos e setores com interesses distintos.

Deve-se considerar que essas propostas foram elaboradas por leigos, ou seja, os *produtores* não eram profissionais do ensino, tampouco se dedicavam ao estudo do “problema educacional”, de modo que concorreriam em desvantagem com as proposições de outros atores, tais como “especialistas”, políticos e educadores, que nisto desfrutavam de maior legitimidade. Além disso, apesar de muitos congressistas participarem da política, principalmente em âmbito local, sua incipiente organização como “classe” dificultava a pressão no Estado, visando a implementar suas recomendações para ensino. Como afirma Faria, a simultaneidade entre a elaboração e a execução das propostas “e o intrincado processo de autoconstrução das *classes conservadoras*, como força social e política” eram obstáculos para a concretização das medidas – ou do projeto de desenvolvimento econômico, como o nomeia Faria – propostas em 1903<sup>710</sup>.

No momento em que ocorre o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial havia poucas iniciativas de implantação do ensino profissional em Minas Gerais, sendo a maior parte delas de duração efêmera, como os Institutos de Itabira e Uberaba. Foi somente após a eleição de João Pinheiro à Presidência do Estado que a organização do ensino profissional, principalmente o agrícola, começou a ganhar concretude. Antes disso, como aponta Faria, “apesar da consciência de que o ensino agrícola poderia ser utilizado como dinamizador do

---

<sup>710</sup> FARIA, 1992, p.332.

desenvolvimento, as tentativas empreendidas foram frustradas, pois de modo geral, o ensino agrícola não saiu da esfera discursiva”<sup>711</sup>.

---

<sup>711</sup> Ibidem, p.309.

## Considerações Finais

Ao investigar as propostas educacionais apresentadas por representantes das *classes produtoras* durante a organização e realização do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, levando em consideração seus objetivos, destinatários, interlocutores e referências, além das propriedades sociais e visões de mundo dos *produtores* manifestos nessas propostas, pude identificar aspectos relevantes no que diz respeito à história do ensino profissional em Minas Gerais.

Colocando o Congresso e seus principais atores no centro da investigação, foi possível inserir e dimensionar as discussões sobre educação no evento. Além de apontar a importância do tema por sua recorrência nas teses da Comissão Fundamental e nas conclusões aprovadas ao final, demonstrei que as demandas relacionadas à educação e ao ensino emergiram no interior das discussões sobre o progresso da economia mineira e estavam fortemente conectadas a interesses específicos dos representantes das atividades que compunham a produção do estado. Desse modo, enquanto uma visão geral do Congresso indica que nele foram enfatizadas as questões relativas ao ensino agrícola, a aproximação dos atores e dos debates revela um quadro plural, constituído por diversas modalidades e níveis de ensino voltados para a vinicultura, viticultura, sericultura, criação de gado, laticínios, cafeicultura etc. Assim, as ideias e propostas para o ensino profissional mostram-se ligadas aos interesses de classe do setor produtivo e, portanto, são de natureza econômica em última instância. Logo, é plausível supor que a variedade regional de atividades econômicas e setores no quadro brasileiro tenha conduzido os agentes a propostas consoantes os interesses e objetivos das diferentes economias regionais e suas respectivas classes, o que reforça a importância das abordagens regionalizadas nos estudos educacionais. Esse quadro endossa a relevância de considerar a posição social, os interesses e visões de mundo dos sujeitos que se propuseram a contribuir para a definição de políticas voltadas para o ensino.

Viu-se nesta tese que o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial não produziu um “projeto”, entendido como plano coerente e consensual para a implementação do ensino profissional em Minas Gerais. Reconhecendo a importância da educação para a promoção do progresso das atividades produtivas desenvolvidas no país, os *produtores* apresentaram e aprovaram propostas de instrução com enfoques diferenciados com relação ao tipo de ensino que deveria ser difundido, mais teórico ou prático, com relação à modalidade, escolar ou não, ou ao nível, elementar, médio ou superior. Diferentemente dos “especialistas”, a maior parte

dos *produtores* que falaram sobre a educação no Congresso não se ocuparam em exprimir objetivos e atribuições das instituições que defendiam ou definir um único tipo ou modalidade de ensino que o “Congresso” recomendaria priorizar. Apenas a proposta de Sá Fortes para a criação de uma escola de agricultura e zootecnia, e a escola de comércio sugerida por Ignácio Burlamaqui trazem informações sobre conteúdos, formas de organização, duração do curso etc. Desse modo, afirmar simplesmente que o “ensino agrícola” teve prioridade no evento elucida pouco a respeito do que os representantes das *classes produtoras* pensavam e propunham para a instrução em Minas Gerais, posto que haviam sido justamente convocados para levantar soluções para a crise econômica de um estado cuja maior parte da produção derivava do setor agrícola. Além disso, mesmo entre os “especialistas”, estudiosos e profissionais do ensino agrícola não havia consenso a respeito das funções e objetivos dos estabelecimentos de ensino profissional e do tipo de instrução a ser priorizada. Como, até aquele momento, no país haviam sido concretizadas poucas e efêmeras experiências de ensino profissional, o caminho estava aberto aos mais variados tipos de proposição.

Não obstante a variedade de propostas e ideias indicativas do que os representantes das *classes produtoras* esperavam da educação, foi possível identificar aspectos comuns que as conectavam ao debate educacional mais amplo. Como outros atores contemporâneos, os *produtores* atribuíam o atraso econômico de Minas e do Brasil à falta de instrução que preparasse para o trabalho. Por isso, apontavam a necessidade de modificar técnicas, procedimentos, instrumentos e materiais seguindo os “especialistas” na defesa de uma produção mais moderna e racional. Como foi demonstrado, a questão se desdobrava em demandas pela formação dos responsáveis pela condução das atividades produtivas, bem como de acesso a informações sobre produtos, técnicas, maquinário, procedimentos atualizados etc. e nas demandas por formação de quadros técnicos e educação do trabalhador.

Embora compartilhassem a crença na necessidade de aplicar as descobertas científicas à produção, a posição hegemônica entre os representantes das *classes produtoras* era a prática como critério de verdade, destacando a importância dos conhecimentos advindos do envolvimento direto com a produção. Apesar de haver interlocução com os “especialistas”, naquele contexto em que emergiam profissões como a agronomia e a veterinária, ambos os grupos pleiteavam a posição de condutores das mudanças a serem implementadas na produção. Neste quadro, os estudiosos reverberam a ideia de que um dos maiores entraves para o progresso produtivo do país era justamente o *produtor*, visto como ignorante, preso a técnicas ultrapassadas e à rotina. A mesma ideia aparece nos discursos dos representantes das

*classes produtoras*, desta feita, por meio da expressão de uma autocrítica com relação à capacidade profissional de seus membros.

Desse modo, no Congresso aparecem propostas destinadas a suprir a falta de conhecimentos profissionais dos *produtores* e a formar um segmento da sociedade dotado de competências técnicas e/ou científicas. Os representantes das *classes produtoras* propuseram a instalação de instituições de ensino secundário e superior que oferecessem uma formação voltada para o mundo da produção, tais como escolas superiores de engenharia, veterinária, institutos agrônômicos etc. Além disso, visando a uma solução mais imediata, demandaram diversas formas de divulgação de informações, seja nas instituições voltadas à realização de experimentos e demonstrações, seja por meio da publicação de livros, manuais e periódicos ou do estabelecimento de uma seção técnica de agricultura e indústria ou, ainda, mediante a contratação de profissionais especializados. Embora já viessem se organizando em associações e promovendo iniciativas para atender a essas demandas, os *produtores* viam o Estado como o principal promotor dessas medidas.

Com relação à educação do trabalhador, a tese indicou que as propostas dos *produtores* relacionavam-se à garantia da oferta de mão de obra e à instrução destinada ao melhor desempenho de suas funções. Com a abolição do trabalho escravo, os *produtores* mineiros viram-se diante do desafio e da necessidade premente de transformar o liberto em trabalhador assíduo, disciplinado e reconhecedor das virtudes do trabalho. Convencidos de que os ex-escravos não adeririam espontaneamente às novas condições de trabalho, exigiram medidas práticas que garantissem a oferta de mão de obra. Assim, apontaram a necessidade de organizar as relações de trabalho, demandando leis que regulassem a locação de serviços, além de leis que punissem severamente a vadiagem, explicitando dessa forma as dificuldades que encontravam para manter o domínio sobre os libertos ou coagi-los ao trabalho. Os *produtores* acreditavam que a liberdade do trabalhador deveria ter seus limites definidos pela dedicação ao trabalho regular e pelo respeito à ordem e à moral na sociedade. Era preciso promover o saneamento moral dos indivíduos nascidos ou criados no cativeiro por meio do trabalho, mesmo que compulsório, como punição para vícios e vadiagem, e da educação, que, além de conhecimentos profissionais, neles inculcaria a crença no valor positivo do trabalho.

Constatou-se, assim, que o fim do regime escravista e a organização das relações de trabalho marcaram profundamente as proposições dos representantes das *classes produtoras* para a educação dos trabalhadores no Congresso de 1903. Em seus discursos é a mudança de regime de trabalho, e não a de regime político, a questão em torno da qual giram as preocupações relativas à formação do trabalhador. A posição hegemônica entre os

congressistas refletia o pragmatismo com que encaravam a situação, buscando soluções de curto prazo que pudessem ser rapidamente aplicadas à produção, sobretudo no que diz respeito à garantia de uma mão de obra dócil, barata e produtiva. Não obstante a ênfase nos aspectos ligados à civilização, moralização e disciplinamento dos trabalhadores, os produtores recomendavam vivamente a difusão de uma instrução profissional que elevasse a qualidade e a produtividade de seus serviços. Os representantes das *classes produtoras*, assim como outros contemporâneos acreditavam que a difusão da instrução deveria seguir a hierarquia social; portanto, para os trabalhadores o ensino deveria ser essencialmente prático, restringindo-se ao básico exercício inteligente da profissão, evitando as veleidades do “doutorismo”.

O Congresso Agrícola, Industrial e Comercial foi cenário de apresentação de várias propostas voltadas para a difusão ensino profissional em Minas Gerais, bem como da enunciação de relevantes motivos para a promoção dessa instrução, que, no entanto, não foram concretizadas em políticas públicas e na escala almejada pelas *classes produtoras*. É certo que houve, pouco depois da realização do Congresso, notadamente durante o governo estadual de João Pinheiro, a implementação de medidas para o ensino profissional que derivavam das demandas dos *produtores* em 1903 ou que com elas dialogavam. Como o evento foi palco de variadas propostas para o ensino, algumas apenas nomeadas, é possível encontrar em iniciativas ou propostas congêneres, relativas a outros momentos históricos as mesmas ou semelhantes ideias, modalidades, formas de instrução etc., mais isto não significa que seus propositores e realizadores as tenham efetivamente buscado nas recomendações do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. É preciso evitar a perspectiva teleológica, e considerar que as iniciativas de implementação do ensino profissional posteriormente concretizadas em Minas Gerais foram levadas a cabo em contextos que já não mais respondiam à crise econômica para a qual os produtores do começo do século XX buscavam soluções.

Esta tese indica também a potencialidade da abordagem prosopográfica, ainda pouco utilizada nas investigações em história da educação. Essa abordagem possibilita extrapolar a dimensão individual e discursiva, pressupondo que tão importantes quanto as manifestações de identidades eventualmente presentes nos discursos (representações, autoimagens, tradições) vêm a ser as propriedades sociais dos sujeitos que as compõem. Assim, acredito que a abordagem prosopográfica pode trazer contribuições significativas à história da educação, sobretudo para investigações que visem a analisar objetos tais como os manifestos e seus signatários, cujos liames societários revelados podem reafirmar ou subverter a lógica

dos posicionamentos individuais; os coletivos docentes, por exemplo, no que tange às trajetórias formativas e à distribuição institucional e regional; as histórias institucionais, notadamente na destinação social e política de egressos ou na movimentação interna dos quadros gerenciais e acadêmicos; as associações da sociedade civil em prol da educação, tais como sindicatos, sociedades humanitárias e entidades categoriais.

Por meio desta tese, viu-se que o tema da relação entre ensino profissional e desenvolvimento econômico ou, ainda, entre ensino profissional e *classes produtoras* não aparece pela primeira vez, tampouco exclusivamente no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, reportando-se a outras situações, espaços e veículos coetâneos ou não. A apresentação de ideias e propostas semelhantes em contextos distintos reforça a necessidade de respeitar sua historicidade, buscando os sentidos atribuídos no lugar e no momento em que se explicitaram. Desse modo, além das semelhanças, é possível captar as nuances que compõem a realidade histórica, enriquecendo e qualificando o debate sobre a história do ensino profissional no Brasil. Acredito que a tese tenha contribuído nesta direção.

## FONTES CITADAS

### Jornais (organizados por data de publicação)

- A Cidade

CAMARA MUNICIPAL. A Cidade. Ouro Preto, 14 de janeiro de 1902, p. 3.

- A Ordem

A ORDEM. Ouro Preto, 3 de setembro de 1892, p.1.

ORGANIZAÇÃO AGRÍCOLA MINEIRA. A Ordem. Ouro Preto, 17 de abril de 1891, p. 1.

PENNA. A Ordem. Ouro Preto, 24 de outubro de 1891.

- A Reforma

NOSSA AGRICULTURA. A Reforma. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1878, p.1.

- Correio da Manhã

MARTINS. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1903, p. 1.

MARTINS. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1903, p.1.

- Correio de Minas

UMA RECTIFICAÇÃO. Correio de Minas. Juiz de Fora, 10 de abril de 1897, p. 1.

- Correio Paulistano

ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. São Paulo, 3 de janeiro de 1903, p.1.

ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. São Paulo, 24 de junho de 1903, p.1.

ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. São Paulo, 26 de junho de 1903, p.1.

ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. São Paulo, 3 de julho de 1903, p. 1.

ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. São Paulo, 07 de julho de 1903, p.1.



ASSIS, Paulo de. Correio Fluminense. In: Correio Paulistano. São Paulo, 14 de julho de 1903, p.1.

UM CASO EM UBERABA. In: Correio Paulistano. São Paulo, 27 de dezembro de 1906, p. 3.

- Diário de Minas

DIÁRIO DE MINAS. Juiz de Fora, 30 de junho de 1889.

- Gazeta de Minas

GRANDE BENEFÍCIO. Gazeta de Minas. Oliveira, 08 de fevereiro de 1903, p.1.

FUAZ, D. Semana a semana. Gazeta de Minas. Oliveira, 26 de abril de 1903.

- Gazeta de Notícias

CONGRESSO AGRÍCOLA. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1899, p.1.

CONGRESSO DA LAVOURA. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 02 de novembro de 1899, p.1.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1903, p. 1.

PUBLICAÇÕES. Folha de Leite. In: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1903, p.3.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1903, p.1.

CONGRESSO AGRÍCOLA MINEIRO. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1903, p. 1.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1903, p.1.

- Jornal do Brasil

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO DO SR. MINISTRO DA FAZENDA. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1899, p. 3.

MANIFESTO AOS LAVRADORES MINEIROS. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 04 de outubro de 1899, p.1.

O MOVIMENTO AGRÍCOLA DE MINAS. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1899, p.1.

O MOVIMENTO AGRÍCOLA DE MINAS. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1899, p.1

A POLÍTICA PROTECIONISTA. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1903, p.1.

MINAS GERAES. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1903, p.2.

CONGRESSO INDUSTRIAL EM BELLO HORIZONTE. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1903, p. 3

CONGRESSO INDUSTRIAL EM BELLO HORIZONTE. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1903, p.1.

CONGRESSO INDUSTRIAL EM BELLO HORIZONTE. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1903, p.2

CONGRESSO INDUSTRIAL EM BELLO HORIZONTE. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1903, p. 3. (Edição da tarde).

- Jornal do Commercio

IMPORTANTE REUNIÃO. Jornal do Commercio. Juiz de Fora, 19 de setembro de 1899, p.1.

ATTITUDE DA LAVOURA. Jornal do Commercio. Juiz de Fora, 22 de setembro de 1899.

REUNIÃO DE LAVRADORES. Jornal do Commercio. Juiz de Fora, 21 de outubro de 1899.

REUNIÃO DE LAVRADORES. Jornal do Commercio. Juiz de Fora, 22 de outubro de 1899, p.1.

- Liberal Mineiro

LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 31 de janeiro de 1884, p. 3

- Minas Geraes

NOTICIÁRIO. Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de março de 1896, p. 4

NOTÍCIAS DIVERSAS. Minas Geraes. Belo Horizonte, 15 de abril de 1897, p. 3.

NOTICIÁRIO. Minas Geraes. Belo Horizonte, 9 de julho de 1898, p.4.

GOVERNO DO ESTADO. Minas Geraes. Belo Horizonte, 30 de outubro de 1898, p.1

MENSAGEM. Minas Geraes. Belo Horizonte, 16 de junho de 1899, p. 4.

CONGRESSO AGRÍCOLA. Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 de outubro de 1899, p. 4.

TELEGRAMMAS. Minas Geraes. Belo Horizonte, 31 de outubro de 1899, p.3

REUNIÃO AGRÍCOLA. Minas Geraes. Belo Horizonte, 9 de novembro de 1899, p. 3.

IMPrensa MINEIRA. Jornal de Minas. In: Minas Geraes. Belo Horizonte, 13 de novembro de 1899, p.1.

JORNAL DO COMMERCIO. In: Minas Geraes. Belo Horizonte, 07 e 08 de janeiro de 1903, p. 3.

CONGRESSO INDUSTRIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 12 e 13 de janeiro de 1903, p.1.

CONGRESSO INDUSTRIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 16 de janeiro de 1903, p. 1.

CONGRESSO AGRÍCOLA, COMMERCIAL E INDUSTRIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 24 de janeiro de 1903, p.3.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 e 27 de janeiro de 1903, p. 3

PADUA. In: CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 e 27 de janeiro de 1903, p. 3-4

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 1 de fevereiro de 1903, p. 13.

GOVERNO DO ESTADO. Folha de Lavras. In: Minas Geraes. Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 1903, p.1.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 1903, p.2-3.

ACTUALIDADE. A Irradiação. In: Minas Geraes. Belo Horizonte, 23 e 24 de fevereiro de 1903, p.2.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 de março de 1903, p.1-2

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 29 de março de 1903, p. 3-6

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 9 de abril 1903, p. 1.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL.. Minas Geraes. Belo Horizonte, 16 de abril de 1903, p. 1-4.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 18 de abril de 1903, p. 1.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 20 e 21 de abril de 1903, p. 1

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 22 e 23 de abril de 1903, p.3-4.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 26 de abril de 1903, p. 3.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 28 de abril de 1903, p.1-2.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 30 de abril de 1903, p.2.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 01 de maio, de 1903, p. 1

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 6 de maio de 1903, p.1.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 8 de maio de 1903, p.4.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 10 de maio de 1903, p.2-6.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 11 e 12 de maio de 1903, p.1.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 13 de maio de 1903, p. 4.

JORNAL DO COMMERCIO. In: Minas Geraes. Belo Horizonte, 13 de maio de 1903, p. 1-3.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. MINAS GERAES, 14 e 15 de maio de 1903, p. 1-7.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 16 de maio de 1903, p.3.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 17 de maio de 1903, p. 2-7.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 18 de maio de 1903, p.1-5.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 19 de maio de 1903, p.1-6.

NOTICIÁRIO. Minas Geraes. Belo Horizonte, 19 de maio de 1903, p.7.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 20 de maio de 1903, p.1-3.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 21 de maio de 1903, p. 2-5.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 22 de maio de 1903, p. 1-3.

CONGRESSO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL. Minas Geraes. Belo Horizonte, 27 de maio de 1903, p.5.

- Pharol

O CONGRESSO AGRÍCOLA. Pharol. Juiz de Fora, 20 de junho de 1878, p.1.

NOTICIÁRIO. Pharol. Juiz de Fora, 27 de junho de 1878, p.1.

- O Commercio de Minas

OLIVEIRA. Opinião valiosa. O Commercio de Minas. Belo Horizonte, 31 de março de 1901, p. 1

- O Cruzeiro

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 15 de jun. de 1878, p.1.

- O Estado de Minas Geraes

NOVOS ESTATUTOS DA COMPANHIA ORGANISAÇÃO AGRÍCOLA MINEIRA. O Estado de Minas Geraes. Ouro Preto, 20 de Outubro de 1891, p. 3

CARNEIRO. Rio, 23 de abril de 1894. In: O Estado de Minas Geraes. Ouro Preto, 30 de abril de 1894, p. 2.

- O Pharol

PROVÍNCIA DE S. PAULO. O Pharol. Juiz de Fora, 24 de abr. de 1888, p. 1-2.

NOVA ERA. O Pharol. Juiz de Fora, 15 de maio de 1888, p.1.

IMMIGRAÇÃO. O Pharol. Juiz de Fora, 15 de outubro de 1889, p.1.

ACADEMIA DE COMMERCIO. O Pharol. Juiz de Fora, 17 de janeiro de 1891, p. 1.

COLLABORAÇÃO. O Pharol. Juiz de Fora, 13 de fevereiro de 1891, p. 1-2.

ANALYSE DE ÁGUAS. O Pharol. Juiz de Fora, 17 de fevereiro de 1892, p.1.

ACADEMIA DE COMMERCIO. O Pharol. Juiz de Fora, 27 de julho de 1894, p. 1.

A COZINHA ELECTRICA. O Pharol. Juiz de Fora, 3 de maio de 1895, p. 1.

BARBOSA, Rui. Indiferentismo Político. In: O Pharol. Juiz de Fora, 15 de junho de 1897, p.1.

BARBOSA, Rui. Partido republicano Conservador. In: O Pharol. Juiz de Fora, 16 de junho de 1897, p.1.

MOVIMENTO DA LAVOURA. O Pharol. Juiz de Fora, 20 de setembro de 1899, p.1

AOS LAVRADORES DE JUIZ DE FORA. O Pharol. Juiz de Fora, 22 de setembro de 1899, p.1.

PENNA, A. O Pharol. Juiz de Fora, 24 de setembro de 1899, p. 2.

O PHAROL. Juiz de Fora, 28 de julho de 1900, p. 1.

FESTAS. O Pharol. Juiz de Fora, 5 de janeiro de 1902, p.1.

EDITAES. O Pharol. Juiz de Fora, 15 de janeiro de 1902, p. 1.

TELEGRAMMAS. O Pharol. Juiz de Fora, 26 de fevereiro de 1902, p.1

TELEGRAMMAS. O Pharol. Juiz de Fora, 31 de outubro de 1902, p. 2.

PAULA. O Pharol. Juiz de Fora, 6 de janeiro de 1903, p. 1.

CONGRESSO INDUSTRIAL. O Pharol. Juiz de Fora, 9 de maio de 1903, p.1.

CONGRESSO INDUSTRIAL. O Pharol. Juiz de Fora, 12 de maio de 1903, p. 1.

CONGRESSO INDUSTRIAL. O Pharol. Juiz de Fora, 13 de maio de 1903, p. 1.

CONGRESSO INDUSTRIAL. O Pharol. Juiz de Fora, 15 de maio de 1903, p. 1.

CONGRESSO INDUSTRIAL. O Pharol. Juiz de Fora, 16 de maio de 1903, p.1.

OS MUNICÍPIOS. O Pharol. Juiz de Fora, 17 de maio de 1903, p.2.

CONGRESSO INDUTRIAL. O Pharol. Juiz de Fora, 19 de maio de 1903, p. 1.

CABRIOLAS. O Pharol. Juiz de Fora, 22 de maio de 1903, p.1.

MOREIRA, João Rodrigues. Impressões de viagem. O Pharol. Juiz de Fora, 23 de junho de 1916, p.2.

- O Paiz

O PAIZ. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1890, p. 1.

NOVA REVISTA. O PAIZ. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1893, p. 2.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1895, p. 1.

A LAVOURA DE MINAS. O Paiz. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1896, p.3.

CREDITO AGRÍCOLA. O Paiz. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1899, p. 2.

REUNIÃO DE LAVRADORES. O Paiz. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1899, p. 1

### **Demais periódicos (organizados por autoria)**

- Revista Industrial de Minas Geraes

CARVALHO, Cypriano J. de. Cerâmica Nacional fundada em Caeté pelo dr. João Pinheiro. Revista Industrial de Minas Geraes. Anno III, n. 20 e 21, p. 213-18

CERAMICA NACIONAL. Revista Industrial de Minas Geraes. Anno III, n. 18 e 19, p. 156.

CUNHA, P. Campos de ensaios e de demonstrações agrícolas. Revista Industrial de Minas Gerais. Ano I. n. II, p. 44-45.

DRAENERT, Frederico M. Estações Agronômicas e escolas agrícolas. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano I. n. VIII, p. 205-6.

DRAENERT, Frederico M. Estações Agronômicas e escolas agrícolas Revista Industrial de Minas Geraes. Ano I. n. IX, p. 230-1.

DRAENERT, Frederico M. Estações Agronômicas e escolas agrícolas Revista Industrial de Minas Geraes. Ano II. n. XIII, p. 21-3.

DRAENERT, Frederico M. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano III. n. XVI, p. 140-3.

GRILLOT, L. Estação Agronômica. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano II. n. XI, p. 288.

INSTITUTO ZOOTECHNICO DE UBERABA. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano V. N. 34, p. 129-131.

LYCEO DE ARTES E OFFICIOS DE OURO PRETO. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano IV. n. XXIV, p. 308-9.

O NOSSO PROGRAMMA. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano I. n.I, 15 de outubro de 1893, p. 3.

OLIVEIRA *et alii*. ACADEMIA DE COMMERCIO DE JUIZ DE FORA. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano I. n. VII, p. 166-9.

G. CHALMERS. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano V, n. XXXVI, p, 157-8.

O 5<sup>o</sup> ANIVERSARIO. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano V. n. XXV, p. 1.

SOBRAL, José Amandio. Campos de Demonstração do Estado de Minas Geraes. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano IV. n. XXIV, p. 313-315.

THIRÉ, Arthur. Assumptos Agrícolas. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano I. n. X, p. 251-5.

THIRÉ, Arthur. Assumptos Agrícolas. Revista Industrial de Minas Geraes. Ano II. n. XIV, p. 48-53.

- Jornal do Agricultor

ALBUQUERQUE F. A. P. de Carvalho e. Ensino Agrícola no Brazil. Jornal do Agricultor. Ano XII. Tomo XXIV, p. 174-7.

ANLYSE PHISICO CHIMICA DAS TEERRAS ARAVEIS. Jornal do Agricultor. Ano XII. Tomo XXII, p. 42.

CARVALHO, Ferreira de. Ensino Agrícola Elementar. Jornal do Agricultor. Ano XIII. Tomo XXVI, p. 105-8.

D'UTRA, Gustavo. Ensino profissional agrícola. Jornal do Agricultor. Ano XV. Tomo XXVIII, p. 217-224.

INTRODUCCÃO. Jornal do Agricultor. Ano I. Tomo I, p. 1-4.

MACHADO, Matheus F. de Souza. Propriedade Agrícola. Jornal do Agricultor. Ano XII. Tomo XXIII, p. 189-91.

MILITA, Antonio de. A agricultura racional dos povos modernos. Jornal do Agricultor. Ano XII. Tomo XXIV, p. 106-8.

SOUZA, Francisco Cardoso de. Guerra à rotina e à centralisação. Jornal do Agricultor. Ano XI. Tomo XXII, p. 217-19.

VELHO, Ervidio Pedreira de Souza. Colonisação no Brazil. Jornal do Agricultor. Ano XIII. Tomo XXVI, p. 153-67.

VIGESIMO SEGUNDO VOLUME. Jornal do Agricultor. Ano XI. Tomo XXII, p. 10.

- Revista Agrícola

COLLABORADORES DA REVISTA AGRÍCOLA. Revista Agrícola. Ano I. n. 2, p. 17.

ESCOLA AGRONÔMICA. Revista Agrícola. Ano I. n. 1, p. 16.



GOMES, Antonio Gomes. Ensino prático de agricultura. Revista Agrícola. Ano VI. n. 58, p. 188-190.

MONTEIRO, E. Jacy. Produção ou morte!. Revista Agrícola. Ano: VI. n. 60, p. 248-53.

TECNOLOGIA. Revista Agrícola. Ano VI. n. 68, p. 228-230.

### **Outras fontes**

ALMANACH MUNICIPAL DE BARBACENA. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1898.

ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL DA CIDADE DE MINAS. Estatutos da Associação Commercial da Cidade de Minas. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1901.

BRASIL. Lei 610, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

GUIMARÃES. Almanak do Jornal do Agricultor. 1886, p. 30.

CONGRESSO AGRÍCOLA. *Anais*. Rio de Janeiro [1878]. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. Ed. Fac-similar.

SÁ FORTES, Carlos Pereira de. Relatório apresentado à comissão Fundamental do Congresso Agrícola, Commercial e Industrial de Minas. Belo Horizonte". Imprensa Official do Estado de Minas, 1903.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil. 1996

MINAS GERAIS. Lei n. 271, de 01 de setembro de 1899.

MINAS GERAIS. Lei 203, de 18 de setembro de 1896. Organiza o ensino profissional primário.

MINAS GERAIS. Inventário da coleção família Juscelino Barbosa. 2005. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos\\_colecoes/FJB/INVENTARIO\\_DA\\_COL\\_ECAO\\_FAMILIA\\_JUSCELINO\\_BARBOSA.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/FJB/INVENTARIO_DA_COL_ECAO_FAMILIA_JUSCELINO_BARBOSA.pdf). Acessado em 18/11/2014.

SALLES, Francisco. Mensagem Dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Antônio de Salles ao Congresso Mineiro. Belo Horizonte. Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1903. p. 6-7.

SILVA, João Pinheiro. Carta à Calógeras. 25 de fevereiro de 1905. Arquivo Público Mineiro. Fundo João Pinheiro. (doc. 1620. cx. 12). 1905a

SILVA, João Pinheiro. Carta a um amigo não identificado. 26 de março de 1905. Arquivo Público Mineiro. Fundo João Pinheiro. (doc. 1620. cx. 12). 1905b

SOCIEDADE AUXILIADORA DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO. Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em outubro de 1878. Recife: Typ. de Manoel Figueroa de Faria & Filhos. 1879. Ed. Fac-similar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Kellen T. de. **O ensino primário agrícola: o caso do Instituto João Pinheiro em Minas Gerais (1909-1942)**. 2009. 90f. (Mestrado em Educação Tecnológica) – CEFET-MG, Belo Horizonte, 2009.

ALONSO, Angela. O Positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no final do século XIX. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, 1995. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/alonsopositivismo.pdf>. Acessado em: 27/10/2014.

\_\_\_\_\_. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 15, n. 44, Out.2000, p.35-54.

\_\_\_\_\_. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 392 p.

ALVES, Isidoro Maria da S. Modelo Politécnico, produção de saberes e a formação do campo científico no Brasil. In: HAMBUGER, Amélia I.; DANTES, Maria Amélia M.; PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick (orgs.). **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp, 1996, p.49-64.

Alves, João Luiz. In: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=143>. Acessado em: 08/08/2014.

ARROYO, Miguel González. **The making of the worker: education in Minas Gerais, Brazil (1888-1920)**. 1982. 265f. (Doutorado em Educação) – Stanford University, School of Education. Stanford, 1982.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. 3.ed. São Paulo, Annablume, 2008. 254 p.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais** (1903-1960). 2012. 316f. (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

BIRCHAL, Sergio de Oliveira. O empresário brasileiro: um estudo comparativo. **Revista de economia política**. v. 18, n. 3 (71), jul.-set. 1998. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/71-2.pdf>. Acessado em: 07/09/2014.

BLASENHEIM, Peter L. As ferrovias de Minas Gerais no século XIX. **Locus. Revista de História**, Juiz de Fora, v.2, n.2, 1996, p.81-110.

BONTEMPI JR., Bruno; SILVA, Carolina Mostaro N. da. Tradições em conflito: filósofos e politécnicos na criação da Universidade de São Paulo. In: DÍAZ, José María H. (coord.). **Formación de élites y educación superior en Iberoamérica** (ss. XVI-XXI). V. I. Salamanca: Hergar, 2012, p. 445-452.

BONTEMPI Jr., Bruno; BOTO, Carlota. O ensino público como projeto de nação: a “Memória” de Martim Francisco (1816-1823). **Revista Brasileira de História**, v. 34, n.68, p.253-278, 2014.

BOTELHO, Jorge Florentino. *A formação do trabalhador do campo em Minas Gerais: o Instituto Agrônomo de Itabira (1880-1898)*. 2009. 120f. (Mestrado em Educação Tecnológica). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996. 207p.

BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-Providência: sobre um enxerto de ideias de longa duração. In: BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.273-307.

BRELOT, Claude-Isabelle. Fonctions municipales et noblesse sous la Troisième République. In: DUMONS, Bruno et POLLET, Gilles. **Élites et pouvoirs locaux, la France du Sud-Est**

**sous le Troisième République:** Actes des journées d'études de Lyon les 21 et 22 mars 1996. Lyon. Presses universitaires de Lyon, 1999, p.429-440.

Bulst, Neithard. Les officiers royaux en France dans la deuxième moitié du XVe siècle: bourgeois au service de l'État? In: GENET, Jean-Philippe; LOTTES, Günther. **L'État moderne et les élites (XIIIe-XVIIIe siècles):** L'État moderne et les élites (XIIIe-XVIIIe siècles). Paris: Sorbonne, 1996, p.111-121.

CAMPOS, Luana Carla Martins. Do Gabinete Fotográfico a Pampulha : representações de Belo Horizonte. In : **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História.** 2007. Disponível em : <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0701.pdf>. Acessado em 08/08/2013.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: **Congresso Agrícola, Anais.** Rio de Janeiro [1878]. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. Ed. Fac-similar, p.V-IX.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República:** um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2008.

CHAMON, Carla S.; GOODWIN JR., James. "A incorporação do proletariado à sociedade moderna": a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941). **Varia História.** Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p.319-340, jan/jun 2012.

CHARLE, Christophe. Micro-histoire social et macro-histoire sociale: quelques réflexions sur les effets des changements de méthode depuis quinze ans en histoire sociale. In : CHARLE, Christophe (org.). **Histoire sociale, histoire globale ?** Actes du colloque des 27-28 janvier 1989. Paris. Fondation de la Maison des sciences de l'homme, 1993, p.45-53.

\_\_\_\_\_. Discours pluriel et histoire singulière (1870-2000). **Revue d'histoire moderne et contemporaine.** Paris.,n.50-4, p.108-134, 2003/4.

\_\_\_\_\_. **Les élites de la République** (1880-1900). 2ed. Paris: Fayard, 2006.

CHARTIER, Roger. **Defesa e ilustração da noção de representação**. Fronteiras. v.13, n.24, p. 15-29, jul/dez. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>. Acesso em: 16/10/2014.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Guilherme Meirelles da. **A formação política de João Pinheiro**. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte, 2006.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira; PAULA, João Antônio de. **História Econômica e Regionalização: Contribuição a um desafio teórico-metodológico**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 38, n. 3, p.493-524, jul-set 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração brasileira. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005, p.39-126.

DOCIMASIA. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines, 27 de julho de 1214**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

DULCI, Octavio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento Mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro. **Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 109-136.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. República e trabalho no registro da burguesia. **Revista do Departamento de História**. Belo Horizonte, n. 10, p. 28-39, nov. 1990.

EXPREFEITO. In: Portal PBH. Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=exprefeitos&lang=pt\\_BR&pg=7341&tax=18974](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=exprefeitos&lang=pt_BR&pg=7341&tax=18974). Acesso em: 22/07/2015.

FALLEN, Elisa; GUERRINI, Sara. L' emigrazione italiana come espansione della nazione italiana L'esempio della migrazione friulana in Argentina alla fine del XIX secolo. **Altrove**, n. 5, Gennaio-Giugno, p.1-12, 2011.

FARIA, Maria Auxiliadora. **A política da gleba: as classes conservadoras mineiras**. Discurso e prática na Primeira República. 1992. 394f. (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A República do trabalho: a formação do trabalhador-cidadão em Minas Gerais no alvorecer do século XX. **Revista do Departamento de História**. Belo Horizonte, n. 10, p. 79-92, nov. 1990.

\_\_\_\_\_. **República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909/1934)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

FERRARO, Mario Roberto. **Ciência, meio ambiente e cultura na Belle Époque Paulista: o “day after” da lavoura cafeeira**. 2012. 332f. (Doutorado em ciências) – Instituto de Geociências, Universidade de Campinas. Campinas, 2012.

FONSECA, Marcus Vinicius. **Escolas para crianças negras: uma análise a partir do congresso agrícola do Rio de Janeiro e do Congresso Agrícola do Recife em 1878**. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba. Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v.11, n.5/6, mai/jun. 1981.

GENET, Jean Philippe. Prosopographie et genèse de l'État moderne: introduction. In: AUTRAND, Françoise (org.). **Prosopographie et genèse de l'État moderne**: actes de la table ronde organisée à l'École normale de jeunes filles en 1984. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique e Centre National des Lettres, 1986, p.9-12.

GIROLETTI, Domingos. **A industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

GODOY, Marcelo Magalhães. Minas Gerais na República: atraso econômico, Estado e planejamento. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v.11, n.16, p.89-116, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://dspace.almg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11037/1262/0001262.pdf?sequence=3>. Acesso em: 12/05/2012.

GOMES, Ângela de Castro (org.) **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 348p.

GONÇALVES, Irlen Antônio. Congresso Legislativo Mineiro e educação profissional: leitura partilhada para a construção da República. 2012a. In: GONÇALVES, Irlen Antônio (org.). **Progresso, trabalho e educação profissional em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2012, p.13-40.

\_\_\_\_\_. A formação do sujeito trabalhador na República: o ensino técnico profissional e a criança desvalida da fortuna. 2012b. In: GONÇALVES, Irlen Antônio (org.). **Progresso, trabalho e educação profissional em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2012, p.61-84.

\_\_\_\_\_. A República e os seus projetos de educação profissional: escolarização do trabalhador do campo e da cidade. **Revista Educação em Perspectiva**, Viçosa, v.3, n.1, p. 205-225, jan./jun. 2012.



GONÇALVES, Irlen Antônio; NOGUEIRA, Vera Lúcia. Educação e escolarização em Minas Gerais: o Legislativo e o Executivo como produtores da representação dos trabalhadores. 2012. In: GONÇALVES, Irlen Antônio (org.). **Progresso, trabalho e educação profissional em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2012, p.41-60.

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império Brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HENRIQUES, Amilson Barbosa. **A cultura rotineira e a lavoura racional**: proposições na Revista Agrícola (São Paulo, 1895-1907). 2010. 292f. (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

HEINZ, Flávio M.. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 224 p.

\_\_\_\_\_. Positivistas e republicanos: os professores da Escola de engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.29, n.58, p. 263-289, 2009.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 25ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. 158 p.

IGLÉSIAS, Francisco. Política econômica do estado de Minas Gerais (1890-1930). In: **V Seminário de Economia Mineira**: a República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG, 1982, p.115-144.

KIRDEIKAS, João Carlos Vieira. **O Estado e a formação do mercado interno para o capital no Brasil**: 1850-1903. 2003. 116f. (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 124 p.

LANNA, Ana Lúcia. **A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920**. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2003. 542p.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, João H. **Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. 1977. 136f. (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1977.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. In: **Revista Topoi**, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, v.6, n.11, p.289-326, jul./dez. 2005.

LOVE, Joseph L.; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.77-98.

LUNA, Francisco Vidal; CANO, Wilson. **Economia Escravista em Minas Gerais**. Campinas: Cadernos IFCH-UNICAMP, 1983. v.1.

MACHADO, Vinícius de Azevedo. **Produtor, político e bacharel: João Pinheiro e a educação do trabalhador do campo**. 2010. 141f. (Mestrado em Educação Tecnológica) – CEFET-MG. Belo Horizonte, 2010.

MARTINS, José de S. Introdução. In: **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p.10-35.

MARTINS, Roberto B. **A economia escravista de Minas Gerais no século XX**. Belo Horizonte: UFMG, 1980.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: Edusp, 2008. 593 p.

MARTINS FILHO, Amílcar V. **O segredo de Minas**. A origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930). Belo Horizonte: Crisálida, 2009. 276p.

MASSENA, Nestor. **Barbacena; a terra e o homem**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. 624p.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELONI, Reginaldo Alberto. **Ciência e produção agrícola**: a Imperial Estação Agronômica de Campinas 1887-1897. São Paulo: Hamnitas/FFLCH/USP, 2004. 164p.

MENDONÇA, Sonia Regina. **A vocação eminentemente agrícola do Brasil**: a ordem a serviço do progresso. In: *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.83-111.

\_\_\_\_\_. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998. 204p.

\_\_\_\_\_. Conflitos intraestatais e políticas de educação agrícola no Brasil (1930-1950). **Tempos Históricos**, v.10, p.243-266, 2007.

MILLET, Hélène. Circonscrire et dénombrer, pour quoi faire? In: GENET, Jean-Philippe; LOTTES, Günther. **L'État moderne et les élites (XIIIe-XVIIIe siècles)**: L'État moderne et les élites (XIIIe-XVIIIe siècles). Paris: Sorbonne, 1996, p.265-275.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e colonização em Minas**, 1889-1930. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1973.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1974. 400p.

NAGLE, Jean. Prosopographie et histoire de l'État: la France moderne XVIe-XVIIIe siècles. In: AUTRAND, Françoise (org.). **Prosopographie et genèse de l'État moderne**: actes de la

table ronde organisée à l'École normale de jeunes filles en 1984. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique e Centre National des Lettres, 1986, p.77-90.

NAXARA, Márcia Regina C. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro, 1870-1920. São Paulo: Annablume, 1998.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. O ensino noturno nas reformas educacionais mineiras das primeiras décadas da República. In: GONÇALVES, Irlen Antônio (org.). **Progresso, trabalho e educação profissional em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2012, p.85-106.

OLIVEIRA, Marcos Fábio M. de Oliveira. **O pensamento econômico de Francisco Salles, João Pinheiro e João Luís Alves e o desenvolvimento de Minas Gerais (1889-1914)**. 2012. 200f (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

PAULA, João Antônio de. Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro. **Revista Debate e Pesquisa**. São Paulo, v.15, n.2(26), p.257-282, 2004.

PEREIRA, Ligia M. Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. **Associação Comercial de Minas: uma história de pioneirismo e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Associação Comercial de Minas, 2001.

PERFIS mineiros: **Antônio Olinto dos Santos Pires**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v.8, n.31, p.1.365-1.370, jan./mar. 1990.

PIRES, Anderson. **Café, finanças e bancos**: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889/1930). 2004. 424f (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 230p.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte. UFMG, 1982. 264p.

ROY, Fernande; SAINT PIERRE, Jocelyn. A alta redação do jornais de Quebec (1850-1920). In: HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.177-202.

RUIZ, Guillermo *et alii*. La estructura académica del sistema educativo analizada a partir de los contenidos de la enseñanza: La educación secundaria durante las primeras décadas del siglo XX. **Anu. investig.** v.15, Ciudad Autónoma de Buenos Aires ene./dic. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-16862008000100058](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-16862008000100058). Acessado em 03/11/2015.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.205-224.

SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853 – 1893**. 2008. 350f (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 420p.

SIERRA, Félix Santolaria. Casas de familia y colonias agrícolas. Dos tendencias institucionales de la reeducación social en España (1900-1950). **Revista de Educación**, núm. extraordinário, p.295-316, 2000.

SIMÃO, André Luciano. **Congressos Agrícolas de 1878: um retrato do reformismo ao final do século XIX**. 2001. 275f. (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Campinas. Campinas, 2001.

SIMÃO, André Luciano. Minas Gerais e o Congresso Agrícola de 1878: demandas, temores e percepções dos produtores rurais mineiros. In: **Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da (coord.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA, Karla L. Luz de Souza. **A atuação da justiça e dos políticos contra a prática da vadiagem**: as colônias correcionais agrícolas em Minas Gerais (1890-1940). 2006. 142 f. (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2006.

SILVA, Fabrício Valentin. **Ensino agrícola e modernização do campo**: a origem da escola Superior de Agricultura e Veterinária do estado de Minas Gerais (1920-1929). 2007. 64f. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. **Combatendo a ignorância, garantido a ordem pública e o progresso da nação**: ideias e ações educacionais de Francisco Mendes Pimentel (Minas Gerais, 1890-1910). 2010. 130 f. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

\_\_\_\_\_. **Do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial às Associações Comerciais**: discursos e propostas sobre educação e formação profissional das elites produtoras mineiras (1896-1906). 2011. 20f. (Projeto de Tese) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

SLENES, Robert. **Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Campinas: Unicamp, 1985.

SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima *et alii*. **O Legado Educacional do Século XIX**. Araraquara: UNESP, 1998. p.19-62.

SUPERTI, Eliane. **Da incorporação do proletariado ao direito do trabalho**: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil. 2004. 241f. (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 4<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

VEIGA, Cynthia Greive. **Educação e cidadania na trama da cidade, a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. 1994. 499f. (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

VERSIEUX, Daniela Pereira. **Modernização e escolarização do trabalho agrícola: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915)**. 2010. 233f. (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2010.

VISCARDI, Cláudia M. R.. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. **Lócus, Revista de História**. Juiz de Fora: UFJF, v.3, n.1. p.84-97, 1997.

\_\_\_\_\_. Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República. **Lócus, Revista de História**, Juiz de Fora: UFJF, v.5, n.2, p.89-99, 1999.

\_\_\_\_\_. **Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico**. Porto Alegre: FEE, 2000 (Comunicação - Primeiras Jornadas de História Regional Comparada - FEE). Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s11a2.pdf>. Acesso em: 11/11/2014.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. O desenvolvimento econômico de Juiz de Fora e a educação superior. **Varia História**, Belo Horizonte, n.24, p.245-265, jan.2001.

## ANEXO

### **Lista dos congressistas mais atuantes no Congresso de 1903.**

João Augusto Rodrigues Caldas

Eustachio Garção Stockler

Joaquim Cândido da Costa Sena [Senna]

Afrânio de Mello Franco

Bruno von Sydow

Frederico A. Alvares da Silva

Gonçalves Ramos

Josaphat Bello

José Martins de Mello Junior

Manoel Jorge de Mattos (Coronel)

Alfredo de Vilhena Valladão

Antônio Thomaz Ferreira de Rezende

Belisário Augusto de Oliveira Penna

Caetano Mascarenhas

Casimiro Jorge (George)

Cecil Hardly (Earthy) Hogg

Detlef Krambeck

Ernesto Penna

Francisco Domingos Gontijo

Garibaldi de Castro Mello

Ildefonso Moreira de Faria Alvim

James Miller

José de Vasconcellos Monteiro

José Guilherme de Sousa (Coronel)

Lindolpho Octávio Xavier

Manoel Martins do Pilar

Monsenhor João Sabino Las Casas

Nelson Coelho de Senna

Norberto Custódio Ferreira

Pedro Nobrega Sigaud



